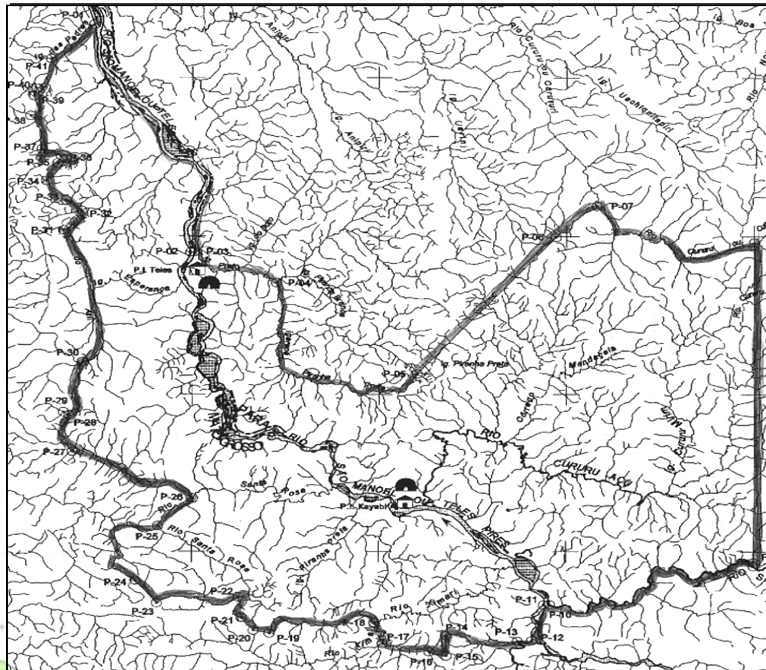


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

A OCUPAÇÃO DA TERRA INDÍGENA KAIABI (MT/PA)
HISTÓRIA INDÍGENA E ETNOARQUEOLOGIA



Francisco Forte Stuchi

Bolsista FAPESP – processo 06/05466-4

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Fabiola Andréa Silva

Linha de pesquisa: Processos de formação e transformação social

São Paulo
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

A OCUPAÇÃO DA TERRA INDÍGENA KAIABI (MT/PA)
HISTÓRIA INDÍGENA E ETNOARQUEOLOGIA

Francisco Forte Stuchi

Bolsista FAPESP – processo 06/05466-4

Orientador: Prof^a. Dr^a. Fabiola Andréa Silva

São Paulo

2010

DEDICATÓRIA

Sintan-se reconhecidos os Kaiabi, todas as demais etnias e a família extensa de pesquisadores que dedicam seus esforços em conhecer e tornar público os diferentes modos de vida dos povos indígenas. Contudo, sinto a necessidade de dedicar esta dissertação aos não índios que, por desconhecimento tenham incorrido em discriminação e malefícios aos povos indígenas e outras minorias étnicas.

In memória

À meus avós paternos e maternos.

À Selma Chiari.

Ao Sr. André Kayabi

Testamento

Composição: Nelson Angelo e Milton Nascimento

**Um dia joguem minhas cinzas
Na corrente desse rio
E plantem meu adubo
Na semente de meu filho
Cuidem bem de minha esposa
Do amigo, do ninho
E do presente que foi
prometido
Pro ano seguinte**

**Na reserva desse índio
Clamo forte por clareira
Soprem meus sentidos
Pela vida que descubro
Cuidem bem de minha casa
Tão cheia, meninos
Tome conta de aquilo tudo
Em que acredito**

**Juntem todas minhas cinzas
Ao poema desse rio
E plantem meu adubo
Na semente de meu povo
Cuidem bem de minha esposa
Do amigo, do ninho
E do presente que foi prometido
Pro ano seguinte**

**Na reserva desse índio
Clamo forte por um rio
Soprem meus sentidos
Pela vida de meu filho
Cuidem bem de minha casa
Tão cheia, meninos
Tome conta de aquilo tudo
Em que acredito
E juntem todas minhas cinzas
Ao poema desse povo**

AGRADECIMENTOS

Expressar agradecimentos parece tarefa fácil, mas descobri que não é. Ao começar pelos Kaiabi passei horas visualizando os nomes em um senso e lembrando a ajuda que cada um deu a seu modo. Assim sendo, agradeço a todos por intermédio das pessoas que aguerridas discutiram o projeto, dividiram expectativas e aos que vivenciam, juntamente com seus familiares, direta ou indiretamente os trabalhos de campo, mesmo longe da Terra Indígena: Atú e Dona Judite, João, Pará, José, Rebeca, Claudinéia, Awué, Eroit, Josiane, Paulo, Arewi, Murici, Ilzaneide, Valdir e Cecília, Donivaldo, Kuruné e Ryip, Roberto Hakay e sua mãe Maria, Aukosin, Fernando Paleci Apiaká, Angelo Munduruku e esposa, Gislene Paleci, Elimar Hakay, Abertino Hakay Munduruku, Diego, Vitorino Krixí Munduruku, Taravy, Elenildo e Arlindo.

À meus pais, Marcílio, Maria de Fátima e irmã Luisa, pelo que me ensinaram, toda a confiança, força e por acreditarem em minha caminhada, mesmo rumando para longe deles.

À Charhazed Layaum Morengi, por seu amor e companherismo ao longo de grande parte desta trajetória, sou eternamente grato a teu apoio e por sempre acreditar.

À Fabíola Andréa Silva, *Orientadora`ete*, cujo exemplo, paciência e comprometimento se constituem os esteios de meu amadurecimento científico, sempre atenta a necessidade de nos melhorarmos em vista ao compromisso social a que nos propomos na arqueologia. À Francisco Silva Noelli pelo apoio amigo, indicações bibliográficas e revisão de textos.

Agradeço a todos os amigos da pós-graduação do MAE que estiveram mais próximos, apesar das idas e vindas: Alexandre Hering, Alexandre Robazzine, Daniela Magri, Danilo Assunção, Fabiana Belém, Fábio Origuela, Myrth Shock, Rafael Brandi, Rafael Milheira, Raoni Vale, Robson Rodrigues, Tania Ferraz, Tereza Parente, Valéria Cristina Ferreira. Em especial agradeço aqueles que efetivamente fizeram parte de minha caminhada: Aos companheiros Ricardo Chirinos (Wera Poty) e Eduardo Bepalez a quem tenho como exemplos. Agradeço também a Lúcia Borba. À Frederic Caïres Pouget pelo auxílio no campo e por compartilhar de suas piras antropológicas; à Rafael dos Santos (o Cacique *Arapaw*) pela paz ativa durante o campo nos Kaiabi; à Angelo Correa por sua amizade e nossas conversas, sua competência permitiu confiarmos a ele as análises dos materiais arqueológicos obtidos nesta pesquisa; à Gilmar Henriques, arqueólogo guerreiro e pajé brabo mineiro e à Fábio Almeida

Guaraldo, vulgo branco de alma negra, companheiro de morada e futuro etnoarqueólogo de Quilombos.

À Daniela Samia, amiga que tenho como uma irmã, pela paciência e afincamento com que trabalhou junto comigo na elaboração dos mapas e detalhes importantes desta dissertação.

À Cheng Chi Cheng pela astúcia em decifrar e digitalizar o croqui da aldeia Kururuzinho e demais trabalhos gráficos; à Geison pelos trabalhos topográficos que tardaram mas não falharam.

Agradeço também aos amigos Leandro (Filosofo) e Nelson Gonçalves, meus referenciais em Cuiabá; agradeço a Cacau pela força inicial com os textos em inglês e pelo apoio no CRUSP/USP; à Dona Lina pelo apoio de mãe que tem dado a república que tantas vezes me hospedou em São Paulo; à minha prima Raquel, por sua amizade em meu retorno pra São Paulo.

Aos grandes amigos Rogério de Lara e Valdenice Alves Gonçalves, antigos companheiros de trabalho dentro da Sociedade Civil para o Desenvolvimento Sócio ambiental e Cultural SSAC - Sociedade Formigas, por todo apoio que eles e a Sociedade me deram em Alta Floresta; Igualmente à Eliete Fouto e família, amiga e mãe em Alta Floresta.

À Frederico Oliveira e Simone Athayde, pesquisadores junto aos Kaiabi com quem tive a honra de dividir campo, dados, conversas e esperanças.

À Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mais especificamente à Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas pelo pronto atendimento no pedido de autorização, à Diretoria de Assuntos Fundiários que da mesma forma auxiliou com o fornecimento do mapa da área e a Coordenação Regional de Colider-MT. Um agradecimento especial à Clóvis Nunes, chefe de posto (PIN Kaiabi –FUNAI), por intermediar o contato com os Kaiabi, apoio desde a primeira oportunidade que tive visitar a área e a credibilidade depositada nesta pesquisa, fatores fundamentais para sua concretização.

Nas pessoas de Rodrigo Marcellino e Gustavo Irgang agradeço a toda equipe do Instituto Centro Vida (ICV) pela disponibilização de dados ambientais sobre a região do Portal da Amazônia.

Na pessoa de Dionice (abençoados cafezinhos) agradeço a todos os funcionários do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP). Agradeço aos professores na pessoa de Eduardo Góes Neves, também por oportunizar meu contato com Fabíola.

Ao CNPq pelo fornecimento de bolsa nos primeiros meses do mestrado, à Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de mestrado no período seguinte (processo 06/05466-4) e apoio financeiro com o projeto Auxílio Pesquisa intitulado “*Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena. Um Estudo sobre a Trajetória de Ocupação Indígena em Territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a Terra Indígena Kaiabi e a Aldeia Lalima*” (Processo FAPESP 2006/60241-8).

Na pessoa de Maria Clara Migliácio, agradeço o apoio do Instituto do Homem Brasileiro (Cuiabá-MT) por garantir a salvaguarda do material arqueológico coletado.

Não acredito que tenha conseguido me lembrar de todos neste momento, o que também tornaria os agradecimentos mais extensos que alguns capítulos da dissertação. Contudo, seria impossível deixar de agradecer a *Kunta*, cuja apenas o fato de existir trouxe luz e amor, tornando mais suaves os últimos passos desta caminhada.

RESUMO

A partir de uma perspectiva etnoarqueológica esta dissertação apresenta um conjunto de dados históricos, etnográficos e arqueológicos com o objetivo de contribuir para a construção da história indígena do baixo curso do rio Teles Pires, compreendendo a atual Terra Indígena Kaiabi, localizada nos municípios de Jacareacanga (PA) e Apiacas (MT). Os resultados apresentados demonstram que esta Terra Indígena configura-se como um exemplo de palimpsesto da trajetória de ocupação indígena e não-indígena desta região. A ocupação pré-colonial é atestada a partir dos vestígios arqueológicos (cerâmicos e líticos) em trinta e quatro locais visitados, dentre os quais, pelo menos vinte e cinco estão associados ao contexto das terras pretas na Amazônia. Os Kaiabi, que – historicamente habitavam o Vale do Médio Teles Pires no Mato Grosso – ao serem pressionados pelos processos de colonização do Brasil Central, se deslocam e passam a ocupar o baixo Teles Pires, no início do século XX. A ocupação Kaiabi se deu de forma a priorizar as áreas já manejadas no passado. Os dados apresentados procuram evidenciar os processos de ocupação, reocupação e abandono empreendidos pelos Kaiabi ao longo da história de formação de um território que hoje reivindicam como deles.

Palavras-chave: Kaiabi, Terra Indígena Kaiabi, baixo Teles Pires, história indígena e etnoarqueologia.

ABSTRACT

Beginning from an ethnoarchaeological perspective this thesis presents historical, ethnographic, and archaeological data that contributes to the construction of an indigenous history of the Kaiabi. The region studied is the lower course of the Teles Pires River that covers the actual Kaiabi Indigenous Territory, located within the Jacareacanga and Apiacás counties in Pará and Mato Grosso states, respectively. The results demonstrate that this Indigenous Territory configures itself as a case of the palimpsest of the trajectories of indigenous and non-indigenous occupations of this region. The pre-Colonial occupation is evidenced to by the archaeological remains (ceramics and lithics) at 34 visited sites, within these at least 25 are associated with Amazonian dark earths (terras pretas). The Kaiabi, who historically inhabited the middle Teles Pires river basin in Mato Grosso state, moved and began to occupy the lower portion of the Teles Pires when pressured by colonial processes in central Brazil at the beginning of the twentieth century. The Kaiabi occupation organized itself with priority given to areas that were previously managed. The data presented here show how the processes of occupation, reoccupation, and abandonment practiced by the Kaiabi in the formation of territory historically serve as a marker of continuity in the modern world, thus vindicating their rights.

Key words: Kaiabi, Kaiabi Indigenous Territory, lower Teles Pires River, indigenous history, ethnoarchaeology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Histórico da pesquisa e estrutura da dissertação.....	1
CAPÍTULO 1 – Arqueologia em Terra Indígena.....	9
1.1. O processo de negociação para a realização da pesquisa.....	14
CAPÍTULO 2 – Os Kaiabi e sua trajetória histórica.....	18
2.1. A ocupação territorial Kaiabi no Vale do Médio Teles Pires (MT).....	18
2.2. A Diáspora Kaiabi.....	24
2.3. Os Kaiabi	27
CAPÍTULO 3 – A Terra Indígena Kaiabi (MT/PA).....	39
3.1. Caracterização ambiental	39
3.2. Elementos das Paisagens Kaiabi.....	60
CAPÍTULO 4 – A Ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA).....	76
4.1. História Indígena no Baixo Teles Pires.....	76
4.2. Os Kaiabi no Baixo Teles Pires e a constituição da T.I. Kaiabi.....	91
CAPÍTULO 5 – A pesquisa de Campo na T. I .Kaiabi	101
5.1. A pesquisa etnoarqueológica sobre a ocupação da T. I. Kaiabi.....	103
5.1.1. Aldeias atuais: Procedimentos metodológicos.....	109
5.1.2. Resultados.....	112
5.1.2.1. Aldeia Kururuzinho.....	112
5.1.2.2. Aldeia Laje.....	121
5.1.2.3. Aldeia Coelho.....	126
5.1.2.4. Aldeia Minhocuçu.....	131
5.1.2.5. Aldeia Dinossáuro.....	136
5.1.2.6. Aldeias Ximari e Cachoeirinha.....	139
5.1.2.7. Aldeia São Benedito.....	143
5.1.2.8. Acampamento São Benedito.....	147
5.1.2.9. Aldeia Tukumã.....	151
5.2. Antigas Aldeias: Procedimentos metodológicos.....	157
5.2.1. Resultados.....	161

5.3. A Pesquisa arqueológica na T.I. Kaiabi: Procedimentos metodológicos.....	179
5.3.1. Resultados.....	181
5.3.1.1. Sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-1).....	181
5.3.1.2. Sítio <i>Mukuin Caniné</i> (MT-TP- 02).....	201
5.3.1.3. Sítio <i>Taitetu</i> (MT-TP-03).....	212
5.3.1.4. Sítio Aldeia Minhocuçu (PA-TP-01).....	224
5.3.1.5. Sítio <i>Ywantã</i> (PA-TP- 02).....	231
5.3.1.6. Sítio Aldeia Tukumã (PA-TP-03).....	241
5.3.1.7. Sítio Aldeia Coelho (PA-TP-04).....	250
CAPÍTULO 6 - Ocupação, reocupação e abandono de assentamentos na T. I. Kaiabi. Mobilidade, uso do espaço e a formação do território Kaiabi no baixo Teles Pires.....	254
6.1. Os processos de ocupação, reocupação e abandono na T. I. Kaiabi.....	268
Consideração finais.....	274
BIBLIOGRAFIA.....	280
ANEXO (Carta de pedido de apoi à Demarcação da T. I. Kaiabi (MT/PA))	

LISTA DE TABELAS

Tabela - 1	Descrição dos limites Territoriais Kaiabi propostos por Mendonça (1994).....	23
Tabela - 2	Listas de animais caçados com significado especial (Boa caça) e com algumas restrições, segundo: ... Nome científico – Kaiabi (Silva et al. 1999; Grunberg, 2004).....	31
Tabela - 3	Tipos de Vegetação e Solo encontrados na T. I. Kaiabi (MT/PA) (RADAMBRASIL, 1981) e porcentagem segundo ISA (2009).....	51
Tabela - 4	Classificação vertical da vegetação segundo o sistema Kaiabi. (Fonte: Schmidt, 200: 111-112).....	64
Tabela - 5	Categorias de terras e características relevantes associadas reconhecidas pelos Kaiabi tentativamente correlacionadas com o sistema brasileiro de classificação de solos (Camargo et al, 1988) (Fonte: Silva et al. 1999: 89).....	65
Tabela - 6	Categorias e características de vegetação e seus estágios de sucessão (Fonte: Silva et. al. (1999; 2000: 24).....	70
Tabela - 7	Classificação Kaiabi das fisionomias e ambientes segundo a densidade de recursos. (Fonte: Silva et al., 1999; Schmidt, 2001:100).....	71
Tabela - 8	Classificação de algumas características da paisagem e sua importância no sistema Kaiabi (Fonte: Schmidt, 2001: 101; Weiss, 1998; Silva et al 1999; 2000).....	72
Tabela - 9	Principais ambientes reconhecidos pelos Kaiabi correlacionados com solos, características fitofisionômicas, principais atividades de uso e manejo de recursos naturais. Ambientes relacionados com a floresta de terra Firme. (Fonte: Silva et al 1999, complementado com informações de Schmidt, 2001).....	74
Tabela - 10	Principais ambientes reconhecidos pelos Kaiabi correlacionados com solos, características fitofisionômicas, principais atividades de uso e manejo de recursos naturais. Ambientes relacionados com floresta de várzea. (Fonte: Silva et al 1999, complementado com informações de Schmidt, 2001).....	75

Tabela - 11	Feições arqueológicas de antigas estruturas na aldeia Kururuzinho, representadas no croqui.....	000
Tabela - 12	Relação das capoeiras (<i>Kofet</i>) localizadas e seus respectivos contextos arqueológicos e de utilização pelos Kaiabi.....	166
Tabela - 13	Antigas aldeias e respectivos contextos culturais de ocupação (X- indefinido, pelo menos um evento; 0 – não evidenciada; 1X – uma única ocupação; 2X - duas ocupações; TPA – Terra Preta Antropogênica; TPA* -solo arenoso de coloração escura).....	168
Tabela - 14	Relação de antigas aldeias não implantadas em sítios arqueológicos e suas respectivas áreas de roça em sítios arqueológicos.....	168
Tabela - 15	Relação de antigas aldeias sazonais, seus contextos culturais de ocupação e localização de suas respectivas áreas de roça.....	169
Tabela- 16	Antigas aldeias com vestígios arqueológicos de bem industrializados e seus respectivos contextos culturais relacionados à ocupação por não-índios.....	170
Tabela - 17	Antigas aldeias e espécies vegetais introduzidas observadas e/ou indicadas.....	177
Tabela - 18	Descrição dos limites do sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-1) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética.....	184
Tabela - 19	Descrição dos limites do sítio Mukuin Caniné (MT-TP-02) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética.....	204
Tabela - 20	Descrição dos limites do sítio <i>Taitetu</i> (MT-TP-03) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética.....	217
Tabela - 21	Descrição dos limites do sítio <i>Ywantã</i> (PA-TP-02) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética.....	236
Tabela - 22	Descrição dos limites do sítio Aldeia Tukumã (PA-TP-03) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética.....	244
Tabela - 23	Trajatórias, processos, atividades e correlatos materiais na história da	256

formação territorial (Zedeño, 1997 apud Bispalez, 2009).....

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico - 1	Quantidade e tipos de locais visitadas com base na relação apresentada por Mendonça (1994).....	161
Gráfico - 2	Diferenciação dos locais visitados (41) na etapa de campo etnoarqueológica de localização das antigas aldeias.....	166
Gráfico - 3	Sítio Dinossauro (MT-TP-01) – Sondagens (Intervalo de 50m) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10cm).....	191
Gráfico - 4	Sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-01) - Poço Teste -1 (1m ²) Quantidade de material arqueológico por nível artificial 10cm.....	194
Gráfico - 5	Sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-01) - Poço Teste 2 (1m ²) Quantidade de material arqueológico por nível artificial 10cm.....	197
Gráfico - 6	Sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-01) - Poço Teste 3 (1m ²) Quantidade de material arqueológico por nível artificial 10cm.....	199
Gráfico - 7	Sítio Mukuin Caniné (MT-TP-02) – Sondagens (Intervalo de 50m) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (20 cm).....	208
Gráfico - 8	Sítio Mukuin Caniné (MT-TP-02) – Poço Teste (1m ²) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm).....	211
Gráfico - 9	Sítio Taitetu (MT-TP-03) – Sondagens (Intervalo de 50m) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (20 cm).....	220
Gráfico - 10	Sítio Taitetu (MT-TP- 03) Poço Teste (1m ²) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm).....	223
Gráfico - 11	Sítio Minhocuçu (PA-TP-01) - Poço Teste - 01 (1m ²) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm).....	228
Gráfico - 12	Sítio Minhocuçu (PA-TP-01) - Poço Teste - 01 (1m ²) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm).....	000
Gráfico - 13	Sítio Ywantã (PA-TP-02) – Sondagens (Intervalo de 50m) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm).....	239
Gráfico - 14	Sítio Ywantã (PA-TP-02) - Poço Teste (1m ²) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm).....	241
Gráfico - 15	Sítio Aldeia Tukumã (PA-TP-03) Sondagens (Intervalo de 50m) Quantidade de material arqueológico por nível artificial (20 cm).....	246

Gráfico - 16 Sítio Aldeia Coelho (PA-TP-04) - Poço Teste (1m²) Quantidade de 253
material arqueológico por nível artificial (10 cm).....

LISTA DE FIGURAS

Figura - 1	Dimensões espaciais da T. I. Kaiabi ao longo do histórico do processo de demarcação.....	3
Figura - 2	Ambiente de uma das reuniões do pesquisador com os Kaiabi.....	14
Figura - 3	Área de Ocupação Histórica Kaiabi (adaptado de Grünberg, 2004/ISA-2004).....	23
Figura - 4	Terras Indígenas habitadas pelos Kaiabi (adaptado de Grünberg,2004/ISA-2004).....	26
Figura - 5	Terra Indígena Kaiabi MT/PA (FUNAI).....	26
Figura - 6	Roça de João Kayabi implantada sobre sítio de terra preta (foto: Stuchi, 2003).....	28
Figura - 7	Roberto caçando em uma das áreas de Kofet visitadas. (Foto: Stuchi, 2008).....	30
Figura - 8	Pesca com linha e anzol, Myau Kayabi. (Foto: Stuchi, 2008).....	32
Figura - 9	Daniel Kaiabi coletando Açaí na Ilha do Taitetu (Foto: Stuchi, 2008).....	33
Figura - 10	Grupo de Kaiabi voltando das compras na cidade de Alta Floresta – MT (foto: Stuchi, 2007).....	33
Figura - 11	Mapa da região do corredor ecológico dos ecótonos sul amazônicos (Fonte ICV / WWF, 2006). Destaque da Terra Indígena Kaiabi é de minha autoria.....	40
Figura - 12	rio Teles pires em período de cheia (foto Stuchi, 02/2007).....	41
Figura - 13	Relevos residuais e Floresta decidual submontana de dossel emergente (<i>Cse2</i>) (Contato Campinarana e a Floresta Estacional) (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	42
Figura -14	Interior da floresta fluvial (Foto: Stuchi 2008).....	43
Figura -15	Florestas do tipo aluvial com dossel emergente (Marcelino & Gallo, 2009)	43
Figura - 16	Perfil esquemáticos de floresta aluvial da região, conforme Britaldo (1998).....	43
Figura - 17	Perfis esquemáticos de floresta ombrófila aberta da região, conforme Britaldo (1998).....	44
Figura - 18	Floresta Ombrófila aberta do tipo submontana com palmeira (<i>Asp</i>) (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	44
Figura - 19	Floresta aberta submontana com cipós (<i>Asc1</i>)..... (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	44
Figura - 20	Campinarana Florestada (Sd2), em sua forma de contato com a Floresta Estacional (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	45

Figura - 21	vegetação de Campinarana gramíneo lenhosa (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	45
Figura - 22	Perfil esquemático da Chapada do Cachimbo: 1- Floreta Ombrófila Aberta Tropical com palmeiras; 2- Campinarana gramíneo lenhosa (Savana Parque); 3- Campinarana arborizada (Savana Arbórea Aberta) 4- Campinarana florestada (Savana Arbórea Densa); 5- Floresta Estacional Decidual; 6-Floresta Ombrófila Aberta Tropical com Cipó. (Fonte: RadamBrasil, 1980, p.343).....	47
Figura - 23	Relevos escarpados, na porção sudoeste da Chapada, Floresta decidual submontana de dossel emergente (<i>Cse3</i>), (contato Campinarana e Florestas Estacional e Ombrófila (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	48
Figura - 23	Floresta decidual submontana de dossel emergente (<i>Cse3</i>) (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	48
Figura - 24	Perfis esquemáticos de Campinarana florestada da região, conforme Britaldo (1998).....	47
Figura -24	Campinarana florestada (<i>Sd2</i>) (contato com a Floresta Estacional) (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	48
Figura - 25	relevos residuais de topo aplainado limitados por escarpas erosivas, e Floresta Ombrófila densa submontana com dossel emergente (<i>Dse</i>). (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).....	49
Figura - 26	relevo ondulado sinclinal suspenso (convexo residual) e anticlinal escavado (côncavo ravinado em forma de “V”), floresta submontana com cipó (<i>Asc</i>). (Foto: Marcelino & Gallo,2009).....	50
Figura - 27	Trecho do rio Teles Pires na T.I. Kaiabi com aldeia Kururuzinho ao fundo e áreas de antigas aldeias adjacentes (Foto: Marcelino & Gallo, 2009). Acima representação de Arlindo Kayabi da dinâmica de ocupação pretérita destas antigas aldeias.....	54
Figura - 28	Mapa da dinâmica do desmatamento na T. I. Kaiabi (MT/PA).....	59
Figura - 29	Classificação vertical da vegetação segundo o sistema Kaiabi. (Fonte: Schmidt, 200: 111-112).....	63
Figura- 30	Perfil estrutural exemplificando um trecho de floresta secundária (<i>Kofe yapaparet</i>) com alta densidade de Inajás (<i>Inata typ</i>) na aldeia Maraká Kaiabi -PIX (Fonte: Schmidt, 2001:)	71
Figura - 31	Perfil esquemático das principais fisionomias de vegetação, reconhecidas no sistema de classificação Kaiabi (Fonte: Schmidt, 2001: 81).....	73
Figura - 32	Mapa de distribuição das áreas de terra preta na Amazônia (Fonte: Kern et al. (2004).....	82
Figura - 33	Povos indígenas na região da T. I. Kaiabi (adaptado do mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú, 1981) (Escala gráfica 1:500.000).....	83
Figura - 34	Desenho de um Munduruku feito por Hércoles Florence (1825-29).....	87
Figura - 35	Desenho dos Apiaká feito por Hércoles Florence (1825-29).....	89

Figura - 36	Cacique Atu Kayabi ao fundo o local denominado Tabuleiro, atualmente ocupado por não índios. (Foto: Stuchi, 2008).....	92
Figura - 37	Balsa de garimpo no rio Teles Pires.....	99
Figura - 38	Atoleiros na ida para aldeia (Foto: Suchi, 2008).....	101
Figura - 39	Viagem para a aldeia Kururuzinho (Foto: Stuchi).	101
Figura - 40	Josiane Kayabi desenhando a aldeia Kururuzinho.....	110
Figura - 41	Desenho da Aldeia Kururuzinho (Josiane Kayabi, 2007).....	112
Figura - 42	Diagrama da organização social.....	113
Figura - 43	Mapa da Aldeia Kururuzinho.....	114
Figura - 44	Fragmento de cerâmica encontrado no porto da aldeia Kururuzinho (Stuchi 2006).....	115
Figuras - 45- 49	Porção de terra batida apontada como o piso da antigas estrutura habitacional de Temé (primeiro Kaiabi a ocupar o local). Fragmentos de cerâmica encontradas nas proximidades (Stuchi, 2006-2007).....	116
Figuras -50 e 51	- Nova casa da família de Valdir Kaiabi (A). Cozinha (B). Antiga casa (C) (Stuchi, 2006 / 2007).....	118
Figura - 52	Conversa com Ryip Kayabi aldeia Kururuzinho (Stuchi, 2006)....	119
Figuras - 53 e 54	Área de lixeira na aldeia Kururuzinho e os fragmentos de cerâmica, encontrado no porto e na área de lixeira (pertencente a peça Juruna trazido do P.I. Xingu) (Stuchi, 2006).....	119
Figura - 55	Desenho da Aldeia Laje (Josiane Kayabi, 2007).....	121
Figura - 56	Albertino Munduruku (Foto Stuchi, 2009).....	122
Figura - 57 e 58	Fragmento cerâmico, Aldeia Laje (Stuchi, 2007).....	123
Figura - 59	Panorama da aldeia Laje (Stuchi, 2007).....	123
Figura - 60	Desenho da aldeia Coelho (Josiane Kayabi, 2007).....	126
Figuras - 61 a 67	Fragmentos de cerâmica encontrados na aldeia Coelho (Stuchi, 2007).....	128
Figura - 68	Panorâmica da aldeia Coelho, ao lado esquerdo destroços de uma balsa utilizada no garimpo de ouro (Stuchi, 2007).....	129
Figura - 69	Área de descarte de garrafas, localizada nos fundos da aldeia Coelho (Stuchi, 2007).....	129
Figura - 70	Desenho da aldeia Minhocuçu (Josiane Kayabi. 2007).....	131
Figura - 71	Fernando Paleci Apiaká (Foto Stuchi, 2007).....	132
Figura - 72 a 77	Fragmentos de cerâmica encontrados na aldeia Minhocuçu (Stuchi, 2007).....	134
Figura - 78	Desenho da aldeia Dinossauro (Josiane Kayabi. 2007).....	136

Figura - 79	Casa da família de José Kayabi na aldeia Dinossauro (Stuchi, 2007).....	137
Figura - 80	<i>Maximiliana maripa</i> , rebrotas e semente (Stuchi, 2007).....	138
Figura - 81	Desenho da aldeia Ximari (Josiane Kayabi, 2007).....	139
Figura - 82	Aldeia Ximari e sua roça próxima (Stuchi, 2007).....	139
Figura - 83	Aldeia Cachoeirinha em processo de implantação (Stuchi, 2007)...	140
Figura - 84 a 86	Vestígios encontrados na aldeia Cachoeirinha (Stuchi, 2007).....	141
Figura - 87 - 92	Vestígios encontrados na aldeia Ximari (Stuchi, 2007).....	141
Figura - 93	Atu Kayabi com fragmentos cerâmicos encontrados junto a terra preta (Foto: Stuchi, 2008).....	142
Figura - 94	Feches de folhas jovens de Babaçu retiradas para cobrir a casa na Aldeia Cachoeirinha (Foto: Stuchi, 2007).....	142
Figura - 95	Desenho da aldeia São Benedito (Josiane Kayabi, 2007).....	143
Figura - 96	Aldeia São Benedito (da direita para a esquerda temos as casas de Kuroné e Eroit, Myau e a de Pedrinho) (Stuchi 2007).....	143
Figura - 97	Solo de “terra vermelha” ou <i>ywi’pytan</i> segundo Kuroné Kayabi (aldeia S. Benedito) (Stuchi, 2007).....	145
Figura - 98	Kuroné Kayabi demonstrando os fragmentos cerâmicos encontrados na escavação da fossa. (Foto: Stuchi, 2008).....	146
Figura - 99	Desenho do acampamento S. Benedito (Josiane Kayabi, 2007).....	147
Figura - 100	Interior do acampamento S. Benedito em estado de abandono temporário (Stuchi, 2007).....	147
Figura - 101 e 106	Frag Cerâmica e Lâmina de machado fragmentada e pré forma de machado, encontrados no piso do acampamento S. Benedito (Stuchi, 2007).....	149
Figura - 107 - 109	Lâminas de machado encontradas no acampamento S. Benedito e sua utilização “terapêutica” atual. 69 Artefatos líticos utilizados para quebrar cocos, sementes e para lixar e dar brilho a artesanatos feitos com coco (aldeia S. Benedito).....	150
Figura - 110	Desenho da aldeia Tukuma (representadas as habitações provisórias) (Josiane Kayabi, 2007).....	152
Figura - 111	Vista panorâmica das habitações provisórias na aldeia Tukumã (Stuchi, 2007).....	152
Figuras - 112 a 121	Côco do Tucum; Pameira <i>Simeuá</i> e seus côcos; Côcos de Inajá; Palmeira <i>Simukuá</i> ; Siriva; Fuso para algodão feito da madeira da Siriva; Raízes da Paxiuba; Olho do Babaçu; Cacau do mato (Stuchi, 2007).....	154
Figura - 122	Área de habitação da aldeia Tukumã com roça e capoeira no entorno (Foto: Stuchi, 2008).....	153
Figura - 123 e 124	Esteios da antiga habitação de Kaipá Kayabi e a mangueira associada a antiga ocupação Kayabi no local (Stuchi, 2007).....	156

Figura - 125	Localização das antigas aldeias, desenho feito por Sara Reajup Kayabi.....	157
Figura - 126	Esteios encontrados na antiga aldeia Saúva (Nº19).....	170
Figura – 127 - 128	Esteios encontrados em antigas aldeias.....	170
Figura – 129	Registro arqueológico encontrado na antiga aldeia de <i>Jurukanaua</i> (Nº- 29) identificado como buraco de retirada de sedimento para barrear as paredes de uma das antigas casas.....	171
Figura – 130 e 131	Exemplo etnográfico de um buraco de retirada de sedimento para barrear a casa de Para na aldeia Tukumã.....	171
Figura 132	Montículo encontrado na aldeia Nº- 12, apontado como a deposição do barro que as paredes da antiga estrutura habitacional.....	172
Figura – 133 e 134	Exemplo etnográfico de deposição de sedimento após o abandono de uma estrutura de pau a pique na aldeia Kururuzinho.....	172
Figura – 135 e 136	Buracos para deposição de madeira e/ou os cocos para defumar a seringa <i>Ywantã</i> (Nº-5) (Fernando Apiaká). Atu em aldeia <i>Ypenem</i> (Nº- 16).....	173
Figura – 137	Desenho de uma antiga aldeia feito por Arlindo Kayabi.....	173
Figura - 138	Processo e estrutura para torrar farinha, Aldeia Minhocuçu.....	174
Figura – 139 a 142	Exemplos dos vestígios da estrutura de barro base para torrar farinha.....	174
Figura – 143 e 144	Buraco identificado como sepultamento na antiga aldeia <i>Ipiawy</i> (Nº- 22). sepultamento na antiga aldeia <i>Taitetu</i> (Nº- 1).....	175
Figura – 145 a 150	Área da antiga aldeia afetada, detalhes do perfil de solo com fragmento de osso e sepultamentos cobertos com lajes de cimento. (Fotos: Stuchi 2008).....	176
Figura – 151e 152	Mangueira no antigo aldeamento Tabuleiro (Nº- 23), atualmente ocupado por posseiros.....	178
Figura - 153	Desenho de escavação de Rebeca Kayabi.....	179
Figura - 154	Mapa da Aldeia e Sítio Dinossauro (MT-TP-1).....	182
Figura - 155	Coleta sistemática amostral não-probabilística em superfície (20 m ² na área de roça da aldeia Dinossauro).....	181
Figura- 156	Discussão e planejamento da segunda linha de sondagem no sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-1).....	183
Figuras – 157 e 158	Equipe de pesquisa na Aldeia Dinossauro, próximos da sondagem 01(Limite Leste). Sedimento Preto (10YR 2/1) denominado <i>Ywi'on</i> (terra preta).....	183
Figura – 159 e 160	Sondagem 17, vegetação denominada <i>Kofet</i> (Capoeira), solo preto acinzentado (10YR 3/1) denominado <i>Ywi'on</i> (terra preta) (Murici Kayabi) (Limite Leste).....	185
Figura- 161	Atu Kayabi em feição arqueológica identificadas como antigos caminhos de acesso à aldeia Dinossauro.....	185

Figura - 162	Caminho do porto a aldeia Dinossauro (vise-versa) atualmente utilizado por seus moradores.....	185
Figura – 163 e 164	Sondagem 12 (350N/100E), vegetação denominada <i>Kofet remejep</i> (Borda da Capoeira) e sedimento marrom-acinzentado muito escuro (10YR 3/2) denominado <i>Ywi'on</i> (terra preta) (Murici Kayabi) (Limite Leste do sítio).....	186
Figura – 165 e 166	Sondagem 13 (Limite Oeste) Vegetação denominada <i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro) e solo marrom (10YR 4/3) denominado <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha).....	187
Figura – 167 a 169	Limite Norte, Sondagem 23. Vegetação reconhecida como <i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro) e solo sedimento <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha) na (Limite Norte do sítio).....	188
Figura- 170	Sondagem 5, vegetação denominada <i>Kofet</i> (capoeira) (Limite Sul do sítio).....	189
Figura – 171e 172	Sondagem 5, sedimento preto (10YR 2/1) denominado <i>Ywi'on</i> (terra preta) (Limite Sul do sítio).....	189
Figura 173 a 175	Sondagem 15 (Limite Sul do sítio), vegetação denominado <i>Koferân</i> (Falsa capoeira) e <i>Ypotyp</i> (Cipoal). Solo Marrom amarelado (10YR 5/6) identificado como <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha).....	190
Figura - 176	Área de escavação do poço-teste 1.....	192
Figura - 177	Perfil do perfil leste do poço teste 01.....	193
Figura - 178	Escavação do Poço-Teste 02.....	195
Figura - 179	Perfil norte do poço teste 02.....	196
Figura – 180 e 181	Poço-teste 3 (300N/300E), escavação dos fragmentos identificados pela sondagem 24.....	198
Figura - 182	Poço-teste 3 (300N/300E), estrutura com fragmentos cerâmicos articulados encontrados na porção norte da camada 3 (nível 4).....	198
Figura - 183	Perfis do poço teste 03.....	200
Figura - 184	Mapa do Sítio <i>Mukuin Caniné</i> (MT-TP- 02).....	202
Figura – 185	Sítio <i>Mukuin Caniné</i> , área de coleta sistemática de superfície na porção noroeste da roça atualmente implantada no sítio.....	203
Figura - 186	Ângelo Munduruku com um fragmento de borda obtido na coleta de superfície.....	203
Figura – 187	Sondagem 01, vegetação denominada <i>Kofet remejep</i> (Borda da Capoeira) para Atu Kaiabi. Para Vitorino capoeira (?)......	205
Figura – 188 e 189	Solo cinza claro amarronzado (10YR 6/2) denominado <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha) para Atu e terra branca para Vitorino Munduruku.....	205
Figura – 190 a 191	Sondagem 05 - solo Marrom acinzentado (10 YR 5/2) denominado <i>Ywi'on</i> (terra preta) para Atu e meio preta meio vermelha (?) por Vitorino.....	206

Figura - 192	Sondagem 05 - vegetação denominada capoeira por ambos os interlocutores.....	206
Figura – 193 a 195	S-6 - Solo Marrom (10 YR 4/3) denominado terra meio preta meio vermelha (?) para Vitorino. Para Atu <i>ywi'piran</i> (terra vermelha).....	206
Figura – 196 e 197	S-10 - Solo Marrom (10 YR 4/3) terra preta para Vitorino e Atu....	207
Figura - 198	S-10 Vegetação classificada como capoeira para Atu e Vitorino....	207
Figura - 199	S-11 Vegetação classificada como <i>Koferãm</i> (Falsa Capoeira) para Atu e cipoal (?) para Vitorino.....	208
Figura – 200 e 201	S-9 - Solo Marrom (10 YR 4/3) denominado terra meio preta meio vermelha (?) para Vitorino. Para Atu <i>ywi'piran</i> (terra vermelha).....	208
Figura - 202	Escavação do Poço teste Sítio Mukuin Caniné.....	209
Figura - 203	Perfil norte do posso teste.....	211
Figura - 204	Bolotas e bloco de argila.....	209
Figura – 205 e 206	Poço Teste no Sítio Mukuin Caniné com destaque ao fragmento de cerâmica a 76 cm.....	210
Figura – 207 e 208	Oficina lítica encontradas na porção leste da ilha Taitetu.....	212
Figura - 209	Mapa do Sítio Taitetu (MT-TP-03).....	213
Figura - 210	Esteio de madeira.....	214
Figura – 211 e 212	Vestígios Etno-históricos.....	214
Figura – 213 e 214	Coleta de superfície em quadra de 10 m ² (Ângelo Munduruku e Donivaldo Kaiabi).....	215
Figura – 215 e 216	Sondagem 01 - sedimento cinza muito escuro (5YR 3/1) e vegetação denominados <i>ywysugi on</i> (terra escura com areia) e <i>Kofet</i> (capoeira).....	216
Figura – 217 e 218	Sondagem 02 – sedimento sedimento preta (5YR 2.5/1) denominado <i>ywysugi on</i> (terra escura com areia).....	216
Figura – 219	Declividade do terreno na porção nordeste do sítio, depois da sondagem 13.....	218
Figura – 220 a 221	S-13 – solo marrom escuro (10 YR 3/3) classificado como <i>ywysugi on</i> (terra escura com areia).....	218
Figura – 222 a 224	Sondagem 12 – sedimento e vegetação denominados <i>isin</i> (areia) e <i>ka'a rete</i> (mato de verdade).....	219
Figura – 225 e 226	Poço teste escavado sobre a sondagem 08.....	221
Figura - 227	Perfil noroeste (320°) do posso teste.....	222
Figura - 228	Mapa do Sítio Aldeia Minhocuçu (PA-TP-01).....	225
Figura - 229	Área de escavação do Poço Teste 01.....	224
Figura – 230	Perfil Poço Teste 01.....	226

Figura - 231	Perfil norte do posso teste 01.....	227
Figura - 232	Rochas encontrada na escavação (esquerda), em superfície (dierita).....	226
Figura -233	Objeto esférico de cerâmica encontrado PT-01 (80 cm).....	227
Figura - 234	Área de escavação do Poço teste 02.....	229
Figura - 235	Perfil Norte do Poço Teste 02.....	229
Figura - 236	Perfil Norte do Poço Teste 02.....	229
Figura – 237 e 238	Esteios e estrutura das antigas casas de Fernando Paleci Apiaká.....	231
Figura - 239	Vestígios da parede de barro de um antigo forno de torrar farinha..	231
Figura – 240 a 247	Vestígios de bens industrializados encontrados próximos das antigas casas de Fernando Apiaká.....	232
Figura - 248	Mapa do sítio Ywantã.....	233
Figura – 249 e 250	Área de coleta de superfície (10m ²) no centro do sítio. Roberto Hakay com fragmento de borda com decoração plástica (ungulada) coletada em superfície.....	234
Figura – 253 e 254	Sondagem 05 – solo e vegetação classificados como <i>ywi'on</i> (terra preta) e <i>Kofet</i> (capoeira).....	235
Figura – 255 e 256	Sondagem 10 – solo classificado como <i>ywi'on</i> (terra preta) no <i>kofet</i>	237
Figura – 257 a 260	Sondagem 11 – solo classificado como <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha) e vegetação <i>Kofe remejep</i> (Borda da Capoeira).....	237
Figura – 261 e 262	Sondagem 15 – ocorrência de material Arqueológico associado à <i>ywi'on</i> (terra preta) em área de floresta de terra firme (<i>ka'a rete</i>)...	238
Figura – 263 e 264	Sondagem 18 - solo classificado como <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha) e vegetação <i>Ka'a rete</i>	238
Figura - 265	Área de escavação do poço teste na porção central do sítio Ywantã.....	240
Figura - 266	Perfil norte do posso teste.....	241
Figura - 267	Mapa do Sítio Aldeia Tukumã (PA-TP-03).....	242
Figura – 268 e 269	Arewí Kaiabi com cerâmica coletada em superfície próxima a sondagem 7. Pará com a lâmina de uma faca e cerâmica resultantes da coleta de superfície.....	241
Figura – 270 a 272	Sondagem 05 - Solo preto (10YR 2/1) classificado como <i>Ywi'on</i> (terra preta) e vegetação de <i>kofet</i> (capoeira).....	243
Figura – 273 a 275	Sondagem 06 - Solo marrom (10YR 4/3) classificado como <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha), vegetação classificada como <i>Koferãm</i> (falsa capoeira).....	243
Figura – 276 e 277	Sondagem 12 – solo marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2) denominado <i>Ywi'on</i> (terra preta) em área de <i>kofet</i> (capoeira)..	245

Figura – 278 a 280	Sondagem 13 solo marrom amarelado (10YR 5/6) classificado como <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha). – vegetação denominada como <i>koferãm</i> (falsa capoeira).....	245
Figura - 281	Área de escavação do poço teste próxima a S-7.....	247
Figura - 282	Perfil norte do poço teste escavado no Sítio Aldeia Tukumã (PA-TP-02).....	249
Figura - 283	Tembetá de quartzo leitoso encontrado no nível 2 do poço teste.....	247
Figura - 284	Nível 6 – blocos de argila, carvão e mancha circular de sedimento.	248
Figura - 285	Mapa Aldeia Coelho.....	251
Figura – 286 e 287	Área de escavação do poço teste na área de roça da aldeia Coelho.	250
Figura - 288	Perfil Norte no poço Teste realizado no Sítio Aldeia Coelho (PA-TP-04).....	253
Figura - 289	Representação esquemática da história de vida de um território (Fonte: Zedeño, 1997).....	256
Figura - 290	Vista panorâmica do acampamento próximo ao Morro do Jabuti e detalhe dos abrigos, vestígios de fogueira, moquém e Lata de óleo deteriorada (Stuchi, 2007).....	259
Figura - 291	Exemplo de uma casa de pau a pique na aldeia Kururuzinho (Foto: Stuchi 2007).....	260
Figura - 292	Marcas de extração em seringueira (Foto: Stuchi, 2008).....	263
Figura - 293	Recipientes de coleta de látex (Foto: Stuchi, 2008).....	263
Figura - 294	Excedente de sementes de babaçu trazidas e utilizadas na defumação de seringa (Foto: Suchi, 2008).....	263
Figura - 295	Aldeia / acampamento Ximari em 2008. (Foto: Stuchi, 2008).....	295

INTRODUÇÃO: Histórico da Pesquisa e a Estrutura da Dissertação

Os Kaiabi constituem um grupo indígena Tupi, falante de uma língua pertencente à família lingüística tupi-guarani que, até o final do século XIX, habitou a região do vale do médio rio Teles Pires, no norte do Estado de Mato Grosso. Pressionados pelas frentes de expansão nacional de colonização do Brasil Central, parte do grupo deslocou-se em direção ao extremo norte do estado, empreendendo, no início do século XX, a ocupação da Terra Indígena Kaiabi: localizada nos Municípios de Jacareacanga (PA) e Apiacas (MT), no baixo curso do rio Teles Pires.

A proposta para trabalhar na Terra Indígena Kaiabi nasceu de minha experiência etnográfica junto a esta população, quando ainda era estudante do curso de Ciências Biológicas, na Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), em Alta Floresta. Este município, localizado extremo no norte de Mato Grosso - a 800 km da capital Cuiabá –, foi criado em um processo de colonização recente da região, contando hoje com uma história oficial de apenas 30 anos de existência e “êxito” de seus colonizadores. A presença de populações indígenas por sua vez, remonta a um longo período e é atestada tanto pelas informações históricas, quanto pela ocorrência de vestígios arqueológicos na região.

No ano de 2002, engajei-me em um projeto de pesquisa arqueológica coordenado pela UNEMAT/AF, que visava estudar um acervo de fragmentos de cerâmica e artefatos líticos polidos formado a partir de doações dos moradores da região. Os materiais haviam sido coletados sem qualquer metodologia arqueológica e estavam sem informações quanto à sua procedência. Apesar da falta de referências do acervo, iniciei a análise e as primeiras leituras sobre arqueologia. Com o tempo, percebi que pouco poderia ser realizado com este material. Diante disso, resolvi realizar um levantamento arqueológico na porção nordeste do município com o objetivo de constatar a existências de sítios e ocorrências arqueológicas na área. Como resultado foram registrados 30 locais com a presença de material arqueológico (fragmentos de cerâmica e artefatos lítico polido). Além disso, tive a oportunidade de conhecer várias coleções particulares e de obter informações sobre outros locais com ocorrências semelhantes (Stuchi, 2004). Os resultados desta pesquisa vinham ao encontro das considerações de Pardi (1995-96: 304) sobre o potencial arqueológico e etnoarqueológico da região. Esta arqueóloga havia realizado uma pesquisa arqueológica

na região do interflúvio Juruena-Teles Pires e visitado as Terras Indígenas Kaiabi e Munduruku.

Na mesma época em que desenvolvia o trabalho de prospecção, tive a oportunidade de conhecer os Kaiabi, por ocasião de um polêmico seminário sobre a Hidrovia Teles Pires-Juruena-Tapajós, chamando-me a atenção a manifestação contrária de algumas lideranças indígenas ao empreendimento. A partir de então, durante as vindas de alguns Kaiabi a Alta Floresta¹, passei a estabelecer uma relação de aproximação e de confiança com eles, o que me possibilitou uma primeira visita à T. I. Kaiabi. Tinha por objetivo registrar, audiovisualmente, uma importante reunião que ocorreria na aldeia Kururuzinho, local onde os moradores das demais aldeias se reúnem para encontros que envolvem toda a comunidade. Na ocasião se tratava do encontro entre lideranças Kaiabi, funcionários da FUNAI e militares responsáveis pelo Campo de Prova da Aeronáutica, onde se buscava resolver um problema gerado há alguns anos atrás, quando o INCRA, em 1988, sem consulta prévia à FUNAI teria doado terras ao Exército e Aeronáutica que incidiam sobre parte da T. I. Kaiabi, fato que estava travando sua demarcação².

Nessa reunião, os Kaiabi decidiram abrir mão da porção de sua reserva onde se sobrepunha o Campo de Prova Brigadeiro Veloso, aproveitando o momento para denunciar as invasões que estavam ocorrendo em ambas as áreas e propor parceria à sua vigilância. A reunião e a visita possibilitaram um maior conhecimento sobre o momento histórico vivenciado pelos Kaiabi e a demarcação de sua reserva o que, por sua vez, veio a nortear o tipo de relação que passei a estabelecer com os Kaiabi, ao longo das fases de elaboração, apresentação e discussão do projeto de pesquisa.

¹ Os Kaiabi possuem uma casa em Alta Floresta onde permanecem, durante suas atividades neste município. A mesma se encontra a 163 km do acesso por terra a área indígena Kaiabi.

² A demarcação da T. I. Kaiabi teve início no ano de 1940, quando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) requereu ao governo do estado do Pará a concessão de 1.790.000 ha aos Kaiabi presentes no baixo Teles Pires. Na ocasião, em 1945, foram concedidos apenas 166.500 ha. Em 1982 a demarcação foi concluída, porém, com a exclusão de áreas em seus limites norte e sul, ficando com o total de 117.246 ha (ver Figura 1). Alguns Kaiabi que ocupavam a parte sul do território se viram excluídos na demarcação, ficando de fora da terra que lhes havia sido destinada (Processo FUNAI/BSB/1776/82, p.60.). Em 1988, técnicos da FUNAI fazem uma proposta de interdição das áreas excluídas e em 1990 é interdita uma área ao sul da T. I. Kaiabi denominada como “Gleba Sul”, com 52.500 há (Portaria n-573, publicada no Diário Oficial da União de 29/06/90.). Enquanto isso, uma área ao norte foi interdita como parte da área Munduruku (ver Figura 1). Em 1994, um grupo de trabalho coordenado por uma antropóloga, que reconhece a T. I. como de ocupação tradicional do grupo (conforme artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988) e propõe sua demarcação com uma ampliação de seus limites para 1.400.000 ha, considerando inclusive áreas do estado do Mato Grosso, também utilizadas pelos Kaiabi (ver Figura 1). Em 1999, é publicada a Portaria da FUNAI que identifica e delimita a T. I. Kaiabi e, em 2002, é publicada a portaria do Ministério da Justiça que a declara como de posse permanente e usufruto exclusivo dos mesmos.

Como resultado desta reunião, o Ministério da Justiça acaba por excluir em favor da Aeronáutica, a área sobreposta à T. I. Kaiabi, passando a área indígena a ter sua configuração atual (Figura 1).

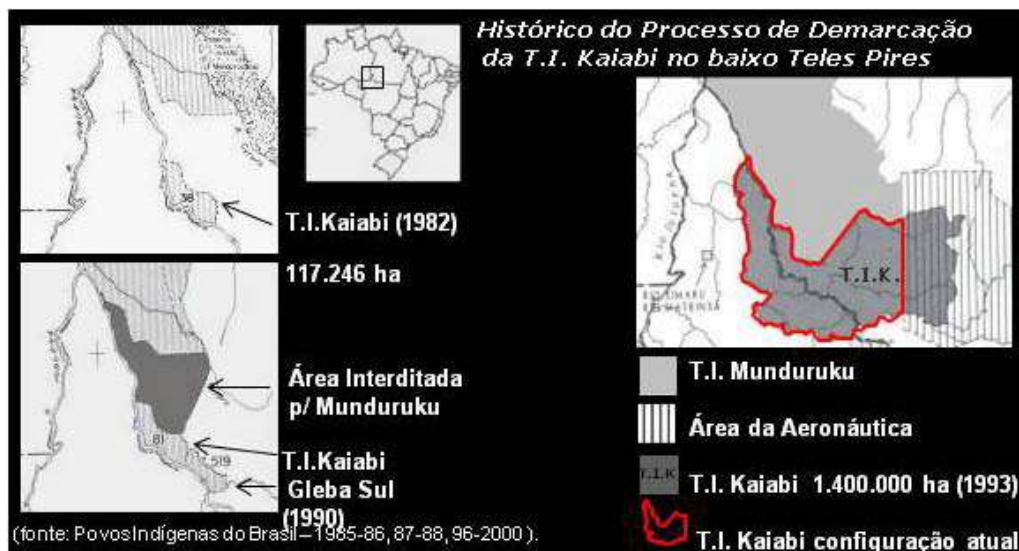


Figura 1 Dimensões espaciais da T. I. Kaiabi ao longo do histórico do processo de demarcação.

Neste mesmo período, apesar das operações de vigilância conseguirem um relativo controle das invasões, a situação volta a se agravar, pois com a redução da área os organismos internacionais financiadores interrompem as doações destinadas à sua demarcação³. Ao mesmo tempo, o Superior Tribunal de Justiça, em 2003, cancela os efeitos da portaria ministerial declaratória da T. I. Kaiabi, em decorrência da concessão de liminar relativa a dois mandados de segurança, sendo mais uma vez paralisado o processo de demarcação. Como consequência, as invasões voltam a se agravar, sendo também registradas inúmeras ameaças explícitas aos Kaiabi, deixando-os socialmente estressados ao ponto de gerar crises de liderança e de manutenção da subsistência socioeconômica e o abandono de algumas de suas obrigações sociais e produtivas (Carreira, 2003).

Em 2004, passei a integrar uma equipe que, por iniciativa conjunta da FUNAI, IBAMA e a SSAC (Sociedade Formigas), visitou a T. I. Kaiabi para desenvolver um diagnóstico participativo junto à população, o que resultou em um relatório detalhado da

³ Trata-se do PPTAL/Programa Integrado de Proteção e Terras Indígenas da Amazônia, integrado ao PPG-7/Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Seu principal doador, a agência de fomento alemã GTZ, exigiu que o Estado brasileiro assumisse por escrito o compromisso com a preservação ambiental da área excluída pelo Ministério da Justiça para seguir financiando o processo demarcatório, isso porque o parlamento alemão aprovou uma cláusula no contrato de doação para o programa que impede o uso de dinheiro alemão para financiar terras diminuídas pelo Decreto 1775.

situação acima descrita⁴. Em meio ao desenvolvimento do diagnóstico tive a oportunidade de realizar uma visita a uma antiga aldeia Kaiabi, onde observei a ocorrência de alguns fragmentos cerâmicos. Nesta ocasião, os Kaiabi que me acompanhavam relataram a existência de outras aldeias por eles ocupadas com a presença dos mesmos vestígios.

Nesse mesmo período, o meu “livro de cabeceira” era o *Laudo de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaiabi*, elaborado pela antropóloga Patrícia Rodrigues de Mendonça, em 1994. Além de ser constituído de uma revisão bibliográfica sobre a história dos Kaiabi, o documento trazia a informação sobre a existência de quarenta antigas aldeias por eles ocupadas e abandonadas ao longo de quase um século de trajetória de ocupação na área.

O conjunto destas informações, bem como a tensa situação vivida pelos Kaiabi me motivou a elaborar essa pesquisa, cujo enfoque etnoarqueológico tivesse como objetivo primeiro, contribuir para a construção da história Kaiabi na área por eles reivindicada e, conseqüentemente, fornecer novos dados e propiciar discussões teórico-metodológicas à arqueologia brasileira.

Em um primeiro momento, o achado de fragmentos cerâmicos na antiga aldeia visitada, associado à constatação bibliográfica de que os Kaiabi eram um grupo ceramista (Schmidt, 1929; Grünberg e Grünberg, 1967; Villas-Bôas, 1989; Grünberg, 2004) e acrescido dos breves relatos orais de que teriam desenvolvido essa atividade na área de pesquisa, motivaram a proposta de desenvolver um trabalho com ênfase na cultura material, mais especificamente a cerâmica. Naquele momento dispunha de dados que relacionavam um potencial de investigação de pelo menos quarenta assentamentos (Mendonça, 1994). Isso permitiria, em tese, analisar os processos de continuidade e mudança cultural vivenciados pelos Kaiabi neste território, a exemplo do que havia sido realizado em trabalhos como o de Wüst (1990), em suas pesquisas junto às antigas aldeias dos Bororo Orientais, no Mato Grosso, e de Heckenberger (1996; 2001) com os Kuikuro no Alto Xingu. Contudo, como bem salientou Wüst (1990):

...“a pesquisa arqueológica em áreas nas quais ocorre uma continuidade entre grupos etnográficos e os vestígios arqueológicos, representa um desafio no estudo de processos que envolvem continuidades e rupturas, manutenção ou abandono de

⁴ IBAMA. 2004. *Relatório da Oficina de Comunidade na Terra Indígena Kaiabi* – Aldeia Kururuzinho Municípios de Jacareacanga-PA e Apiacás-MT. MMA/IBAMA/ Escritório Regional de Alta Floresta/MT.

tradições e/ou fronteiras estilísticas, isso vale sobre tudo para os contextos do impacto entre sociedades nativas e os colonizadores”.

De volta a campo, com ouvidos, olhos e a mente mais abertos, entendi melhor as palavras supracitadas. Os Kaiabi já há algum tempo não mais produziam as ditas “panelas de barro” e como veremos, tornara-se difícil por meio dos relatos orais identificar até quando e onde teriam sido manufaturadas. Quanto aos vestígios arqueológicos outrora observados, uma segunda visita a área possibilitou evidenciar que os mesmos encontravam-se dispersos predominantemente nas áreas de roça de suas aldeias, ocorrendo em associação com depósitos de terra preta arqueológica.

Tais fatos, por um lado reduzem as possibilidades dos vestígios serem associados aos Kaiabi, mas por outro, representam um exemplo de como tradicionalmente os Kaiabi priorizavam a escolha de áreas já manejadas no passado para a implantação de suas roças e conseqüentemente de suas aldeias (Villas Bôas, 1989; Silva *et al.* 1999; Schmidt, 2001; Grünberg, 2004). Como veremos, eles são os últimos, dentre outros povos indígenas que teriam se sucedido e até mesmo co-existido neste território que se configura como um palimpsesto de ocupações, abandonos e reocupações no baixo Teles Pires.

A idéia de palimpsesto na Arqueologia pressupõe justamente uma diversidade e dinâmica de ocupação nos assentamentos. Ou seja, que um mesmo local ou sítio arqueológico pode ter sido ocupado diversas vezes por sociedades culturalmente diferenciadas através do tempo, ou ainda, de diversas maneiras diferentes pela mesma sociedade durante um determinado período, sendo que ambas as possibilidades podem resultar em conjuntos de materiais arqueológicos diversos e dispostos espacialmente de modo muito complexo (Binford, 1980, 1983, 1991; Kent, 1987; Panja, 2003).

Recentemente, alguns autores têm encarado não somente os sítios enquanto palimpsestos, mas também as paisagens que passam a ser adjetivadas como contingentes, sociais, culturais e sagradas (Barton *et al.*, 2004; Carroll *et al.*, 2004; Stewart *et al.*, 2004; Whitridge, 2004; Zedeño, 1997). Neste sentido, a presente dissertação procura demonstrar como este palimpsesto se imprime na paisagem da T. I. Kaiabi e como os Kaiabi concebem estas paisagens com que interagem.

Entender esta dinâmica de ocupações e reocupações dos sítios arqueológicos e das paisagens implica em entender também as estratégias de escolha, utilização e abandono dos mesmos. Neste sentido, alguns estudos têm sido produzidos não apenas para explicar os comportamentos de abandono em relação aos materiais que foram

deixados nos sítios arqueológicos, mas também em relação aos processos de reassentamento e migração (Cameron & Tomka, 1993; Nelson, 2000).

A partir de dados etnográficos, históricos e arqueológicos disponíveis para a T. I. Kaiabi, a presente dissertação também tem como objetivo entender a trajetória de ocupação e formação deste território. Neste sentido, mostrou-se apropriado a aplicação do modelo denominado de “história de formação territorial”, concebido por Zedeño (1997) a partir do estudo etnoarqueológico da formação do território dos índios pueblos Hopi, do Arizona, e generalizado para o estudo de formação territorial de outros casos pré-coloniais. Zedeño (1997:73) sustenta a noção de território enquanto objetos agregados – constituídos por terra, recursos naturais e objetos feitos pelo homem – reunidos historicamente através de processos dinâmicos de interação sócio-ambiental.

Cabe ressaltar que tentar entender a trajetória histórica de formação dos territórios torna-se crucial em contextos de pesquisa arqueológica em territórios indígenas, pois é este conhecimento que, muitas vezes, torna-se “o fundamento dos direitos territoriais indígenas e a manutenção dos seus modos de vida (Cf. Carneiro da Cunha, 1998; Funari, 2007:)

Em todo o mundo os arqueólogos vêm sendo chamados a se posicionar frente às questões relativas à definição de posse e delimitação das terras indígenas e preservação do patrimônio arqueológico encontrado nas mesmas. Neste sentido, pesquisas dessa natureza se tornam cada vez mais necessárias e o diálogo entre a Arqueologia, a Etnologia e a História Indígena é imprescindível para um entendimento mais aprofundado e diversificado a respeito dessas populações que se vêem, constantemente, ameaçadas em sua autodeterminação (Heckenberger, 2004; Eremites de Oliveira, 2006; Eremites de Oliveira & Pereira, 2009; Fausto, 2006; Dias, 2009).

Além disso, o próprio conhecimento produzido pela arqueologia vem sendo questionado pelas interpretações das populações nativas (p.ex. Anawak, 1996; Leclair, 2005; Nassaney, 1994; Parker, 2005; Sutton, 2005; Watkins, 2005).

Dentro desta perspectiva, faz-se necessário uma leitura das evidências materiais deixadas pelas populações indígenas do passado, não só pela arqueologia, mas também, a partir das interpretações feitas pelas populações indígenas contemporâneas, pois como demonstram alguns autores, a interpretação e resignificação dos vestígios do passado é uma prática vivenciada por diferentes populações em todo mundo (Layton, 1985, 1989; Eluyemi, 1994; Christie-Shults, 1992).

A exemplo de algumas pesquisas já desenvolvidas no Brasil (vide Frickel, 1961 e 1964; Silva, 2000 e 2002; Fordred, Neves & Green, 2001), a pesquisa entre os Kaiabi nos permite também verificar como eles interpretam os contextos arqueológicos encontrados em seu território e assim colaborar com as discussões teórico-metodológicas de pesquisas arqueológicas em terras indígenas.

Mediante todas essas considerações me antecipo a concluir que, investigar a história de ocupação da Terra Indígena Kaiabi é uma tarefa complexa. Compreender em três anos e meio de pesquisa uma trajetória de um século faz desta dissertação o início de uma longa caminhada, cujos primeiros passos se traduzem nos capítulos que a constituem:

O primeiro capítulo consisti de uma reflexão abrangente sobre as discussões relativas à prática da arqueologia em território indígena. Em um segundo momento passo a relatar como se deu o processo de negociação e obtenção da autorização da pesquisa, observando, inclusive, os questionamentos feitos pelos Kaiabi e meu posicionamento frente a estes.

O capítulo dois se inicia com uma revisão bibliográfica sobre a ocupação territorial Kaiabi, primeiramente abordando a ocupação exercida pelo grupo no vale do médio Tele Pires, desde os primeiros relatos históricos, na primeira metade do século XIX, até o fim da primeira metade do século XX. Em seguida, apresento uma síntese sobre a diáspora Kaiabi, ou seja, os deslocamentos empreendidos por eles, como resultado final do processo de colonização de seu território. Ao final apresento, em síntese, algumas características etnográficas do grupo que acredito sejam pertinentes ao para o melhor entendimento da trajetória de ocupação como, subsistência, organização sócia e padrão de assentamento. Estas são acompanhadas de considerações sobre a situação atual.

No capítulo tres minhas atenções se voltam a Terra Indígena Kaiabi (MT/PA), onde faço uma descrição de suas características físicas com o objetivo de apresentar as bases ambientais em que se desenrolaram as ocupações na área. Primeiramente são descritas cada uma de suas formações fitoecológicas, evidenciando a diversidade de ambientes resultantes dos contatos ou tensões entre diferentes formações, conformando os encaves e/ou ecótonos. Na seqüência, essa diversidade é enfatizada a partir de discussões em torno da ação antrópica conformando paisagens, processo evidente na

Amazônia e observado na T. I. Kaiabi. Por fim, são apresentadas as informações disponíveis sobre como os Kaiabi caracterizam os ambientes com que interagem, base para o melhor entendimento de suas escolhas e da dinâmica de utilização do espaço.

No quarto capítulo o foco passa a ser a ocupação da área do baixo Teles Pires. Inicialmente, apresento os dados arqueológicos disponíveis que atestam a ocupação pré-colonial da região, se tratando de uma área praticamente desconhecida arqueologicamente. Em seguida, apresento uma revisão bibliográfica sobre a ocupação indígena dessa região nos últimos dois séculos. Por fim trato mais especificamente da trajetória histórica de uma parcela dos Kaiabi que, desde o início do século XX até os dias atuais tem ocupado a área que se constitui como T. I. Kaiabi.

O capítulo cinco é constituído inicialmente por uma síntese dos pressupostos teóricos da abordagem etnoarqueológica nos diferentes paradigmas da arqueologia, e sua possível abordagem como arqueologia do presente. Em seguida são descritos os procedimentos metodológicos e resultados obtidos com a pesquisa etnoarqueológica nas aldeias atuais e antigas. Na última parte são apresentados os procedimentos metodológicos e resultados obtidos com o a pesquisa arqueológica em sete áreas investigadas. Estes vêm a constatar a ocupação pré-colonial da área. Consta para cada sítio pesquisado dados sobre a correlação entre arqueologia e a características ambientais de solo e vegetação, segundo a classificação dos Kaiabi.

O capítulo seis, em certa medida, apresenta algumas conclusões entorno da caracterização da T. I. Kaiabi enquanto palimpsesto da ocupação do baixo curso do rio Teles Pires. São retomados dados históricos, etnográficos e etnoarqueológicos com o intuito estabelecer uma história de formação do território Kaiabi e são feita algumas discussões no que diz respeito aos processos ocupação, reocupação e abandono das aldeias.

Ao cabo desta dissertação, espero com os primeiros passos desta caminhada não ter tropeçado. Neste sentido, retomo nas **Considerações Finais** algumas das proposições iniciais seguidas, em síntese, dos resultados obtidos e observações quanto as perspectivas futuras para a continuidade desta pesquisa.

CAPÍTULO 1: Arqueologia em Terra Indígena

O patrimônio arqueológico e a sua relação com as Terras Indígenas é matéria fundamental no Brasil. O tema começa a receber atenção do poder público, particularmente do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que organizou em novembro de 2007, em Manaus, o “*I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico*”. Das várias sessões, uma reuniu arqueólogos, antropólogos e representantes indígenas para debater a “*Preservação do Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas*”. Além dos *papers* a sessão publicou uma moção com diretrizes e recomendações às futuras ações em terra indígena no Brasil.

Foi uma iniciativa importante face ao incremento da demanda por pesquisas arqueológicas na última década, devido à força da legislação e da sua observação pelas instâncias fiscalizadoras. A dinâmica econômica brasileira vem resultando no crescimento de empreendimentos diversos que afetam os terrenos que guardam o patrimônio arqueológico. Neste cenário o impacto sobre este patrimônio alcança uma escala inédita e novos problemas e atores se destacam. De fato, os problemas já ocorriam e os atores estavam há muito em cena, mas não ganhavam a devida atenção dos arqueólogos e dos poderes públicos.

A pesquisa arqueológica em Terras Indígenas e, conseqüentemente, a gestão e a preservação do seu patrimônio arqueológico é assunto polêmico no Brasil, onde residem mais de 500 mil indígenas. Nos últimos anos ocorreram discussões acirradas entre cientistas e indígenas, sobre a condução da pesquisa realizada nestas Terras e sobre as interpretações dos registros arqueológicos. Há questionamentos sobre os usos científicos, políticos, sociais e econômicos das pesquisas e da sua repercussão na construção do conhecimento, no desenvolvimento econômico e na autodeterminação e soberania territorial indígena (Fausto, 2006; Robhran-González, 2006; Eremites de Oliveira, 2006).

Em outros países, graças à heterogeneidade dos envolvidos, o debate é acompanhado da reflexão sobre a herança política da arqueologia. A história da disciplina mostra que ela nasceu e foi desenvolvida sob a égide colonialista, na hegemonia do pensamento ocidental, dos projetos econômicos e políticos das elites dominantes. Para alguns autores, ela produziu, em muitos contextos, conceitos e

perspectivas etnocêntricas sobre o passado, não levando em consideração a voz nativa e a sua história, que ficaram praticamente invisíveis nos apontamentos oficiais da disciplina. Aos nativos, geralmente, coube apenas a subserviência e o papel de peão ou de fornecedor de alimentos durante as pesquisas de campo (vide Rubertone 1994; Wobst, 2005; Silliman, 2005; Shepherd, 2003). Para estes autores, inclusive, a arqueologia ainda não se libertou efetivamente do etnocentrismo, dificultando o empenho em entender a história colonial e a história indígena:

Na essência, arqueologia é um empenho colonialista. Ela está embasada e, geralmente, perpetua os valores da cultura ocidental. Privilegiando o material sobre o espiritual e o científico sobre o religioso, a prática arqueológica está solidamente enraizada nos modos ocidentais de conhecer o mundo. No começo do século XXI, é uma evidência que o “fazer” arqueológico é um ato político e os arqueólogos rotineiramente reconhecem que muitos grupos têm direitos e responsabilidades nos temas, materiais e locais que são estudados. No entanto, embora o modo como a arqueologia é praticada seja de grande consequência para os povos colonizados do mundo, as relações entre arqueólogos e membros dos grupos indígenas continua sendo desigual e assimétrica (Smith e Wobst, 2005:5)

O exemplo da Bolívia, um país onde os indígenas são a maioria da população, é paradigmático. Condori (1994) e Kojan e Angelo (2005) ressaltam que durante décadas a história dos povos indígenas, incluindo a prática arqueológica, foi contada pela voz do colonizador. Segundo eles, a prática arqueológica ligou-se estreitamente ao desenvolvimento do nacionalismo e à legitimação das políticas sociais contemporâneas, contribuindo na manipulação ideológica que ignorou a efetiva presença das populações nativas na construção dos monumentos e da própria Bolívia.

Nas últimas décadas, várias populações indígenas em todo mundo têm se mobilizado e tentado estabelecer o movimento de “descolonização” das práticas arqueológicas em seus territórios, bem como da produção do conhecimento sobre a história indígena (Smith e Wobst, 2005). Episódios envolvendo o repatriamento de bens arqueológicos e, especialmente, de restos humanos e a disputa pela manutenção e/ou reapropriação de territórios tradicionais, são reiteradamente relatados na bibliografia, quase sempre revelando os desencontros entre os interesses indígenas, os empreendimentos econômicos, os museus, os pesquisadores e entre a própria Justiça que é chamada a atuar como mediadora dos conflitos, mas que nem sempre consegue fazê-lo a contento (Zimmerman, 1994; Byrne, 2004; Stapp e Longenecker, 2005; Leclair, 2005; Parker, 2005; Sutton, 2005; Endere, 2005; Wharton, 2005).

Em alguns países, a exemplo dos EUA e Austrália, tais desencontros resultaram em longos debates judiciais e a elaboração de legislações específicas para disciplinar a

pesquisa e o gerenciamento do patrimônio arqueológico em terras indígenas (Watkins, 2005; Isaacson e Ford, 2005; Jackson e Smith, 2005). Além disso, algumas populações indígenas estabeleceram parcerias com os cientistas para orientar e contribuir, tanto na pesquisa arqueológica quanto na interpretação e divulgação dos dados e preservação do patrimônio (Anawak, 1994; Leavesley, Minol, Kop e Kewibu, 2005; Wijnjorroc, Manaburu, Brown e Warner, 2005). Os indígenas buscam a formação acadêmica, pesquisando sua própria história, redimensionando, reinventando metodologias arqueológicas, bem como apresentando novas interpretações dos dados (Million, 2005). A história oral, a cosmologia, os valores nativos passam a nortear as pesquisas e são preconizados como formas legítimas de produção de conhecimento:

Os modos indígenas de conhecer o mundo podem não ser válidos de uma perspectiva científica estritamente ocidental, mas eles são válidos de uma perspectiva indígena e continuam a ordenar a realidade indígena. O conhecimento indígena é holístico, mais do que reducionista, vendo o universo como uma entidade vivente; ele é experiencial mais do que positivista, sustentando que experiências que não podem ser medidas não são menos reais do que aquelas que podem ser medidas. O contraste entre o modo indígena e o modo ocidental de perceber o mundo e aprender sobre ele resulta na diferença de opinião que comumente ocorre entre povos indígenas e arqueólogos. Se os arqueólogos ou cientistas de outras disciplinas ocidentais desejam entender e se comunicar melhor com os povos indígenas, eles precisam estar abertos à idéia de que a ciência ocidental não é o único método a partir do qual o conhecimento pode ser criado; outros povos têm sido bem sucedidos em criar conhecimento com seus próprios métodos (Harris, 2005:36).

Este movimento de “descolonização” da arqueologia não é tarefa fácil, tanto pelos indígenas, quanto pela comunidade científica e demais agentes públicos e privados envolvidos nas demandas das terras indígenas. Existem inúmeras reflexões sobre os problemas e as possibilidades de se trabalhar nesta perspectiva. O exemplo destas experiências demonstra que a pesquisa precisa: 1) definir a população indígena; 2) obter permissão; 3) selecionar os interlocutores e colaboradores para orientar e auxiliar na pesquisa; 4) obter informações prévias sobre os registros arqueológicos; 5) receber aprovação dos indígenas para analisar e divulgar o material arqueológico; 6) construir o conhecimento e disseminar os resultados a partir de uma perspectiva intercultural. Tais ações e procedimentos, por sua vez, implicam em diferentes situações e problemas a serem vivenciados e resolvidos no transcorrer da pesquisa.

Na escolha da população a ser estudada e a obtenção de permissão para a pesquisa não basta considerar a relevância científica e/ou as possibilidades logísticas da pesquisa. É preciso considerar suas facções sociais, cujos interesses e a compreensão em relação à pesquisa podem ser discordantes entre si e gerar tensões políticas que possam

inviabilizar a pesquisa (Zimmermann, 2005; Green, Green e Neves, 2003). Portanto, é fundamental que a negociação para obter a autorização da pesquisa seja realizada antecipadamente junto às lideranças políticas e com as organizações indígenas e, quando for o caso, com os órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento das terras indígenas. Os pesquisadores devem detalhar o teor do seu projeto e como ele afetará a vida da comunidade (Leavesley, Minol, Kop e Kewibu, 2005; Zimmermann, 2005; Jackson e Smith, 2005).

Na escolha dos interlocutores indígenas e da consequente obtenção de informações sobre os registros arqueológicos, é fundamental que o arqueólogo seja tolerante em relação à vontade e à autoridade da comunidade indígena, especialmente, das suas lideranças espirituais e políticas a fim de evitar tensões durante a pesquisa. Os interlocutores, normalmente, são definidos pelo seu prestígio social, pelo domínio dos conhecimentos nativos, pela sua capacidade de compreensão do idioma do pesquisador e/ou de suas premissas epistemológicas, pela sua identificação com o pesquisador, pelos seus próprios interesses na pesquisa - intelectuais, econômicos, políticos, etc. A escolha de interlocutores com prestígio e conhecimento é fundamental para que o pesquisador obtenha as informações arqueológicas que procura, sendo muitas vezes a chave para uma pesquisa bem sucedida. Respeitar essas decisões da comunidade evita que o pesquisador acesse conhecimentos e sítios arqueológicos de acesso restrito ou, por outro lado, consiga identificá-los e tratá-los conforme as determinações e prescrições culturais do grupo estudado (Zedeño, 1994; Stewart, Keith e Scottie, 2004; Anawak, 1994; Wijnjorroc, Manaburu, Brown e Warner, 2005; Jackson e Smith, 2005).

A aprovação nativa para a análise e a divulgação do material arqueológico, bem como a construção do conhecimento e a disseminação dos resultados da pesquisa a partir de uma perspectiva intercultural, talvez sejam os aspectos mais relevantes e, também, os mais difíceis de serem levados a cabo neste movimento pela descolonização da prática arqueológica. Normalmente, os arqueólogos não estabelecem parcerias com os nativos para a interpretação ou divulgação dos dados pesquisados. Isto acontece, principalmente, porque as abordagens relativas à produção do conhecimento, geralmente, não são as mesmas entre arqueólogos e indígenas, o que dificulta a compreensão consensual sobre os fenômenos observados. Neste sentido, a construção intercultural do conhecimento e a parceria no processo de divulgação só podem ser realizadas a partir de uma perspectiva multivocal (Isaacson e Ford, 2005).

A descolonização da arqueologia indígena na prática envolve uma redefinição dos papéis, direitos e responsabilidades tanto dos arqueólogos como dos povos indígenas... têm de envolver uma mudança nas relações de poder (Jackson e Smith, 2005:346)

1.2. O processo de negociação para a realização da pesquisa na Terra Indígena Kaiabi

Na fase de elaboração da pesquisa foram realizadas duas visitas à T. I. Kaiabi, nos anos de 2005 e 2006, tendo como objetivo discutir a proposta de trabalho e, ao mesmo tempo tratar da autorização necessária ao seu desenvolvimento. A primeira visita para discutir a pesquisa ocorreu em 2005 e coincidiu com uma semana de intensas reuniões entre membros da comunidade Kaiabi do baixo Teles Pires e lideranças da mesma etnia vindas do P. I. Xingu. Nessas circunstâncias, os momentos oportunos à proposição da pesquisa e sua discussão aconteceram intercalados a tais reuniões que, por sua vez, tinham como pauta principal o planejamento de uma ação conjunta entre os Kaiabi de ambas as áreas, visando conter as invasões que ocorriam na T. I., haja vista o agravamento da situação supracitada (Figura 2).



Figura 2 Ambiente de uma das reuniões do pesquisador com os Kaiabi.

A proposição da pesquisa foi pautada em seu principal objetivo: desenvolver um estudo etnoarqueológico sobre a história de ocupação da área pelos Kaiabi a partir da localização e caracterização das quarenta antigas aldeias por eles ocupadas e que haviam sido citadas no trabalho de identificação e delimitação da área, realizado por Mendonça (1994).

Dentre às questões levantadas, podemos destacar como principal e mais representativa, aquela relativa à possibilidade da pesquisa ajudar na demarcação da área. Segundo os Kaiabi, muitos estudos já haviam sido feitos no tocante a essa questão, porém até o presente momento não havia resultados concretos e nem mesmo o retorno das informações outrora coletadas. Sua queixa se referia aos estudos que já haviam sido feitos por autoridades e antropólogos designados por órgãos governamentais. Foi esclarecido que a pesquisa a ser realizada tinha uma conotação diferente daquelas designadas oficialmente para a demarcação da terra, mas que seus resultados poderiam igualmente ser úteis às negociações.

Antes de ocorrer esta reunião, um antropólogo designado pelo Ministério Público Federal, havia elaborado um laudo pericial¹ mediante o processo que paralisara a demarcação da área. Na ocasião dispúnhamos de uma cópia do laudo que, segundo solicitação dos Kaiabi, foi lido para todos durante as reuniões. Em seu conteúdo, dentre os questionamentos a serem respondidos pelo antropólogo, um em particular chamou minha atenção, bem como a dos Kaiabi participantes da reunião e acabou fornecendo argumentos cabíveis para a discussão da aplicabilidade de minha pesquisa como subsidio ao processo de demarcação da área: “*Há aldeias permanentes dos índios Kayabi na área proposta para nova demarcação dentro do Estado do Mato Grosso? Existem vestígios de aldeia?*” (Grifos meus) *Existe algum cemitério indígena?*” (página 47 dos Autos). Cabe observar, como foi veiculado em um artigo publicado em revista de circulação no estado do Mato Grosso – *Produtor Rural* (06/2006), que tais questionamentos consistiram nos argumentos principais para o pedido de uma liminar que suspendeu o processo de demarcação.

No laudo judicial, o fato do segundo ponto do questionamento não ter sido respondido, observando que existem menções sobre o terceiro questionamento em outras páginas dos Autos, tornou os objetivos da pesquisa em localizar e/ou visitar as antigas aldeias e registrar os vestígios materiais nelas encontrados, possíveis formas de geração de dados e um contribuição potencial para o processo de demarcação.

Num segundo momento, a apresentação dos procedimentos metodológicos, em especial, aqueles relativos à coleta dos vestígios materiais gerou questionamentos quanto ao destino dos mesmos. Os Kaiabi salientaram que os materiais encontrados em suas antigas aldeias os pertenciam e que não seria interessante que fossem levados para longe, pois isso os impediria de vê-los, principalmente, as crianças para quem era de extremo interesse que tivessem contato com o “material de antigamente”; este foi um dos momentos mais difíceis da negociação. Para tentar resolver a tensão, foram apresentadas as justificativas legais e científicas para a não permanência do material na T. I. Kaiabi. Após algumas discussões paralelas os argumentos acabaram sendo aceitos pela maioria, enquanto que os demais requisitaram uma averiguação quanto às possibilidades de se construir um museu na própria T. I. Kaiabi.

¹ Laudo antropológico referente ao processo Nº-2004.2130-5/9200 (Justiça Federal, 3ª Vara Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso).

A respeito dos participantes da reunião, estiveram presentes os chefes de família de todas as aldeias, especialmente, os interlocutores de Mendonça (1994) que, por sua vez, passaram a ser meus principais interlocutores como, por exemplo, o Cacique Atu Kaiabi e João Kaiabi. Ambos são filhos do finado Manoel Kaiabi (o Maneco), líder do grupo que, em 1970, resistiu à remoção do grupo para o Xingu. Além destas lideranças estavam também José Kaiabi, forte liderança local e Fernando Apiacá, líder de um pequeno grupo que empreendeu uma jornada, por terra, do Xingu ao baixo Teles Pires. Estavam presentes também os poucos anciãos ainda vivos na área e alguns jovens que se ocupavam de traduzir-lhes o conteúdo das discussões. Dentre as lideranças vindas do Xingu, chamou a atenção a presença de uma liderança Kaiabi que, na ocasião, era presidente da Associação das Terras Indígenas do Xingu-ATIX. A ele coube, na maioria das vezes, o papel de intermediador das negociações e o papel de realizar consultas a terceiros como, por exemplo, de representantes da FUNAI, outros pesquisadores, representantes de ONGs e outras lideranças do Xingu sobre as implicações da realização dessa pesquisa. Ao final dessa primeira etapa de discussão, embora tenha recebido apoio e aprovação de alguns Kaiabi, não houve uma resposta definitiva, ficando essa condicionada às discussões internas e às consultas a terceiros.

Em 2006, retornamos a T. I. Kaiabi para retomar as discussões concernentes a autorização da pesquisa que, por sua vez, veio a ser concedida depois de uma reunião onde se fizeram presentes alguns chefes de família, sendo registrada também a participação do chefe de posto que veio a intermediar as discussões, procurando dar maiores esclarecimentos sobre a relevância da pesquisa para a comunidade. Diante dessa situação pudemos nos centrar na apresentação de aspectos mais detalhados da pesquisa.

Um dos pontos que foi bastante enfatizado foi o aspecto etnográfico que envolve uma pesquisa etnoarqueológica. Em minhas explanações procurei explicar que estávamos interessados em entender o modo de vida dos Kaiabi e, especialmente, os aspectos relativos ao modo como eles faziam uso do espaço intra-aldeia e inter-aldeias. Isto nos ajudaria a identificar as antigas aldeias, os seus vestígios materiais nelas existentes e, além disso, nos proporcionaria entender como estas aldeias estariam distribuídas na paisagem. Uma das poucas observações feitas pelos Kaiabi nessa segunda etapa de exposição da pesquisa foi a de que estes conhecimentos só poderiam ser alcançados se os pesquisadores passassem um longo período na área. Segundo eles,

esta havia sido a falha das pesquisas anteriores, caracterizadas por curtas permanências dos pesquisadores.

Nessa etapa também foi questionada a possibilidade da pesquisa conseguir auxiliá-los a receber indenizações relativas às perdas dos territórios antigamente por eles ocupados. Citaram o exemplo dos índios Panará ou Kren-akarôre, indenizados pela perda e degradação de seu território tradicional enquanto haviam sido transferidos para o Xingu (ver. Araújo, 1995: 285-334). Com relação a isto, novamente, apelamos para questões de ordem jurídica e para a natureza diferenciada de nossa vinda para área, ou seja, se tratava de uma pesquisa acadêmica, não tendo sido designada por órgãos governamentais competentes para subsidiar questões fundiárias e questões de indenizações. Contudo, a oportunidade foi aproveitada para explicitar mais uma vez que os resultados da pesquisa poderiam servir de subsídios para que fosse reiterada a sua ocupação pretérita da T. I. reivindicada.

Ao cabo de dois anos de negociação e espera, obtive a autorização dos Kaiabi e pude dar seqüência aos trâmites legais para obter, ao final de 2006, a autorização oficial da FUNAI para a realização da pesquisa².

² No Brasil as pesquisas científicas em Terras Indígenas são disciplinadas pela FUNAI, através da Instrução Normativa Nº 001/PRESI/1994. As Instruções prescrevem que as autorizações devem ser solicitadas junto à FUNAI/CGEP (Brasília), a partir do envio do projeto de pesquisa e da documentação pessoal dos pesquisadores envolvidos. Também são pré-requisitos à autorização atestados médicos de saúde e carteira comprobatória de vacinação. O projeto de pesquisa é avaliado em seu mérito científico pelo CNPq, uma vez aprovado, as solicitações são remetidas às delegacias regionais da FUNAI, para a realização de avaliações internas. Em seguida, toda a documentação deve ser encaminhada à Terra Indígena envolvida, ao mesmo tempo em que o pesquisador se remete a comunidade envolvida com objetivo de discutir a autorização. Uma vez obtida a autorização pela comunidade, a solicitação retorna a FUNAI/CGEP que por sua vez remete oficialmente a autorização ao pesquisador e sua equipe.

CAPÍTULO 2: Os Kaiabi e sua trajetória histórica

2.1. A ocupação territorial Kaiabi no Vale do médio Teles Pires – Mato Grosso

Os Kaiabi foram mencionados na literatura pela primeira vez por Castelnau (1850:314-317), que em 1844, esteve na cidade de Diamantino, próxima às nascentes do Arinos, no Estado do Mato Grosso, onde obteve informações de que os “Bacchayris”, habitantes dessa região viviam em constante guerra com os “Cajahis”. Segundo Grünberg (2004:38), “Cajahis” era a designação dada pelos Bakairi aos Kaiabi.

Antes de Castelnau, outras designações poderiam referir-se aos Kaiabi. O Cônego José da Silva Guimarães (1844) apresentou informações obtidas sobre os Kaiabi obtidas dos índios Apiaká que acompanharam o Tenente Antônio Peixoto de Azevedo em sua expedição pelo Tapajós e o Juruena, em 1818. Segundo Guimarães (1844: 309), os Apiaká freqüentavam regularmente o rio dos Peixes ou *Itamiamy*, como o denominavam, tendo por finalidade a obtenção de pedras especiais para a confecção de machados, para isso tinham que guerrear com outros três grupos, os *Tapanhóna*, os *Tapanhónaúhúm* e os *Timaoanas*.

Dentre os grupos citados, os Tapanhóna ou Tapayuna foram posteriormente identificados como os “Beijo de Pau”, um grupo Gê, parente dos Suya (Pereira, 1968)¹. Já as outras duas designações, embora apontadas como subdivisões dos primeiros, podem possivelmente referir-se aos Kaiabi, pois foi no rio dos peixes que o missionário Pe. João Evangelista Dornstauder (1984) encontrou e fez o primeiro contato pacífico, em 1955, com os Kaiabi denominados *Tatuê*, descritos como bravos por seus parentes Kaiabi também localizados no alto e médio Teles Pires.

Segundo Dornstauder, o local destinado à obtenção das pedras ficava acima do Salto do “Tatuí”, como é conhecido o rio dos Peixes pelos Kaiabi, onde outros grupos indígenas também as procuravam para a confecção de seus machados.

¹ Pereira (1968) nos fornece essa informação a partir das tentativas de contato que empreendeu com o referido grupo nos córregos Miguel de Castro e Tomé de França, afluentes do rio Arinos. Antes disso, Nimuendaju (1963: 310) afirma que, na margem direita do Arinos, ao desaparecer a designação homônima, os Tapayuna passaram a ser citados no local. Se for assim, os Tapayuna devem ter sofrido um deslocamento de seu domicílio na margem do rio para o interior, pois todas as fontes novecentistas que se ocupam deles os dão como moradores das cabeceiras do rio dos Peixes. O movimento teria sido provavelmente causado pela expansão dos Apiaká, registrada desde fins do século XVIII (Menéndez, 1981: 341). Segundo Pereira (1968), uma hipótese ao registro do grupo nos afluentes da margem direita do Arinos seria o retorno do grupo após a desocupação da área por parte dos Apiaká desde o final do século XIX.

Eugênio G. Wenzel (1983) que, na década de 1950, também atuou entre os Kaiabi do rio dos Peixes, através da Missão Anchieta, obteve de alguns anciãos relatos míticos relacionados à origem do fogo, à produtos agrícolas e ao próprio grupo. Segundo as narrativas, o cenário mítico situa-se ao redor de uma grande lagoa que existe nas proximidades do córrego Batelão, afluente da margem meridional do rio dos Peixes. Após um longa narrativa, um dos interlocutores de Wenzel termina sua história dizendo que:

“(...) desde o começo, nós mora aqui. Desde antigamente. Começo no campo, na lagoa grande, do córrego batelão – nos ficamos muita gente e fomos espalhando até o Paranatinga, até o Arinos”.

Para Mendonça (1994:14), as nascentes do rio dos Peixes estão bastante próximas do médio Teles Pires (Figura 3) e fazem parte da mesma região apontada como território Kaiabi em outros registros históricos, o que torna bastante provável que um dos grupos mencionados pelos Apiaká ao cônego Guimarães fosse Kaiabi, ainda que referido com outro nome.

Outros dados que subsidiam essa hipótese são apresentados pelo etnógrafo alemão Karl von den Steinen (1940), que, em 1884 e 1887, esteve nas cabeceiras do rio Xingu e do Paranatinga (alto Teles Pires), onde obteve informações entre os Bakairi que apontaram os Kaiabi como seus inimigos tradicionais e habitantes da região do rio Verde, um afluente da margem esquerda do Teles Pires, abaixo do Salto Paranatinga (médio Teles Pires), sendo também conhecidos como “senhores dos machados de pedra” (op.cit.:500).

Segundo von den Steinen, os Bakairi ocidentais moravam na região do planalto que abrange as nascentes do Arinos e Paranatinga (acima do Salto de mesmo nome) e viviam em guerra com os Kaiabi, disputando a posse das pedras para machados, das quais os últimos eram os “senhores”. Esse dado corrobora a hipótese de que os Kaiabi estavam entre os grupos mencionados a Guimarães pelos Apiaká que habitavam a região do rio dos Peixes (médio Teles Pires), onde buscavam matéria prima para a manufatura de seus machados.

Outro dado interessante surge da classificação dos Bakairi em ocidentais e orientais, utilizada por von den Steinen (1940: 493), segundo a localização geográfica de cada grupo após terem se separado. Os Bakairi tem como local de origem mítica uma cachoeira situada no alto curso do rio Teles Pires, acima da foz do rio Verde. Segundo

von den Steinen (1940:500-501), o grupo teria se separado por conta de desavenças internas e conflitos com seus inimigos setentrionais, os Kaiabi. von den Steinen calcula que isso teria ocorrido entre 1700 e 1750, concomitante ao avanço do processo de colonização do Estado de Mato Grosso, que, por sua vez, teria gerado grandes deslocamentos dos povos indígenas. Nesse sentido, podemos entender que os Kaiabi já habitavam a região abaixo do Salto Paranatinga, ao norte, sendo inimigos dos Bakairi no mínimo desde o século XVII, antes do possível período de separação, em 1700.

Em 1845, João Baptista Prudêncio, cidadão de Diamantino, registrou a existência de “tribus selvagens” que atacavam os Bakairi e habitavam “o rio dos Peixes e seus afluentes” (Prudêncio, 1904: 7). Para Grünberg (2004:39), a informação de Prudêncio sobre a proveniência dos índios que importunavam os Bakairi aponta para os Kaiabi.

O termo Kaiabi volta a ser mencionado em 1848, pelo primeiro Diretor Geral dos Índios da Província do Mato Grosso que se refere aos “*Cajabís*” como “bravios, indômitos, habitantes das cabeceiras do Paranatinga, acima do salto e inimigos dos “*Bacahiris*” (Ferreira, 1905: 80-87) ².

Outra citação sobre os Kaiabi vem de João Baptista de Oliveira (1858:137), também Diretor Geral dos Índios que, ao se referir aos Bakairi do Paranatinga e alto Arinos diz: “São de condições eminentemente pacíficas, e até tímidos, por que a fuga é o único meio que recorrem para sobreviver aos ataques dos seus inimigos Tapanhumas, Nambiquaras e Cajabis”.

Os Kaiabi também foram mencionados pelo tenente Oscar de Oliveira Miranda, sobrevivente do naufrágio ocorrido, em 1889, pela “Comissão Exploradora do Rio S. Manoel”, que, recebeu o nome de rio *Teles Pires*, em homenagem ao capitão morto no naufrágio (Sousa, 1916: 7-8).

Miranda (1890: 146) relata ter encontrado no médio curso do rio Teles Pires ranchos dentro de grandes roças, onde observou diversos instrumentos e armas. Tais ranchos, segundo “Felipe”, um dos integrantes da expedição, eram acampamentos de “Cajabis”. De acordo com Grünberg (2004:43), “Felipe” era um chefe Bakairi, o que reforça a informação sobre a relação dos acampamentos com os Kaiabi.

Segundo Miranda (1890:146), a expedição não teria encontrado os Kaiabi ou suas aldeias por estarem situadas muito no interior das terras, longe das margens do

² Ferreira teria recolhido informações sobre 33 populações indígenas, dentre elas cita os Tapanhunas, localizados no Ribeirão Tapanhuna (rio dos Peixes), os Nambiquaras como habitantes das vizinhanças da confluência do rio dos Peixes com o Arinos e os Bakairi.

Teles Pires, o que foi interpretado como uma necessidade de se esconderem, a fim de evitarem as correrias de outros povos indígenas, como por exemplo, dos Munduruku, habitantes do Tapajós, que faziam excursões de guerra até o território de Mato-Grosso.

Em 1895, Henri Coudreau (1977), após ter navegado por todo o Tapajós e seus formadores, apresenta informações obtidas dos Munduruku, Apiaká e de não índios com quem teve contato. Coudreau faz menção a localização dos Nambiquara, Tapanhuna, Parintintin, Parauaretês, Raipexixis ou Aipocicis, Bacairis mansos e bravos. Os “Cajabis” eram qualificados por Coudreau como índios bravos, que viveriam entre o alto Tapajós e o Teles Pires, a norte dos Bacairis bravos, entre os Tapanhunas e os Parintintins.

As primeiras referências precisas sobre a localização espacial e dados etnográficos acerca dos Kaiabi foram dadas pelo Tenente Antônio Pyrineus de Sousa, que, em 1915, realizou o levantamento topográfico do rio Teles Pires para a Comissão Rondon.

Ao descer o rio Teles Pires, Pyrineus de Sousa (1916) obteve informações dos Bakairi que já trabalhavam em seringais da região, que, o território Kaiabi se iniciava um pouco abaixo do ribeirão Beija Flor, afluente da margem esquerda do alto Teles Pires. Mais abaixo, Pyrineus de Sousa relatou ter encontrado os primeiros vestígios dos Kaiabi na Cachoeira Benjamim, bem antes da foz do rio Verde. A catorze quilômetros a jusante, antes ainda da foz do rio Verde, a expedição teria chegado à barra do rio “Caiabi”, afluente da margem direita do Teles Pires, onde encontraram “um mupué novo e uma ponta de flecha ainda suja de escama de peixe”. Mais abaixo, entre o rio “Caiabi” e a foz do rio Verde, a expedição encontrou quatro Kaiabi embarcados em uma canoa de casca subindo o Teles Pires, que, mesmo surpresos e com medo resolvem se aproximar para receber os presentes oferecidos (machados, facões etc).

Ao chegar à foz do rio Verde, onde existe a baía Três Figueiras e a baía “Caiabi”, os exploradores encontraram mais alguns Kaiabi em um acampamento que tentaram trocar bolo de polvilho, milho e colares por machados e facões. Dentre as observações feitas por Pyrineus a descrição da pintura corporal chama a atenção na medida em que caracteriza bem os Kaiabi.

Os homens tinham a barriga, as pernas e os pulsos amarrados com cordões de algodão grosso por elles tecidos. O corpo estava pintado com urucum e na altura

da bocca tinham duas listras pretas, paralelas, largas, feitas com tinta de genipapo”
(Sousa 1916:76).

A expedição seguiu descendo o Teles Pires e em vários outros pontos relata o encontro com os Kaiabi que em alguns momentos, são citados às centenas, além de pequenos grupos que freqüentavam “ranchos” provisórios utilizados para as atividades de roças, caça e a pesca. Outros navegavam pelo rio onde existiam também portos com diversas canoas. Só não foi registrada a presença de aldeias, pois, segundo Sousa, estas se encontravam nos campos, no interior das matas, escondidas longe das margens do rio, razão pela qual outros exploradores do Teles Pires não as terem encontrado, senão com índios que os atacavam, a exemplo de Azevedo em 1819.

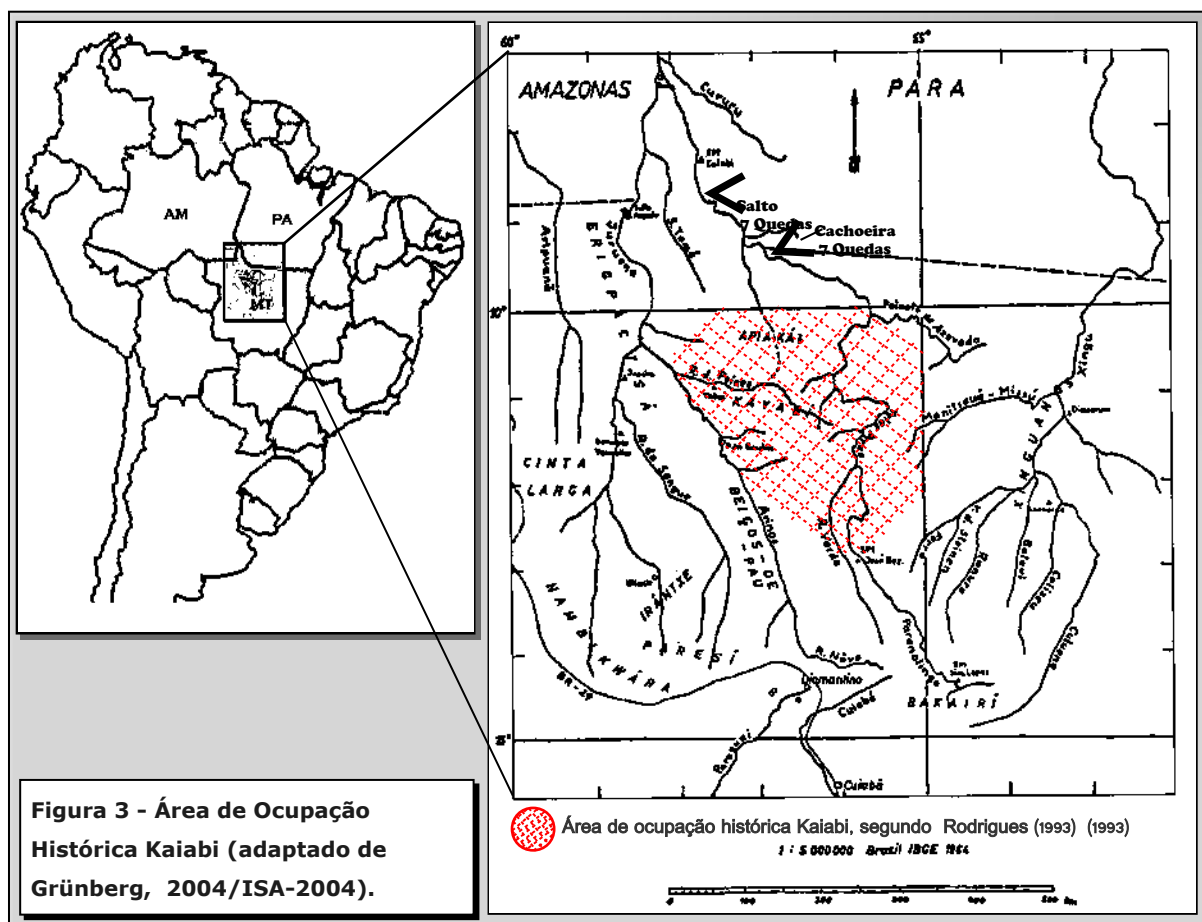
Segundo Pyrineus de Sousa (1916: 85-87), ao fim dos presentes para troca, a expedição começou a ser atacada pelos Kaiabi em vários pontos do Teles Pires depois das cachoeiras Curupí e 13 de Maio.

A expedição prosseguiu até ver os Kaiabi pela última vez na ilha Celuta, acima do rio Tapaiúna, afluente da margem esquerda do Teles Pires. A partir daí, só teriam encontrado acampamentos abandonados, que, diferentes dos anteriores, foram vagamente supostos como não pertencentes aos Kaiabi, apesar de ter sido reconhecida certa semelhança nas canoas aportadas (Sousa, 1916: 91-92).

Com base nos dados acima, associados às informações apresentadas a partir dos primeiros contatos com os Kaiabi do rio dos Peixes, na década de 1950 (ver Dornstauder 1984). Mendonça (1994) propõe uma delimitação do território ocupado pelos Kaiabi, desde tempos imemoriais até o início do século XX. Para isso, a referida antropóloga utilizou-se também de relatos orais dos Kaiabi sobre seus inimigos tradicionais, citando os Erigbaktsa ou Canoeiros, os Bororo, os Xavante, os Kaiapó, os Munduruku, os Apiaká e os Bakairi. Nessa mesma perspectiva, Travassos (1993: 455 apud Mendonça, 1994: 32) em seu trabalho sobre a tradição guerreira Kaiabi, cita os Beicho-de-pau ou Suyá, os Txikão e os Panará (ou Krenakarore), todos mencionados nas narrativas Kaiabi sobre a guerra.

Mediante as informações bibliográficas obtidas em fontes históricas e etnográficas, associadas às informações sobre os grupos que habitavam o entorno da região entendida como território Kaiabi, principalmente seus vizinhos imediatos, os Apiaká, Munduruku e Bakairi, Mendonça (1994: 32-33) descreve a área ocupada pelos

Kaiabi – incluindo as áreas de perambulação para pesca, caça e coleta, abrangendo o vale do médio curso do rio Teles Pires (Figura 3 e Tabela 1).



Leste	Pelos afluentes da margem direita do rio Teles Pires, às vezes alcançando as cabeceiras dos formadores mais ocidentais do alto Xingu (a sudeste), 55 graus de longitude oeste aproximadamente;
Oeste	O limite natural do território seria feito pelo rio Arinos, com o rio dos Peixes totalmente englobado;
Sul	Até o médio rio Verde (afluente da margem esquerda do rio Teles Pires), atingindo a mesma latitude no rio Teles Pires (paralelo ao rio Verde), não indo além do Salto do Paranatinga (no alto Teles Pires), onde moravam os Bakairi, entre os paralelos 13 e 14 de latitude sul, aproximadamente;
Norte	Se forem considerados exclusivamente os registros históricos, iria até a altura do rio Peixoto de Azevedo (afluente da margem direita do rio Teles Pires), 10 graus de latitude sul, aproximadamente. Contudo, ao se levar em conta as informações dos próprios Kaiabi recolhidas por Rodrigues em 1993, o Salto Sete Quedas, limite entre os Estados de Mato Grosso e Pará, muito tempo antes, já funcionava como marco natural entre as áreas de perambulação dos Munduruku, abaixo do Salto, e dos Kaiabi, acima do Salto. Sendo assim, o limite norte se estenderia a um ponto bem mais abaixo do rio Peixoto de Azevedo.

2.2. A Diáspora Kaiabi

No início do século XX, os Kaiabi foram encurralados, expulsos e quase dizimados pelo avanço das frentes de expansão vindas, principalmente, do sul. Como forma de resistência teriam se dividido tomando diferentes destinos no decorrer dos contatos. Atraídos aos postos fundados pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os Kaiabi instalaram-se em pequenas aldeias às margens do rio Teles Pires, em seu médio e alto curso. Enquanto isso, existiram os que preferiram se manter isolados no rio dos Peixes, até a década de 1950.

Outro grupo Kaiabi – ao qual essa pesquisa foi especificamente direcionada – procurou fugir dos conflitos migrando para o norte, ultrapassando o Salto Sete Quedas e se estabelecendo na região do baixo Teles Pires, trajetória que veremos mais a frente, detalhadamente.

Em 1943, com o objetivo de promover o desbravamento e a colonização da região central do Brasil, foi criada a Fundação Brasil Central, que teve como consequência prática a expedição Roncador-Xingu. No norte do Mato Grosso, a exploração ficou a cargo dos irmãos Villas-Bôas que atingiram o rio Teles Pires no começo dos anos 50, iniciando uma aproximação com os Kaiabi do médio e alto Teles Pires. Nesse período o grupo vivia sua fase mais crítica de contato com as frentes de expansão nacional.

Depois de décadas de conflitos com seringueiros, avanço e instalação de fazendas e vilarejos em seu território e por mais de uma vez abandonados pelo SPI, a maior parte dos Kaiabi aceitou a proposta dos irmãos Villas-Bôas de mudar para o Alto Xingu, região que faria parte do Parque Nacional do Xingu (PNX), criado em 1961. De acordo com Grünberg (2004:64), várias transferências foram feitas entre 1955 e 1962, tornando-se os Kaiabi, em 1964, o grupo mais numeroso que habitava o Parque Indígena do Xingu (PIX)³.

Como parte dos Kaiabi do médio e alto Teles Pires já havia sido transferida, os irmãos Villas-Bôas criam, em 1966, a “Operação Kayabi”, com o objetivo de transferir os habitantes do rio dos Peixes, onde se acirravam os conflitos com seringueiros, cada vez mais numerosos na região (Azevedo, 1966: 41).

³ Na época da transferência, o PIX era designado Parque Nacional do Xingu. O decreto nº-82.263 de 13/09/1978, altera seu nome para Parque Indígena do Xingu (SENRA *et al.*, 2004).

Segundo Dornstauder (1984), apenas 55 índios resistiram à pressão para que abandonassem seu território de ocupação imemorial no rio dos Peixes, onde permanecem até hoje em uma reduzida área denominada T. I. Apiaká-Kaiabi, no município de Juara, demarcada e homologada em 1991 (Senra *et al.*, 2004: 252).

Quanto aos Kaiabi que se encontravam na área do baixo Teles Pires, desassistidos pelos órgãos oficiais, explorados por regatões e combalidos após uma redução drástica da população por uma epidemia de sarampo compuseram, em 1970, a última remoção do grupo para o Xingu. Porém, assim como no rio dos Peixes, um pequeno grupo resistiu e permaneceu na área, onde há anos vem se arrastando o processo de demarcação da Terra Indígena Kaiabi (Jacareacanga-PA / Apiacás-MT). A esta área se destina a presente dissertação.

Segundo senso realizado pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), em 2006, os Kaiabi constituíam uma população de 1.619 pessoas. Atualmente este número deve ter aumentado significativamente, pois, estudos feitos por Pagliaro (2005: 212) com os Kaiabi do Xingu, revelaram ao longo de trinta anos um crescimento médio de 4,5% ao ano, sendo o crescimento vegetativo de 4,3%. Segundo Senra (2004: 256), o mesmo se verifica para as outras duas áreas habitadas pelos Kaiabi.

Distribuídos em três diferentes áreas (Figuras 4 e 5), na T. I. Apiaká-Kayabi (rio dos Peixes/ Juara-MT) existem cerca de 400 Kaiabi; no P. I. do Xingu, onde constituem a etnia mais populosa, os Kaiabi somam mais de mil pessoas distribuídas em 20 aldeias na porção centro norte do Parque; e na T. I. Kaiabi localizada no baixo Teles Pires (PA / MT) são entorno de 200 pessoas.

Além das áreas atualmente habitadas os Kaiabi também reivindicam a recuperação de terras próximas ao rio Batelão, um afluente do rio dos Peixes onde se localizavam as aldeias mais antigas. Em 2001, a FUNAI finalmente determinou a realização de estudos de identificação antropológica nesta área, resultando na proposta de criação da Terra Indígena Batelão, atualmente em tramitação legal. Os Kaiabi também reivindicam a demarcação de uma faixa de terra contígua no limite oeste do P. I. do Xingu, compreendendo parte das sub-bacias dos rios Arraias e Manitsawá-Miçu, se tratando do ponto de chegada do grupo no parque e região, além de se tratar da área de maiores semelhanças ambientais com o território ancestral (Senra *et al.*, 2004: 254).

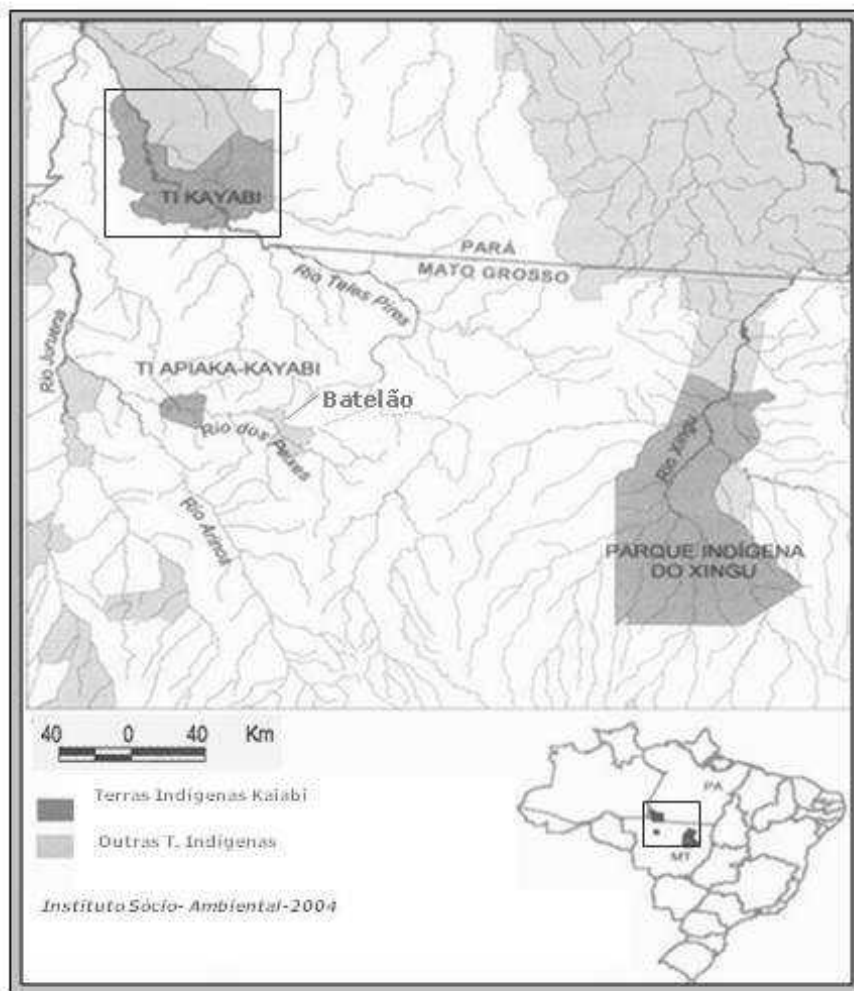


Figura 4 Terras Indígenas habitadas pelos Kaiabi
(adaptado de Grünberg,2004/ISA-2004).



Figura 5 Terra Indígena Kaiabi MT/PA (FUNAI).

2.3. Os Kaiabi

A observação dos aspectos sociais e políticos de uma cultura exige acesso às categorias cognitivas correspondentes, que garantem aos respectivos portadores um acervo comum de valores, representação e comportamento. O pré-requisito para a participação nessa classificação culturalmente determinada de todos os fenômenos é o domínio do idioma. Ou seja, o processo de aprendizagem da língua inclui implicitamente a assimilação daquelas categorias de pensamento que permitem o uso correto da língua. Como eu não aprendi a língua dos Kaiabi nos oito meses de minha permanência entre eles, não pude testar as características êmicas da presente cultura descrita (...) assim, serão apresentadas nos invólucros moldes etnocêntricos das etnografias tradicionais. Seria perigoso ignorar ou minimizar esta falha, pois descrição já é teoria por ser uma atividade interpretativa. (Georg Grünberg, 2004: 161)

O entendimento da ocupação Kaiabi no baixo Teles Pires pressupõe uma síntese etnográfica de algumas características do grupo, mais especificamente as que dizem respeito à subsistência, organização sócia e padrão de assentamento. Da mesma forma se faz oportuno tecer algumas considerações sobre sua situação atual. Esta tarefa é um tanto complexa, posto que já se passa pelo menos um século de contato direto com a sociedade envolvente.

Segundo Meliá (1993:487), o nome *Caiabi* – ou suas variações gráficas *Kaiabi*, *Kayabi*, *Kajabi*, *Cajabi* e até *Cajahí* – são denominações que aparecem em toda literatura sobre a etnia, desde os primeiros contatos. Para Meliá o nome seria aceito por eles como auto-denominação, sem nenhum sentido específico.

Para von den Steinen (apud Meliá, 1993:487), a auto-denominação seria *Paruá* (umbigo, parente), informação que não se confirma entre eles. Pelo modo como a denominação Kaiabi aparece registrado pela primeira vez, em 1848, antes do contato verbal com os mesmos e por certa analogia a denominações como *caiová*, que na “língua geral” significa “morador do mato”, o nome *Caiabi* poderia ser resultado de uma designação externa, porém atualmente assumida por eles. Grünberg (1970:120) sugere o termo *Iputunuun*, que significa algo como “o nosso pessoal”.

Segundo Sernra (1999), os professores do grupo decidiram optar pela grafia “Kaiabi”, assim utilizada neste trabalho, salvo as formas originais das citações e em sua forma “Kayabi” (com y), como é grafada no sobrenome. Contudo, obtive informações dos Kaiabi de que, em 2008, aconteceu uma importante reunião entre os anciãos do grupo no P. I. Xingu, onde se discutiu o verdadeiro nome. As discussões ainda não se

concluíram, mas já existe a indicação do termo *Kawaiwete* como autodenominação, que significa Grande Guerreiro.

Os Kaiabi são uma população com um sistema agrícola que compreende dezenas de variedades de plantas cultivadas e um sistema agrícola bastante elaborado. (Ribeiro, 1979; Villas Bôas, 1989; Silva *et al.*, 1999; Rodrigues, 2003; Silva, 2004; 2008).

Essa diversificação é evidenciada a partir de um levantamento dos gêneros agrícolas cultivados na safra de 1999-2000 nas aldeias Kaiabi do Xingu e na T. I. Kaiabi, no baixo Teles Pires. Apesar de existirem 28 variedades ameaçadas e 5 consideradas perdidas, foram contabilizadas 154 tipos de plantas cultivadas, com um predomínio de variedades consideradas tradicionais (109), enquanto as demais foram adquiridas de outros índios e de não índios. (Silva *et al.*, 1999; Silva, 2008)¹.

Há dois tipos básicos de roças Kaiabi: as roças polivarietais de mandioca (*maniyp*) e as roças de policultivo. Nas primeiras, plantam-se quase que exclusivamente as diversas variedades de mandioca utilizadas para a produção de farinha, beijus e mingaus, associada a algumas culturas subsidiárias como a batata-doce (*jetyk*), cara (*ka'ra*) e outras. Nas roças de policultivo plantam-se diversas espécies, que exigem melhores solos, por exemplo, milho (*awasi*), amendoim (*monowi*), fava (*kumanauu*), abóbora (*kuirua'uu*), algodão (*amyneju*), as batatas e cará. Este segundo tipo de roça também pode servir como base para a implantação de pomar com manga, caju, citrus, banana, abacaxi, mamão, cana e outras frutas. Ele costuma perdurar até que a vegetação secundária o suprima (Silva, 2004; 2008).

Os Kaiabi identificam a aptidão agrícola de terras associando, nos extremos, o desempenho do milho na terra preta antropogênica (TPA) e da mandioca em qualquer terra, produzindo bem inclusive na vermelha (Figura 6). Reconhecem também gradações de respostas de seus cultivos a transições ambientais, como as terras, meio preta meio vermelhas, cuja aptidão para culturas exigentes é relativamente menor, sendo também



Figura 6 Roça de João Kayabi implantada sobre sítio de terra preta (foto: Stuchi, 2003).

¹ Segundo Silva *et al.* (1999), variedade ameaçada é aquela que muito poucas famílias cultivavam na época do senso, refletindo um critério quantitativo. Segundo este raciocínio as variedades perdidas seriam as citadas mas não mais cultivadas.

reduzida a possibilidade de boas colheitas em um horizonte de tempo similar ao do uso de TPA (Silva, 2004: 266).

A dinâmica do sistema de cultivo dos Kaiabi inclui o calendário de trabalhos preparatórios com a escolha do terreno, determinação do tamanho e forma da roça, roçado e derrubada, distribuídos geralmente nos períodos de maio a junho. A queima inicial e coivara, geralmente em agosto, seguida do plantio (setembro e outubro), desinçamento e tratos culturais. A colheita e armazenagem variam dependendo do gênero agrícola (Silva *et al.* 1999; 2008; Grünberg, 2004).

Essa dinâmica é desenvolvida pelos Kaiabi associada a diversos tipos de avisos da natureza, dentre os quais: o canto do pássaro *junyra*, que praticamente não pia durante a estação chuvosa; o aparecimento do gavião *towotauu*, que só surge durante a estação seca; a observação visual do abaixamento das águas do rio; o amarelecimento e queda das folhas da árvore *yagyp*, na capoeira. O aparecimento em grande quantidade das borboletas *pana-panã* nas margens dos rios é um sinal de que o rio não subirá mais; a partir deste momento o nível do rio fica estável por uns 20 a 30 dias e, depois começa a descer rapidamente; a floração de um tipo de ipê de flor escura, *tameju'yp*, indica que em breve começarão as chuvas, devendo-se queimar logo as roças; por fim, a época de maturação da fruta api (cerca de 15 de outubro) indica o momento do plantio do amendoim (Silva, 2004: 269-270).

A agricultura Kaiabi está associada a práticas de proteção de espécies florestais que incluem a tolerância de algumas espécies em meio às roças (inajá, tucum, jatobá, sumaúma). O fogo das queimadas de roças também propicia a escarificação de materiais propagativos formando, por exemplo, inajazais – agrupamentos da palmeira *Maximiliana maripa*, que estão bastante vinculados ao ciclo das roças (Silva, 2004: 269).

Segundo Silva (2004: 269), o conhecimento Kaiabi de etologia parece promover o favorecimento de condições ambientais propícias para a fauna, a qual faria a dispersão de material propagativo de muitas espécies de interesse.

Atualmente observa-se uma descaracterização da agricultura Kaiabi nas aldeias do rio dos Peixes, reflexo da drástica alteração nos hábitos alimentares do grupo (Silva, 2004). Com relação aos Kaiabi no baixo Teles Pires, os relatos informam que também vem ocorrendo uma simplificação dos sistemas agrícolas, embora com intensidade bem menor do que no rio dos Peixes. No Xingu os Kaiabi tem reagido a esta situação deflagrando um processo para multiplicação e distribuição de sementes e mudas destas

plantas. Vêm sendo plantadas roças com este fim específico, configurando jardins genéticos que propiciam a conservação “*in situ*” da agrobiodiversidade Kaiabi (Silva, 2004; 2008).

A caça entre os Kaiabi, juntamente com a pesca, fornece aproximadamente um terço das calorias da produção alimentar primária. Mas, segundo uma avaliação subjetiva, principalmente por parte dos homens e em vista da aquisição de prestígio, a imagem se inverte (Figura 7). Em sua auto-concepção, o Kaiabi é, antes de tudo, um caçador, e as atividades venatórias estão, juntamente com a guerra, em primeiro lugar na escala de valores (Grünberg, 2004: 92). Segundo Grünberg (2004: 93), os Kaiabi se caracterizam por possuírem um número restrito de animais considerados como “boa caça” (vide Tabela 2). Contudo, desde o contato tem se registrado algumas mudanças na dieta Kaiabi, pois eles passaram a consumir com mais frequência animais que consideram como categoria secundária de caça, utilizando com ressalvas animais considerados impróprios (tabu) por implicar em perigos físicos e espirituais (Grünberg, 2004; Silva *et al.*, 1999) (vide Tabela 2).**!**



Existem animais que absolutamente não fazem parte da dieta como, por exemplo, os felinos, lontras, cachorros, aves de rapina, tamanduás, preguiças, papagaios, tucanos, cobras, jacarés, moluscos, gafanhotos, dentre outros (Grünberg, 2004: 95). Felinos estão associados à caça com o intuito de se obter prestígio social.

Figura 7 Roberto caçando em uma das áreas de Kofet visitadas. (Foto: Stuchi, 2008).

Dentre todas estas categorias de animais caçados, Athayde (1998: 15-16) registrou um total de 50 espécies de animais empregadas diretamente ou de uso secundário na cultura material Kaiabi. Sendo 33 espécies de aves, 12 mamíferos, um quelônio, dois peixes e três moluscos.

A partir do contato os Kaiabi passaram também a consumir animais antes considerados repugnantes, referindo-se aqueles consumidos por não-índios como, por exemplo, galinha, peru e porco (Grünberg, 2004: 93). Na aldeia Kururuzinho, no baixo Teles Pires e na aldeia Maraka no Xingu, os Kaiabi vem desenvolvendo em pequena

escala a pecuária bovina de corte (gado *-kwata'oo*). Essa prática parece não alterar significativamente as demais atividades de subsistência, uma vez que o gado é consumido por todos apenas em ocasiões especiais, como em grandes reuniões e datas comemorativas de nosso calendário.

Tabela 2 Listas de animais caçados com significado especial (Boa caça) e com algumas restrições (Silva *et al.*, 1999²; Grünberg, 2004).

Animais de caça com significado especial			Animais de caça com alguma restrição		
Mamíferos	Nome científico	Nome Kaiabi	Mamíferos	Nome científico	Nome Kaiabi
Macaco prego	<i>Cebus macrocephalus</i>	<i>Kai'eté</i>	Coatá	<i>Ateles sp</i>	<i>Ka'ioo</i>
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>	<i>Tata'oo Tajau'</i>	Bugiu	<i>Alouatta sp</i>	<i>Akiki</i>
Caitetu	<i>Tayassu tajacu</i>	<i>té'tetu Taititu'</i>	Cotia	<i>Dasyprocta aguti</i>	<i>Akutsi Akussi'</i>
Veado	<i>Mazama americana</i>	<i>Kérupam</i>	Paca	<i>Cuniculos paca</i>	<i>Pakoo Miaru'u'</i>
			Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochoerus</i>	<i>Kapiwat</i>
			Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	<i>Tapi'yt</i>
			Tatu	<i>Dasypus sp</i>	<i>Tatu'</i>
Aves					
Mutum cavalo	<i>Mitu mitu</i>	<i>Mytu ete</i>	Jaó	<i>Crypturellus sp</i>	<i>Yania'oo</i>
Mutum de penacho	<i>Crax fasciolata</i>	<i>Mytunam</i>	Jacu	<i>Penelope sp</i>	<i>Yakupémo o</i>
Macuco	<i>Tanimus sp</i>	<i>Inamu</i>	Jacutinga	<i>Pipiles sp</i>	<i>Yakupétsi</i>
Pomba	<i>Columba sp</i>	<i>Pika'oo</i>	Jacamim	<i>Psophia sp</i>	<i>wu'raoo</i>
Anfíbios e reptéis					
Sapo (?)		<i>Kutap</i>			
Sapinho (?)		<i>girinos</i>			
Tracajá grande e ovos		<i>Yawatsi'oo</i>			
Jabutí (?)	<i>Testudo tabulata</i>	<i>yawatsipép</i>			
Insetos					
Saúva (?)	<i>Atta sp</i>	<i>iya</i>			

Anteriormente, a caça tinha um papel mais importante na dieta, mas a maior sedentarização do grupo na calha dos rios principais, aliada, entre outros fatores, à rarefação de alguns animais, contribuiu para que a pesca tenha se tornado a principal fonte de proteína animal para o grupo (Senra, 1999).

Segundo relatos orais e minhas observações sugiro também que exista certa alternância e complementaridade entre o desenvolvimento da caça e da pesca com

² Existem algumas diferenças na grafia dos termos em Kaiabi apresentadas por Silva *et al.* (1999) e Grünberg (2004), a grafia apresentada pelos primeiros autores foi evidenciada com o número (1) sobrescrito.

relação às marcadas estações de chuva e estiagem. No período das chuvas, de um modo geral, diminuem as possibilidades de pesca, momento em que a caça é mais abundante e apresenta maior rendimento, pois os animais são mais abundantes e estão mais gordos. Já no período da estiagem, a caça diminuída é suplementada pela pesca que se torna mais abundante.

Para os Kaiabi do rio dos Peixes, Grünberg (2004: 97) cita 13 espécies de peixes mais pescados, quase todos os tipos constam entre as 57 espécies listadas pelos Kaiabi do Xingu (Silva *et al.*, 1999). No baixo Teles Pires, os relatos Kaiabi sobre sua maior piscosidade deste rio e afluentes, em relação às outras áreas, sugerem um número ainda maior de espécies (Figura 8).

Grande parte destes peixes pode ser flechada de barcos próximos da margem, particularmente no tempo da seca, quando se formam poças rasas de água ou nas lagoas intermitentes.



Figura 8 Pesca com linha e anzol, Myau Kayabi.

Outra técnica praticada na estação (Foto: Stuchi, 2008).

seca é o envenenamento de peixes com timbó (*Paulinea sp*). Alguns relatos dão conta da utilização de pequenas frutas vermelhas também utilizadas como veneno (Grünberg, 2004: 97-98).

Em pequenos córregos os Kaiabi costumam construir barreiras de ramos e folhas de palmeira pinada, que conduzem os peixes que sobem os riachos a uma armadilha cilíndrica feita com cipó e raques (Grünberg, 2004: 98). Obtive informações de que a técnica de construir barreiras também é utilizada na pesca por envenenamento.

No rio próximo à aldeia também se pegam peixes pequenos com a peneira, ela é afundada junto à margem, os peixes são atraídos com resto de comida ou com farinha de mandioca e, em seguida, levanta-se a peneira de chofre (Grünberg, 2004: 98).

A maior importância da pesca está associada também a adoção, a partir do contato, das técnicas de pesca com anzóis e fio de náilon, possibilitando a pesca nos rios maiores e mais profundos. Estas traíças de pesca, inclusive, são objetos de troca apreciados (Grünberg, 2004: 98).

Na atividade de coleta, os Kaiabi reconhecem um grande número espécies vegetais que lhes interessa. Durante um levantamento de frutíferas realizado com os Kaiabi do Xingu foram identificadas 130 espécies, incluindo algumas cultivadas (ISA, 1996)³.

É provável que nas outras áreas a oferta de recursos para a coleta seja maior, pois os relatos orais apontam diferenças ambientais significativas entre a região do rio dos Peixes e Teles Pires, com maior diversidade em relação ao Xingu. Comentou-se que várias frutíferas não ocorrem no Xingu ou ocorrem muito pouco, como é o caso da castanheira do Pará (*Bertolletia excelsa*), do açaí (*Euterpe oleracea*), da bacaba (*Oenocarpus batawa*) entre outras (Figura 9).

Dentre as espécies botânicas coletadas, Athayde (1998) aponta 69 como sendo utilizadas na cultura material. Destas, destacam-se as palmeiras, principalmente *Maximiliana maripa* (inajá); *Mauritia flexuosa* (buriti) e *Astrocaryum aculeatum*; *Astrocaryum vulgare* (tucumã) (Silva *et al.*, 1999).

As atividades de coleta também estão voltadas para recursos de origem animal como, por exemplo, ovos de tracajá e mel. Os Kaiabi reconhecem 42 espécies de abelhas nativas (Silva *et al.*, 1999)

É importante observar que, em termos sócio-econômicos, dada a intensificação do contato e o histórico de relação com a sociedade nacional vêm ocorrendo algumas transformações na vida dos Kaiabi (Figura 10). A incorporação de alguns hábitos e as novas necessidades de consumo tem demandado o desenvolvimento de atividades geradoras de renda como, venda de artesanato, do excedente da produção de farinha e mel no



Figura 9 Daniel Kaiabi coletando Açaí na Ilha do Taitetu (Foto: Stuchi, 2008).



Figura 10 Grupo de Kaiabi voltando das compras na cidade de Alta Floresta – MT.

³ Informação obtida no V Curso de formação de professores indígenas (ISA) realizado em 1996.

Xingu. Outra fonte importante é representada pela remuneração por serviços como, funcionários da FUNAI, professores, agentes de saúde e no caso dos Kaiabi do baixo Teles Pires a prestação de serviços às pousadas de pesca que atuam na área (ver. Athayde, 1998; Silva *et al.*, 1999; Silva, 2008).

No que se refere à organização social Kaiabi, o agrupamento social mais visível para além da família nuclear é a parentela, caracterizada pela família extensa com residência pós-marital uxorilocal. A família extensa constitui a unidade básica dos sistemas social, econômico e, sob muitos aspectos, políticos dos Kaiabi (Grünberg, 2004: 171; Senra, 1999).

As relações Kaiabi são fundadas nos casamentos (por afinidade)⁴, o que constitui o cerne da vida social, com destaque para a relação sogro/genro (com serviço-da-noiva), básica para a constituição das aldeias e parentelas. A formação dos grupos locais, sua mobilização, a execução das atividades na aldeia e outros aspectos da vida social dependem mais das relações de aliança do que de consangüinidade (Senra, 1999).

A família extensa pode incluir tantas gerações quantas permitir a duração da vida do membro masculino mais velho denominado *wyriat*, literalmente, aquele que toma conta do “lugar” (*wyri*) (Grünberg, 2004; Senra, 1999). Segundo Senra (1999), o *wyriat* era considerado como o elemento aglutinador da família extensa e figura que, tradicionalmente, organizava quase todo o trabalho agrícola de sua unidade doméstica, segundo os princípios que regem a constituição da família extensa.

Como exceção à residência uxorilocal Grünberg (2004: 165) cita a situações que os pais da mulher são falecidos. Como exemplo, relata que a mulher foi criada pela família do irmão da mãe, neste caso ela se transfere para a família do marido. O autor cita como outra exceção a residência marital, quando o prestígio do marido ou de seu pai apresenta-se decisivo. Neste caso observa-se a constituição de uma família extensa bilocal com a duração de três gerações.

Silva *et al.* (1999), acreditam que haja atualmente mais exceções a regra pós marital e cita como exemplo uma tendência atual dos jovens casais em construir suas próprias casas após o nascimento do primeiro filho. Segundo os autores, o próprio modelo físico das casas Kaiabi induz a isso, pois são relativamente pequenas se comparadas com as antigas moradias destinadas às famílias extensas. Apesar desta

⁴ A composição pessoal da parentela decorre do princípio do parentesco consagüíneo bilinear dentro de um grupo bilateral (casamento simétrico de primos cruzados) (Grünberg, 2004: 168).

modificação, alegam que a força e o significado da relação genro/sogro em muitos sentidos permanecem.

Com base em relatos Kaiabi, Senra (1999) aponta que eles reconhecem a relevância deste aspecto da organização social (relação genro/sogro) como uma característica cultural marcante. Contudo, tais relatos indicam mudanças nesta relação atualmente, com certo relaxamento nas obrigações associadas a esta regra de residência.

Senra (1999) também aponta transformações no perfil do líder Kaiabi nas últimas décadas. Segundo o autor, com a formação das grandes aldeias multi-familiares, no lugar do antigo *wyriat*, a liderança tem sido exercida também por jovens, tendo em vista a desenvoltura no relacionamento com a sociedade envolvente. Há algum tempo os Kaiabi também tem como liderança a figura do Cacique, posição instituída pela FUNAI.

No que se refere ao padrão de assentamento Kaiabi, os dados encontrados na bibliografia histórica, na etnografia e aos relatos orais indicam uma orientação interfluvial para seus assentamentos no passado. Isso pode ser observado, por exemplo, nos relatos de Miranda (1890) e Sousa (1916) que, em suas expedições cruzaram o território ocupado pelos Kaiabi navegando pelo rio Teles Pires. Tais relatos apontam a localização das aldeias para o interior das terras, longe das margens do Teles Pires, onde só haviam encontrado seus ranchos provisórios em meio às roças. Por mais que as tivesse procurado, partindo de seus ranchos como referência e rumando para o interior, Miranda aponta não ter encontrado suas aldeias. Miranda (1890: 146), supõe que o motivo destas estarem no interior seria uma medida defensiva com relação aos ataques dos Munduruku.

O etnógrafo Max Schmidt (1942: 18) que, em 1927, teve contato com os Kaiabi no Posto do SPI Pedro Dantas, no médio Teles Pires, obteve informações que corroboram a localização das aldeias longe das margens do Teles Pires, embora não as tenha visitado.

Ao descrever uma viagem de terceiros por este rio, realizada em 1901, Schmidt (1942: 24) também cita a existência de cabanas de caça, pesca e ranchos associados às áreas de roça. Já as aldeias, ele sugere serem invisíveis aos exploradores por estarem nos campos interiores.

A localização das aldeias longe das margens de grandes rios, a relação desta localização com a intenção de evitarem ataques de grupos inimigos e as estadias em acampamentos foram confirmadas em informações orais de nossos interlocutores, a exemplo de Atu Kaiabi:

“(...) Kaiabi no tempo antes de fazer contato com branco, não morava assim na beira de rio não, por causa dos inimigos sabe, morava na cabeceira do rio, numa gruta que não seca e fica lá, fazem três aldeias no igarapezinho assim (...) mas às vezes eles vão lá (no rio), quando quer comer peixe vai lá, leva a rede de dormir pra lá, passa três dias andando assim na beira do rio e depois volta de novo (...)”.

Ao que consta nos registros históricos, esse padrão de localização das aldeias parece ter se mantido até o início da década de 1930. Segundo Mário E. Simões (1964), após frustradas tentativas de contato do SPI, os Kaiabi começaram a frequentar pacificamente os postos do órgão localizados às margens do médio curso do rio Teles Pires onde, em fins dos anos 1950, também são implantadas algumas de suas aldeias.

No baixo Teles Pires, assim como no Parque Indígena do Xingu, os Kaiabi reproduziram o padrão de implantação às margens destes rios ou de alguns afluentes de médio porte. A implantação das aldeias em área fluvial está, em grande parte, associada ao contexto pós contato, sendo estas áreas muito mais propícias as relações de troca e comércio com a sociedade envolvente e para o recebimento de assistência dos órgãos governamentais. Mais recentemente também das ONGs.

Em uma escala mais aproximada para o local de implantação da aldeia, observações feitas por Villas Bôas (1989: 46-47) para os Kaiabi da região do rio dos Peixes, em 1960, apontam que as mesmas nunca distavam mais do que algumas centenas de metros da beira do rio. Esse afastamento do curso d'água era determinado, principalmente, pelo relevo das margens, evitando lugares sujeitos a inundação na época chuvosa e também a infestação de insetos. Embora Villas Bôas aponte que as casas (aldeia) nunca se localizassem a menos de 500 metros da beira do rio, quando o terreno não apresentava risco de inundação, as aldeias se erguiam na barranca à beira d'água. Isto sugere o incômodo com os insetos como menos relevante.

Tais características são perceptíveis no contexto atual, principalmente no que se refere a um elemento determinante na escolha do local da aldeia, o solo. Para os Kaiabi suas aldeias devem, preferencialmente, ser localizadas em áreas de terras pretas antropogênicas (TPA), indispensáveis para a implantação das roças de policultivo (Villas Bôas, 1989; Silva *et al.*, 1999; Grünberg, 2004).

Tomadas como referência as informações sobre os Kaiabi da região do rio dos Peixes, o padrão de assentamento das aldeias foi caracterizado pela dispersão em

pequenas unidades familiares (Villas Bôas, 1989, Senra, 2004). Contudo, a dinâmica de ocupação empreendida pelos Kaiabi no P. I. Xingu forneceu elementos a suposição de um padrão de assentamento mais complexo. Segundo minhas observações e os relatos orais que obtive, esta situação é análoga para os Kaiabi do baixo Teles Pires.

No Xingu, os Kaiabi inicialmente mantiveram um padrão de assentamento disperso em pequenas unidades familiares. Em um segundo momento, com o incentivo da FUNAI, algumas aldeias passaram a se organizar em unidades maiores e multifamiliares, destoando do padrão observado em suas regiões tradicionais de ocupação, no período da transferência (Senra *et al.*, 2004: 261-262).

Para Senra *et al.* (2004: 264), o modelo de relação que eles estabeleceram com as instituições que vieram a atuar no Parque de certa forma criou novas condições para o fortalecimento da tendência de reunião em agrupamentos maiores. Esta situação também é observada no baixo Teles Pires e, em ambas as áreas, a reunião das famílias extensas é creditada por muitos Kaiabi à necessidade de manter uma relação eficiente e constante com os órgãos administrativos, ONGs e também com os outros índios.

Passado algum tempo em que se encontravam concentrados na região próxima ao Diauarum, Senra *et al.* (2004: 263) observa que os Kaiabi, em consonância com uma marcada característica sócio-cultural do grupo, acabaram se espalhando pela área do Parque, ao longo dos grandes rios. As aldeias neste momento se configuram em unidades residenciais mais isoladas, abrigando uma ou mais famílias proximamente relacionadas e apresentam uma grande mobilidade espacial (Senra *et al.*, 2004: 264).

Para Senra *et al.* (2004) e Oakdale (1996: 11), é provável que aldeias grandes não sejam um padrão inteiramente novo para o grupo. Relatos de expedicionários como Pyrineus de Souza (1916: 76) também sugerem a existência de pequenos agrupamentos unifamiliares, até grandes grupos residenciais com centenas de pessoas.

Segundo meus interlocutores, no modo tradicional, predominavam as grandes aldeias, que eram denominadas *airupauareté*. Já as aldeias pequenas ou *airupanani*⁵, estariam associadas ao crescimento populacional e/ou busca por novas áreas com melhores condições de subsistência. Como pode ser observado nos capítulos seguintes, esta dinâmica vem ocorrendo na T. I. Kaiabi.

⁵ A grafia do termo pode estar incorreta, pois ainda não foi conferida pelos Kaiabi.

Todas estas considerações dão consistência a proposição de Senra *et al.* (2004: 264-265) de padrão tradicional de assentamento dos Kaiabi visto a partir de dois níveis analíticos: 1) O assentamento independente; 2) A configuração de assentamentos vizinhos. Estes autores enfatizam que esta distinção evidencia as diferenças na dinâmica interativa das propriedades de dispersão e mobilidade de acordo com o nível considerado. Ao nível dos assentamentos independentes, a relação entre mobilidade e dispersão seria complementar e condicionada por questões de defesa e de subsistência, sendo esta última uma eficiente resposta a recursos dispersos. Ao nível dos agrupamentos de assentamentos independentes o papel da subsistência diminui em relação a fatores como, reprodução biológica, saúde, comércio e política. No contexto destes outros fatores, Senra *et al.* (2004: 265) evidencia a significância das estruturas socioespaciais supralocais.

Segundo Senra *et al.* (2004: 265), os Kaiabi não concebem os dois modos de assentamento como um movimento cíclico entre períodos de maior atomismo ao longo de uma linha temporal. “Os dois modos seriam antes complementares que opostos, tanto sincrônica quanto diacronicamente, e esta divisão perde um pouco o sentido quando olhada de um ponto de vista regional que concebe o espaço como uma totalidade, uma rede que interconecta social e culturalmente as diversas aldeias e os diversos sub-ambientes em variados estágios sucessionais. A razão de sempre morarem em parte agregados em aldeias maiores e em parte espalhados em unidades menores pode ser entendida ao mesmo tempo por motivos ecológicos e sócio-políticos” (Senra et al., 2004: 265).

CAPÍTULO 3 – A TERRA INDÍGENA KAIABI (MT/PA)

3.1. Caracterização ambiental

A caracterização ambiental da região onde está a T. I. Kaiabi não é uma tarefa fácil. A configuração é complexa, resultante de uma inter-relação de diversos elementos geomorfológicos, climáticos, pedológicos e fitoecológicos. Trata-se de uma região onde predominam áreas de contato ou tensão entre formações de Campinaranas¹ e Florestas dos tipos Ombrófila e Estacional, conformando encaves e/ou ecótonos (RADAMBRASIL, 1980; IBGE, 1992; SEPAN/MT, 1997; 2001a,b,c; 2002).

Os encaves são caracterizados por subformações de determinadas regiões ecológicas dentro do domínio de outra, promovendo interpenetrações. Os ecótonos são a mistura de domínios fitoecológicos diferentes, onde podemos encontrar grande número de espécies e nichos ecológicos. São encontradas nestas áreas espécies das comunidades florestais limítrofes, bem como espécies peculiares (endemismo). Contudo, os ecótonos são difíceis de serem caracterizados, pois exigem maior detalhamento no estudo de sua composição (Neiff, 2003). Até o momento, não existe um inventário ecológico específico da Terra Indígena Kaiabi, contudo os dados obtidos em unidades de conservação localizadas em seu entorno, atribuem a esta região uma elevada biodiversidade, decorrente de sua localização em área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica (ICV & WWF, 2006; ICV & WWF, 2008; Milliken *et al.*, 2009).

Essa região foi considerada como prioritária desde as primeiras propostas de conservação em larga escala para a Amazônia, em particular no projeto Parques e Reservas do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG7. Ela faz parte de um dos cinco corredores da Amazônia do programa Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente / PPG7, com o nome de “Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos”, que abrange áreas desde o Estado de Rondônia até o estado de Tocantins (Figura 11).

¹ Trata-se da nova denominação dada pelo SIPAM para as formações que eram conhecidas como Savana (cerrado).

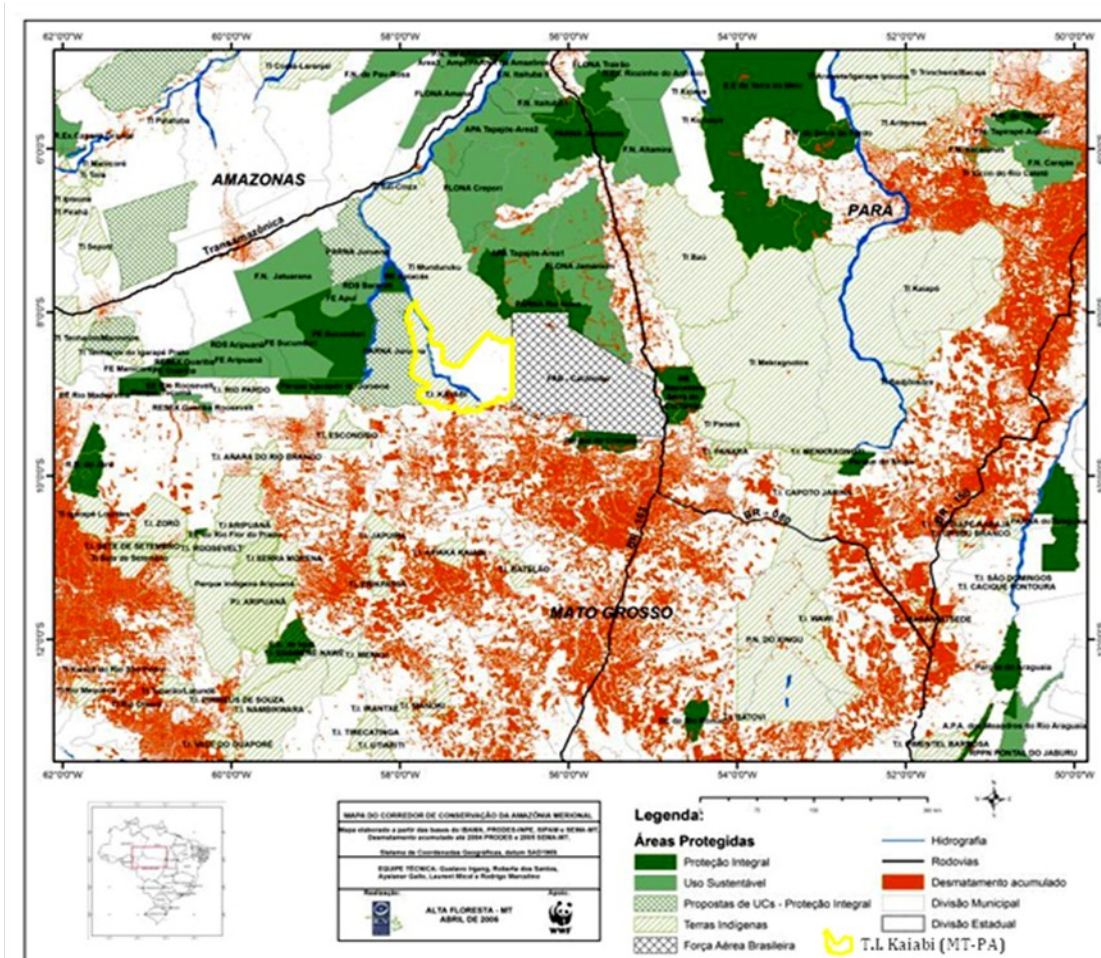


Figura 11: Mapa da região do corredor ecológico dos ecótonos sul amazônicos (Fonte ICV / WWF, 2006). Destaque da T. I. Kaiabi é de minha autoria.

A T. I. Kaiabi está localizada na Amazônia Meridional, com a extensão de 1.053.000 ha, que abrangem os municípios de Apiacás, no extremo norte do estado de Mato Grosso e de Jacareacanga, no sudoeste do Pará. O limite territorial entre os estados é feito pelo baixo curso do rio Teles Pires, que atravessa a Terra Indígena para depois se juntar ao Juruena e formar o rio Tapajós, um dos mais importantes afluentes da margem direita do rio Amazonas.

O rio Teles Pires ou São Manoel é um rio de cabeceiras, cujas nascentes estão localizadas a 800 metros de altitude, na borda sul do Planalto dos Parecis, porção central do estado do Mato Grosso. Seu leito percorre um relevo fortemente trabalhado e dissecado, o que resulta em um baixo potencial de fornecimento de sólidos em suspensão, configurando-se como um rio de “águas claras” de cor verde-oliva² (Figura

² Rios de águas claras tem seus nascentes nas encostas Andinas e carrega grande quantidade de material em suspensão. Eles são turvos e ricos em peixe. Povos nativos usam suas margens férteis para cultivos sazonal. Rios de águas claras correm através de áreas com solos originados por rochas cristalinas do Escudo da Guiana e Brasil. Sua água é clara, com pouco material em suspensão e seus níveis de

12). A areia constitui o material básico na sua sedimentação o que torna abundante o surgimento de praias e bancos de areia. Outra característica deste rio é comportar, especialmente em seu baixo curso, inúmeras barras rochosas dispostas transversalmente ao seu leito, o que origina trechos de corredeiras e saltos. As ilhas podem ocorrer isoladas ou conformando arquipélagos.

O clima da região é o tropical chuvoso, enquanto o tipo climático, segundo classificação de Köppen (RadamBrasil, 1980), é predominantemente o de monção (Am), mas por se tratar de uma região de transição climática, este sofre

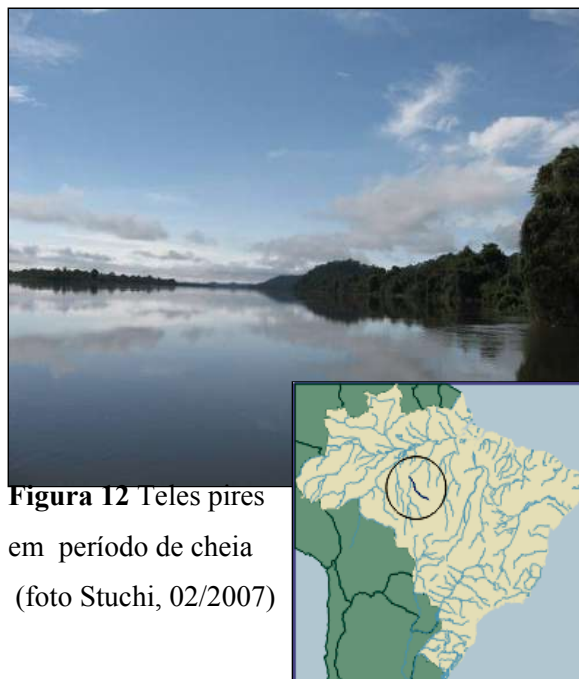


Figura 12 Teles pires em período de cheia (foto Stuchi, 02/2007)

influências dos tipos equatorial (Af) e tropical com estação seca (Aw). Segundo essas particularidades, o clima da região é quente, úmido e com duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa. O período seco coincide com o outono-inverno austral (abril/agosto), com precipitações inferiores a 60 mm no mês mais seco. Neste período a região recebe frentes frias originárias da massa polar atlântica (mPa), o que resulta, ocasionalmente, na ocorrência de friagens. O período das chuvas (de monções) coincide com a primavera e verão (setembro/março), quando as precipitações médias mensais atingem valores superiores a 300 mm, enquanto a média anual encontra-se entre 2.500 e 2.750 mm.

O direcionamento dos ventos possui maiores velocidades médias com registro na direção SE, com 5,23 m/s no mês de novembro, enquanto a média anual chega a 4,58 m/s, uma velocidade relativamente baixa. A umidade relativa é bastante elevada, entre 80 e 85%.

As temperaturas médias anuais estão entre 25 e 26°C, com um trimestre mais frio, entre Junho e agosto, e um período mais quente, pouco definido, visto que as máximas não ocorrem concentradas em um único período do ano, mas predominantemente no trimestre setembro – novembro. Mais recentemente, em 2002,

nutrientes entre os rios de águas pretas e brancas. Rios com águas pretas são ricos em ácido húmico, o que produz a cor preta de suas águas (Sioli, 1984).

dados obtidos a partir de estações operadas pela CPRM para a Agência Nacional das Águas – ANA localizada na região³ apontam uma temperatura média máxima anual em torno de 32°C.

Em termos geomorfológicos a T.I. Kaiabi esta delimitada sobre a porção nordeste da Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional, que interpenetra os relevos da Serra dos Apiacás, ao sul e se confina nos relevos da Chapada do Cachimbo, a nordeste. Em linhas gerais serão aqui apresentadas informações sobre os tipos e as correlações entre hidrografia, geomorfologia, solo e vegetação que constituem os domínios geomorfológicos citados. Os mapas podem ser encontrados ao final deste tópico.

A Depressão Interplanáltica abrange a maior parte da T.I. Kaiabi e se constitui como uma ampla superfície rebaixada, com altimetria entre 250 e 300 m. Nesta porção da Depressão predominam relevos dissecados em formas tabulares amplas⁴, esculpidas sobre arenitos ortoquartzíticos do Grupo Beneficente.

Com relação aos tipos de solo e vegetação que recobrem este relevo deprimido, temos pelo menos três configurações principais. Na porção centro-oeste da área, mais especificamente onde a depressão interpenetra a serra dos Apiacás e relevos residuais, as formas tabulares são predominantemente constituídas por latossolos vermelho amarelos álicos, recobertos por uma fisionomia vegetal de tensão ou contato entre a Campinarana e a Floresta Estacional, manifesta em uma Floresta decidual submontana de dossel emergente (*Cse2*) (Figura 13).



Figura 13 Relevos residuais e Floresta decidual submontana de dossel emergente (*Cse2*) (Contato Campinarana e a Floresta Estacional) (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).

³ Rede Hidrometeorológica Nacional da Agência Nacional de Águas – ANA (Hidroweb), estação de Alta Floresta.

⁴ Distância entre cursos d'água entorno de > 750 m < 1.750 m e >1.750 m < 3.750 m.

Na porção mais baixa deste compartimento, as margens do Teles Pires encontramos estreitas faixas de deposições fluviais, desde a Ilha Guandu até a foz do rio Santa Rosa, constituídas por solos do tipo Gley pouco humico e aluviais distróficos (HGPD). As ilhas isoladas, bem como os arquipélagos que se estendem por quase todo o baixo curso do rio Teles Pires também são constituídas por este tipo de solo, sendo recoberto por Florestas do tipo aluvial com dossel emergente (Dae) (Figura 14 - 16).



Figura 14 Interior da floresta fluvial (Foto: Stuchi 2008).



Figura15 Florestas do tipo aluvial com dossel emergente (Marcelino & Gallo, 2009).

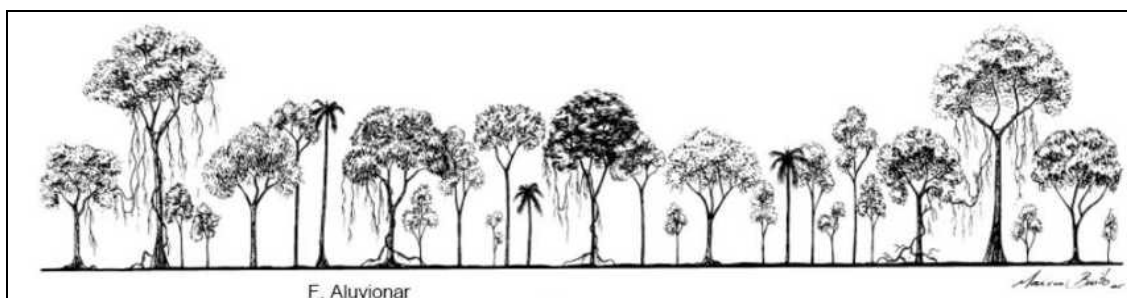


Figura 16 Perfis esquemáticos de floresta aluvial da região, conforme Britaldo (1998).

Os latossolos também capeiam os morros de topo convexo separados por vales em V que constituem a porção mais setentrional da depressão, onde são recoberto por Floresta Ombrófila aberta (Figura 17) do tipo submontana com palmeira (*Asp*) (Figuras 18). Esta associação de solo e vegetação se estendem para fora dos limites da área, a sudeste, por sobre os relevos tabulares que atingem o sopé da serra do Piauí, e ao sul, abrangendo grande parte do igarapé Piranha Preta, um dos limites naturais da T. Indígena. Neste ponto a vegetação se apresenta em menores proporções como Floresta aberta submontana com cipós (*AscI*) (Figuras 19), fisionomia resultante do contato entre a Floresta Ombrófila e a Campinarana.

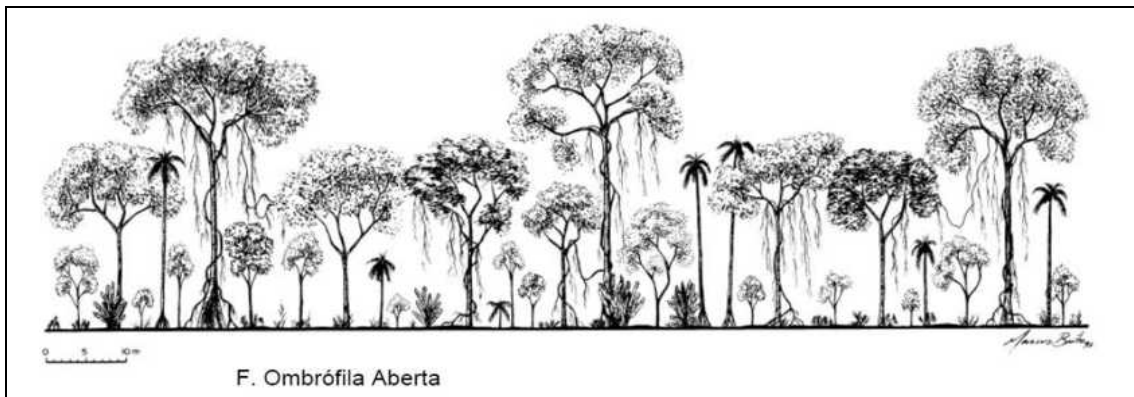


Figura 17 Perfis esquemáticos de floresta ombrófila aberta da região, conforme Britaldo (1998).

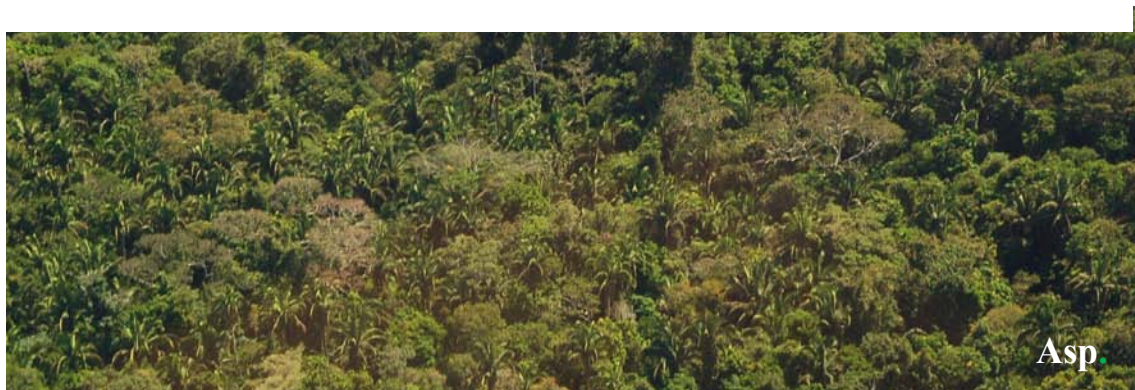


Figura 18 Floresta Ombrófila aberta do tipo submontana com palmeira (*Asp*) (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).

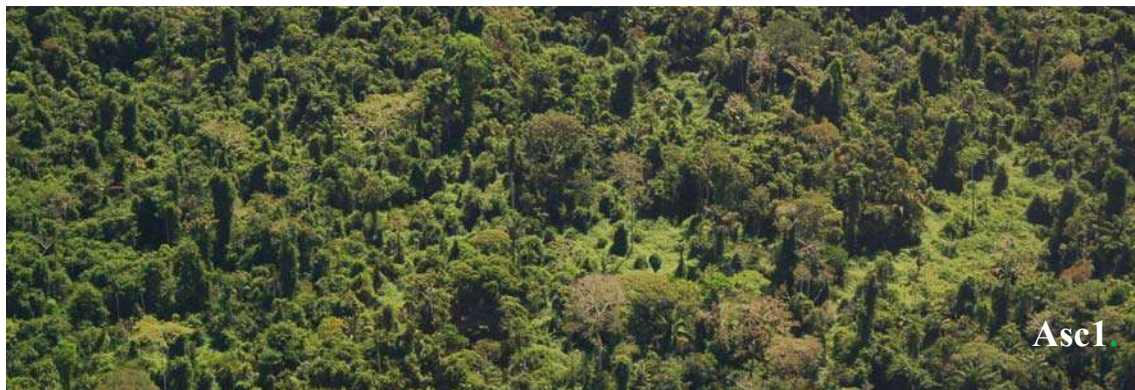


Figura 19 Floresta aberta submontana com cipós (*Asc1*) (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).

Na porção leste da área, o relevo deprimido se confina à Chapada do Cachimbo e é extensamente constituído por areais quartzosos que sustentam uma Campinarana Florestada (Sd2)⁵, em sua forma de contato com a Floresta Estacional (Figura 20).



Nesta região, onde se encontra o alto e médio curso do rio Cururu-açu, que nasce na Chapada do Cachimbo, encontramos áreas aplainadas

por acumulação fluvial que propiciam a presença de solo aluvial distrófico (*HGPD*), onde temos uma vegetação gramíneo – lenhosa sem Floresta de galeria (*Sgs*).

Figura 20 Campinarana Florestada (Sd2), em sua forma de contato com a Floresta Estacional (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).

As areias quartzosas não se restringem a região de contato entre a depressão e a Chapada, mas se estendem por território paraense, a noroeste, em uma faixa de terra que contorna a borda norte dos relevos residuais da Serra dos Apiacás e alcança a margem direita do rio Teles Pires, na região do Pacu (arquepélago do Pacu) e a jusante da cachoeira Rasteira. A vegetação encontrada nesta faixa de solo arenoso é de Floresta aberta submontana com cipós (*Asc1*). Da Rasteira as areias quartzosas margeiam o rio Teles Pires, a norte, até a foz do igarapé Piranha Preta, região onde encontramos uma Floresta Ombrófila aberta do tipo submontana com palmeira (*Asp*).



Figura 21 Campinarana gramíneo lenhosa (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).

Em território mato-grossense, os solos arenosos constituem o relevo deprimido desde a cachoeira Rasteira, abrangendo áreas a margem esquerda do rio Teles Pires, até o contato com os relevos residuais ao norte. Próximo a Rasteira o solo arenoso é recoberto por vegetação de Campinarana gramíneo lenhosa⁶ (Figura 21).

⁵ Segundo Radan: Savana arbórea densa (*Sd2*).

⁶ Segundo Radan: Savana parque sem floresta de galeria (*Sps*).

As areias quartzosas se estendem constituindo os relevos tabulares a noroeste, até a margem esquerda do igarapé do Anil, limite natural da área, sendo recobertos por Campinarana gramíneo lenhosa e a Floresta Ombrófila com cipó (*Asc1*), que é resultante do contato com a formação de Campinarana.

Mais ao norte, ainda em território matogrossense, no sentido do interflúvio Teles Pires-Juruena, encontramos um conjunto de relevos de topo contínuo e aguçado, bem como de topo aplainado, ambos constituídos por solos litólicos e recobertos por Floresta Ombrófila densa do tipo submontana de dossel emergente (Dse).

Ao leste, a T.I. Kaiabi é tomada pela porção sul da Chapada do Cachimbo, constituída de relevo maciço e contínuo, formado por sedimentos pré-cambrianos do Grupo Beneficente, cuja estrutura sub-horizontal lhe confere a feição geral de chapada (planalto sedimentar). A Chapada configura-se como uma vasta superfície dissimétrica em forma de rampa cujas cotas altimétricas variam de 700 m a 400 m, decrescendo de nordeste para sudoeste em função do gradiente regional.

A Chapada funciona como um divisor de água entre as bacias dos rios Tapajós, Xingu e Teles Pires, sua drenagem secundária desce o reverso seguindo um padrão geral subdendrítico e acompanha o gradiente regional, sendo toda ela coletada pelos rios Cururu-açu e São Benedito inseridos no contexto da T.I. Kaiabi. Esses rios descem a chapada na direção geral do gradiente e, após atingirem o corredor deprimido que a separa da Serra dos Apiacás, tomam o rumo noroeste acompanhando a direção da serra, até atingir o rio Teles Pires. Estes rios se encontram relativamente encaixados, comportando corredeiras e soleiras rochosas, sem apresentar faixas deposicionais expressivas.

A topografia deste compartimento geomorfológico em geral é aplainada, onde a dissecação originou, dentro dos limites da T. I. Kaiabi, duas formas de relevo. Na porção nordeste, onde o limite da área é constituído pelo alto curso do rio Cururu, encontramos os relevos tabulares com espaçamentos interfluviais geralmente amplos⁷. Este relevo se estende para sudoeste até as cabeceiras de alguns formadores do rio Cururu-açu, onde escarpas erosivas com desníveis relativos abaixo de 100 m delimitam as formas de relevo de topo convexo, cujos vales são separados entre si por distâncias inferiores a 1750 m. A sudeste, os relevos da Chapada se estendem em sua inclinação geral até coalescer com a Depressão Interplanáltica.

⁷ Distância entre cursos d'água que variam entorno de > 750 m < 1.750 m a > 3.750 m e < 12.750m.

Praticamente toda a Chapada do Cachimbo é constituída de areias quartzosas, sobre a qual encontramos uma fisionomia vegetal complexa decorrente das zonas de contato entre diferentes tipos de florestas e entre campinarana e florestas (Figura 22).

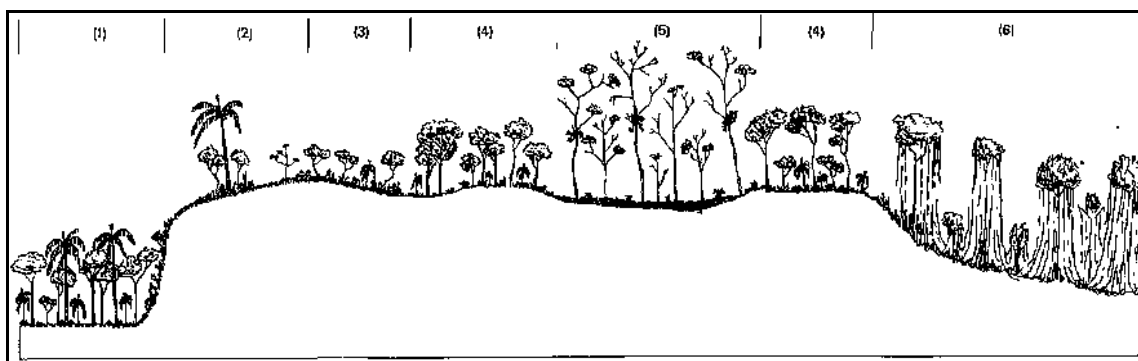


Figura 22 Perfil esquemático da Chapada do Cachimbo: 1- Floresta Ombrófila Aberta Tropical com palmeiras; 2- Campinarana gramíneo lenhosa (Savana Parque); 3- Campinarana arborizada (Savana Arbórea Aberta) 4- Campinarana florestada (Savana Arbórea Densa); 5- Floresta Estacional Decidual; 6-Floresta Ombrófila Aberta Tropical com Cipó. (Fonte: RadamBrasil, 1980, p.343).

Na porção nordeste da área, a Chapada é constituída por relevos de formas tabulares, desde a margem esquerda do alto curso do rio Cururu, abrangendo parte de alguns afluentes do rio Cururu-Açu, até o contato com as escarpas erosivas. A vegetação predominante é de Floresta estacional decidual tropical, em sua subformação submontana de dossel emergente (*Cse*) (figuras 23).

Nos relevos escarpados, na porção sudoeste da Chapada, os morros de topos convexos também são recobertos por Floresta decidual submontana de dossel emergente (*Cse3*), mas em uma configuração resultante do contato entre as Florestas Estacional e Ombrófila. Na região de contato entre os relevo citados, mais precisamente no contorno das escarpas erosivas temos manchas de Campinarana florestada (*Sd2*), resultante do contato com a Floresta Estacional (Figuras 24).



Figura 24 Perfis esquemáticos de Campinarana florestada da região, conforme Britaldo (1998).



Figura 23 Relevos escarpados, na porção sudoeste da Chapada, Floresta decidual submontana de dossel emergente (*Cse3*), (contato Campinarana e Florestas Estacional e Ombrófila (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).



Figura 24 Campinarana florestada (*Sd2*) (contato com a Floresta Estacional)



Figura 23 Floresta decidual submontana de dossel emergente (*Cse3*) (Fotos: Marcelino & Gallo, 2009)

Este tipo de vegetação se estende pela porção sudeste da área, se diferenciando em Floresta Estacional decidual submontana com dossel emergente (*CSe*) na região do baixo curso do rio São Benedito, onde relevos de forma tabular são capeados por solo litólico distrófico. No entorno imediato desta área o solo arenoso é recoberto por Campinarana arborizada¹, além de um enclave de Floresta Ombrófila submontana com cipó (*Asc*).

Os limites sul e sudeste da T.I. Kaiabi abarcam a porção oriental da Serra dos Apiacás, onde esta é constituída por feições geoestruturais de blocos falhados e dobrados dispostos na direção sudeste para noroeste. Sua principal característica é o fato de constituir relevos de topos predominantemente tabulares, total ou parcialmente conservados, talhados em litologia do grupo beneficente, com cerca de 450 m de altitude.

¹ Segundo Radan: Savana arbórea densa (*Sd*)

A Serra dos Apiacás funciona como um divisor de águas, sua posição transversal ao eixo hidrográfico do Teles Pires faz com que ela separe seus afluentes. Quando os tributários nascem nos flancos da serra dos Apiacás, tomam as direções norte ou sul. Em sua borda norte nascem alguns afluentes da margem esquerda do Teles Pires, com destaque para o rio Santa Rosa. Quando suas cabeceiras estão fora da unidade, como é o caso do rio São Benedito, correm paralelos à serra até desaguar no rio Teles Pires, que após percorrer todo o planalto de sul para norte secciona as estruturas dobradas da serra nos limites da Terra Indígena.

A distribuição de solos e vegetação nos relevos da Serra é muito diversificada e complexa. Os relevos tabulares alongados mais conservados são capeados por solos litólicos e podzólico vermelho-amarelo distrófico, onde encontramos a Floresta Ombrófila aberta do tipo submontana com cipó (Asc) e sua formação mais aberta (Asc1), resultante do contato com a Campinarana, que por sua vez ocorre em sua configuração florestada (Sd2), resultante do contato com a Floresta Estacional. Os solos litólicos também são encontrados junto a agrupamentos de relevos residuais de topo aplainado limitados por escarpas erosivas, desde o médio curso rio Ximari, até as proximidades do Teles Pires, onde floresce uma Floresta Ombrófila densa do tipo submontana com dossel emergente (Dse) (figura 25).



Em território paraense, os relevos residuais se estendem em paralelo ao curso do Teles Pires, no sentido sudeste

noroeste, desde a Ilha Guandu até a região onde o Teles Pires tem seu curso alterado no sentido sul norte. Os solos correspondentes a ocorrência destes relevos continua a ser o litólico, porém recoberto por uma Floresta decidual submontana de dossel emergente (Cse2).

Figura 25 relevos residuais de topo aplainado limitados por escarpas erosivas, e Floresta Ombrófila densa submontana com dossel emergente (Dse). (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).

Esta região é tomada por um relevo ondulado sinclinal suspenso (convexo residual) e anticlinal escavado (côncavo ravinado em forma de “V”), cujo solo constituinte é o litólico coberto por floresta submontana com cipó (Asc) (Figura 26).

A oeste desta região de topografia mais acentuada encontramos um relevo residual de topo aplainado limitado por escarpas erosivas que constituem a borda norte da Serra dos Apiacás, na região do interflúvio Juruena-Teles Pires. Este também



é constituído por solo litólico, com a vegetação predominante de Floresta decidual submontana

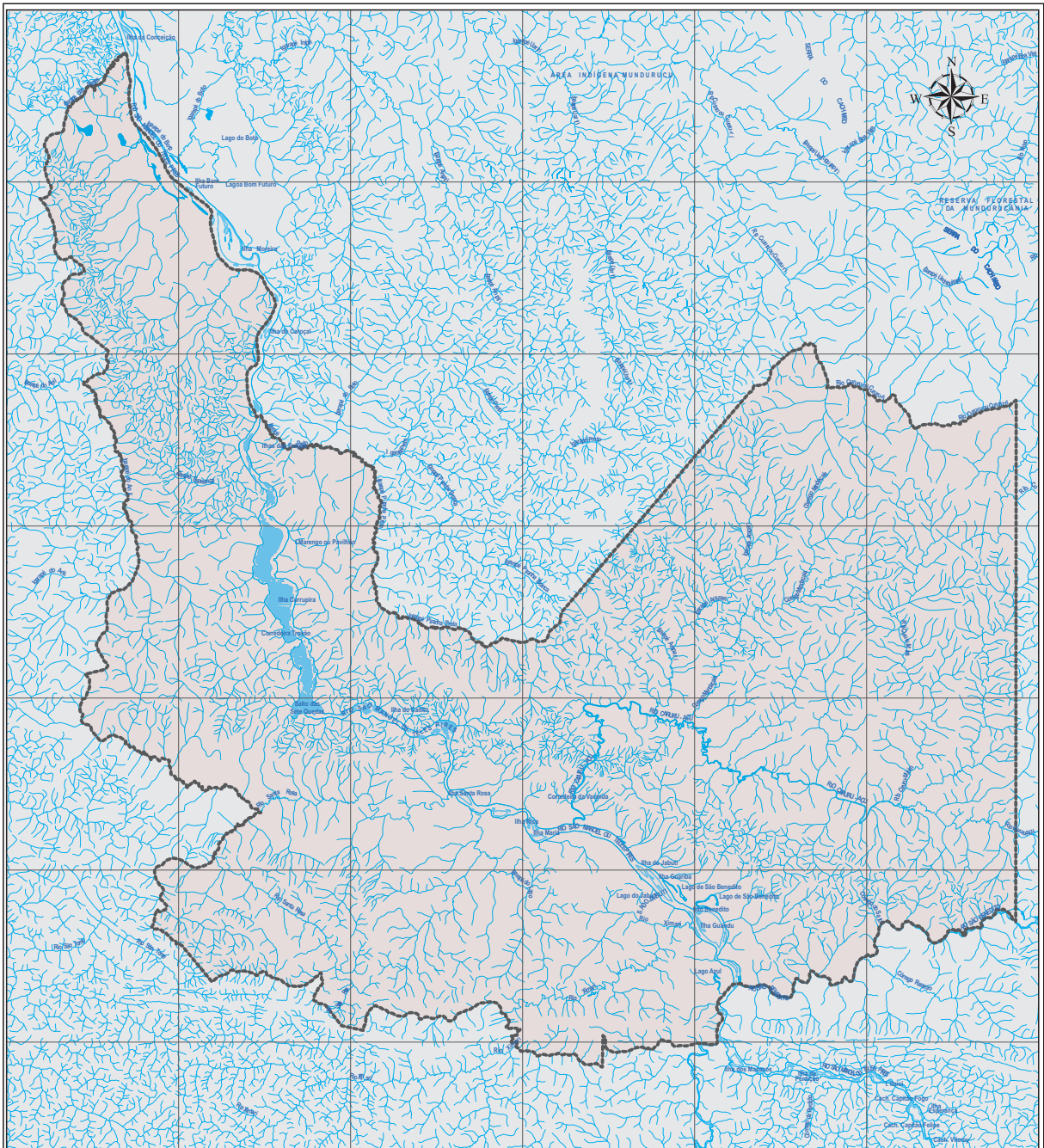
Figura 26 relevo ondulado sinclinal suspenso (convexo residual) e anticlinal escavado (côncavo ravinado em forma de “V”), floresta submontana com cipó (Asc). (Foto: Marcelino & Gallo, 2009).

dossel emergente (Cse2), com uma mancha de Campinarana gramíneo lenhosa (Sps1) em sua forma de contato com a Floresta Ombrófila.

Tabela 3 Tipos de Vegetação e Solo encontrados na T. I. Kaiabi (MT/PA) (RADAMBRASIL, 1981) e porcentagem segundo ISA (2009)⁹.

Região Fitogeográfica (%)	Subformação	Solo
Floresta Estacional decidual tropical (8.74 %)	Floresta submontana de dossel emergente (<i>Cse</i>)	Areias quartzosas álicas (AQa1,2)
		Litólico distrófico (<i>Rd2</i>)
Floresta Ombrófila Densa (0.74 %)	Floresta Aluvial dossel emergente (<i>Dae</i>)	Gley pouco humico e aluviais distróficos (HGPd)
	Floresta Submontana dossel emergente (<i>Dse</i>)	Litólico distrófico (<i>Rd1</i>)
Floresta ombrófila aberta tropical (23.85 %)	Floresta Submontana com palmeiras (<i>Asp</i>)	Latossolo Vermelho-amarelo álico (LVa7)
		Areias quartzosas álicas (AQa3)
	Floresta Submontana com sipó (<i>Asc</i>)	Areias quartzosas álicas (AQa7)
		Litólico distrófico (<i>Rd1</i>)
	Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico (PVd6)	
Campinarana (1.21 %)	Campinarana gramíneo lenhosa (<i>Sps</i>)	Areais quartzosas álicas (AQa2,3,7)
	Campinarana florestada (<i>Sd</i>)	
	Vegetação gramíneo – lenhosa sem floresta de galeria (<i>Sgs</i>)	Aluvial distrófico (HGPD)
Campinarana & Floresta Estacional (50.7 %)	Floresta Decidual submontana dossel emergente (<i>Cse2</i>)	Latossolo vermelho-amarelo álico (LVa7)
		Litólico distrófico (<i>Rd2</i>)
	Campinarana florestada (<i>Sd2</i>)	Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico
		Areias quartzosa álicas (AQa2,9,7)
Campinarana & Floresta Ombrófila (%)	Floresta aberta submontana com cipós (<i>Asc1</i>)	Latossolo Vermelho-Amarelo álico (LVa8)
		Areias quartzosas álica (AQa2,3)
	Campinarana gramíneo lenhosa (<i>Sps1</i>)	Litólico distrófico (<i>Rd1</i>)
Floresta Estacional & Floresta Ombrófila (11.39 %)	Floresta decidual submontana de dossel emergente (<i>Cse3</i>)	Areias quartzosas álicas (AQa2,9)

⁹ http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3984#73598



LEGENDA:

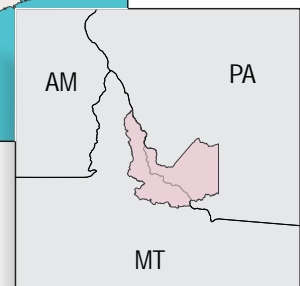
 Limite da área indígena Kaiabi

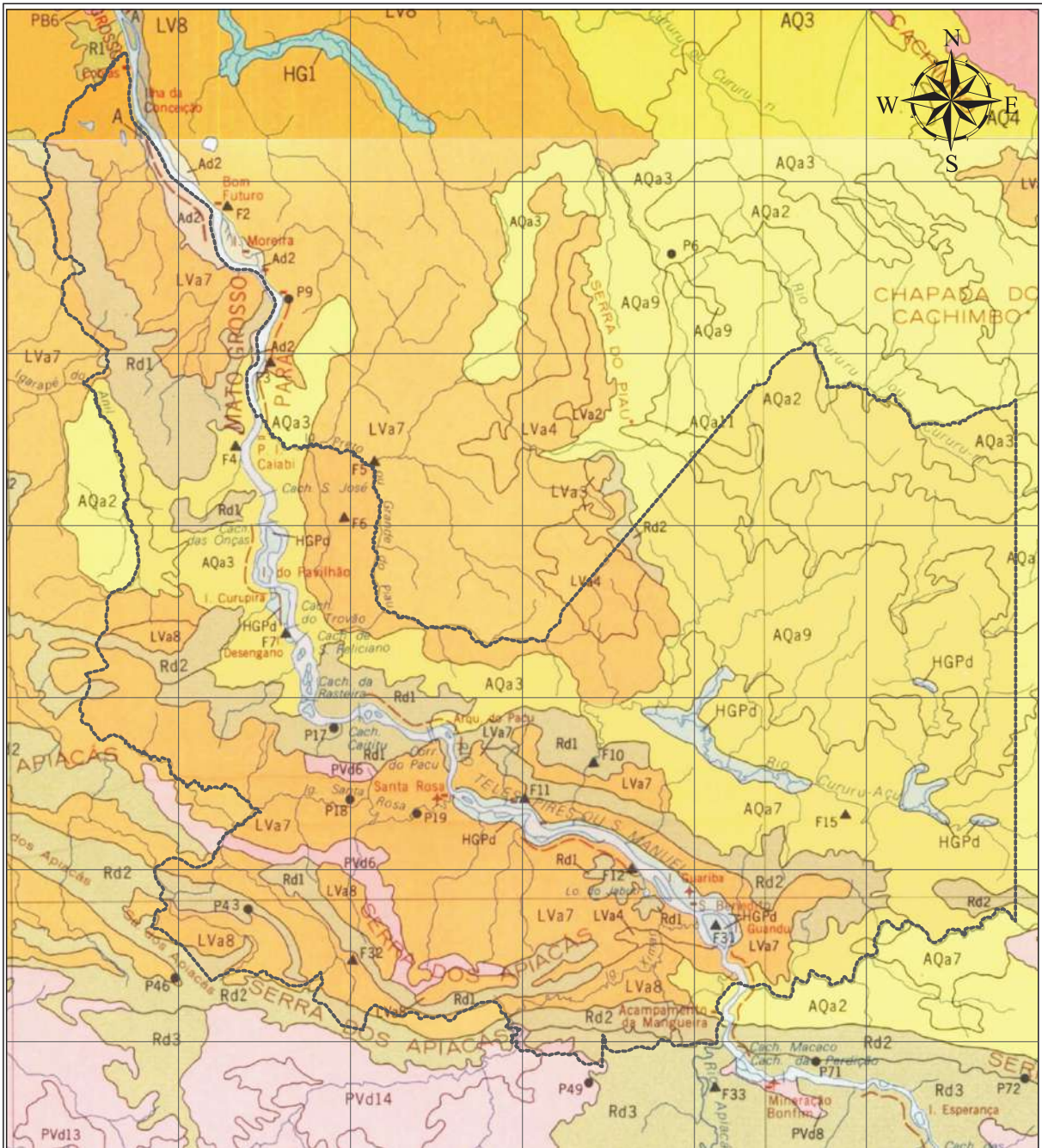
 Hidrografia

TERRA INDÍGENA KAIABI

JACAREAGANGA-PA/APIACAS-MT (1053000 ha)







HIDROGRAFIA

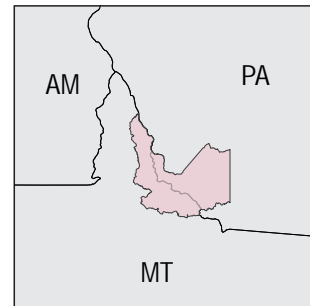




Fonte: FUNAI, IBGE E RADAM
 Projeto Kaiabi-Lalima (MAE-USP)
 Autor: Francisco Forte Stuchi
 Danielle Gomes Samia
 08/2009

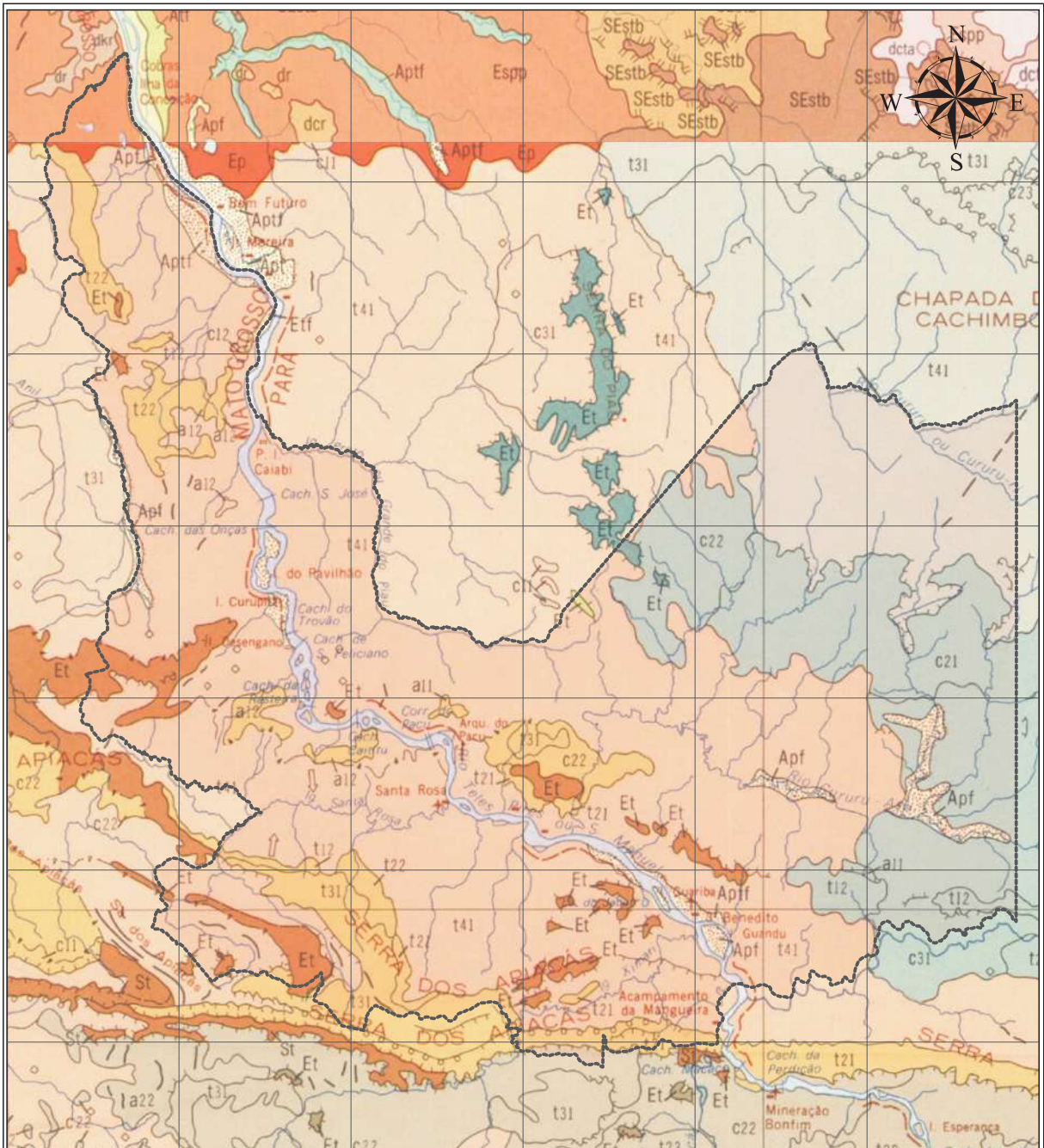
LEGENDA:

-  Limite da área indígena Kaiabi
-  Podzólito Vermelho-Amarelo distrófico - Pvd6
-  Latossolo Vermelho-amarelo álico - LVa 4, 7 e 8
-  Solos Litólicos distróficos Rd1 e 2
-  Areias Quartzosas álicas- AQa2, 3 e 7
-  Gley pouco húmico distrófico - HGPd



TERRA INDÍGENA KAIABI
 JACAREAGANGA-PA/APIACAS-MT (1053000 ha)

SOLOS



Fonte: FUNAI, IBGE E RADAM
 Projeto Kaiabi-Lalima (MAE-USP)
 Autor: Francisco Forte Stuchi
 Danielle Gomes Samia
 08/2009

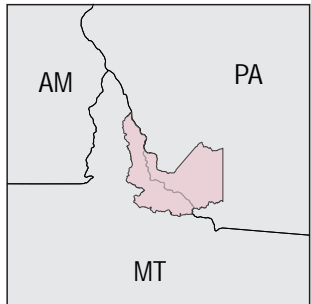


LEGENDA:

- Limite da área indígena Kaiabi
- Depressão Interplanáltica da Amazonia Meridional
- Planalto das Apicacás
- Planalto Residuais do Norte de Mato Grosso
- Planície fluvial

- A- Relevo de topo contínuo aguçado separado por vales em «V»
- C- Relevo de topo convexo separados por vales de fundo plano
- T- Relevo de topo aplainado separados por vales de fundo plano
- Et- Relevo residual de topo aplainado, limitado por escarpas erosivas

- ESCARPA EROSIVA ABAIXO DE 200M
- FRENTE DE CUESTA DISSIMULADA ABAIXO DE 200M
- BORDA DA ANTICLINAL ESCAVADA
- BORDA DE SINCLINAL SUSPENSA



TERRA INDÍGENA KAIABI
 JACAREAGANGA-PA/APIACAS-MT (1053000 ha)

GEOMORFOLOGIA

Embora a caracterização ambiental da T.I.Kaiabi tenha sido feita com uma base de dados em escalas muito amplas (RADAMBRASIL, 1980), ocultando e/ou mesclando particularidades dos ambientes descritos, os dados até então apresentados nos permitem verificar que a mesma está inserida em uma área de alta biodiversidade, de extrema importância para a conservação - conforme PROBIO/Seminário de Macapá, 1999- encontrando-se entre as 900 áreas prioritárias para a preservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da Biodiversidade Brasileira, estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA ,em maio de 2004 (ICV *et al.*, 2006).

Estudos em menor escala e mais aprofundados poderão constatar a afirmação supracitada, expandindo nosso conhecimento quanto à existência nesta porção da Amazônia de uma maior diversidade fitoecológica. Contudo, esta diversidade não pode ser pensada sem considerar os aspectos humano-ambientais das relações co-evolutivas entre os ecossistemas amazônicos e os ameríndios (Posey, 1998: 104)

Segundo Balée (1989: 95), com poucas exceções, predomina até o momento uma epistemologia excessivamente naturalística quanto à explicação dessa diversidade. Geralmente, os tipos de vegetação são explicados como sendo provenientes da estrutura e da idade geológica do substrato, da composição e estrutura do solo, do tipo de água aproveitável, das condições de drenagem, da quantidade e distribuição das chuvas. É certo que estes fatores podem ser relacionados com a fitogeografia amazônica, separadamente ou em combinação. Contudo, pesquisas de ecologia histórica e das etnociências vem mostrando que os ambientes não podem continuar sendo vistos tradicionalmente, exclusivamente (e erroneamente) como formações primárias, mas também como o resultado do manejo, ou seja, a manipulação humana de componentes orgânicos e não orgânicos de forma consciente ou inconsciente, conformando paisagens vivas (Alcorn, 1981; Denevan *et al.*, 1982; Polites, 1996a, b; Posey, 1985; Balée, 1992; 1994; 1995; Rival, 1998; Zent e Zent, 2004).

Muito além de um espaço abarcado por um "golpe de vista", bastante usual no senso comum, a paisagem e a definição de seu conceito, tem sido ao longo do tempo objeto de estudo das mais variadas ciências, e de diferentes correntes teóricas e metodológicas (Schier, 2003; Castro, 2004; Salvio, 2008). Para Salvio (2008: 6), o conceito de paisagem chega aos dias de hoje como algo fluido, no sentido de não ser único, acabado e rígido, mas objeto de discussões inter e transdisciplinares.

A partir da revisão de autores que desenvolveram reflexões a este respeito, Lui & Molina (2008: 38) observam recorrência de alguns elementos comuns ao entendimento da paisagem, como: 1) trata-se de uma área determinada; 2) constituída por componentes heterogêneos e interativos; 3) com dimensão temporal-histórica; e 4) dependente da escala do observador. A partir destes elementos, Lui & Molina (Opt cit) estabelecem uma definição de paisagem que serve ao propósito da discussão aqui apresentada. “*A paisagem pode ser definida como um recorte heterogêneo da realidade ambiental historicamente construída, compatível com a capacidade de compreensão e interpretação do observado*”. Dessa forma a paisagem só ganha sentido no contexto humano, sendo constituída, portanto, a partir de algum nível de interação humana com o ambiente.

Segundo Balée (2009), as atividades humanas nestas interações alteram as paisagens em termos das outras espécies, no número (ou biodiversidade) destas, e dentre outros parâmetros também nos atributos do solo. Para a ecologia histórica, estas formas de alteração, por considerar o fator humano e histórico, não se encaixam no conceito de sucessão ecológica, utilizado na teoria de sistemas e de equilíbrio na ecologia, mas podem ser conceituadas como transformações de paisagens (sucessão antrópica), semelhantemente diferenciadas em primárias e secundárias.

Na Amazônia e em outros locais, as transformações primárias podem envolver modificações significativas de padrões de drenagem, de solo, de elevação topográfica e o estabelecimento de áreas com ambientes estritamente construídos, tais como: extensas áreas de aterros, diques, canais circulares, barragens, taludes, estradas, praças, vilas anelares, solos de terra preta antropogênica e geoglifos (Schaan, 2006; Erickson, 2000, 2008; Neves & Peterson, 2006; Raffles, 2002; Heckenberger *et al.*, 2003; Schaan, Parssinen & Ranzi, 2008).

As transformações secundárias se assemelham ao que os ecologistas chamam de distúrbio intermediário, caracterizados como contínuos e em menor escala, tal como fogo controlado e quedas de árvores na floresta. O distúrbio intermediário, em uma escala humana e cultural, envolve a substituição parcial de espécies de maneira episódica e cíclica em pequenas parcelas de terra, como clareiras causadas pela queda de árvores até milhares de quilômetros quadrados, como no caso dos Llanos de Mojos Balée (2009: 49).

Segundo Balée (2009: 50), os efeitos mensuráveis do distúrbio intermediário mediado por humanos referem-se à pelo menos um dos três tipos de diversidade de espécies reconhecidos em ecologia: a alpha diversidade, que é o número de espécies em um local restrito e com parâmetros ambientais constantes (tais como drenagem e tipo de solo). O distúrbio intermediário mediado por humanos também pode ser observado na beta diversidade (diversidade ao longo de um gradiente ambiental, envolvendo distâncias entre parcelas adjacentes previamente assinaladas exclusivamente pela alpha diversidade) (ver. Campbell *et al.*, 2006, Erickson & Balée, 2006; Huston, 1994).

Na T. I. Kaiabi pode-se evidenciar as duas formas de transformações da paisagem. Como veremos mais a frente, as transformações primárias são representadas pelas inúmeras manchas de terra preta que constituem a maioria dos sítios arqueológicos na área. Estes quase sempre estão associados aos correlatos das transformações secundárias, representadas pelas áreas de vegetação secundária ou capoeira.

A dinâmica de ocupação e utilização do espaço pelos Kaiabi também podem ser tomadas como exemplo da transformação das paisagens e, supostamente, a geração das diversidades alfa e beta. A imagem abaixo ilustra esta proposição, mostrando a porção da T. I. Kaiabi as margens do Teles Pires, com a aldeia Kururuzinho ao fundo e áreas de antigas aldeias adjacentes, utilizadas para a roça, caça e coleta (figura 27).

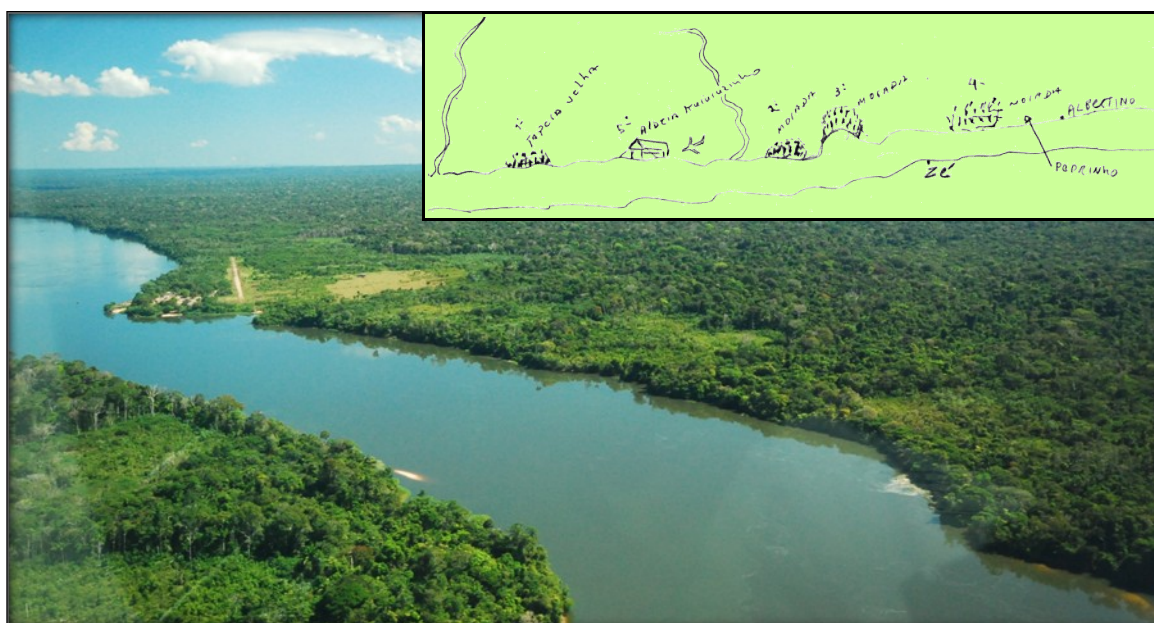


Figura 27 Trecho do rio Teles Pires na T.I. Kaiabi com aldeia Kururuzinho ao fundo e áreas de antigas aldeias adjacentes (Foto: Marcelino & Gallo, 2009). Acima representação de Arlindo Kayabi da dinâmica de ocupação pretérita destas antigas aldeias.

Ao tentar dimensionar a distribuição espacial de formações vegetais na região Amazônica resultante de alguma forma de manejo e que não ocorreriam naturalmente (ex. florestas de bambu, castanhais e florestas de cipós), Balée (1989) estima que pelo menos 11,8% da floresta de terra firme possua origem antrópica. Balée (opt cit) acredita que a porcentagem de “matas culturais” possa ser bem maior, uma vez que as áreas com as formações supracitadas estão longe de terem sido totalmente contabilizadas, muito menos as áreas de matas com alta frequência de Caiapé, as matas de apête, florestas de palmeiras diversas, tipos de florestas sobre terra preta e “matas culturais” que ainda não são conhecidas e foram ou estão sujeitas a desaparecerem completamente.

Os trabalhos desenvolvidos pelas etnociências tem sido fundamentais para o entendimento dos processos interativos entre as biotas humanas e não humanas na conformação das paisagens amazônicas. Embora se remetam a uma profundidade temporal destes processos, eles têm sua atenção voltada às sociedades indígenas ou tradicionais contemporâneas, geralmente comunidades pequenas, onde a inter-relação com o meio é restrita a uma dada região.

Assim como Balée & Posey (1989), diversos outros pesquisadores (Friel 1978 apud Posey, 1987; Sponsel, 1986; Denevan, 1992, 1996; Morán, 1993; Adams, 1994; Magalhães, 2007; Stahl, 1996; Hornborg 2005;) apontam que a influência do homem sobre a cobertura vegetal da Amazônia, além de ter sido muito mais extensa, abrangendo a Amazônia em escala continental, foi também mais intensa e teve início há pelo menos 11 mil anos com os primeiros grupos de caçadores coletores que ocuparam a região.

Segundo Brown & Lugo, 1990 apud Denevan (1992)¹, a partir de um processo cumulativo das alterações na comunidade biótica, estima-se que 40% das florestas

¹ Lui & Molina (2008) citam Denevan da seguinte forma: “Denevan (1992) reforça ainda o caráter acumulativo das alterações na comunidade biótica, já que a floresta tropical levaria de 60 a 80 anos para recuperar biodiversidade e de 140 a 200 anos para recuperar biomassa. Partindo de um pressuposto de 15.000 anos de ocupação humana, Denevan (opt. cit) estima que 40% das florestas latino-americanas estejam em estado de sucessão florestal secundário devido à pressão antrópica”. Contudo, em Brown e Lugo (1990) quando citados por Denevan (1992) encontramos a estimativa de que 40% da floresta tropical na América Latina é secundário, como resultado da compensação humana e que a maioria do restante teve algumas modificações, apesar da atual baixa densidade populacional”.

Latino Americanas atuais estejam em estado de sucessão secundária, relacionado a pressão antrópica.

Para Lanly (1982), a agricultura de corte e queima seria responsável pela formação de grande parte das florestas secundárias, estimando que na América latina 47% das áreas ocupadas por este tipo de floresta teriam sido originadas por abandono de áreas de cultivo.

Se por um lado as pesquisas das etnociências buscaram tornar cada vez mais compreensível os resultados dos processos de manejo e transformação das paisagens operados pelas populações nativas, a arqueologia por outro tem constatado tais apontamentos e dado cada vez mais atenção aos testemunhos da relação entre o humano e o ambiente (Mora *et al.*, 1991; Cavalier *et al.*, 1995; Roosevelt, 1991; Roosevelt *et al.*, 1996; Llanos Chaparro, 1997; Espitia & Aceituno Bocanegra, 2006.).

Mais recentemente pesquisas arqueológicas associadas a inventários botânicos realizados nos platôs da Floresta Nacional Saracá-Taquera (FLONA Saracá-Taquera) e na Reserva Biológica do rio Trombetas (REBIO-Trombetas) revelaram insuspeitas ações antrópicas sobre a formação das paisagens florestais locais. Essas paisagens constituem verdadeiros cenários construídos ao longo de centenas de anos (Magalhães, 2007).

Apesar da dificuldade em estimar a porcentagem total de ambientes manejados, Magalhães (2009: comunicação pessoal) eleva as estimativas já existentes a 45%. Segundo este pesquisador o percentual pode ser ainda maior, uma vez que o cálculo foi baseado a partir da soma de todas as áreas da Amazônia passíveis de manejo, subtraídos os ambientes “supostamente inacessíveis”.

As transformações da paisagem incluem também as ações de manejo como realocação, atração, proteção, cultivo, transplante, semi-domesticação, domesticação e uso dos recursos. Quanto aos resultados, de um modo geral, não se traduzem necessariamente e exclusivamente em aumento da diversidade, mas envolvem também mudança na abundância de plantas na comunidade florestal, extensão ou diminuição da abrangência de espécies, criação de oportunidades para a invasão de espécies daninhas e alteração do mosaico da paisagem (Delcourt 1987, Stahl 2008).

Todos estes processos, bem como os resultados manifestos em uma diversidade de paisagens estão associados ao grande arcabouço de conhecimento das populações

indígenas e tradicionais sobre o comportamento da floresta tropical e a formação de alguns de seus ecossistemas peculiares. Conhecimento este acumulado ao longo de milênios (Bonnemaison, 1993; Gómez-Pompa & Kaus, 1992 apud Magalhães, 2007).

Neste sentido, a pesquisa sobre a história de ocupação da T. I. Kaiabi não requer apenas conhecer os ambientes que a constituem, ou mesmo identificar suas conformações paisagísticas, resultantes das interações homem/meio. É necessário compreender como os próprios Kaiabi concebem estes ambientes e paisagens com que interagem. Este tema é abordado na segunda parte deste capítulo.

É imprescindível observar que esta interação e transformações das paisagens não se restringem apenas aquelas decorridas no passado, mas devem ser compreendidas enquanto um processo dinâmico e contemporâneo. Dentro desta perspectiva, Lui & Molina (2008) apresentam uma interessante caracterização das diferentes dinâmicas ao longo da ocupação na Amazônia, desde o passado até os dias de hoje. Abordando perspectivas evolucionistas, históricas e sociais, os autores buscam compreender como o desenvolvimento das tecnologias e da organização sócio-política foram capazes de modificar as paisagens ao longo do tempo. A partir desta abordagem Lui & Molina (2008) estabelecem a existência de três dinâmicas de ocupação:

***Dinâmica da Diversificação (entre 9000 a.C. e 1600 d.C.):** crescimento populacional; ocupação humana por toda a floresta; transporte e domesticação de espécies; alteração e supressão da paisagem em níveis locais; exploração manejada de diversas espécies para a manutenção da vida humana local.*

***Dinâmica da Simplificação (entre 1600 d.C. e 1960 d.C.):** redução populacional; ocupação humana determinada pela acessibilidade dos rios; exploração excessiva de determinadas espécies; retirada de elementos do sistema para exploração comercial.*

***Dinâmica da Supressão (a partir de 1960 d.C.):** crescimento populacional; ocupação humana determinada pela acessibilidade dos rios e pela abertura de estradas; supressão e fragmentação da paisagem em níveis regionais, espacialmente distribuída pela floresta; apropriação do território; introdução e manejo de novas espécies que não permitem a recuperação da floresta; retirada de elementos do sistema para exploração comercial. (Lui & Molina, 2009)*

Ao abordar a T. I. Kaiabi e seu entorno como unidades de análise, argumento que o contexto sócio-ambiental observado, desde o passado até o presente momento, nos permite observar as três dinâmicas de ocupação sendo desenvolvidas concomitantemente.

A ocupação empreendida pelos Kaiabi apresenta características que nos permitem enquadrá-la na dinâmica da diversificação. Já as dinâmicas da simplificação e supressão podem ser observadas segundo as atividades desenvolvidas na região como, por exemplo, a extração de recursos florestais, minerais (garimpo de ouro), desmatamento e implantação de pastagens. Segundo um diagnóstico preliminar de desmatamento realizado nas áreas protegidas do Corredor de Conservação Teles Pires / Tapajós, a T. I. Kaiabi apresentou na porção sul do seu entorno imediato (10 km), o desmatamento acumulado atinge 20% e 25% na faixa de 50 km, com taxas anuais extremamente elevadas desde 2002-03 (variando entre 2,5 e 8% ao ano). Já o interior da T. I. tem desmatamento acumulado de 260 km², correspondendo a 2,5 (FFC / ICV / FEC / IOV, 2006) (Figura 28).

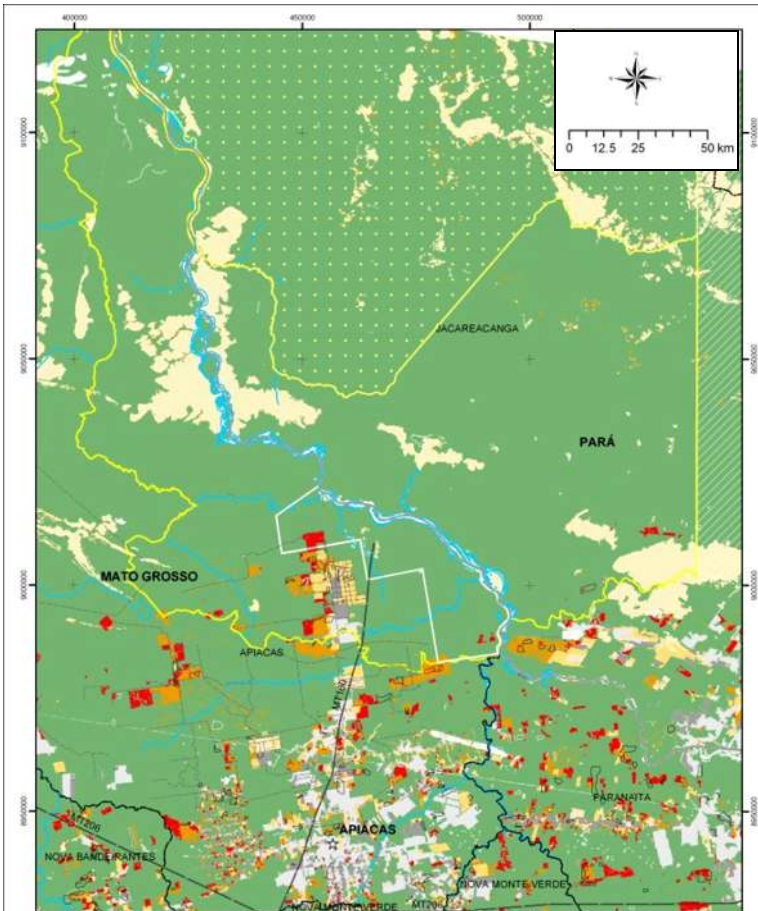
Em 2009, os Kaiabi publicaram uma carta de pedido de apoio a demarcação acompanhada por novos dados de desmatamento dentro da T. I. Kaiabi (Anexo 1). Os dados demonstram que o desmatamento tem evoluído, o que contraria uma liminar da Justiça Federal² que, além de suspender a demarcação, proíbe toda e qualquer intervenção na área, devendo esta ser mantida intacta.

² Justiça Federal – Seção Judiciária de Mato Grosso 3 Vara Federal (Processo n- 2004.36.00.002130-5).

Avanço do desmatamento (limites da T. I. Kaiabi)



Ald. S. Benedito



Mapa da dinâmica do desmatamento na Terra Indígena Kayabi

Mapa elaborado a partir das bases oficiais :
PRODES e DETER - MCT- INPE, 2005

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum Horizontal: SAD1969
Origem da quilometragem UTM: meridiano 54°W e Equador,
acrescidas as constantes 500km e 10.000km respectivamente

Laboratório de SIG e Conservação - ICV

Legenda

☆ Sedes municipais	PRODES e DETER
Hidrografia	Desmatamentos de:
Acessos	1997
Rodovias	2000
Limite Municipal	2001
Limite Estadual	2002
Brascan	2003
TI Kayabi	2004
TI Mundurucu	31/05/2005
Força Aérea Brasileira	30/06/2005
Remanescentes	30/07/2005
floresta	30/08/2005
nao_floresta	



Passivo ambiental Antigo lago de garimpo de barranco (Atual Ald. Coelho)



3.2. Elementos das Paisagens Kaiabi

As primeiras informações sobre a caracterização Kaiabi da paisagem resultaram de um levantamento sistemático realizado durante o VII Curso de Formação de Professores Indígenas no Xingu, em 1997, cujos dados sobre tipos de vegetação foram registrados no livro “Nossas Matas” produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA, 1998). Neste período Silva & Athayde (1999) já vinham obtendo informações desta “natureza” no âmbito do projeto “Desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis no Parque indígena do Xingu, promovido pelo Instituto Socioambiental (ISA). As atividades foram realizadas nas aldeias Capivara e Kururu¹, e resultaram no registro de informações etnoecológicas, classificação e manejo de diferentes zonas ambientais.

Estes conhecimentos foram posteriormente utilizados por Silva *et al.* (2000), ainda que em caráter exploratório, durante uma expedição empreendida pelos Kaiabi do Xingu em seu território ancestral, na região do rio dos Peixes, para reconhecer e caracterizar alguns ambientes. Muito embora os pesquisadores tenham registrado a existência de um contraste ambiental marcante entre as duas áreas, com ênfase em uma maior diversidade ambiental e de recursos na região ancestral, quase todos os ambientes reconhecidos no Xingu foram registrados na região do rio dos Peixes, que por sua vez apresenta maiores semelhanças com o baixo Teles Pires (c.f. Grunberg, 2004: 257-261).

Novas contribuições foram apresentadas por Schmidt (2001), a partir dos trabalhos desenvolvidos na aldeia Maraká², no Xingu. A partir de um mapeamento participativo de recursos florestais, Schmidt realizou a caracterização de unidades ambientais, seus tipos florestais e uso de espécies segundo categorias êmicas. Os dados etnobotânicos foram posteriormente relacionados com categorias éticas.

Outra fonte de informações é a pesquisa em semiótica e lingüística de Weiss (1998), intitulada “Para um dicionário Kaiabi”. Como observado em pesquisas etnoarqueológicas sobre a importância deste tipo de bibliografia (ex. Noelli, 1993; Assis, 1996), o trabalho de Weiss representa uma base comparativa para a grafia e/ou o

¹ A aldeia Capivara está localizada na margem direita do Rio Xingu, a cerca de meia hora de barco do Posto Indígena Diauarum, vivem aproximadamente 100 pessoas, em sua maior parte originárias da região do Rio dos Peixes (ou, em Kaiabi, Tatuy). A aldeia Kururu situa-se na margem esquerda do Rio Manitsauá-miçu, afluente do Xingu, com cerca de 85 moradores, representando grupos familiares que vieram da região do Rio Teles Pires (Wyrasing ‘y em Kaiabi, que significa "garça-branca").

² A aldeia Maraká está localizada entre as coordenadas geográficas (10° 51' 24" S e 53°12'07"E), ao norte do Parque Indígena do Xingu, próximo à BR-080 que faz divisa com a área Kayapó Mekrãngnotí.

significado de alguns termos das pesquisas supracitadas, além da obtenção de dados inéditos como os termos de estações climáticas.

Pesquisas dessa natureza ainda não foram desenvolvidas na T. I. Kaiabi do baixo Teles Pires. As primeiras informações para esta área podem ser atribuídas a esta dissertação presente pesquisa, a partir de análises comparativas entre os dados ambientais apresentados no primeiro item deste capítulo, associada às informações das pesquisas supracitadas. No capítulo cinco, tais informações são correlacionadas aos dados arqueológicos.

Segundo Silva *et al.*(1999: 78), para os Kaiabi o tempo é referenciado em primeira instância pela dinâmica do ciclo das águas, marcado fortemente pelo ritmo das estações. Fenômenos climáticos definidos pelos Kaiabi ainda não foram pesquisados, contudo, encontramos em Weiss (1998) dois termos que, em linhas gerais, coincidem com as duas principais estações que caracterizam o clima regional. O termo *kwaripe* é traduzido como “tempo de seca” e parece derivar de *kwat*, que quer dizer sol, cujo calor é denominado *kwaray*. É interessante citar que os termos designativos para os pontos cardeais leste e oeste são respectivamente, *kwarapoap* e *kwararesawa* (:152).

Já o período das chuvas (*aman*), é denominado *amanipe* e apresenta pelo menos dois termos correlacionados, como *amanaowok* (tempo encoberto, céu nublado) e *ama'na* (granizo, chuva de pedra) (:106). É provável que haja sub-classificações e diversos outros termos referentes a fenômenos atmosféricos, a exemplo de *'arapiguu* (dia calmo – sem vento e pássaro), *'arapytu* (vento fraco), *'ararakup* (quentura do sol, dia quente) e *'arasimiun* (friagem) (:112).

A importância em compreender como os Kaiabi reconhecem tais fenômenos pode ser observada, por exemplo, na importância atribuída as duas estações citadas, associadas a diferenciação dos macro ambientes *yapopep* (floresta inundável na época da chuva) e *ka'a rete* (floresta de terra firme que nunca inunda). A importância da influência fluvial na diferenciação dos ambientes é expressa pelo “y”, que significa água e/ou rio (Silva *et. al*, 1999: 78).

A Floresta de várzea ou área sujeita a inundação sazonal durante a estação das chuvas, no verão (novembro a março), são denominadas *yapopep*. Trata-se de uma formação com espécies florestais exclusivas ou tolerantes a este tipo de ambiente. Ocorre nas imediações de toda calha do rio principal e seus afluentes, formando um complexo de lagoas e várzeas interligadas por córregos e matas, característicos das planícies inundáveis da região amazônica (Prance, 1980).

Segundo os anciãos Kaiabi interlocutores de Schmidt (2001: 84), este ambiente não ocorre nas áreas ancestrais no rio Teles Pires e rio dos Peixes. Contudo, os Kaiabi com quem trabalhei no baixo Teles Pires apontam que existe *yapopep* nesta região, mas são restritos apenas a algumas áreas, que acredito se tratarem das áreas de floresta aluvial. Não se tratam necessariamente de florestas de várzea, mas dos igapós, como também são denominados pelos Kaiabi. O solo encontrado neste ambiente é denominado como *ywysigo on* (terra escura com areia) e *ywysing* (terra branca arenosa), tratando-se de solo hidromórfico.

O ambiente de floresta alagada apresenta diferentes usos para os Kaiabi. Destaca-se para a pesca, devido à grande diversidade de espécies arbóreas que na época de cheia fornecem alimento para peixes muito apreciados, como o pacu e a matrinhã (Schmidt, 2001: 83-84).

No período da seca quando o nível da água baixa, o *yapopep* recebe outra denominação, *yripapawet*. Essa época torna favorável a coleta de caranguejos (*wararú*), rã, algumas frutas, pesca com timbó nas lagoas que ficaram isoladas e para a caça (Schmidt, 2001: 86).

Segundo Silva *et al.* (1999: 78), a influência da água também é considerada pelos Kaiabi em sua dimensão espacial, onde setores e ambientes não apenas de várzea são classificados segundo o grau de hidromorfismo. Como exemplo temos a localização de dois meso ambientes *ka'a papawet* (mato da beira da lagoa), corresponde a uma formação pioneira com grande influência fluvial, similar a um “brejo arbóreo”. O outro é o *yatarã*, vulgarmente denominado pelos Kaiabi como pantanalzinho,

No *yatarã* a inundação sazonal associada ao clima determina o caráter dominante de sua vegetação pioneira (brejosa) ou Mata paludosa. Há pelo menos duas variantes de *yatarã*, uma relacionada com cabeceiras de drenagem no interior da mata (abastecimentos) e outra relacionada com a planície de inundação (várzea) de córregos de médio porte. Nos locais onde há maior expressão da planície fluvial de pequenos e médios córregos do interior da floresta, a condição de permanente umidade propicia a ocorrência de, entre outras espécies, o açai (*Euterpe precatória*) e o buriti (*Mauritia flexuosa*). No *yatarã* são realizadas expedições para caça e coleta de plantas úteis, com destaque para o arumã rugoso (*Schonosyphon spp*) empregado para a confecção das peneiras Kaiabi. (Silva *et. al.* 2000; Schmidt, 2001: 87-88).

O *yatarã* é considerada pelos Kaiabi uma área perigosa e só deve ser freqüentada em companhia dos mais velhos da aldeia que conhecem bem seus segredos.

“É o lugar da onça e da sucuri, tem também muito cipozal, capim navalha. Você fica preso e o bicho te pega. É muito perigoso, é onde moram os ai'am, o espírito dos que já morreram” (Jurumuk Kaiabi apud Schmidt, 2001:88). O solo é denominado de *ywi'ywiruuk*, provavelmente também hidromórfico.

Segundo Silva *et al.*(2000: 20), a transição entre ambientes influenciados pela água e ambientes de terra seca são explicitamente reconhecidos pelos Kaiabi. O local até onde a água chega, ou onde o terreno é mais elevado (terra alta) chama-se *ywyantã*. O mesmo termo nomina as pequenas elevações no *yapopep* (murunduns), onde animais como paca, tatu, dentre outros podem ser encontrados.

Além da influência fluvial, os ambientes são reconhecidos a partir de espécies indicadoras, do grau de desenvolvimento estrutural, das características fitofisionômicas (morfológicas) da vegetação, da associação com determinadas espécies da fauna e apresentam uma relação semi-independente com o tipo de solo.

Com relação à fitofisionomia, Schmidt (2001: 111) obteve informações quanto a classificação vertical da vegetação Kaiabi que, a exemplo dos Kayapó (Posey, 1987), é constituída de quatro estratos. Existem também denominações para as partes da copa das árvores (Figura 29 e Tabela 4).



Figura 29 Classificação vertical da vegetação segundo o sistema Kaiabi. (Fonte: Schmidt, 200: 111-112).

Tabela 4 Classificação vertical da vegetação segundo o sistema Kaiabi. (Fonte: Schmidt, 200: 111-112)

(a)	<i>ka'a pyt</i> , que correspondem ao dossel superior da floresta, incluindo a copa das árvores emergentes
(b)	<i>iywaje</i> , que corresponde ao nível vertical intermediário, incluindo as árvores mais baixas que ocupam o estrato médio da floresta
(c)	<i>ypayaje</i> , denomina a parte inferior da floresta, incluindo desde as copas das arvoretas e regeneração
(d)	<i>ka'awyt</i> , refere-se ao chão da floresta, incluindo desde as plantas herbáceas, as folhas secas e a camada de matéria orgânica do solo
(a)	<i>owapyp</i> , parte superior da copa
(b)	<i>owapy raje</i> , indica a parte mediana da copa, pouco acima da área de maior circunferência;
(c)	<i>aka ã jê</i> , corresponde à base da copa, na parte terminal dos ramos que ligam ao tronco;
(d)	<i>aka ã waje</i> , parte que se localiza na região intermediária dos ramos que se ligam ao tronco;
(e)	<i>aka ã py</i> , é à base dos ramos, na inserção destes ao tronco principal

Na classificação dos solos os Kaiabi atribuem diferenças de cor, textura, a presença de hidromorfismos, o cheiro e à posição na paisagem, com a associação a meso e micros ambientes particulares (Silva *et al.*, 2000: 88-92). A cor é empregada como característica diferencial mais notória, seguida da textura, que pode discriminar uma subclasse, como as terras pretas (*ywy on*) e terras pretas meio arenosas (*ywysigo on*). A influência do hidromorfismo é considerada pelo contexto, a exemplo das terras pretas de ambientes diferenciados, como o *kofet* e o *yatarã*, podem receber o mesmo nome, sendo diferenciadas por outro critério. O cheiro apresenta-se como uma característica acessória.

Muitas vezes o nome de um solo em particular expressa uma situação intermediária ou transicional entre atributos característicos de dois solos “mais puros”, como aqueles denominados terras meio preta meio vermelhas (*ywy piran on*), presentes nos falsos *kofets*.

De um modo geral, a somatória das características de um determinado solo informam também, incluindo-se uma apreciação conjunta da vegetação, uma estimativa da fertilidade. As terras pretas antropogênicas (*ywy on*), *por exemplo*, recebem atenção especial dos Kaiabi e congregam às características já citadas no seu reconhecimento, a presença de material arqueológico (fragmentos e peças de cerâmica e lítico). A posição na paisagem também auxilia o reconhecimento das áreas de terra preta (Silva *et al.*, 1999: 110).

Segundo Silva *et al.* (1999: 88) a estratégia taxonômica Kaiabi guarda semelhanças com o sistema brasileiro e norte americano de classificação de solos (Camargo *et al.*, 1988; Soil Taxonomy, 1975), com a diferença de que o conhecimento Kaiabi foca-se nos horizontes superficiais, enfatizando suas características mais

diretamente relevantes para a avaliação agrícola, sendo inclusive afetadas pelo seu histórico de uso. A semelhança de taxonomia Kaiabi, com base nos solos observados nas áreas pesquisadas no Xingu permitiu, tentativamente, uma correlação com o sistema brasileiro apresentada na tabela abaixo (Tabela 5).

Tabela 5 Categorias de terras e características relevantes associadas reconhecidas pelos Kaiabi tentativamente correlacionadas com o sistema brasileiro de classificação de solos (Camargo *et al.*, 1988) (Fonte: Silva *et al.*, 1999: 89).

Tipo de terra	Caracterização distintiva mais evidente	Sistema brasileiro de classificação
<i>Ywyon</i>	Terra preta, no <i>Kofet</i>	Terra Preta Arqueológica
<i>Ywyon</i>	Terra preta, no <i>Yataran</i>	Solos orgânicos e Glei Húmico
<i>Ywypiran</i>	Terra vermelha	Latossolo Vermelho Amarelo
<i>Ywypitan</i>	Terra marrom	Idem
<i>Ywypytangpytang</i>	Terra meio amarela meio vermelha	Idem
<i>Ywysigo on</i>	Terra escura meio areiada	Areia Quartzosa
<i>Ywysing</i>	Terra branca, arenosa	Areia Quartzosa, Cambissolo
<i>Ywyrugou</i>	Terra mole, que não é muito firme, em tempo seco. Tem raiz junto com a terra	Solos Orgânicos
<i>Ywy esage</i>	Camada de cascalho ferruginoso logo abaixo da superfície	Latossolo Vermelho Escuro plíntico e/ou Plintossolo concrecionário
<i>Tuju</i>	Barro branco, do Tatuí	Glei Pouco Húmico

Segundo Silva *et al.* (2000: 29), os Kaiabi do rio dos Peixes acrescentam mais duas categorias de terras a esta lista, que não existem no Xingu, ambas com importância destacada. A primeira é o *ywy esage*, que corresponde ao Latossolo Vermelho Escuro plíntico e/ou Plintossolo concrecionário, que apresenta uma camada com cascalho de origem ferruginosa logo abaixo da superfície. Segundo os velhos, é a melhor terra para se fazer roças. Segundo os velhos, na área ancestral não é necessário procurar por terras pretas para se fazer roças, pois a terra vermelha de lá é boa e se encontra em quase todo lugar. Assim, ainda que existam as capoeiras, que podem ser reaproveitadas, a disponibilidade de terra (quantidade suficiente para atender as demandas de toda a população, crescente) com boa aptidão agrícola não é limitada como no Xingu. Lá sim, só se pode abrir policultivo alimentares onde existem terras pretas, sob pena de se perder o trabalho por frustração de colheitas, dado a baixa aptidão agrícola inerente aos solos da região (Silva *et al.*, 2000: 29).

No rio dos Peixes há também o *tuju*, que é o barro branco do qual se fazia a cerâmica, que corresponde ao horizonte C, ou seja, uma camada mais profunda, com

forte influência do lençol freático, que em geral está associada com Solos Hidromórficos situados nas proximidades das lagoas (Silva *et al.*, 2000: 29).

Uma vez apresentada às categorias de solos, podemos retomar a classificação das ecozonas atribuindo-lhes tal característica. Nas áreas não inundáveis encontra-se o *ka'a rete*, termo constituído da palavra *ka'a* (mato) utilizada para designar áreas com vegetação de maneira genérica, desde herbáceas, até a vegetação florestal. Quando acompanhado dos sufixos *ete/rete* constituem o *ka'a rete* que significa “mato verdadeiro” ou “floresta de terra firme”.

Embora o termo “floresta de terra firme” seja utilizado popularmente para referir-se às diferentes fácies de floresta ombrófila amazônica ou “hiléia” (Rizini, 1979), o critério utilizado para esta denominação, inclusive pelos Kaiabi, é o caráter não inundável. Nesse sentido, Silva *et al.* (1999: 93) e Schmidt (2001) atribuem como *ka'a rete* não só a floresta ombrófila, mas também a floresta estacional e as formações florestais de ecótono, resultantes do contato entre estas duas fitofisionomias. Situação semelhante ocorre nas áreas Kaiabi no rio do Peixes e no baixo Teles Pires.

Trata-se de formações florestais com árvores altas, de maior diversidade florística, onde não existem sinais de derrubada ou fogo. Os Kaiabi atribuem ao *Ka'a rete* a importância de lugar onde nasceram e é utilizado para a caça e coleta e extrativismo. Os solos característicos desta formação são: *ywi'pitan* ou *ywi'piran* (terra vermelha). São solos relativamente pobres destinados aos cultivos agrícolas menos exigentes como a mandioca e o algodão (Schmidt, 2001: 79-80)

Outro tipo de vegetação florestal de terra firme reconhecido pelos Kaiabi é o *ka'a teé*, cujo sufixo *teé* indica a característica de “fraco ou ruim”. Trata-se de uma formação com baixa diversidade biológica, onde não ocorre a grande maioria das espécies vegetais utilizadas pelos Kaiabi ou atrativos a fauna. Segundo Jurumuk Kayabi apud Schmidt (2001: 83) “*este mato não serve para nada, não dá roça, não dá bicho, só tatu (Dasytus sp)*”. Também é um lugar evitado, sendo recomendado que não seja freqüentado, pois é o lugar do *Mama'e uko'ap*, espírito ruim, espírito do veado. Pode ser até um lugar perigoso “*quando caçar macaco, e imitar o grito, o espírito responde e pode matar o caçador*”. O solo no *ka'a teé* é denominado *ywi teé* ou solo fraco, que devido a sua baixa fertilidade não são utilizados para a implantação de roça.

Outro tipo de formação conhecida pelos Kaiabi, que difere do *ka'a rete* em termos estruturais e morfológicos é o *jusing*³ (mata baixa), cuja tradução literal seria

³ Adotei a nomenclatura de Silva et al. 1999, enquanto Schmidt trata de *jusin*, sem o “g” no final.

campo branco (Athayde, com. Pess., 2001 apud Schmidt, 2001: 95). *Jusing* equivale à vegetação de cerrado ou campinarana, compostos por fisionomia arbóreo-arbustiva. Já as áreas de campos ou campinarana herbácea, ainda mais abertas, são denominadas *jun*. Na designação de ambas as formações a presença do prefixo “*ju*” está relacionado à dominância de gramíneas (*juap*=capim). Ambas as formações ocorrerem em solos arenosos com baixa capacidade de retenção de água, denominado *ywi sin*. Embora *jusin* e *jun* possam ocorrer em associação (Silva *et al.*, 1999: 82), Schmidt (2004:86) observa que *jun*, ao ocorrer, principalmente, às margens de rios, sofre maior influência da água no período das chuvas, ficando praticamente alagada.

Essas formações apresentam respectivamente menor número de espécies de uso pelos Kaiabi, contudo são visitadas para a captura de psitacídeos, caça, coleta de frutas e plantas medicinais. No período das chuvas os Kaiabi podem desenvolver no *jun* a pesca da corimba, utilizando-se do arco e flecha. A formação *jusing* é o domínio ecológico do veado, o qual, o espírito *Mama'ekua'ap* é “dono”. Já no *jun* é o passarinho *pintawa* (Schmidt, 2001: 87).

Na aldeia Maraká, Schmidt (2001: 85) obteve informação de uma terceira sub-formação em que o lexema *jusin* aparece acompanhado do sufixo *ran*, que indica falsidade. *Jusiran* refere-se a áreas de floresta que teriam sido utilizadas pelos Kayapó, que apresentam característica de cerrado em decorrência, segundo os Kaiabi, de uma provável super exploração. Assim, nas áreas que antes apresentavam vegetação típica de *ka'a rete*, após os ciclos sucessivos de cultivo desenvolve-se uma vegetação mais pobre, mais aberta e com árvores de menor porte chamada *jusin ran* ou *Kofet jusin ran*.

A exemplo de outros grupos amazônicos (ex. Possey, 1987; Carneiro, 1987; Salick, 1989; Oliver, 2001), a classificação Kaiabi também mostra a história de uso de uma área em particular, agregando informações sobre a sucessão vegetal relacionada a ação antrópica (Silva *et al.*, 1999; Schmidt, 2001). Estas formações sucessionais, conhecidas em português como “capoeiras”, são enquadradas em uma categoria geral denominada *kofet*, entendido como o lugar onde a roça (*ko*) foi feita.

Estas áreas são reconhecidas e classificadas em suas variações segundo características estruturais (fitofisionomia), com o reconhecimento de espécies da flora e fauna indicadoras ou com base no histórico de sua utilização pelos próprios Kaiabi ou por grupos que os antecederam.

Trata-se de vegetação secundária em diferentes estágios de desenvolvimento, desde o estágio inicial com ervas e arbustos, geralmente substituídos por arbóreas

pioneiras, as quais proverão o sombreamento necessário para o crescimento de arbóreas permanentes aos estágios mais avançados de sucessão. Os Kaiabi reconhecem com precisão este processo (Silva *et al.*, 1999; 2000). Para o reconhecimento da sucessão secundária é necessário o referencial da vegetação original.

As variações ou tipos de *kofet* são denominados a partir do acréscimo de sufixos como, por exemplo, *ete/rete*. Os *Kofet rarete* ou “capoeiras verdadeiras” apresentam semelhanças com florestas intocadas, ou seja em estágio avançado de sucessão. Contudo, a antiguidade da interferência é inferida não só por espécies da flora e fauna indicadoras, mas também pela presença de evidências arqueológicas (artefatos e fragmentos cerâmicos e líticos), que estão associadas à origem das terras pretas (*ywi'un*) que a constituem (Silva *et al.*, 1999; Schmidt, 2001).

Estas características fazem desta formação a mais importante para os Kaiabi. Os vestígios arqueológicos indicam aos Kaiabi uma terra boa (disponibilidade de água, nutrientes e microclima propício), recurso estratégico para a abertura de roças de policultivos mais exigentes. Além da agrícola, esta formação é procurada para a coleta, em vista ao maior desenvolvimento e diversidade da vegetação, e à caça, devido à maior disponibilidade de recursos alimentares para a fauna. No aspecto mitológico esta formação é indicada como o local onde vive o *anhân*, o espírito do *Kofet rarete* e dono desta formação (Silva *et al.*, 1999; Schmidt, 2001).

Existem áreas de terra firme cuja formação florestal em alguns aspectos se assemelha a um *kofet*. Trata-se de uma floresta com uma menor diversidade vegetal, com indivíduos de menor porte, pouca estratificação, dossel aberto, com alta incidência de luz e estrato herbáceo bem desenvolvido. Contudo, a inexistência de espécies indicadoras e a ocorrência de solo denominado *ywi'un'isin* (terra preta arenosa) sem a ocorrência de vestígios arqueológicos, atribuem a esta formação o caráter de “capoeira falsa” ou *koferãn* (Silva *et al.*, 2000; Schmidt, 2001: 89).

Existem variações na categoria *Kofet* que necessitam pesquisas mais aprofundadas, como é o caso da formação denominada *Kofeteman*. Segundo Silva *et al.* (2000: 81) trata-se de uma capoeira em terra vermelha (*ywypiran*), onde nunca foi plantada roça ou não se sabe a última vez que foi usada. A dificuldade em sua compreensão reside em diferenciar um *Kofeteman* de um *Ka'a rete*, principalmente com relação ao conceito de terras “virgens” e terras onde o pousio foi suficiente para recuperar a composição e fisionomia que configuram, teoricamente, uma floresta primária.

Na região da aldeia Maraka, Schmidt (2001: 104) obteve informações de outra variável de capoeira, denominada *Kofet ya'paret*, que foi caracterizada como uma floresta secundária de terra firme em estágio avançado da sucessão, onde, o dossel superior aberto alcança em torno de 20 metros de altura, propiciando a luminosidade um sub-bosque denso e de difícil locomoção. Schmidt observou a predominância de espécies características das formações mais perturbadas e um baixo nível de estratificação.

Segundo os interlocutores de Schmidt (2001: 104), estas áreas teriam sido utilizadas como roça por mais de um ciclo agrícola, sem o tempo suficiente para a recuperação da vegetação no processo de sucessão. Essa denominação abarca um indicativo de área um tanto degradada. Na aldeia Maraká esta formação está diretamente relacionada ao manejo Kayapó Mekrâgnoti (Schmidt, 2001: 95). Os solos encontrados no *kofet ya'paret* podem ser de vários tipos: *ywi'un* (terra preta); *ywi'pirán* (terra vermelha); *ywi'isin nhi* (terra branca arenosa).

Segundo Schmidt (2001: 98), a ação antrópica nesta formação, assim como nos *Kofet* podem ser percebidas devido a ocorrência de agrupamentos da palmeira Inajá (*Maximiliana maripa*), principalmente nos sítios de maior fertilidade com terra preta. Como veremos, os agrupamentos desta e outras espécies recebem denominações específicas na classificação Kaiabi.

Os Kaiabi também reconhecem e classificam as variações relacionadas ao processo de sucessão vegetal resultante, principalmente, mas não necessariamente, do uso agrícola de uma área de *ka'a rete* (floresta de terra firme), seja este uso relativamente recente ou bastante antigo. (Tabela 6). O quadro abaixo mostra algumas destas categorias de vegetação em sucessão que, segundo Silva et. al. (1999; 2000: 24), ainda carecem de maior revisão.

Tabela 6 Categorias e características de vegetação e seus estágios de sucessão (Fonte: Silva et. al. (1999; 2000: 24).

Denominação Kaiabi de vegetação em sucessão	Características distintas
<i>Iapoé</i>	Lugar (capoeira) que já foi escolhido para fazer roça (ainda não aberto).
<i>Iapoyau</i>	Roça nova, do ano (ainda não se formou capoeira). Seria uma sucessão inicial (capoeirinha).
<i>Koja yp</i>	Roça do segundo ano.
<i>Iapopyret</i>	Capoeira em que já foi feito roça (1 ou 2 anos atrás). Seria uma sucessão inicial (capoeirinha) transicionando para sucessão intermediária (capoeira).
<i>Kofet ryman</i>	Capoeira de 10 anos. Seria uma sucessão relativamente avançada, transicionando entre a sucessão avançada (capoeirão).
<i>Kofef rymanan</i>	Capoeira de 20 anos. Seria uma sucessão relativamente avançada, transicionando entre a sucessão avançada (capoeirão) e a floresta secundária.

A combinação das dimensões temporal e espacial permite também a identificação e nomeação de feições transicionais dentro e entre microambientes. Por exemplo, há variações significativas entre o uso dado às porções de terra quando se parte do centro do *Kofet rarete* para a sua borda, denominada *Kofet rarete remejep*. A porção seguinte que alcança a borda do mato circundante é denominada *Ka'a rete remejep*, até que se alcance a porção de *Ka'a rete* (mata legítimo) (Silva et. al. 1999: 78-79)

Além das unidades fitofisionômicas mais amplas (*ka'a rete*, *yapopep*, etc), os Kaiabi reconhecem sub-ambientes no interior destas ecozonas a partir de agrupamentos populacionais de determinadas espécies, grupos vegetais, ou ilhas de recursos. Estes agrupamentos também representam unidades ambientais diferenciadas pelos Kaiabi e são denominados utilizando-se o sufixo “*typ*” após o nome da espécie, seja vegetal ou animal, como nos exemplos observados abaixo (Silva et al., 1999; Schmidt, 200: 100) (Tabela 7 e Figura 30).

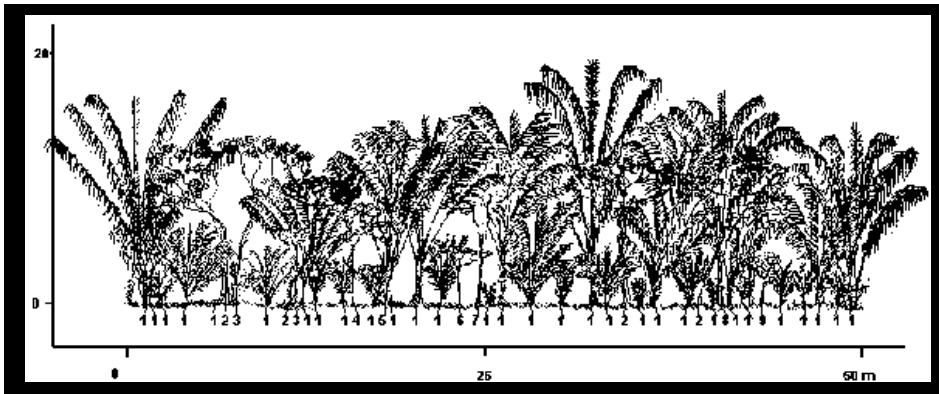


Figura 30

Perfil estrutural exemplificando um trecho de floresta secundária (*Kofe yapaparet*) com alta densidade de Inajás (*Inata typ*) na aldeia Maraká Kaiabi -PIX (Fonte: Schmidt, 2001: 107).

Tabela 7 Classificação Kaiabi das fisionomias e ambientes segundo a densidade de recursos. (Fonte: Silva *et al.*, 1999; Schmidt, 2001:100).

Denominação Kaiabi	Significado Espécie	Importância/ Obs
<i>Inata typ</i>	Inajazal (<i>Maximiliana maripa</i>)	Cobertura de casas; confecção de flechas, pentes, brinquedos infantis, adornos (pulseiras, colares e anéis); sal; óleo cosmético; alimento para caça; confecção de armadilhas para peixes; mítico
<i>Tukumãtyp</i>	Tucunzal (<i>Astrocaryum aculeatum</i>) (<i>Astrocarium spp</i>)	Substituto da Siriva para as bordunas; confecção de cestos; óleo cosmético; alimento para caça; fabricação de adornos (colares, pulseiras, anéis e cintos); ritual e mitológico
<i>Pinotyp</i>	Lugar de palmeiras	Denominação genérica para diversas espécies de palmeiras
<i>Uruytyp</i>	Lugar de arumã (<i>Ischnosiphon cf. gracilis</i>)	Confecção de peneiras
<i>Juotyp</i>	Açaizal (<i>Euterpe precatória</i>)	Alimento
<i>Yrytyp</i>	Sirival (<i>Barctris macana</i>)	Tronco – confecção de bordunas, arcos, pontas de flecha para festa e fusos para fiar algodão
<i>Myrysityp</i>	Buritizal (<i>Mauritia flexuosa</i>)	Alimento e adorno
<i>Kamiang yp typ</i>	Lugar de Itaúba (<i>Melizaurus itauba</i>)	Esteio para construção de casa
<i>Ypotyp</i>	cipoal (cipós diversos)	
<i>Pacityp</i>	Paxiubal (<i>Iriarthea exorriza</i>)	
<i>Eirawityp</i>	Lugar de mel	Alimentação
<i>Wararútyp</i>	Lugar de caranguejo	Ocorre no <i>yapopep</i> (floresta de várzea), alimento.

Segundo Balée (1989), fragmentos florestais onde predominam agrupamentos populacionais de palmeiras (*Arecaceae*) constituem um dos melhores indicadores de distúrbios antrópicos em sítios arqueológicos da Amazônia. Entre alguns exemplos o

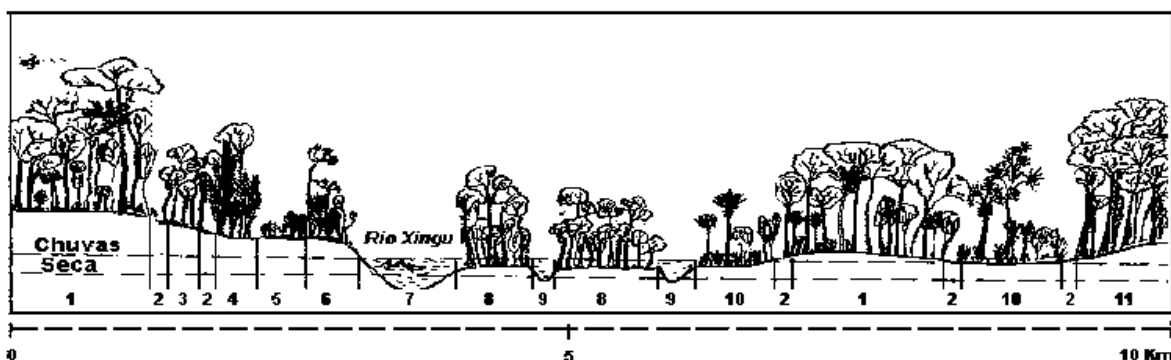
autor cita o inajá (Maximiliana maripa), o buriti (Mauritia flexuosa) e outra espécie de tucumã (*Astrocaryum vulgare*).

A partir da elaboração e análise dos mapas produzidos pelos Kaiabi, Schmidt (2001) obteve também informações que dizem respeito a algumas características geográficas, mais especificamente relacionadas a hidrografia. Estas são apresentadas na tabela abaixo (Tabela 8), sendo constatadas e adicionados outros termos obtidos por Silva *et al.* (1999; 2000) e Weiss (1998).

Tabela 8 Classificação de algumas características da paisagem e sua importância no sistema Kaiabi (Fonte: Schmidt, 2001: 101; Weiss, 1998; Silva *et al.*, 1999; 2000)

Kaiabi	Significado	Importância e usos
<i>Yrete</i>	Rio	Pesca, transporte, banho, lazer, água para consumo
<i>Yekwaran'ii</i>	Córrego intermitente	Caça, orientação no mato, água para consumo
<i>Yekwa wí</i>	Córrego pequeno	Pesca, caça, orientação, água para consumo
<i>Yekwa pyrí</i>	Córrego médio, desaparece no meio do mato	Pesca, caça, orientação, água para consumo e Transporte
<i>Yekwa wo uu</i>	Córrego grande	Pesca, caça, orientação, água para consumo e Transporte
<i>Yekwa a pyt</i>	Nascente do igarapé	É o lugar do uruyp, caça, orientação, água para consumo
<i>Yekwawi ymy'a aP</i>	Desembocadura do rio	É o local de armar as armadilhas de pesca (isi AP, taperê, iû yp, yo AP), todas utilizadas na área ancestral do Rio Teles Pires. No Xingu não são utilizadas devido as diferenças ambientais, por apresentar muitas arraias e piranhas.
<i>Yat ou Ueme yp</i>	Margem do rio	Pesca, pernoite em viagem, coleta de tracajá nos bancos de areia, frutas para pesca e alimento, fibras, lenhas, caça.
<i>Ypi'a</i>	Lagoa	Pesca, transporte, referencial geográfico, pesca com timbó.
<i>Ypiá uu</i>	Lagoa grande	Pesca, transporte, referencial geográfico, pesca com timbó, mitos, espiritual.
<i>Ipo</i>	Ilha	Coleta de frutas, pesca, caça.
<i>Yjeworo 'uu</i>	Remanso	Onde peixes costumam ficar, Lugar de pesca
<i>Pirapo'ap</i>	Onde peixe pula	Pesca
<i>Yema'ap</i>	Água que corre por baixo da terra e depois reaparece	Espiritual
<i>Ywyperep</i>	Baixada da terra, planície. Buraco raso na terra, terra acidentada.	
<i>Ywytyt</i>	Morro, montanha ou serra	Orientação, é o divisor de águas da bacia hidrográfica
<i>Ywit (?)</i>	Orla ou linha limite do yapopep, ou lugar onde começa o ka'a rete. Também indica a margem do rio.	
<i>ywyakape</i>	Terra com barriga funda. Canal de escoamento de água das florestas de várzea, ou seja, a canhada onde passa a canoa na época da cheia.	

A título de ilustração, algumas das unidades ambientais apresentadas podem ser observadas em um perfil esquemático elaborado por Schmidt (2001), segundo a distribuição das mesmas na região do P. I. Xingu (Figura 31). Na sequência apresento também informações sobre todas as unidades organizadas por Silva *et al.*(1999) em duas tabelas segundo as seguintes informações: categoriaêmica e sua correspondênciaética; aspectos fitofisionômico; solos (êmica e ética) e a influência fluvial presente; e por fim as principais atividades de uso e manejo em cada um destes ambientes (Tabelas 9 e 10).



N	Denominação Kaiabi	Descrição Fisionômica
1	<i>Ka'a rareté</i>	Floresta densa de terra firme em terra vermelha
2	<i>Aremejep</i>	Encrave. Contato entre duas formações que guardam sua identidade ecológica (<i>Ka'a rete aremejep</i> , <i>Yataran aremejep</i>)
3	<i>Koferan</i>	Floresta aberta de terra firme. Ocorre em algumas manchas de solo arenoso mais pobre.
4	<i>Kofet yaparet</i>	Floresta secundária degradada. Formação submetida à vários ciclos sucessionais.
5	<i>Ko</i>	Área de cultivos agrícolas (roça). Ocorre em solos de terra preta ou vermelha.
6	<i>Kofet</i>	Floresta secundária degradada. Formação submetida à vários ciclos sucessionais.
7	<i>Yreté</i>	Rio Principal.
8	<i>Yapopep</i> <i>Yripapawet</i>	Floresta de várzea. <i>Yapopep</i> denomina a floresta alagada (chuvras) e <i>Yripapawet</i> na época de seca.
9	<i>Ypiá</i>	Lagoa.
10	<i>Yataran</i>	Floresta paludosa. Formação aberta de solos hidromórficos.
11	<i>Kofet rarete</i>	Floresta densa de terra firme em terra preta. Ocorre em manchas que indicam ocupação pretérita.

Figura 31 Perfil esquemático das principais fisionomias de vegetação, reconhecidas no sistema de classificação Kaiabi (Fonte: Schmidt, 2001: 81).

Tabela 9 Principais ambientes reconhecidos pelos Kaiabi correlacionados com solos, características fitofisionômicas, principais atividades de uso e manejo de recursos naturais. Ambientes relacionados com a floresta de terra Firme. (Fonte: Silva et al 1999, complementado com informações de Schmidt, 2001)

Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes	Aspectos Fitofisionômicos	Terras (êmica)	Solos e influencias fluvial (IF)	Principais atividades de uso e manejo dos recursos naturais
<i>Kofet</i> (e seus qualificativos específicos)	- Estágios da sucessão secundária da floresta de terra firme.	- presença de mosaicos, havendo o predomínio de feições herbáceas, arbustivas ou arbóreas, dependendo do grau de desenvolvimento.	<i>Ywypiran</i> (terra vermelha)	(LE), LV, (PV), AQ, (HAQ), (HGP) IF pouca, localizada.	- extração de plantas medicinais e materiais para confecção de itens da cultura material; coleta de frutos; plantio de mandioca.
<i>Ka'a rete</i>	- Floresta de terra firme; áreas florestais de transição entre a floresta estacional semidecidual e a floresta ombrófila aberta amazônica.	- Formação florestal bem desenvolvida, dossel atingindo até 25 m, vários estratos arbóreos, pouca penetração de luz nos estratos inferiores.	<i>Ywypiran</i> (terra vermelha) <i>ywyrugou</i> (terra mole, com raiz junto, que tem em lugar seco ou que seca?) <i>ywysing</i> (t.branca)	(LE), LV, (PV), AQ, (HAQ), (HGP) IF pouca, somente em córregos no interior da floresta. Nunca inunda.	- atividade de caça, coleta e extrativismo. - coleta de frutos, mel e outros produtos; extração de palha de inajá e de madeiras para construção de casas, canoas, remos e outros utensílios; obtenção de matérias primas para a cultura material; extração de plantas medicinais
<i>Yatarân</i> também está associado ao <i>yapopet</i>	- Formação pioneira determinada por condições físicas, constantemente inundada.	- Formação florestal com baixa diversidade florística, presença de espécies seletivas, com características pioneiras.	<i>Ywyon</i> (terra preta)	HPG, (HG), (HO) IF marcante em cabeceiras de drenagem e várzeas de córregos, porém em menor escala do que aquela sofrida pelos grandes rios no <i>yapopet</i> .	- coleta de matéria prima para a cultura material (palmeiras, arumã, araity, etc), coleta de frutos.
<i>Kofet rarete</i>	- Floresta de terra firme sob “terras pretas”; estágios sucessionais da f. terra firme sobre “terras pretas”; áreas produtivas (roças).	- Formação florestal bem desenvolvida (f. de terra firme), com vários estratos arbóreos; composição florística diferenciada, com presença de espécies indicadoras.	<i>Ywyuon</i> (terra preta legítima)	TOA, IF praticamente isenta	- atividades de caça e coleta, implantação de policultivos.
<i>Kofet remejep</i>	- Borda da área de f. de terra firme sobre “terras pretas”, estágios sucessionais secundários da f.de terra firme.	- estágios sucessionais da f. de terra firme sobre “terras pretas”, composição florística diferenciada, com espécies indicadoras.	<i>Ywypitan</i> (terra marron) <i>Ywypirang on</i> (?) (terra meio preta meio vermelha)	Transição TPA/LV (horizonte antrópico com menor expressão) IF praticamente isenta	- coleta de fruto, caças, extração de madeira e de matérias primas para cultura material.
<i>Koferân</i>	- Floresta de terra firme sob “terras meio pretas meio vermelhas”; recebe roças.	- falso Kofet, pois é pouco desenvolvido, com menor diversidade, faltando árvores indicadoras	<i>Ywypirang on</i> (?) (terra meio preta meio vermelha)	Transição TPA/LV (horizonte antrópico com menor expressão) IF praticamente isenta	- atividade de caça e coleta, implantação de policultivo parciais.

Tabela 10 Principais ambientes reconhecidos pelos Kaiabi correlacionados com solos, características fitofisionômicas, principais atividades de uso e manejo de recursos naturais. Ambientes relacionados com floresta de várzea. (Fonte: Silva et al 1999, complementado com informações de Schmidt, 2001)

Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes	Aspectos Fitofisionômicos	Terras (êmica)	Solos e influencias fluvial (IF)	Principais atividades de uso e manejo dos recursos naturais
<i>Yapopep (chuva)</i> <i>Yripapawet (seca)</i>	- Floresta pioneira sob influência fluvial, floresta de várzea.	- Formação floresta com menor desenvolvimento estrutural do que o ka'a rete, menos estratificada, com dossel a 15m de altura, com maior seletividade de espécies presentes. Deciduidade.	<i>Ywysigo on</i> (terra escura com areia) <i>Ywysing</i> (terra branca, arenosa)	HGP, PT, (HO), (AQ), (HAQ) IF muito forte, podendo o solo ficar inundado durante toda estação chuvosa.	- atividade de caça, pesca, coleta extrativismo, em menor intensidade quando comparada à f. de terra firme.
<i>yoo</i>	- Formação pioneira em terrenos arenosos.	- Predomínio de fisionomia arbustiva ou arbórea, pouco desenvolvida, menor diversidade de espécies em relação ao yapopep.	<i>Ywysigo</i>	A, AQ, TT IF muito forte, condicionando a manutenção do ambiente ao longo das estações.	- coleta de tracajá e seus ovos.
<i>Ka'a papawet</i>	- Formação arbórea pioneira na beira de córregos e lagoas.	- Fisionomia campestre com árvores esparsas, decíduas, baixa diversidade específica.	<i>Tuju</i> (barro branco)	HG, (HO), (HGP) IF muito intensa, em beira de rios e/ou lagoas, sujeita a inundação estacional.	- pesca, caça eventual
<i>jun</i>	- Campo de uma maneira geral, savana herbácea.	- Formação campestre com arbustos esparsos, predomínio de gramíneas e ciperáceas.	<i>Ywysigo</i> (terra branca)	HGP, PT, (HG), (HO), (AQ), (HAQ) IF forte, podendo ficar inundado durante pelo menos parte da estação chuvosa.	- coleta de psitacédeos, caça, coleta de frutas e plantas medicinais.
<i>jusing</i>	- Cerrado (savana) com predomínio de fisionomia arbustiva ou arbustivo-arbórea, cerrado arbóreo	- Formação em mosaicos, ora predominado fisionomia arbustiva, ora arbórea, com menor diversidade florística que o Yapopep.	<i>Ywysigo</i>	HGP, PT, (AQ), (HAQ) IF forte, podendo o solo ficar inundado durante pelo menos parte da estação chuvosa.	- coleta de psitacédeos, caça, coleta de frutas e plantas medicinais, extração de algumas matérias primas para cultura material.
<i>jusiran</i>	- Campo hidromórfico com murunduns (savana parque).	- Ocorrem árvores e arbustos nos murundus (eweteri) e vegetação rasteira no chão (ipirã)	<i>Ywysigo</i> , no chão; murundum:?	HGP no chão; latossolo no murundum.	- murundum é local de abrigo para animais (tatu, paca, etc) na cheia; caça e coleta de animais; fibra e frutos.

CAPÍTULO 4 – A Ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA)

4.1. História Indígena no Baixo Teles Pires

Em um contexto mais amplo, as pesquisas arqueológicas indicam que a trajetória de ocupação indígena no Estado do Mato Grosso data do início do Holoceno (Eremites de Oliveira e Viana, 1999-2000; Miller, 1983; Vilhena-Vialou, 2005a, 2005b; Wüst & Vaz, 1998). As datações mais antigas foram obtidas no alto curso dos rios Paraguai e Guaporé, com datas que ultrapassam 20 mil anos antes do presente. A maioria dos estudos sustenta que as populações de caçadores-coletores estariam estabelecidas, principalmente, na transição Pleistoceno/Holoceno, entre 11 e 9 mil anos atrás.

Os estudos desenvolvidos na região de Corumbá, Pantanal de Mato Grosso do Sul, sugerem que populações caçadoras-coletoras chegaram à área há 8 mil anos atrás (Eremites de Oliveira, 2003, 2004; Schmitz, 1998, 1999b). Ao mesmo tempo, outras pesquisas realizadas no Pantanal e na margem sul-mato-grossense do rio Paraná têm demonstrado que a ocupação destas áreas se tornou mais intensa com o *optimum climaticum*, por volta de 6.500 e 4.500 AP (Eremites de Oliveira, 1997; Kashimoto, 1998). Estas ocupações podem ter declinado ou se transformado, alguns séculos antes do início da era Cristã, época em que começam a surgir no Centro-Oeste os sítios de ocupação das populações ceramistas. Para Robrahn-González (1996) a região teria sido uma área de confluência para o deslocamento de diversos grupos ceramistas (sejam deslocamentos de informações, objetos e/ou pessoas), oriundos das regiões circunjacentes em período pré-colonial. Já para outros pesquisadores (Schmitz 1976/77; Schmitz et alii 1978/79/80), a região teria sido um corredor de deslocamentos.

No Mato Grosso, conjuntos de materiais cerâmicos antigos foram encontrados na região da fronteira com a Bolívia e no Pantanal de Cáceres/MT, sendo englobados na Tradição Descalvado, datada desde 2 mil A.P. até o séc. XVII (Martins & Kashimoto, 2000; Migliácio, 2001-2002, 2006). Estes materiais têm sido associados aos índios Xarayés conhecidos historicamente e desaparecidos pelos efeitos da conquista e colonização européia. Outros materiais cerâmicos encontrados em Mato Grosso foram englobados na Tradição Una, uma das mais antigas do Brasil (Prous, 1992). Porém, neste Estado eles estão datados entre os séculos IX e XIII, diferentemente do que se observa em Goiás e no sudeste do Brasil, onde a Tradição está datada em mais de 3 mil anos (Eremites de Oliveira e Viana, 1999-2000; Robrahn-González, 1996). Por conta da

sua antiguidade, alguns arqueólogos supõem que as populações da Tradição Una, originaram-se a partir de grupos caçadores-coletores tardios. As pesquisas etnoarqueológicas junto aos índios Bororo do sul do Mato Grosso sugerem, inclusive, que estes teriam se originado a partir de fusões entre povos ceramistas das Tradições Una, Uru e Tupiguarani (Wüst, 1992).

Quanto aos sítios com cerâmica da Tradição Tupiguarani, as pesquisas até então realizadas apontam-nos como uma minoria em relação aos das demais Tradições encontradas no Centro-Oeste, onde são datados de 860 d.c. a 1.440 d.c. (Schmitz, 1976/77; Robrahn-González, 1996; Wüst, 2000). No Centro-Oeste os sítios dessa Tradição encontram-se dispersos pela porção centro-sudeste, com uma maior concentração de sítios no vale do São Lourenço, sudeste do Estado de Mato Grosso (Wüst, 1990). Segundo Robrahn-González (1996), seus assentamentos ainda apresentam características bastante heterogêneas, tendo sido inclusive por vezes classificados como sítios intra-componenciais (Tupiguarani/Aratu, Tupiguarani/Uru, Tupiguarani/Bororo).

Embora as raras datações disponíveis não permitam definir se estas situações estão relacionadas a períodos distintos ou não, esta discussão esbarra em uma questão mais ampla, como a própria origem e dispersão dos ceramistas Tupiguarani (ver Lathrap, 1970; Brochado, 1984; 1989; Urban, 1996; Noelli, 1996; Viveiros de Castro, 1996; Heckenberger et al. 1998).

A tradição Uru tem no vale do Araguaia seu limite leste, enquanto no estado de Mato Grosso ocorre na porção sudeste, onde são datados no século VIII d.C.. Segundo Schmitz et al. (1982) o fato dos sítios apresentarem assadores de cerâmica fez com que se inferisse uma subsistência apoiada na mandioca brava, de origem amazônica. De fato, tanto o alto Tapajós como no alto Xingu alguns sítios forneceram cerâmica com características gerais comparáveis e favoráveis a possibilidade de deslocamentos humanos externos (ver Simões, 1972; Dole 1961/62; Pardi 1995; Simonsen & Oliveira 1976; Becquelin 1973 apud Robrahn-González, 1996). A região amazônica apresenta ainda vários sítios semelhantes (como no baixo/médio Tocantins e no alto/médio Guaporé), a maior parte relacionados à Tradição Incisa-Ponteadá (Miller 1983, 1992; Simões e Araújo Costa 1987; Simões e Gentil Corrêa 1987; Simões e Machado 1987, entre outros). Além disto, elementos característicos da indústria Uru são largamente utilizados em diferentes contextos etnográficos amazônicos (Andrade Lima, 1986).

Mesmo que ainda seja impossível precisar a relação de grupos agricultores do oeste com algum contexto específico de ocupação Amazônica/Andina, parece inegável que suas características remetam a esta macro-região. Neste sentido os vales do Xingu e Tapajós são sugeridos como possíveis caminhos utilizados como eixo de penetração, fornecendo a primeira evidência de uso dos rios enquanto vias de acesso para grupos ceramistas do Centro-Oeste.

Segundo Wüst (1975) há a hipótese de que a Tradição Uru tenha chegado até o início da Conquista, podendo alguns sítios mais recentes estarem associados aos índios Karajá. Contudo, povos indígenas como eles, falantes de línguas do tronco Macro-Gê, geralmente são associados aos conjuntos cerâmicos denominados de Tradição Aratu (Prous, 1992). Para Brochado, a presença dos grupos portadores dessa Tradição no Centro-Oeste seria o resultado do deslocamento de grupos Gê e dos Cariri saindo da Amazônia. Para Robrahn-González (1996), se confirmada à origem amazônica, as incursões não teriam utilizado as vias fluviais do Xingu e Tapajós, uma vez que a distribuição dos sítios torna mais plausível supor uma rota inicialmente no sentido oeste-leste, do Amazonas e Rondônia, cruzando as redes fluviais Tapajós, Xingu e Araguaia, até chegarem em Goiás, de onde teriam se desmembrado para o nordeste, sudeste e sul. Contudo, essa hipótese pressuporia a efetiva associação dos sítios de Rondônia à tradição Aratu e a maior ocorrência dos mesmos no estado de Mato Grosso, onde seu conhecimento ainda é escasso. Apesar disso, acredita-se que povos de línguas Macro-Gê estavam estabelecidos na região muito provavelmente desde tempos pré-coloniais. Mato Grosso ainda conta com vários povos falantes do Macro-Gê entre seus habitantes, como os Guató, no Pantanal mato-grossense, os Xavante, assentados no rio das Mortes, os Suyá, estabelecidos no Alto Xingu, dentre outros (Arruda, 1992; Lopes da Silva, 1992; Rodrigues, 1986; Seeger, 1980).

No Alto Xingu, pesquisas arqueológicas indicam que os povos de língua Aruak, portadores da Tradição Barrancóide, chegaram na região à cerca de mil anos atrás. Depois, a aproximadamente, 500 A.P., os Aruak passaram a dividir a região com os povos de língua Karib. Contudo, o sistema pluriétnico atual da sociedade xinguaná começou a ser moldado com a atuação dos órgãos protecionistas e dos irmãos Villas-Boas, responsáveis pela transferência dos grupos Tupi e Gê de seus respectivos territórios tradicionais para o Alto Xingu, a partir da década de 50/60 do século passado (Heckenberger, 2005; Franchetto & Heckenberger, 2001; Pentead, 1993), como foi o caso dos Kaiabi.

Ao introduzir seu livro “Arqueologia da Amazônia” Góes Neves (2006:7) destaca que durante o governo militar, no início do mais recente processo de colonização da região, cunhou-se o slogan de que a Amazônia seria “*uma terra sem gente para uma gente sem terra*”, representando a idéia desta região como uma das últimas fronteiras inexploradas, um exemplo de natureza primordial, intocada pela ação humana. As terras da Amazônia foram então consideradas como devolutas, propícias aos empreendimentos da colonização. Para o autor, a arqueologia mostra que essa é uma falsa premissa, pois ao se examinar mapas de distribuição das terras indígenas na Amazônia contemporânea e compará-los com mapas de distribuição de sítios arqueológicos, nota-se que a ocorrência destes é mais ampla que a daquelas.

A região onde se encontra a T. I. Kaiabi – extremo norte do estado de Mato Grosso e sul do Pará (compreendida como Amazônia Meridional) - se insere nesse contexto, pois muito embora seja considerada como praticamente desconhecida pela arqueologia (Pardi, 1995; Góes Neves, 2007: comunicação pessoal), os levantamentos até então desenvolvidos apontam uma grande quantidade de sítios a serem sistematicamente pesquisados (Frikel, 1973 apud Simões & Araújo-Costa, 1978; Perota, 1982 apud Simões, 1983:56; Pardi, 1995; Budweg, 1998; Robrhan-González, 1996; Hirooka, 2001; Mendes, 2003; Stuchi, 2004 e Rodrigues, 2006)¹.

¹ Heinz Budweg (1998) realizou prospecções nos municípios de Alta Floresta, Paranaíba e Apiacás e identificou locais com alinhamento de pedras, sítios rupestres como o da “Pedra Preta de Paranaíba” (atualmente cadastrado no IPHAN), além de inúmeras ocorrências de cerâmica e artefatos líticos lascados e polidos. Robrahn-González (1996) em sua tese de doutorado indica a existência de 14 sítios arqueológicos no município de Alta Floresta. Na região do rio Braço Norte (afluente do Teles Pires) no município de Guarantã do Norte-MT um levantamento arqueológico feito por Hirooka (2001) identificou 6 sítios arqueológicos cerâmicos a céu aberto associados a lítico. De Mendes (2003) temos o trabalho intitulado “A presença de Muiraquitãs no Norte de Mato Grosso: uma análise de contexto e área de distribuição” onde evidencia a presença de Muiraquitãs na periferia da bacia amazônica, aventando antigo comércio indígena na Amazônia Meridional e a existência de relações entre os antigos povos indígenas da bacia amazônica e do planalto central. A título de localização de sítios podemos considerar os resultados que obtive com um levantamento de ocorrências arqueológicas na porção leste do município de Alta Floresta, com o registro de 30 locais com ocorrência de cerâmica e/ou lítico polido a céu aberto, além de constatar várias coleções particulares (Stuchi, 2004). Ainda em Alta Floresta, um trabalho recentemente desenvolvido por Rodrigues (2006) nos dá informações sobre 20 ocorrências no mesmo município.

Na porção mato-grossense podemos destacar o trabalho de Pardi (1995), que, a partir de uma ação da 14^o CR/IPHAN realizada nos municípios de Alta Floresta, Apiacás e na T.I. Kaiabi, identificou pelo menos 19 sítios arqueológicos, sendo dois de representações rupestres, dois sítios com material e/ou vestígios de fabricação de artefatos líticos polidos, e 15 cerâmicos a céu aberto, dentre os quais 12 teriam sido caracterizados como de terra preta. Embora seu objetivo tenha sido o reconhecimento da região e não o desenvolvimento de uma pesquisa aprofundada dos sítios, Pardi (1995) forneceu os primeiros dados para a cerâmica em termos associativos as Tradições arqueológicas conhecidas. A partir da análise de fragmentos cerâmicos resultantes de coletas assistemáticas não probabilísticas, os sítios foram enquadrados em quatro grandes categorias que, de um modo geral foram respectivamente relacionadas às tradições arqueológicas Uru, Tupiguarani, Aratu e uma categoria que abrangeu sítios com cerâmicas de traços Uru e Tupiguarani (Pardi, 1995). Embora tais resultados devam ser vistos como preliminares, por ainda não contarmos na região com pesquisas de referência, nos chama a atenção as seguintes questões: 1) As características da cerâmica se assemelham ao quadro mais amplo de ocupação do Brasil Central que, como já foi citado, constitui uma área de convergência de grupos ceramistas (Robrhan-González 1996); 2) Dos quatro sítios que tiveram a cerâmica filiada a Tradição Tupiguarani, três foram encontrados na T.I. Kaiabi, o que nos permite discutir a bacia do rio Teles Pires como área de ocupação e/ou caminho para os deslocamentos dos ceramistas Tupiguarani. 3) Muito embora ainda sejam um tanto obscuras as relações entre portadores de tradições ceramistas distintas, a identificação de sítios com cerâmicas de traços Uru e Tupiguarani na região próxima a T.I. Kaiabi pode ser vista como uma oportunidade para a realização de estudos sobre questões em aberto, como por exemplo, até que ponto estes contatos culturais podem ser responsabilizados pelo surgimento das grandes aldeias anulares e com evidentes implicações para aspectos sociopolíticos, para os contatos interculturais (cf. Petsch, 1987).

Na porção paraense da T. I. Kaiabi as informações são escassas e se restringem especificamente a região da Serra do Cachimbo, localizada a norte e nordeste da área. Frikel (1973), em suas atividades no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) prospectou sítios no rio Cururu, próximos a aldeias e/ou roças dos índios Munduruku, sendo alguns apontados como de terra preta (Simões & Araújo-Costa, 1978). Outros dois sítios foram encontrados na mesma região por Perota em 1982,

durante o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA) (Simões, 1983:56).

Diante do atual cenário, em que dispomos apenas de dados de localização de sítios para uma região de grandes extensões, a ocorrência de sítios de terra preta (c.f. Simões & Araújo-Costa, 1978; Pardi, 1995) pode ser considerada como uma informação bastante pertinente no que diz respeito ao contexto da ocupação pré-colonial do baixo Teles Pires. Como veremos mais a frente, a presente dissertação acrescenta novas ocorrências destes sítios localizados na T. I. Kaiabi.

Segundo Kern *et al.* (2004: 52-53) a distribuição das terras pretas arqueológicas na região Amazônica é enorme, estando presente em todos os tipos de eco-regiões e paisagens (Figura 32). Grande número de sítios arqueológicos estão situados nas bacias dos rios de águas claras como, o Madeira, Purus e Uatumã, no estado do Amazonas. Em Jí Paraná, no estado de Rondonia. Tocantins e na ilha Anajá-Marajó, no estado do Pará e ao longo do rio Amazonas. Tais sítios também se encontram ao longo dos rios de águas claras como, o Trombetas, Mapuera/Trombetas e Tapajós, no Pará. Nos rios de águas pretas, tal como o Negro e Urubu, no estado do Amazonas e Caxiuanã, no Pará. Manchas menores dos solos de terra preta arqueológica também são encontrados nas áreas de captação superior, ao longo dos Principais Tributários do Amazonas, ao longo de igarapés e em áreas inter-fluviais (ver. Heckenberger et al. 1999; McCann, 1999). Kern *et al.* (2004) também cita que recentes levantamentos geo-pedológicos no sudeste e nordeste de Rondônia resultou na identificação de sítios de terra preta ao longo dos igarapés. Solos de terra preta arqueológica são também encontrados no baixo Caquetá, na Amazônia colombiana, no sul da Venezuela e no Peru, mas parecem menos freqüentes.

No Brasil tais sítios são também conhecidos no Brasil nos rios Aripuanã, Guaporé, Nhamundá (Petersen *et al.*, 2001). Segundo estes autores, apesar de sua ampla distribuição, existem algumas partes da Amazônia em que terra preta aparentemente nunca se formou ou é muito localizada, apesar das ocupações antigas como, por exemplo, no baixo/médio Uaupés, e partes da drenagem do Orinoco. Petersen *et al.* (2001) também citam a ocorrência de terra preta no Equador e Guiana.

Assim como sua distribuição espacial, os sítios de terra preta existem dentro de um universo amplamente diverso de características (Petersen, et al. 2001; Neves, et al. 2003; 2004). No que se refere à origem da terra preta, Neves *et al.* (2003) afirmam não ser possível identificar um fator singular que levou a sua formação, pois as condições

ambientais da Amazônia são tão diversas quanto grandes, o que representa para a ocupação humana, dentre outros fatores, diferentes formas de produção alimentar primária, tipos de alimento, consumo e estratégias de moradia ao longo da bacia amazônica.

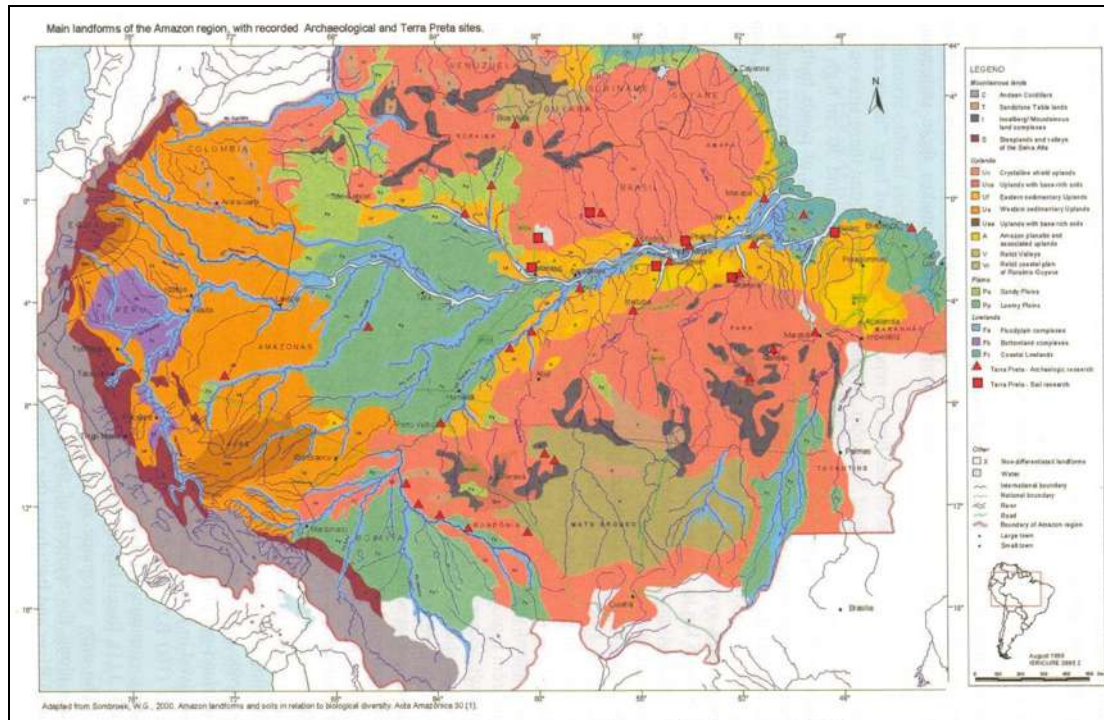


Figura 32 Distribuição das terras pretas na região Amazônica. Fonte: Kern *et al.* (2004).

Em termos cronológicos, as datas disponíveis sobre o início da formação da terra preta na Amazônia geralmente variam entre 450 a.C. e AD 950, conformando um padrão sugestivo de que sua gênese foi amplamente sincrônica nessa enorme região. As datas mais antigas parecem gravitar em torno da região central e baixo Amazonas (Petersen, *et al.*, 2001). Segundo estes autores, essa ampla sincronia aponta que, por volta de 500 a.C teria surgido um novo contexto de ocupação em grande parte da região, cujos assentamentos intensivos de longo-prazo ou sedentarismo estariam relacionados à origem da terra preta.

Embora as pesquisas mais recentes apresentem datas de 500 a.C e 950 AD, ocorrências de TP mais antigas não podem ser descartadas, pois, se relacionadas ao advento da agricultura, esta atividade tem sua intensificação referida a partir do 1º milênio AD (500-1000 d.C.) quando surge a dependência da mandioca, incluindo grandes áreas (Neves *et al.*, 2003).

Sítios com estas características teriam existido também até mais recentemente, antes do contato europeu, cessando generalizadamente depois de 1500-1600 d.C,

Contudo, para um estudo mais acurado da história indígena dessa região - abrangendo o período anterior a chegada dos Kaiabi - analiso um a um dos casos dos grupos acima citados, a partir da síntese elaborada por Miguel Menéndez (1981) que analisou a documentação histórica dos séculos XVII ao XIX referente à área Tapajós-Madeira, objetivando contribuir para a construção da etnohistória dessa área, caracterizada como “área cultural predominantemente Tupi” (Galvão, 1960: 1 e 26; Steward, 1948: 883) assim abordada em outras pesquisas (Lathrap, 1970; Brochado, 1984; 1989; Urban, 1996; Noelli, 1996; Viveiros de Castro, 1996).

Dentre suas considerações, Menéndez aponta algumas falhas nas informações contidas no mapa de Nimuendajú, pois, segundo ele, a situação dos diferentes grupos aparece dissociada do processo de ocupação que aí se registra, não considerando a presença do branco, um dos responsáveis por essa situação. Menéndez refere-se também ao fato de que, embora algumas designações apareçam associadas a datas e linhas de movimento, estas não dão uma idéia clara da intensa mobilidade registrada para a área, parecendo que apenas alguns grupos se movimentaram ao longo do tempo. Quanto a tais linhas de movimento, ele argumenta que nem sempre correspondem às informações fornecidas pelas fontes que analisou. Por fim, Menéndez (1981: 294) afirma que o manuseio da documentação histórica possibilitou a ele corrigir algumas imprecisões ou desacertos existentes na bibliografia moderna.

Diante de tais considerações, iniciamos nossa revisão com os Kawahiwa, mais precisamente o registro de seu deslocamento para oeste, cruzando a área de estudo (ver Figura 01). De acordo com as informações apresentadas por Menéndez (1981: 365), podemos interpretar o referido registro com base na hipótese de Nimuendajú (1948) de que os Kawahiwa e os Parintintin seriam o mesmo grupo. Para Nimuendajú, por volta de 1750, os “Parintintin”, ou seja, os Kawahiwa teriam sido expulsos da bacia do rio Cururu pelos Munduruku, o que os obrigou a se dividirem em seis grupos independentes. Dois deles seriam os Parintintin do rio Madeira e um terceiro os Kawahiwa das cabeceiras do rio Machado, afluente da margem direita do Madeira. O quarto grupo se encontrara entre os rios Juruena e Teles Pires, constituindo os Parintintin* (Coudreau, 1977), ou os Taípe-xixi* (Mense, 1937). O quinto grupo corresponderia aos Kawahiwa no rio do Sangue*, afluente da margem direita do Juruena (Guimarães, 1865; Castelnau, 1850) e por fim, o sexto grupo seriam os

Paraiuaia-Bararati das cabeceiras do rio Bararaty*¹ (último afluente da margem esquerda do baixo Juruena) (Coudreau, 1977) (* ver Figura 33).

Para tal proposição, Nimuendajú apóia-se no fato de que, ambos os grupos Tupi, os Cabaibas e os Parintintin, têm o termo “Kawahiwa” como autodenominação (1924: 263 e 274). Quanto a isso Nimuendajú (: 206) diz:

“Pelo anno de 1800 os Kawhib (Cauahipe, Cahahiba, Cabahyba, Cabaiva), moravam a oeste (e talvez também a leste?) do alto Tapajós, longe da margem, no interior, formando uma tribo considerável, agricultora e guerreira que falava a mesma língua dos Apiaká, seus inimigos pelo lado de cima. Desde então, o nome Tupi Cabahiba desaparece para dar lugar à denominação Mundurukú “Parintintin”, por que nada mais sabemos da tribo como vizinha e parente dos Apiaká, mas só a conhecemos dallí em diante como inimiga dos Mundurukú”.

Segundo Menéndez (1981: 365), Nimuendajú dispunha para sua hipótese de apenas duas fontes conhecidas para o período de 1750, (São José, 1847; Azevedo, 1880), as quais nem aparecem na bibliografia de seu trabalho no Handbook. A análise de tais referências não me permitiu inferir a existência de seis grupos independentes, nem sua filiação original a uma única localização no rio Cururu, mas apenas a dedução de que os Kawahiwa movimentaram-se para o sul, entre os formadores do Tapajós e dali para oeste, até alcançarem o rio Machado.

Diante de tais constatações, considerando que a primeira referência feita aos Kawahiwa, em 1797, localiza-os na confluência do Arinos com o Juruena (Almeida Serra, 1844: 195) e a partir daí são registrados a oeste, não é possível confirmar o deslocamento do grupo na área de pesquisa.

Quanto à questão da autodenominação, as bibliografias até então analisadas não nos permitem resolvê-la, contudo, Menéndez (1981: 365-367) enumera uma série de diferenças entre os Cabaibas ou “Kawahiwa” e os Parintintin que possibilita afirmar serem as duas designações, grupos tribais diferentes, pelo menos em relação às fontes novecentistas.

Aproveitando o ensejo, vejamos o caso dos Parintintin, registrados no mapa etnohistórico incidindo no limite sul da área de pesquisa, em uma faixa de terra que se estende do rio Juruena ao Teles Pires, à altura dos respectivos saltos Augusto e Sete Quedas (Coudreau, 1977).

¹ Estes últimos são de difícil visualização, pois não são grifados e aparecem apenas com o primeiro nome “Paraiuaia”.

Ao analisar as fontes disponíveis, Menéndez (1981: 339-360), confirma tal registro, porém, diferentemente da hipótese de Nimunendaju, aponta-os como um pequeno grupo Parintintin que, empurrado pelos Munduruku para fora do rio Mahués (afluente da margem direita do Madeira), teria se deslocado ao longo do Tapajós, até serem registrados no rio Bararati como os Pariauaia-Bararati, Jahuariti-Tapuyo e, posteriormente, Parintintin. A partir daí, teriam se deslocado até a região entre o Juruena e o Teles Pires, ponto final do grupo.

Mediante o recorte temporal de sua pesquisa, Menéndez não justifica sua proposição da referida localização como ponto final do deslocamento Parintintin, porém, encontramos em Nimuendajú (1963: 311) informações que nos possibilitam inferir a continuidade no deslocamento do grupo para o sul, podendo ter sido erroneamente registrados como os Tapanyuna:

“Em 1892, os Tapanyuna (ou talvez os Parintintin)² saquearam e queimaram uma aldeia Apiacá nas proximidades da cachoeira São Florêncio. Em 1893 ou 1894, um grande grupo de Tapanyuna (ou os Parintintin?) foram massacrados pelos Mundurucú nas ilhas Furnas onde estavam coletando (Brazil nuts). Em 1895, eles feriram fatalmente o primeiro coletor do estado de Mato Grosso, Garcia Junior, na foz do rio Arinos”.

Segundo Nimuendajú, é provável que os Tapanyuna acima citados não sejam os mesmos do rio dos Peixes, mas sim os Parintintin. Tal apontamento pode ser confirmado ao analisarmos a data de 1820 para os “Tapayuna” registrados no rio dos Peixes, bem mais recente que as datas acima citadas que, por sua vez, apontam o deslocamento no sentido norte/sul. Dessa forma, podemos interpretar os “Tapayuna” registrados em nossa área de pesquisa como sendo os Parintintin que, segundo os dados arrolados, é bem provável tenham sido mortos ou dispersos, em decorrência dos conflitos com outros grupos e/ou brancos, pois não se tem mais notícias do grupo na região.

Outro grupo, os Parauaretê, embora não tenham sido registrados por Nimunendaju, são citados pela primeira vez, no rio Copari (afluente do baixo Tapajós), em 1852, vivendo sob constantes ataques dos Munduruku (Bates, 1979: 179) e registrados, em 1896, por Coudreau (1977: 87), como vizinhos dos Parintintin, no interflúvio Juruena - Teles Pires, onde ambos eram hostilizados pelos Munduruku. Hart

² As informações em parênteses são de autoria do próprio Nimuendajú.

(1865: 130) reuniu informações de Martius (1867) e Bates (1979) que o fez entender os Parauaretê como sendo os Parintintin.

Os Taípe-xixi, localizados por Coudreau entre os dois grupos supracitados, também foram apontados por Menéndez (1981: 360) como sendo os Parintintin, concluindo que a região entre o Juruena e o Teles Pires teria recebido levadas sucessivas de prováveis sub-grupos Parintintin.

Em síntese, os dados analisados nos permitem supor uma rápida ocupação Parintintin dentro da área de pesquisa, pois o grupo poderia ter se utilizado do rio Teles Pires e/ou suas terras na margem esquerda em seu deslocamento do alto Tapajós para o sul.

Os Munduruku, diferente dos deslocamentos apontados aos grupos já abordados, teriam empreendido um processo de expansão e apossamento de um amplo território na área Tapajós-Madeira, caracterizado por hostilidades a outros grupos, resultando no deslocamento dos mesmos (Figura 33). Para além dos limites desse território, os Munduruku realizaram incursões de caráter puramente guerreiro, com a finalidade de obter seus prisioneiros (Menéndez, 1981: 360-361).

Segundo Menéndez, após um período marcado por hostilidades para com os brancos, ao final do século XVIII, estabeleceu-se uma relação pacífica entre estes e os Munduruku, o que não teria sido um inconveniente à expansão do grupo, mas reorientou o processo em favor dos brancos que, aproveitando-se das rivalidades intertribais, tiveram os Munduruku como “ponta de lança” para a ocupação da área.

O registro dos Munduruku na porção norte da área de pesquisa (ver Figura 34), pode ser interpretado como o limite meridional do território por eles ocupado, muito embora tenham penetrado muito mais ao sul dos limites atuais da T. I. Kaiabi, sendo registrados em 1819, na foz do rio Parado, onde mantinham confrontos com um grupo que denominavam de Paribi-tatá (Azevedo, 1885: 35).

Os dados históricos ainda são escassos quanto ao caráter da ocupação pretérita Munduruku na área, contudo relatos orais dos Kaiabi apontam que teriam existido aldeias ao sul do limite territorial registrado em Nimuendajú (1981).



Figura 34 Desenho de um Munduruku feito por Hércules Florence (1825-29).

A presença dos Munduruku na área também é sugerida segundo os dados históricos que tratam da relação entre eles e os não índios, que parece não ter se mantido estável por todo tempo. Para Mendonça (1994: 80), o deslocamento dos Kaiabi para o baixo Teles Pires só teria sido possível devido ao declínio populacional dos Munduruku, a partir da segunda metade do século XVIII, quando teriam se acentuado os contatos e conseqüentemente os conflitos com a sociedade não-índia regional, o que se traduziu na diminuição do território ocupado pelos Munduruku. Relatos dos Kaiabi apontam que, quando chegaram ao baixo Teles Pires, teriam concentrado suas aldeias a margem esquerda do Teles Pires, em território matogrossense, uma vez que os Munduruku ainda se encontravam na margem paraense. Só depois que os Munduruku foram levados para a missão Cururu é que teriam implantado suas aldeias do outro lado do rio, no Pará.

Atualmente os Munduruku encontram-se distribuídos em várias áreas, no estado do Pará, Amazonas e Mato Grosso³, somando uma população de 10.065, segundo levantamento da FUNASA (2002). A população Munduruku concentra-se majoritariamente na Terra Indígena de mesmo nome, que faz divisa com a porção norte da T. I. Kaiabi, onde também se encontram algumas de suas aldeias (Ramos, 2003).

Existem dois anciões⁴ vivendo junto aos Kaiabi, cujas trajetórias de vida abordadas nessa pesquisa, atestam a ocupação pretérita do grupo nos campos (Campinarana) que abrangem a bacia do rio Cururu, na Missão Católica instalada no mesmo rio e existência de conflitos com outros grupos indígenas e seringueiros.

Assim como os Munduruku, os Apiaká (Figura 35) também estiveram envolvidos em um movimento de expansão de seu território, o que teria resultado, no fim do século XVIII, na aproximação do grupo com os brancos. Segundo Azevedo (1880, apud Menéndez 1981), diferente da relação de hostilidade que mantiveram com outros grupos indígenas, o contato dos Apiaká com



Figura35 Desenho dos Apiaká feito por Hércules Florence (1825-29).

³ Pará (sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga), Amazonas (leste, rio Canumã, município de Nova Olinda; e próximo a Transamazônica, município de Borba), Mato Grosso (Norte, região do rio dos Peixes, município e Juara).

⁴ Albertino Munduruku (60 anos) chefe de família na aldeia Laje; Vitorino Krixí Munduruku (76 anos) chefe de família na aldeia Coelho.

os brancos logo se estabelecera em termos pacíficos, tornando-se estes índios eficazes colaboradores dos brancos, fornecendo-lhes mantimentos e engajando-se como remeiros nas monções que utilizavam o sistema Tapajós-Juruena-Arinos.

Ao analisarmos as fontes citadas por Nimuendajú (1963), a luz do trabalho de Menéndez (1981) e suas respectivas fontes, podemos interpretar os registros Apiaká no mapa etnohistórico, como o movimento de deslocamento empreendido pelo grupo no sentido norte, para além de seu território expandido.

No tocante a área de pesquisa, os Apiaká aí registrados (ver Figura 01), corresponderiam a uma porção do grupo que, já bastante reduzido, teria se deslocado do baixo Juruena para as matas do interflúvio com o rio Teles Pires. Tal deslocamento teria se dado em decorrência dos constantes conflitos com seringueiros que, ao final do século XIX, teriam se estabelecido na região (Nimuendajú, 1963: 312; Chandless, 1862: 273).

Dentre as fontes até então pesquisadas, apenas o relato de Pyrineus de Sousa (1916) apresentado no tópico seguinte nos permite constatar a presença dos Apiaká na área de pesquisa. Pyrineus de Sousa cita a ocorrência de um massacre de um grupo dessa etnia na barra do rio Apiakás, além de registrar a presença de remanescentes do grupo vivendo e trabalhando no local, em 1915.

Até poucos anos atrás, a FUNAI manteve na região do Pontal do Juruena a “Frente de Localização Madeirinha”, onde se supõe a existência de alguns Apiaká vivendo isolados, sobreviventes das várias décadas de perseguição e extermínio por parte dos seringueiros. Como atesta Rondon (1915/16):

Em 1902, foi fundada na embocadura do Teles Pires e Juruena, a Colletoria de Rendas do Estado do Mato Grosso. Seu primeiro comandante, Thomaz Carneiro, começou de imediato, junto com seu irmão Ernesto, uma campanha de extermínio dos homens Apiaká desta região, a fim de se apoderar de suas mulheres. Após serem mortos por Apiaká, o novo coletor de rendas, Fábio Freitas, sob pretexto de vingar a morte de seu antecessor, junto com aproximadamente 100 seringueiros e empregados, matou num ataque à aldeia Apiaká, toda sua população, incluindo mulheres e crianças. Em 1912 existiam ainda 32 índios na referida coletoria, dos quais 16 mulheres prostituídas, sete homens e nove crianças Rondon (1915/16).

Suponho ter sido com base em tais informações que Nimuendajú (1963: 313) cita os Apiaká não mais como “tribo”, mas apenas como poucos indivíduos que viviam na

Missão do rio Cururú e na Coletoria localizada na foz do São Manoel (Teles Pires), base de seus registros mais setentrional dessa etnia.

Atualmente os Apiaká vivem em sete aldeias, localizadas nos estados de Mato Grosso e Pará: duas delas localizadas na margem direita do Rio dos Peixes (TI Apiaká-Kaiabi, MT); outras duas localizadas na margem direita do Teles Pires (na Terra Indígena Munduruku, PA); uma aldeia (Pontal) na margem na margem direita do Juruena, na área que está em processo de identificação pela FUNAI (MT); e a aldeia Mairowy localizada na margem esquerda do Teles Pires, dentro da T. I. Kaiabi (MT-PA). Nessas sete aldeias vivem uma população aproximada de 450 pessoas. Além disso, no curso baixo do Juruena e do Teles Pires vivem em casas separadas seções de famílias extensas Apiaká que mantêm relações de parentesco e de cooperação política e econômica com os moradores das aldeias Pontal e Mairowy. Há ainda Apiaká vivendo em aldeias Munduruku e Kaiabi, em vilas e cidades no norte do Mato Grosso, do Pará e do Amazonas. Diante da grande dispersão geográfica dos Apiaká e da complexidade de sua dinâmica identitária, não é possível apresentar o número preciso de sua população total, apenas a estimativa de 1.000 pessoas (Tempesta, 2009).

Entre os Kaiabi do baixo Teles Pires vive Fernando Apiaká (67 anos)⁵ que, como veremos mais a frente, a trajetória de vida pode atestar o registro de seu grupo no interflúvio e baixo Juruena, assim como o convívio com seringueiros e os subseqüentes deslocamentos Apiaká à referida Coletoria, à Missão no rio Cururú e daí para a área da T. I. Kaiabi.

⁵ Chefe de família e responsável pela aldeia Minhocuçu.

4.2. Os Kaiabi no Baixo Teles Pires e a constituição da T.I. Kaiabi

Com base na análise de documentos históricos, associados aos relatos orais dos Kaiabi com quem trabalhou, Mendonça (1994: 75) aponta que o deslocamento e fixação de parte do grupo no baixo Teles Pires teriam se dado no início do século XX.

Objetivando tratar da chegada dos mesmos nessa região, é pertinente reproduzir o procedimento utilizado pela referida antropóloga, retomando a expedição de Pyrineus de Sousa que, em 1915, depois de ter encontrado os Kaiabi no médio Teles Pires, continua a descer o rio.

Depois dos últimos contatos, Pyrineus de Sousa (1916) relata ter navegado por um longo trecho até encontrar o primeiro barracão de seringueiros, dos quais havia visto sinais desde a Cachoeira Sete Quedas. O barracão de nome São José, situava-se a cerca de 1 km à jusante da foz do rio Apiacás, sendo na época de propriedade de Elias Praxedes que, alguns anos antes, ainda como empregado, havia salvo a vida de 20 Apiaká de um massacre.

Como veremos, de acordo com Mendonça (1994:84), este fato antecede e atesta a chegada dos Kaiabi no mesmo local do baixo Teles Pires. Abaixo transcrevo o testemunho de Pyrineus de Sousa (1916: 93-94) sobre o período em questão:

“(...) Os Apiakás – vivem estes índios em grande aldeamento junto à barra do rio Apiaká, distante 294 kilometros do ribeirão Tapaiúna.

Estavam em boa harmonia com os seringueiros que tinham atingido a barra daquelle affluente. Um ex-collector de Matto-Grosso, à barra do Telles Pires, Paulo Correa, homem prepotente e máo, entendeu, porém, de escravizar os apiacás com o fim de emprega-los em seu serviço como canoeiros.

(...) A pretexto de fiscalização, fez-se acompanhar de uma escolta de 20 homens bem armados, até o barracão São José, onde, chegando, prendeu seu proprietário Alfredo e o empregado Elias Praxedes e intimou-os a irem buscar os índios Apiacás.

Chegando estes, Paulo Correa, pretextando dar-lhes presentes, recolheu-os ao barracão, mandou amarra-los por sua escolta e levou-os para a Collectoria, onde poucos chegaram, sendo quasi todos mortos covardemente, na viagem.

Alfredo e Elias conseguiram salvar 20 índios que depois desta traição abandonaram a aldeia e internaram-se na matta das cabeceiras do rio Apiacá, nunca mais aparecendo na barra deste.

(...) Conhecemos no barracão de S. José, hoje de propriedade de Elias Praxedes, duas índias Apiacás (...) que estão sendo criadas por D. Athanazia, mãe de Elias.”

Mendonça (1994: 86) aponta ter sido com o referido Elias que os Kaiabi, vindos do médio Teles Pires, fizeram o primeiro contato amistoso. Tal proposição é baseada em relatos orais obtidos de Atu Kayabi¹ (Figura 36), sobre como seus antepassados aceitaram viver em um aldeamento fundado por um homem chamado Elias, tido como o primeiro branco com quem fizeram contato no baixo Teles Pires. Segundo Mendonça, o local, sua denominação e a época coincidem exatamente com os dados registrados por Pyrineus de Sousa. Quanto ao assunto em questão, apresento o diálogo de Atu e Mendonça (1994:87)².



Figura 36 Cacique Atu Kayabi ao fundo o local denominado Tabuleiro, atualmente ocupado por não índios. (Foto: Stuchi, 2008).

“1(Atu Kayabi) – De primeiro, diz que não existiam os brancos aqui nesse pedaço (refere-se ao ‘habitat’ imemorial Kayabi). Diz que (os Kaiabi) andaram muito no mato e chegaram não sei onde, diz que acharam um rio, que nem a vista não alcançava do outro lado. O rio não sei como que acharam (...)

2 (Mendonça) – E aí teve guerra com os brancos?

1 – Eles achavam um e matavam. Tiravam a cabeça, levavam para a aldeia deles e faziam festa.

2 – E como é que foi quando os brancos foram chegando, quando que começou a mudar?

1 – De primeiro a gente tinha medo dos brancos (...) aí acho que ficaram com medo, mudaram e se espalharam (...) se dividiram. Aí deixaram acabar tudo. Mas hoje em dia a gente acabou o medo (...). Depois foram varando por aqui, nas terras do Pará

¹ Atu Kayabi, hoje com 62 anos, assim como seu irmão João Kayabi, pertence a segunda geração dos primeiros a se fixarem na região do baixo Teles Pires. É filho do finado “Maneco” ou Manoel Kayabi, líder do grupo que resistiu à transferência para o Xingu e permaneceu na área do baixo Teles Pires.

² As considerações em parênteses são de autoria da referida antropóloga.

até que acharam esse tal de Elias. Esses que acharam contaram para os parentes e um bocado veio pra aí.

2 – Aí vieram morar onde?

1 – Aí no Tabuleiro! ... os índios mesmo vieram, ele (Elias) não chamou não.

2 – Mas por que os índios vieram?

1 – Ah ... porque acharam bonito, trataram bem; diz que ele tratava bem dos índios, aí vieram. Os índios estavam bem amansados, mas não pelos brancos, eles mesmos vararam.

2 – (...) aqui no Tabuleiro juntou todo mundo que estava nessa região?

1 – Depois que o Elias morreu, os índios se espalharam nesse beirão.

2 – Aí se espalharam pelo Teles Pires.

1 – Foi. Aí ficaram aí.

2 – No (rio) Cururuzinho...

1 – Aí no Cururu tudo, se espalharam. Até hoje tem.

Segundo Mendonça (1994), “Tabuleiro”³ era o nome do aldeamento fundado por Elias nas proximidades de seu barracão, tendo sido lembrado também por outro Kaiabi como o primeiro lugar onde teriam morado, após decidirem se fixar ao norte da Cachoeira Sete Quedas.

Quanto à época em que chegaram, Mendonça (1994: 94-95) aponta que, embora os Kaiabi já realizassem suas perambulações pela região há algum tempo, a ocupação do Tabuleiro teria se dado a partir da década de 1920, em um período posterior ao encontro de Pyrineus de Sousa com o barracão de Elias, em 1915, porém anterior a presença do grupo, em 1936, muito mais ao norte do aldeamento, registrada por Nimuendajú na Missão Católica que atuava junto aos Munduruku, no rio Cururu, um afluente da margem direita do alto Tapajós (Nimuendajú, 1963: 308) (ver Figura 01).

No período de sua passagem pela região, em 1915, após o encontro com o barracão de Elias, Pyrineus de Sousa (1916: 51-55) registrou, até a foz do rio Teles Pires, a presença de nove outros barracões e “dependentes barracas”, onde existia uma grande população de seringueiros.

Segundo Raimundo P. Brasil (1913, apud Arnaud, 1979: 10), dono de seringais no alto Tapajós, após o auge, em 1910, a atividade teria entrado em declínio, sendo 1932,

³ Primeira aldeia citada no trabalho de Mendonça (1994), ver aldeia nº-23 no mapa ao final deste capítulo.

apontado como o ano crítico na produção de borracha, o que resultou no abandono da região por parte de mais de 100 famílias.

De acordo com Mendonça (1994: 86), como resultado desse esvaziamento populacional, a área teria ficado relativamente livre para os Kaiabi, supondo que, em meados da década de 1930, já teriam abandonado o aldeamento Tabuleiro e fundado pequenas aldeias em outros locais do baixo Teles Pires, culminando no deslocamento e já citado registro dos mesmos na missão do rio Cururu, em 1936.

Ao final da década de 1930 e início de 1940, Mendonça (1994: 99-100) acredita que a região teria sido novamente ocupada por grande número de seringueiros, fato que estaria relacionado a um novo ciclo da borracha, em função da 2^o Guerra Mundial.

Como consequência disso são registrados diversos conflitos entre os seringueiros e os Kaiabi, o que teria justificado a instalação de um posto do SPI na região. Baseado em relatórios do referido órgão, Expedito Arnaud (1971: 18) trata do contexto histórico em que se deu a inserção do SPI na região e sua interação com os Kaiabi:

(...) Os Kayabi foram atraídos pelo SPI, no início de 1941, através de um posto instalado à margem direita do Teles Pires, cerca de 100 km de distância de sua confluência com o Tapajós. Por essa época os Kaiabi haviam matado 7 habitantes regionais e raptado 3 crianças, em represália a esbulhos e violências sofridas no decorrer dos contatos com barracões de seringueiros, onde (os seringueiros) lhes tomavam até as mulheres.

O Posto Kaiabi fora fundado pelo inspetor João Baptista Chuvas, a jusante da cachoeira São José e a montante da foz do igarapé Preto, afluente da margem direita do Teles Pires. Segundo Arnaud (1971), a situação vigente logo teria se normalizado com a fundação do Posto que, nos primeiros meses, já era freqüentado pelos Kaiabi sendo registrado no ano seguinte, em 1942, a implantação de uma aldeia um pouco acima do posto (Simões, 1964).

Ao que consta no trabalho de Mendonça (1994: 181), trata-se da antiga aldeia 'Ywykga'i ("lugar da mangaba ou mangabal")⁴. Essa aldeia teria sido ocupada por períodos intercalados que, como veremos, variaram com o surgimento e a decadência dos postos do SPI e posteriormente da FUNAI, transferido para sua atual localização. A

⁴ Antiga aldeia não visitada, cujo o nome deve-se a sua localização em uma região de ampla ocorrência de mangaba (*Tapirira guianensis Aubl.*), fruta típica dos campos que predominam nas duas margens do Teles Pires, abaixo da Cachoeira Rasteira (como é regionalmente conhecido o Salto Sete Quedas).

presença dos Kaiabi próxima ao posto do SPI também foi registrada por Nimuendajú (1963: 308; 1981) em seu mapa etnohistórico (ver Figura 33).

Com a fundação do Posto, o SPI passou a instituir entre os Kaiabi a mesma política praticada com os Munduruku atendidos no Posto do rio Cururu, sendo inseridos, nas décadas de 1940 e 1950, no mercado da borracha, castanha e outros produtos extraídos da floresta.

No mesmo período da implantação do Posto, tem início um longo processo de demarcação da T. I. Kaiabi, com o requerimento feito pelo chefe da 2º Inspeção Regional do Pará ao governo desse Estado, propondo a concessão de terras aos Munduruku do Tapajós e aos Kaiabi do Teles Pires.

Quanto ao período em questão, Mendonça obteve algumas informações de Augusto da Cruz Oliveira, antigo funcionário do SPI que, de 1949 ao início da década de 1960, trabalhou na região⁵. Segundo Oliveira (apud Mendonça, 1994: 101-106), em 1949, a aldeia Kaiabi próxima ao Posto ainda existia, estando todas as demais aldeias localizadas a montante da Cachoeira Rasteira, de onde os Kaiabi freqüentemente se deslocavam até o Posto, levando borracha e farinha que eram trocados por bens industrializados vindos de Belém.

Além da aldeia localizada em suas proximidades, o Posto também era ocupado pelos Kaiabi que, nas palavras de Oliveira, “viviavam misturados”, referindo-se possivelmente a seringueiros e certamente a indivíduos de outros grupos étnicos, como os Munduruku e Apiaká (ver Las-Casas, 1964). Registra-se também que nesse período existiam alguns Kaiabi espalhados, trabalhando como seringueiros (Chuvas, 1941), o que acredito possa também ter ocorrido em período anterior e/ou posterior.

Ao final da década de 1950, a intervenção dos Postos do SPI (Munduruku e Kaiabi) na economia local, sobretudo através do comércio de borracha, acabou por contrariar interesses de um grande comerciante da época pois isentos de impostos, com embarcações próprias, combustível e pessoal pagos com recurso do governo federal e obtendo dos índios seus produtos em troca de bens a preço quase de custo, os Postos passaram a se tornar fortes concorrentes. Tal situação teria resultado na destituição de Chuvas da coordenação dos postos, em 1957, resultando no gradativo abandono dos

⁵ Em 1993, quando Rodrigues encontrou Oliveira, este era funcionário da FUNAI no novo Posto Kaiabi, criado em 1987, antes disso, ele teria trabalhado com João Baptista Chuvas, desde 1949, sendo contratado pelo SPI em 1957 como tratorista, exercendo também outras funções paralelas até a decadência do posto Munduruku, em 1962.

mesmos até o fim das atividades do SPI na região, no início da década de 1960 (Arnaud, 1974).

Como mostra Roberto de Las-Casas (1964: 11- 12), pesquisador do Museu Goeldi que esteve no vale do Tapajós, em 1959, era flagrante o processo de reformulação dos objetivos do SPI por parte de seus agentes locais, pois os Kaiabi eram tratados não como protegidos, mas sim como aviados, ou seja, fregueses. Para mantê-los sob seu círculo de influência, diferentemente dos seringalistas, o SPI podia contar com o uso da autoridade, sendo mencionados casos de índios amarrados para não saírem do Posto e até um assassinato cometido por um encarregado, o que fazia com que os índios freqüentemente mudassem de “patrão”, isso é, passavam do Posto para o seringal.

Com a decadência dos Postos do SPI, os Kaiabi procuraram dar continuidade às trocas de produtos naturais por bens industrializados, deslocando-se até a Missão Cururu, que, desde o início do século XIX exercia a função de agente econômico entre os Munduruku, concorrendo com os postos do SPI e os seringalistas da região (Arnaud, 1974; Las-Casas, 1964).

Em um destes deslocamentos, os Kaiabi foram contaminados com o sarampo que atingia os Munduruku, ao voltarem às suas aldeias os Kaiabi teriam disseminado a doença entre os demais, o que por pouco não veio a causar a desaparecimento total do grupo. Segundo Oliveira (apud Mendonça, 1994: 112), dos Kaiabi que moravam junto ao Posto, apenas 4 sobreviveram. Os outros sobreviventes teriam se aglutinado em pequenas e isoladas aldeias espalhadas a sul da Cachoeira Rasteira, fugindo do contato com a sociedade envolvente.

Aturi Kayabi, um dos sobreviventes que foi posteriormente removido para o Parque Indígena do Xingu, relata que quatro aldeias teriam deixado de existir nesse período, e que pelo menos 130 pessoas teriam sido vítimas do sarampo (Ferreira, 2004: 67).

Segundo Atu e João Kaiabi (apud Mendonça, 1994: 113), após a epidemia de sarampo, restaram apenas quatro pequenas aldeias: *Jasi'ouk* (“Lago da Muriçoca” ou “Terra dos carapanãs”), tratando-se da designação dada à lagoa “São Benedito”, na margem direita do rio Teles Pires, a jusante da foz do rio São Benedito (*Nº-27); a aldeia *Itaipawukui* (*Nº-18), no rio Cururuzinho, cerca de 15 minutos de sua foz; e as aldeias *Pirape wyi* (*Nº- 37) e *Itaipawku* (*Nº-.13), ambas na margem direita do rio Teles Pires, cerca de 10 minutos a jusante da atual aldeia Kururuzinho (* ver Mapa no final deste capítulo).

Como já fora dito, o período de 1955 a 1966, é marcado pela transferência para o Parque Indígena do Xingu de praticamente todos os Kaiabi do médio e alto Teles Pires, bem como a grande maioria que se encontrava no rio dos Peixes. No baixo Teles Pires, em 1970, os irmãos Villas Bôas, tendo o Kaiabi *Piu'ni*⁶ como intérprete teria convencido a maioria dos Kaiabi sobreviventes a serem transferidos para o P.I. Xingu, sendo utilizada para isso, a pista de pouso de uma empresa mineradora que, no mesmo ano se instalara na área⁷.

Desde o final da década de 1950, com o fim das atividades do SPI na região, a única informação encontrada sobre a transferência dos Kaiabi para o Xingu é um relatório do indigenista Vandelino Brawin que, em 1971, foi enviado ao Posto Kaiabi abandonado. Brawin⁸ relata ter encontrado 18 “mestiços” (regionais casados com Kaiabi) morando nas imediações do Posto e 25 Kaiabi localizados nas proximidades da Cachoeira Rasteira, tratando-se dos remanescentes da transferência ocorrida no ano anterior.

De acordo com Mendonça (1994: 129-130), teriam sido transferidas as famílias de Fernando Apiaká (casado com Rosa Kaiabi) e seu pai Ranulfo Apiaká, Joaquim (sogro de Fernando), Xupe, Irineu e Piauí (Myau) Kayabi, enquanto que um pequeno grupo, constituído pelas famílias de Manoel Kayabi (“Maneco”), André e Chico Kupeywu, responsável pelo sobrinho José Kayabi, teria se negado a entrar no avião e abandonar a área. Como resultado imediato da transferência, todas as aldeias citadas teriam sido abandonadas, pois segundo os relatos de João Kayabi (apud, Mendonça, 1994: 131-132), até mesmo o grupo que permaneceu teria se isolado no mato por dois meses, receosos das ameaças dos funcionários da mineradora de que seriam levados até mesmo “amarrados” para o Xingu. Passado um tempo da transferência, o grupo retoma a ocupação de duas das aldeias antes ocupadas (ver N°- 48 e N°-13 no Mapa ao final deste capítulo).

Cerca de um ano depois da transferência, a família de Fernando Apiaká, insatisfeita com as condições de vida no Xingu, empreendeu à pé uma viagem - com

⁶ *Piu'ni* (“Pretinho”) desde pequeno acompanhou os trabalhos dos irmãos Villas-Bôas e atuou como auxiliar na frente de atração da FUNAI (ver Revista atualidade Indígena, de 1978: 50).

⁷ A partir de informações de Atu Kayabi, Mendonça (1994: 126) referencia a primeira localização da Mineradora no rio São Benedito, bem próximo de sua foz. Porém, as informações que obtive em campo indicam ter sido no mesmo local onde atualmente encontra-se a atual aldeia Coelho, pois, além do ponto onde a empresa se instalaria definitivamente (na antiga aldeia *Jasi'ouk* N°-27), foi na referida aldeia atual que encontramos outra pista de pouso, que como veremos foi utilizada também durante as atividades do garimpo desenvolvidos na região.

⁸ Processo FUNAI/BSB/1776/82, p.44.

duração de oito meses - de volta ao baixo Teles Pires. Segundo os relatos obtidos por Mendonça (1994: 134-145), os percalços teriam sido tantos que, suas aparências físicas ao chegarem os fizeram ser confundidos com “visagens”, ou seja, imagens mágicas e assombradas de seres que já haviam morrido⁹.

A partir de então, o grupo passou a ser constituído dos indivíduos que permaneceram na área e os que teriam retornado do Xingu, liderados respectivamente por Manoel Kayabi e Fernando Apiaká¹⁰, muito provavelmente, tratando-se do grupo de 31 indivíduos encontrados por Amaury B. Costa, funcionário da FUNAI que esteve na área, em 1973. (Mendonça,1994: 146).

Nesse período, Costa relata que o grupo teria passado a negociar com a mineradora o único artigo que produziam, a farinha, além de manterem relações com os regatões que, ao concorrerem entre si, exploravam os Kaiabi impingindo-lhes sempre mais e mais mercadorias criando um círculo vicioso, no qual os Kaiabi estariam realizando migrações sazonais para poder explorar todos os recursos naturais da área¹¹.

Em 1975, o antigo posto Kaiabi é reativado pela FUNAI, e logo em seguida duas famílias Kaiabi teriam se deslocado para lá, enquanto que os demais permaneceram na região a montante da cachoeira Rasteira, sendo visitados pelos funcionários do posto a cada quinze dias. Nesse mesmo período, pequenos grupos Munduruku que viviam às margens do Tapajós e isolados em suas colocações de seringas, longe das tradicionais aldeias dos campos e do rio Cururu, passaram a implantar suas aldeias nas proximidades do posto, constituindo a maioria indígena no local.

Segundo o primeiro chefe responsável pelo posto, além dos regatões, existiam gateiros (caçadores e comerciantes de peles) que já há algum tempo atuavam na área, utilizando-se da mão de obra dos Kaiabi que, nesse período, não tinham sequer uma roça de subsistência e suas unidades tribais encontravam-se desfeitas como resultado dos anos de abandono¹².

Com a reativação do posto, os Kaiabi retomam uma antiga reivindicação de que o mesmo deveria ser transferido para próximo de suas aldeias, a montante da cachoeira Rasteira pois, diminuiria a distância de seus deslocamentos até o posto, feitos de canoa e a dificuldade em transpor o referido acidente geográfico.

⁹ Sônia Demarquete (1983:32) registra um fato semelhante envolvendo um grupo do rio dos Peixes, que teria retornado, também à pé, para seu local de origem, após terem sido transferidos para o Xingu.

¹⁰ Segundo Mendonça (1994: 146) Joaquim Kayabi, sogro de Fernando, morreu poucos meses depois de chegarem, esgotado pela viagem.

¹¹ (Processo FUNAI/BSB/1776/82, p.21.).

¹² Ver relatórios contidos no Processo FUNAI/BSB/2507/75.

Passados alguns anos, em 1987, o posto é transferido para uma pequena aldeia ocupada por Tamé Kaiabi e sua esposa. Enquanto isso, em sua antiga localização passa a funcionar o posto Teles Pires que, até os dias atuais, atende os Munduruku que vivem na área Kaiabi.

Em sua nova localização, com a gradual implantação de infra-estrutura e assistência aos Kaiabi¹³, o posto torna-se um ponto aglutinador dos mesmos que se encontravam nas proximidades do antigo posto, em aldeias próximas do novo posto e dispersos pela área, envolvidos com extrativismo vegetal e caça para o comércio de pele. Em outras palavras, os Kaiabi gradativamente abandonam esses locais e se mudam para o novo posto Kaiabi que viria a se tornar a aldeia Kururuzinho, citada por Mendonça, como a única aldeia onde, em 1993, se encontravam concentrados a maioria dos Kaiabi da área, com exceção de alguns que se mantiveram dispersos, envolvidos com outra atividade desenvolvida na área, o garimpo (Figura 37).

Nesse período a atividade de extração de borracha encontrava-se novamente em declínio, enquanto que, ao final da década de 1970 e nos anos de 1980 o Vale do Tapajós e seus formadores teriam se transformado em



Figura 37 Balsa de garimpo no rio Teles Pires.

uma imensa área de exploração mineral. Segundo Mendonça (1994), a garimpagem de ouro nessa região teria perdurado até o início da década de 1990, pois, durante sua estadia na área, em 1993, registrou a presença de inúmeras dragas e acampamentos de garimpeiros, alguns até bem próximos da aldeia Kururuzinho, tratando-se dos remanescentes de uma população muito maior que teria atuado na região.

Ao final da década de 1990, os garimpeiros praticamente abandonaram a região do baixo Teles Pires, sendo restando no período da pesquisa apenas algumas dragas ainda em atividade na porção norte da T. I. Kaiabi, além de uma herança de inúmeros passivos ambientais em várias partes da reserva e muito provavelmente contaminação por mercúrio, uma vez que pesquisas revelaram altos índices entre os Munduruku (ver Brabo et al. 1999).

¹³ Como pista de pouso, posto de Saúde e a escola, que depois de alguns anos paralisada, atualmente tem suas atividades retomadas.

Ao longo de quase um século no baixo Teles Pires, em uma história permeada de ocupação, reocupação e abandono de pelo menos 40 antigas aldeias (Mendonça, 1994), cujas diferentes gerações Kaiabi conviveram com seringueiros, regatões, gateiros, órgãos governamentais (SPI e FUNAI), empresas mineradoras, garimpeiros e mais recentemente, madeiros, grandes fazendas, posseiros, pousadas de pesca e os projetos de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). A trajetória Kaiabi de ocupação da T. I. a eles destinada continua.

Como veremos, a partir do ano 2000 teve início um processo de abandono da aldeia Kururuzinho por parte de algumas famílias extensas e a constituição de três novas aldeias, Lage, Minhocuçu e Coelho, e mais recentemente se repetiu com o surgimento das novas aldeias Dinossauro, Ximarí, Caxoeirinha, São Benedito e Tukumã. Dentre outros fatores, esse processo também pode ser entendido como uma estratégia de revitalização de sua cultura, demarcação e manutenção de seu território que continuam sendo ameaçados, agora por novos interesses econômicos, como bem ressaltou João Kayabi (2004, apud IBAMA, 2004):

“Nós Estamos encurralados né, fazenda para cá, os posseiros, madeiros, garimpeiros, tudo em volta da gente, então, desse jeito nós estamos como numa ilha. Nós estamos lutando para segura a terra para nós para num mistura com o branco (...) Estamos lutando pra não ter invasores lá dentro, não ter conflitos com eles. Estamos lutando pra ter a área demarcada”.

CAPÍTULO 5: A Pesquisa de campo na T. I. Kaiabi

Nosso trabalho de campo tem início no município de Alta Floresta. Ali passamos o dia realizando a compra de combustível, alimentação e outros materiais de consumo que, após devidamente embalados contra chuva e/ou poeira, são carregados no veículo. Partimos antes do sol nascer para cumprir o percurso de 160 km de estrada de terra pela rodovia MT 208, que dura em média 6 horas, quando não atolamos no barro ou nos trechos de “areões”, dependendo do clima (Figura 38).



Figura 38 Atoleiros na ida para aldeia (Foto: Stuchi, 2008).

Finda o estado de Mato Grosso e passamos ao território paraense. Percorremos um trecho em estradas particulares, cortando algumas fazendas até chegarmos ao Porto do Meio, na margem esquerda do rio São Benedito, um afluente do Teles Pires. Na margem oposta é possível visualizarmos a placa indicativa da área indígena.■

No porto, os Kaiabi já nos esperam em uma voadeira que, depois de carregada, irá descer o rio *Yuunuũ* (“água preta”), denominação Kaiabi para o rio São Benedito devido ao tom escuro das suas águas (Figura 39). Poucos minutos depois fazemos a



Figura 39 Viagem para a aldeia Kururuzinho (Foto: Stuchi, 2008).

primeira parada na aldeia São Benedito, onde são entregues mercadorias encomendadas na cidade, enquanto outras são destinadas à parentes próximos residentes no Posto indígena. Às vezes recebemos mais tripulantes de carona à outra aldeia.

Navegamos até desembocar no rio Teles Pires, o *Wyraŕgy* (“rio das Garças”). Logo paramos na aldeia Coelho, onde quase sempre aportamos para uma breve refeição oferecida pelos moradores. Continuamos a descer o Teles Pires, vislumbrando a floresta amazônica. Ao longo desse rio avistamos apenas de passagem

ou atracamos nas aldeias Tukumã e Laje. Após quase três horas, com o sol já se pondo,

chegamos à aldeia Kururuzinho, onde somos recebidos no porto por um grande número de crianças. Em meio aos cumprimentos, somos ajudados a descarregar e nos alojamos na casa do chefe do posto da FUNAI. Depois da janta ficamos em companhia de alguns índios e descansamos para iniciar no dia seguinte, timidamente, as atividades de pesquisa.

A permanência na Terra Indígena somou 84 dias. Foram seis etapas de campo que variaram de 5 a 27 dias, destinadas para negociar a autorização e realizar a pesquisa. A primeira etapa da pesquisa foi dedicada à *living archaeology* definida por Richard Gould, que, de acordo com Silva (2000), pode ser entendida como uma etnografia conduzida com interesse arqueológico nas aldeias atuais e nas antigas. A segunda etapa foi a pesquisa arqueológica, desenvolvida a partir dos resultados obtidos na etapa anterior.

5.1. A pesquisa etnoarqueológica sobre a ocupação da T. I. Kaiabi

A pesquisa sobre o processo de ocupação da T. I. Kaiabi contribui de modo significativo ao problema da continuidade e mudança territorial na arqueologia brasileira. De acordo com Neves (1999: 319): “as pesquisas desenvolvidas na região amazônica têm sido por quase 50 anos, consistentemente voltadas para a resolução de problemas gerados no âmbito da antropologia social, onde diferentemente de outras regiões do Brasil, pode-se postular alguma forma de continuidade histórica entre populações contemporâneas e as populações que ocuparam os sítios arqueológicos”.

O caso dos Kaiabi contemporâneos é interessante e paradigmático dos processos de ocupação, porque eles têm o costume de reocupar antigas aldeias que viraram sítios arqueológicos. Neste sentido, para a arqueologia da região amazônica, a partir da perspectiva ressaltada por Neves (1999: 320) o estudo da ocupação da T. I. Kaiabi possibilita o desenvolvimento de uma pesquisa bidimensional, correlacionando tempo e espaço, continuidade e mudança entre o passado e o presente.

Pesquisas desta natureza pressupõem uma articulação - ainda muito restrita no Brasil- entre dados arqueológicos, históricos e etnográficos (Neves, 1995; Barreto, 1999; Wüst, 1990, 1999, 2000; Silva, 2002). Na T. I. Kaiabi existem os elementos necessários para efetivar esse diálogo e a etnoarqueologia aparece como a abordagem apropriada.

A Etnoarqueologia surge com a Nova Arqueologia, ou seja, a partir de um posicionamento crítico com relação à Arqueologia Histórico-cultural, que era considerada por um grupo de arqueólogos como meramente descritiva. Estes arqueólogos acreditavam que o potencial dos registros arqueológicos era maior do que se considerava até então (Hodder, 1986, Trigger, 2004). Reagindo a essa limitação, a Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual advogava que era necessário adotar algumas perspectivas da Antropologia para explicar as semelhanças, diferenças e transformações do comportamento humano (Binford, 1962; 1965; Hodder & Preucel, 1996; Trigger, 2004).

A Arqueologia Processual deslocou a ênfase das análises descritivas dos artefatos e da concepção normativa de cultura, para uma compreensão da cultura como um sistema integrado por diferentes subsistemas, tendo os vestígios arqueológicos como produto da variabilidade de processos culturais no passado. Dessa forma, as mudanças

culturais passaram a ser interpretadas como respostas adaptativas (dadas internamente pelos sistemas culturais) às alterações ocorridas no ambiente natural e social (Trigger, 2004). Segundo Silva (2000: 11), esta mudança de percepção transformou o modo de fazer arqueologia, com o desenvolvimento de procedimentos teórico-metodológicos que possibilitassem o entendimento das condições que tornaram possível compreender a formação, transformação e configuração final dos contextos arqueológicos.

Um dos procedimentos adotados foi a intensificação da pesquisa em contextos etnográficos, para observar e documentar as relações entre o comportamento humano e a matriz-espacial-ambiental onde ele toma lugar. A partir daí, foi possível desenvolver teorizações sobre os processos de formação do registro arqueológico (Schiffer, 1987 apud Silva, 2000).

Segundo Politis (2002: 87), a intenção de utilizar informações etnográficas para interpretar o registro arqueológico não é nova. A novidade é a obtenção da informação etnográfica por arqueólogos de maneira sistemática e com especial atenção aos derivados materiais, para auxiliar na compreensão dos contextos arqueológicos (Oswalt, 1974; Hooder 1982; David & Cramer; 2001).

A esta estratégia de pesquisa foi dado o nome de “Etnoarqueologia”. Em sentido mais amplo, é entendida como uma abordagem com objetivo de proporcionar os meios para interpretar a estática do registro arqueológico, partindo das referências do contexto etnográfico Silva (2000:11).

No bojo da Arqueologia Processual, uma das primeiras pesquisas etnoarqueológicas sistematicamente desenvolvidas podem ser atribuídas a Binford (1967). Segundo Politis (2002: 88), o desenvolvimento teórico e conceitual do enfoque etnoarqueológico de Binford, juntamente com Yellen (1977) e Gould (1978, 1980), dentre outros, vieram a constituir as bases metodológicas da etnoarqueologia no paradigma processual.

Ao final dos anos 1970 e, sobretudo na década de 1980, começam a ser desenvolvidos os estudos específicos sobre sociedades vivas efetuados por arqueólogos. Nesse mesmo período, muitas idéias da Arqueologia Processual passam a ser questionadas e criticadas pela chamada Pós-Processual. As críticas recaíram sobre a concepção de cultura e os padrões positivistas da Arqueologia Processual, principalmente, quanto a sua proposta de generalização do comportamento humano. Neste sentido, muitos trabalhos foram publicados com o objetivo de ressaltar a

variabilidade do comportamento humano e o caráter simbólico da cultura material (Hodder, 1982a e 1982b). Mesmo com muitos pontos divergentes, a Arqueologia Pós-processual acabou por compartilhar alguns aspectos da prática processualista. Por exemplo, o redirecionamento do foco do trabalho etnoarqueológico, passando a contemplar esferas negligenciadas, como os sistemas simbólicos e desenvolveu uma proposta de compreensão contextual e específica dos fenômenos estudados (Silva, 2000: 31).

Na década de 90, observou-se o aumento no número de pesquisas etnoarqueológicas, contemplando uma diversidade de tipos de sociedades com diferentes tipos de abordagem (ver David & Kramer, 2001). Nesta década os enfoques pós-processuais ficaram mais conhecidos, porém contingente de etnoarqueólogos ainda considera que a produção de leis ou generalizações de médio alcance são objetivos possíveis e necessários para a arqueologia e a etnoarqueologia (Politis, 2002).

A partir dos debates que se desenrolaram entre a Arqueologia Processual e a Arqueologia Pós-Processual, torna-se crescente a percepção da diversidade dos dados arqueológicos e da necessidade de se buscar explicar o passado com uma maior complexidade. Isso tornou cada vez mais evidente que os problemas arqueológicos não podem ser explicados exclusivamente por um ou outro referencial teórico (Stark, 1993). Apesar deste debate a etnoarqueologia persiste como uma abordagem importante para tornar mais complexas as interpretações arqueológicas, constituindo-se em fonte valiosa de informações sobre o comportamento humano (Silva, 2000).

Ao longo de sua trajetória a etnoarqueologia tem sido entendida e definida de várias maneiras. Sem contar com variadas propostas para outras denominações como, por exemplo, “arqueologia viva”, “etnografia arqueológica” ou “arqueoetnografia” (David & Kramer, 2000; Politis, 2002). Para Politis (2002: 92), as definições em geral tornam rígidos conceitos que deveriam ter certa flexibilidade. Assim, Politis sugere uma definição que advoga ser mais aberta e maleável, em consonância com a diversidade teórico-metodológica que constituiu a etnoarqueologia:

“... es una sub-disciplina de la arqueología y de la antropología social que obtiene información sistemática acerca de la dimensión material de la conducta humana, tanto en el orden de los comportamientos y actividades concretas que los producen, como en el de las pautas de racionalidad subyacentes. Es una generadora de referentes analógicos para la interpretación arqueológica y es una fuente de producción y contrastación de hipótesis y modelos acerca de como funcionan las sociedades.”

Como bem apontou González Ruibal (2003: 12), esta e outras definições se caracterizam por uma especial referência às manifestações materiais da cultura ou “a cultura material”, como um elemento chave e definidor da etnoarqueologia, quase como é para a arqueologia. Esta constatação traz à tona uma importante observação, muito pertinente, inclusive, à pesquisa na T. I. Kaiabi, ou seja, Ruibal argumenta que o conceito de cultural material é amplo e que não inclui apenas objetos, restos ósseos ou alicerces de habitações. As modificações da paisagem, qualquer que seja a sua magnitude, incluindo a apropriação simbólica de traços naturais sem modificação, se enquadram no conceito de cultura material. Portanto, qualquer estratégia de investigação que inclua em alguma parte de seu desenho o estudo sistemático da articulação da conduta humana com qualquer manifestação material da cultura, pode ser entendida como integrante do campo da etnoarqueologia.

Mais recentemente, Politis (2002: 90) aponta que nos encontramos em uma situação paradoxal, ou seja, na medida em que aumenta o interesse por este tipo de estudo e se valoriza seu aporte no processo de inferência arqueológica, diminuem as sociedades ditas “tradicionais”. Em consequência, torna-se reduzido o espectro de variações dos referencias análogos que possam refletir algumas das condições de sociedades do passado e que sejam comparáveis em alguns termos no presente.

Em território brasileiro, felizmente, a realidade atual tem contrariado essa hipótese. A idéia dominante até a década de 1950 era de que a maior parte dos indígenas tendiam ao decréscimo e a extinção devido à mestiçagem com os europeus e africanos (Darcy Ribeiro 1956). Além disso, o desaparecimento físico já presente por quatro séculos e meio devido às guerras, à escravidão, à desorganização de suas sociedades, e, sobretudo, à propagação das moléstias contagiosas. Contudo, a realidade vem mostrando que a população indígena no Brasil está crescendo, ao contrário das previsões funestas (Melatti, 2004: 6).

Ainda assim, pesa sobre a etnoarqueologia a crítica de que o contato e ocidentalização das sociedades indígenas se traduz em uma redução continua dos padrões de conduta tradicional, implicando que as sociedades do presente não poderiam servir de referencial análogo às sociedades do passado.

Segundo Politis (2002: 89), tal crítica seria injustificada, pois a investigação etnoarqueológica opera em um nível abaixo dos princípios da argumentação analógica. Para o autor, os elementos da analogia, a fonte (sociedade presente) e o sujeito (soc.

Pretérita percebida através do registro arqueológico) não devem ser iguais, pois tornaria desnecessário o raciocínio analógico. Elas devem ter uma dada condição de comparabilidade. Para o autor, a força da analogia produzida a partir da pesquisa etnoarqueológica não reside no grau de semelhança entre fonte e sujeito, mas na estrutura lógica da argumentação e na semelhança entre os termos relacionados.

Dentro deste contexto, Ruibal (2009: 19) evidencia que muitos trabalhos etnoarqueológicos são levados a cabo sem ter em conta a experiência histórica local, nem sequer a história recente, que é com frequência traumática e chave para entender o presente. Em outros casos se utilizam dados etnohistóricos, mas se passa por alto ou apenas se menciona o papel do colonialismo no devir da cultura.

É com base nesta crítica que González Ruibal (2006, 2009) propõe uma nova discussão à prática etnoarqueológica e sua transformação em uma “Arqueologia do Presente”. Trata-se, em certa maneira, de resgatar a dimensão antropológica da arqueologia. Assim, ao invés de escrever impossíveis etnografias do passado, Ruibal argumenta que devemos produzir uma arqueologia do mundo contemporâneo, que nos permita compreender melhor as sociedades vivas. Este tipo de arqueologia, ademais, pode proporcionar elementos de comparação para arqueólogos que exploram períodos e culturas diversos (como acontece com outras investigações históricas e antropológicas), evitando, de um ponto de vista ético, converter única e exclusivamente os povos com que se trabalha em meros fornecedores de analogias arqueológicas.

A Arqueologia do Presente, como seu nome indica, estuda sociedades atuais mediante a metodologia e teoria arqueológica o que, em princípio, não é muito diferente da etnoarqueologia. Contudo, é uma prática que se preocupa em compreender as culturas locais em seu contexto histórico, na medida em que as culturas que estudamos não têm permanecido isoladas e inalteradas durante milênios, por mais arcaicos que nos pareçam os costumes, as cerâmicas, habitações, dentre outros aspectos. A arqueologia do presente trata de entender a mudança, o contato cultural e a hibridação (González Ruibal, 2009: 20).

Outra diferença da arqueologia do presente em relação à etnoarqueologia se refere à abordagem dos contextos políticos em que estão envolvidos os grupos estudados. Ruibal argumenta que raramente os etnoarqueólogos deixam transparecer em seus escritos alguma consciência da situação dos povos que estudam, pesa que esta situação seja, com frequência, grave, em termos de desestruturação social e de impotência frente aos embates do estado nacional e a globalização. A arqueologia do

presente toma uma postura crítica e aborda como parte de seus objetivos questões relacionadas à violência política, os programas de desenvolvimento e as ingerências estatais que afetam a vida das comunidades que estuda (González Ruibal, 2009: 21).

Neste sentido, ao tratar da ocupação da T. I. Kaiabi abordando o contexto sócio-político da trajetória histórica dos Kaiabi na área entendo que esta pesquisa, assim como outras que vem sendo desenvolvidas no Brasil (Hernando *et al.*, 2006; Eremites de Oliveira 2006; Rodrigues, 2007; Dias, 2009; Bepalez, 2009) também deva ser compreendida como uma arqueologia do presente.

5.1.1. As aldeias atuais na T. I. Kaiabi: Procedimentos metodológicos

A pesquisa etnoarqueológica foi desenvolvida ao longo de 25 dias, divididos em três etapas. A primeira etapa consistiu de uma visita a aldeia Kururuzinho para a discussão e autorização do estudo¹, momento em que foram obtidas as informações iniciais que deram aporte aos procedimentos metodológicos empreendidos nas etapas subseqüentes. A segunda e a terceira etapas consistiram no retorno a Kururuzinho² e na visita às demais aldeias Kaiabi³.

O início da pesquisa na aldeia Kururuzinho, além de estratégico em termos logísticos, se deve também ao seu histórico, que, como já fora dito, foi o local de convergência de todo o grupo ao final das décadas de 1980 e 1990, e posteriormente o ponto de dispersão para as demais aldeias. Na ocasião a realização de uma reunião nessa aldeia reuniu os moradores das demais aldeias, o que me remeteu a sua antiga demografia. Nesta circunstância, o primeiro procedimento adotado foi a elaboração de um diagrama da organização social do grupo, para conhecer melhor a população e sua distribuição nas aldeias.

O diagrama consistiu na organização da população segundo suas relações de parentesco, abrangendo desde os anciãos, pertencentes à segunda geração a ocupar a área, até a 4^o e 5^o gerações, que compreendem seus netos e bisnetos. Como pode ser observado no diagrama, sobre cada casal que constituiu a família nuclear, foi inserida a sigla da aldeia onde moram (ex. Kururuzinho [K]; Laje [L]...). No caso de aldeias multifamiliares, a exemplo da Kururuzinho, a sigla da aldeia aparece acompanhada de um número da casa ocupada por cada família (ex. K-1; K-2...). Todas estão representadas no mapa da aldeia.

Esse procedimento teve como objetivo representar graficamente a relação entre posição espacial e as possíveis relações parentais. Também serve para observar os reflexos dessas relações nos processos de abandono e subseqüente ocupação das demais aldeias. Tais processos foram representados no diagrama com setas, onde a mudança efetivada de um grupo foi representada com uma única seta, enquanto duas setas representam o processo de ocupação em desenvolvimento.

¹ Realizada em agosto de 2006, com a permanência de 05 dias na aldeia Kururuzinho

² A segunda visita a área aconteceu em fevereiro de 2007, também com a permanência de 05 dias na aldeia Kururuzinho.

³ A terceira visita aconteceu em setembro de 2007, que, com a duração de quinze dias.

Para atender aos objetivos supracitados foi necessária a elaboração de um mapa, da aldeia Kururuzinho⁴. Para a execução dessa tarefa contei com o auxílio de Josiane Kayabi (21 anos) que, além de auxiliar na elaboração do primeiro mapa, forneceu-me informações sobre os moradores da aldeia juntamente com um desenho da mesma (Figura 40).

Como veremos, embora o objetivo desta pesquisa seja entender a ocupação da área a partir de um enfoque inter-aldeias, as informações contidas no mapa vão além da ocupação e distribuição das casas, e registram outros elementos constituintes da aldeia, como, estruturas anexas (cozinhas, banheiros, galinheiros, sementeiras etc), áreas de descarte de lixo, portos, pomares, feições de antigas habitações e os vestígios arqueológicos evidenciados.

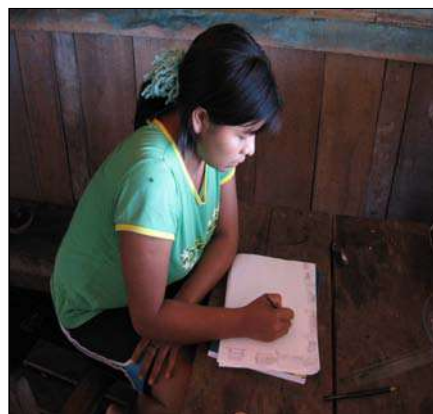


Figura 40 Josiane Kayabi desenhando a aldeia Kururuzinho.

O mapeamento de tais características também foi executado nas aldeias atuais que foram pesquisadas arqueologicamente, com o objetivo de entender a organização e a utilização do espaço como, por exemplo, a dispersão e utilização das áreas de terra preta e dentre outros aspectos, para obter parâmetros para o reconhecimento de registros arqueológicos nas antigas aldeias.

Além da atividade supracitada, as aldeias visitadas foram georreferenciadas, plotadas em mapa hidrográfico, tiveram suas localizações descritas e foram desenhadas por Josiane Kayabi, que passou a integrar a equipe.

As informações etnográficas foram obtidas por meio de observações, anotações em caderno de campo, registros fotográficos e principalmente com o desenvolvimento de entrevistas semi-estruturadas (Bernard, 1994), realizadas predominantemente com os chefes de família de cada aldeia.

Ao serem precedidas por esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa em conhecer a história de ocupação da área, as entrevistas, de modo geral, tiveram como abordagem inicial e norteadora a trajetória de vida de cada entrevistado. No transcorrer das narrativas foram feitos alguns questionamentos sobre as aldeias (antigas) por eles ocupadas, com ênfase na localização de cada uma delas, os processos de ocupação e abandono envolvidos e os fatos históricos relacionados.

⁴ Posteriormente mapas dessa e outras aldeias foram efetuados com uma equipe de topografia. Tais mapas ainda e fase de elaboração serão apresentados na dissertação.

Perpassando as trajetórias particulares, os questionamentos acima apresentados se estenderam a um período comum a todos, ou seja, a ocupação da aldeia Kururuzinho e posteriormente as subseqüentes ocupações das aldeias atualmente habitadas. Nesse último momento, foram incorporados às entrevistas questionamentos referentes à história de ocupação das aldeias atuais e a interpretação dos vestígios arqueológicos nelas encontrados.

Tratando-se de um dos objetivos da pesquisa, esse último questionamento, foi realizado com base nos resultados de um levantamento rápido, realizado por meio de caminhamentos com observações de superfície que resultaram em sucintas descrições das localizações dos vestígios encontrados. O questionamento sobre a interpretação dos vestígios permitiu também obter informações sobre a produção e utilização artefatos cerâmicos e líticos no passado.

5.1.2. Resultados

5.1.2.1. Aldeia Kururuzinho

A aldeia Kururuzinho⁵ encontra-se em um terraço fluvial na margem direita do rio Teles Pires, no estado do Pará, a 30 minutos à jusante do rio Cururu-açu (ver Mapa aldeias pg. 162). Trata-se de uma aldeia multi-familiar que, a exemplo de outras aldeias Tupi, possui uma morfologia de difícil definição (Gallois, 1983; Vidal, 1983; Viveiros de Castro, 1986; Silva, 2000), onde as unidades habitacionais estão dispostas segundo relações de parentesco.



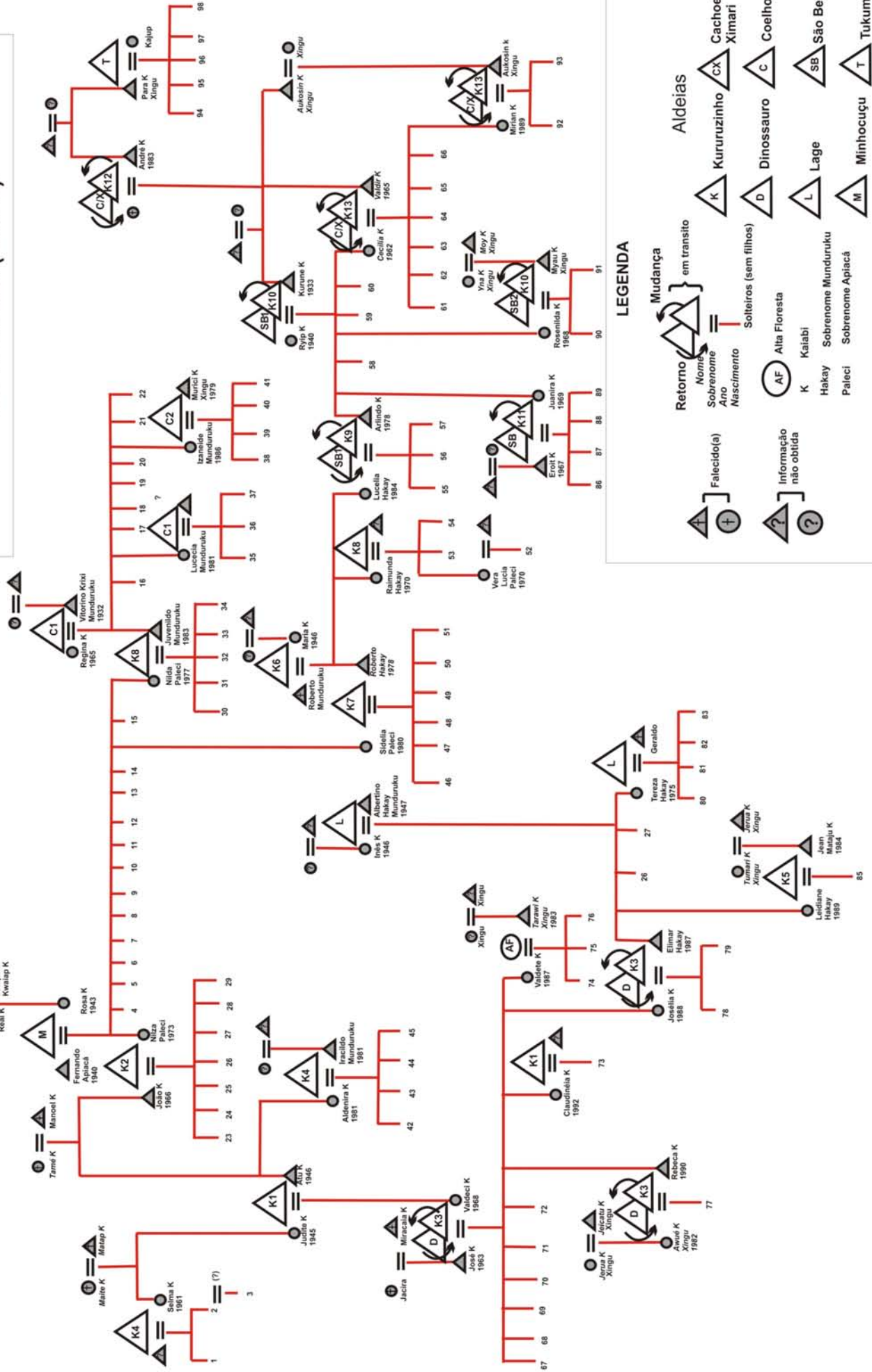
Figura 41 Desenho da Aldeia Kururuzinho (Josiane Kayabi, 2007).

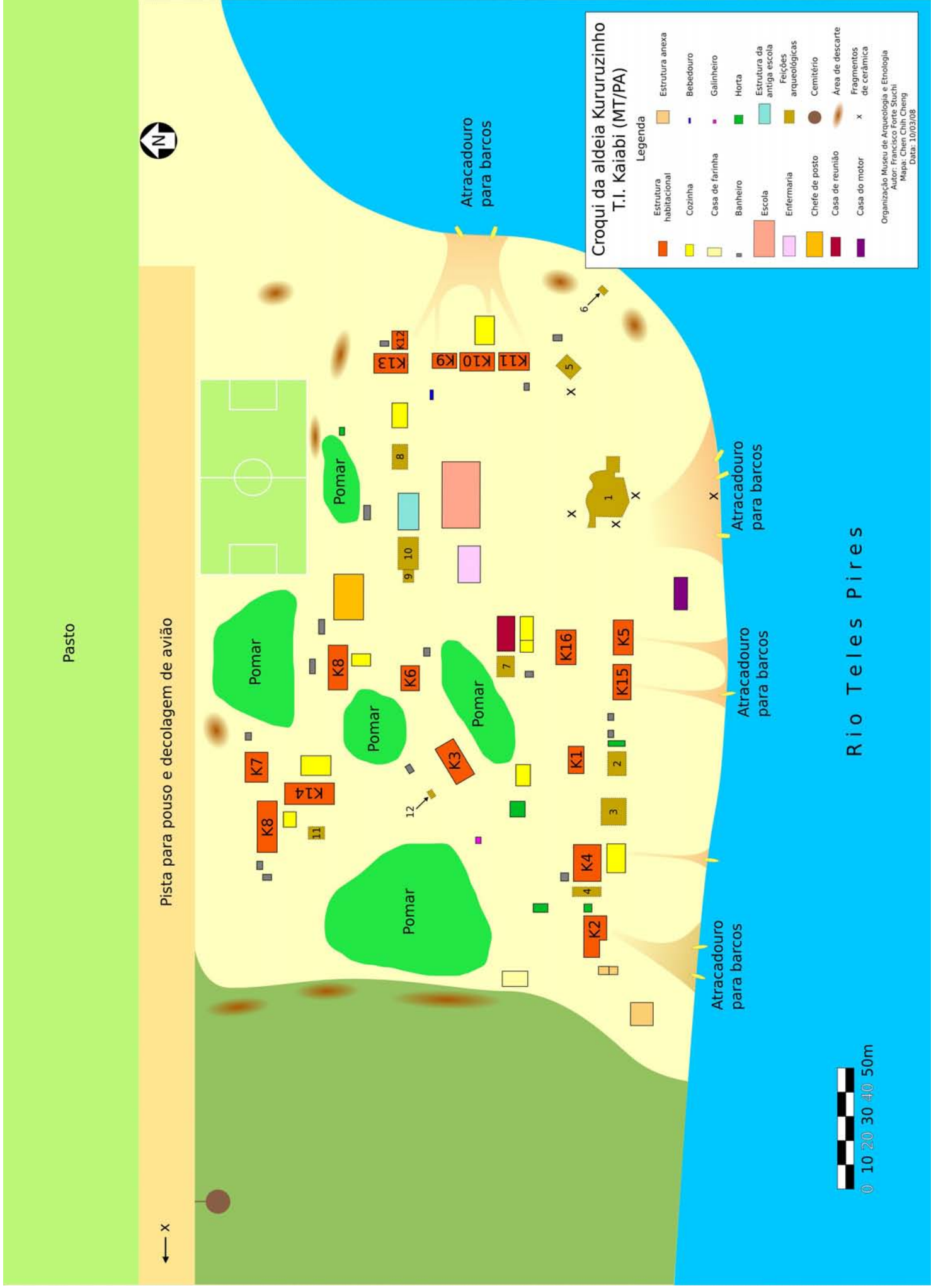
Atualmente vivem treze famílias nesta aldeia, contudo, cinco delas encontram-se envolvidas em processos de ocupação de três novas aldeias (Dinossauro, Ximari e Cachoeirinha). Isto as coloca em trânsito entre Kururuzinho e os novos assentamentos. (Figura 41 / Diagrama (Figura 42) e Figura 43 (Mapa Kururuzinho).

De acordo com nossas observações Kururuzinho já teria sido ocupado em tempos pré-coloniais, o que pôde ser atestado com a identificação de ocorrências de fragmentos cerâmicos dispersos pela aldeia. A primeira ocorrência registrada trata-se de um grande fragmento de cerâmica encontrado por crianças que brincavam de escavar a areia no porto principal (Figura 44) (ver “x” no Mapa de Kururuzinho).

⁵ (UTM 21 L 0464191 / 9018056)

Diagrama de organizacao social da População da T.I. Kaiabi (MT/PA)



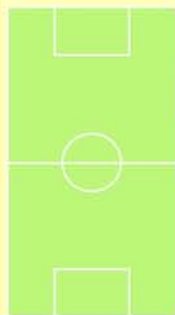


Pasto



Pista para pouso e decolagem de avião

X ←



Pomar

Pomar

Pomar

Pomar

Pomar

Pomar

K7

K8

K14

K11

K10

K9

K13

K12

K8

K6

K3

K14

K11

K10

K9

K13

K12

K8

K6

K3

K14

K11

K10

K9

K13

8

9

10

1

2

3

4

5

6

7

12

11

10

9

8

7

6

5

4

3

2

1

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

Ocorrências da mesma natureza também foram encontradas próximas a uma feição de terra batida, a direita do caminho principal de entrada, no pátio da aldeia, (ver “x” próximo a [N°1] e Figuras 45 - 49). Tal feição foi apontada como os vestígios do piso da casa de *Temé*, primeiro Kaiabi a ocupar a aldeia. Ainda no pátio, alguns metros à direita da feição citada, foi encontrada uma ocorrência isolada próxima aos vestígios de uma antiga estrutura habitacional Kaiabi (ver “x” próximo a [N°-5] no Mapa Kururuzinho).

Embora tais vestígios tenham sido encontrados próximos a áreas de antigas habitações, a associação entre tais vestígios e os Kaiabi é pouco provável em vista da ocupação relativamente recente da aldeia, em um período que, segundo os relatos orais obtidos, não faziam mais as panelas de barro. Além disso, observações feitas em dia de chuva mostraram que tais



Figura 44 Fragmento de cerâmica encontrado no porto da aldeia Kururuzinho (Stuchi 2006).

ocorrências muito provavelmente teriam sido transportadas por erosão pluvial de uma porção mais alta do pátio, onde nunca existiram moradias Kaiabi, até onde foram encontrados. Distante do pátio, na extremidade oeste da pista de pouso, identifiquei mais uma ocorrência arqueológica. É interessante citar que ao final da pista de pouso existe uma trilha de acesso a área de roça da antiga aldeia *Pirape wyi* (N°-48), caracterizada como um sítio arqueológico de terra preta¹ (ver Mapa Kururuzinho).

¹ Atualmente utilizado por um dos moradores da aldeia Kururuzinho.



Em termos de sua ocupação histórica, foram obtidas as mesmas informações apresentadas por Mendonça (1994) quanto à primeira ocupação feita pelo Kaiabi *Temé* e posteriormente os Kaiabi das demais aldeias com a implantação do Posto Indígena no local e demais infra-estruturas.

Além da feição associada à casa do primeiro Kaiabi a ocupar a Kururuzinho, foram encontrados outros vestígios relacionados a antigas habitações, cuja relação apresentada abaixo (Tabela 11) está longe de refletir a intensa mobilidade apontada para essa aldeia.

Tabela 11 Feições arqueológicas de antigas estruturas na aldeia Kururuzinho, representadas no croqui.

N- do registro	Identificação das feições	Evidencias
1	Antiga habitação de Temé e outras estruturas (?)	Piso de terra batida
2	Antiga habitação da Missionária	Piso de terra batida
3	Antiga habitação de Atu e Judite Kayabi	Piso de terra batida
4	Antiga casa de farinha	Piso de terra batida e torrões de argila (constituintes do forno)
5	(?)	Esteios, piso de terra batida e lixo contemporâneo
6	Antigo banheiro	Estrutura de madeira.
7	Antiga habitação de Fernando Apiaká	Dois esteios e piso de terra batida
8	(?)	Esteios, restos de palha, piso de terra batida
9	Antiga casa de rádio	Esteios, cobertura de palha, piso de terra batida
10	Antigo posto de saúde	Piso de cimento
11	Antiga cozinha relacionada à k8	Dois esteios, torrões de argila (constituintes das paredes) e um filtro de barro fragmentado.

Enquanto existem estruturas abandonadas que perduram até os dias de hoje, como a antiga escola e/ou as casas das famílias que se mudaram para outras aldeias, existem outras em que o abandono não deixou quase nenhum registro. Esse último caso pode ser observar no processo de abandono da cozinha utilizada pela família de Valdir Kayabi, transferida para sua antiga casa, ao mesmo tempo em que foi erguida uma nova. No local onde existia a cozinha, os únicos vestígios observados são marcas no solo de seu contorno, quase imperceptíveis. (ver K-12 no Mapa e Figuras 50-51).

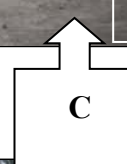
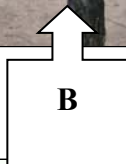
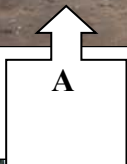


Figura 50 e 51 - Nova casa da família de Valdir Kaiabi (A). Cozinha (B). Antiga casa (C) (Stuchi, 2006 / 2007)

Com relação à interpretação dos materiais arqueológicos encontrados, as primeiras informações foram obtidas de *Ryip Kayabi*, uma senhora de 68 anos de idade, cujos relatos foram traduzidos por sua filha a neta. A conversa iniciou-se com a apresentação do fragmento encontrado no porto, que foi reconhecido por ela como um pedaço de filtro de barro (Figura 52). *Ryip*, que não nasceu na região da atual T. I., mas teria chegado ainda pequena nessa região, relatou não ter feito panelas de barro, mas recorda a existência de uma senhora Kaiabi de nome *Kunhagatu* que as fazia. Segundo suas informações, esta senhora teria morado em aldeia localizada poucos minutos a montante da Kururuzinho⁷. Mesmo não produzido cerâmica, *Ryip* demonstrou ter conhecimento da existência barro bom para essa atividade em uma ilha no Pires, nas proximidades do de travessia da balsa, fora da T. I. Kaiabi.



Figura 52 Conversa com Ryip Kayabi, aldeia Kururuzinho (Stuchi, 2006).

Em meio à conversa, referenciada pelo fragmento encontrado no porto, alguém pediu às crianças que procurassem os pedaços de uma dada panela de barro, tal fato mostrou-se muito interessante, pois os fragmentos foram encontrados em meio a uma área de descarte, localizada próxima a cozinha onde estávamos (Figuras 53 e 54) (ver



Figuras 53 e 54 Área de lixeira na aldeia Kururuzinho e os fragmentos de cerâmica, encontrados no porto e na área de lixeira (pertencente a peça Juruna trazido do P.I. Xingu) (Stuchi, 2006).

área de descarte próxima a K10 no Mapa Kururuzinho). Tais fragmentos teriam constituído uma panela Juruna, trazida recentemente do Xingu.

Além de Ryip, informações sobre cerâmica foram obtidas de Judite Kayabi (63 anos), que por sua vez, apontou os vestígios cerâmicos encontrados como pertencentes aos Munduruku, ou índios que teriam passado pela região. A partir do fragmento encontrado na pista de pouso, Judite relatou que há alguns anos atrás, ao ampliarem a pista, teriam encontrado uma “grande panela” que, segundo suas indicações, teria um formato globular e ao ser desenterrada, continha ossos. Esta foi levada para a aldeia, onde permaneceu por um tempo até ser atirada no rio Teles Pires, não tendo sido os motivos de tal ação por mim indagados, mesmo sua retirada e transporte até a aldeia. Tanto Judite como Atu, seu marido, associaram a referida panela aos Munduruku.

Quanto à produção de cerâmica pelos Kaiabi no baixo Teles Pires, Judite, relata não ter feito cerâmica, mas recorda a existência de algumas panelas feitas por *Aipá*, uma senhora Kaiabi. Para tal lembrança temos como marco temporal o ano de 1955, quando Judite aos 10 anos de idade teria sido trazida para próximo de seus parentes Kaiabi que viviam nessa área. Seus relatos confirmam a ocorrência de um bom barro na localização dada por *Ryip*, além de apontar a região da desembocadura do rio Santa Rosa no Teles Pires, como local onde os Kaiabi teriam realizado coleta de argila, que, em decorrência de sua pouca quantidade, foi apontada como o motivo para o fim da produção de cerâmica. Segundo Judite, se esse recurso ainda existisse a maioria das mulheres poderiam fazer. Dentro desse contexto, Judite e Atu apontam que a associação dos vestígios cerâmicos com os Kaiabi também é possível, na medida em que eles teriam trazido suas panelas para essa região.

5.1.2.2. Aldeia Laje

A aldeia Laje⁸ encontra-se em um terraço fluvial na margem direita do rio Teles Pires, no estado do Pará, a 20 minutos à montante da aldeia Kururuzinho (Figura 55 e Mapa aldeias pg. 162). atualmente nessa aldeia a pequena família extensa de Albertino Munduruku, com de nove pessoas (ver Diagrama).

Albertino Munduruku (Figura 56), com 60 anos, filho de pais Munduruku, nasceu em em uma aldeia denominada Samauma⁹, localizada a um

meio de caminhada do rio Cururu (afluente da margem direita do Tapajós) para o interior, nos campos¹⁰ existentes nessa região do estado do Pará. Albertino é contemporâneo da Missão Cururu, pois conta ter sido lá batizado com doze anos, aproximadamente. Ao abandonar a aldeia Samauma teria se mudado para um local denominado “Pesqueirão”, a jusante da barra do São Manoel (Teles Pires), no estado do Pará. Neste período sua vida consistia ora na permanência em sua aldeia, ora perambulando pela região atuando como gateiro (caçadores e comerciantes de peles). Tal perambulação lhe permitiu conhecer a região do baixo Teles Pires e alguns de seus afluentes, como, os rios São Benedito e Apiacás, sendo citada a presença de muitos



Figura 55 Desenho da Aldeia Laje (Josiane Kayabi, 2007).

⁸ (UTM 21 L 0470145 / 9015610)

⁹ Na mesma região e com o mesmo nome de um dos sítios arqueológicos localizado por Perota (1982 apud Simões, 1983: 56), porém sua localização foi dada como na foz do mesmo rio Cururu podendo se tratar de outro local.

¹⁰ Segundo relatórios e mapas das Folhas SC 21 – Juruena, Radam Brasil (1980), a referida região de “campo” trata-se da região fito-geográfica de Savana ou/e contato entre Savana e Floresta Estacional que ocorre na região. As características locais dessa aldeia, no interior do campo, longe de rios de grande porte e próximo a um pequeno córrego, são confirmadas nos relatos de outros Munduruku, o que aponta um padrão tradicional de assentamento deste grupo étnico. Tais informações devem ser inseridas em uma discussão sobre a possibilidade de os Munduruku estarem relacionados à ocupação precedente aos Kaiabi na região pesquisada.

Kaiabi, que posteriormente foram quase todos mortos por uma epidemia de sarampo, fato ocorrido no início da década de 1960.

Posteriormente ao Pesqueirão, Albertino relatou ter morado em uma aldeia próxima a uma cachoeira denominada “Pesqueirinho”, sem maiores referências à sua localização, citada apenas como a montante da aldeia anterior. Além de gateiro, Albertino também esteve envolvido com a extração de borracha e, na década de 1970/80, trabalhou na empresa mineradora que se encontrava em atividade dentro da área, quando se casou com Inês Kayabi retornando com ela para o “Pesqueirão”, onde ainda morava seu pai.

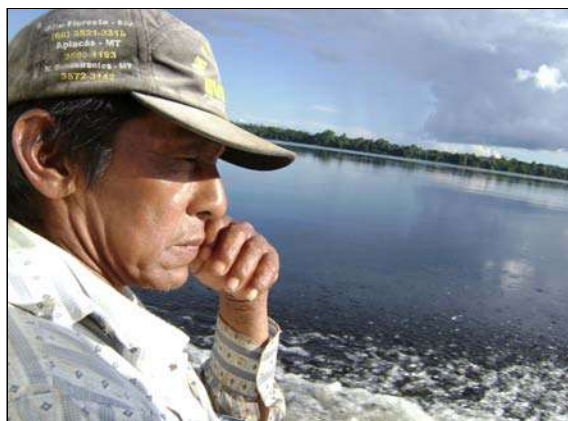


Figura 56 Albertino Munduruku (Foto Stuchi, 2009).

Passado um tempo, vieram morar junto com outros Kaiabi na antiga aldeia Saúva, localizada na margem direita do rio Teles Pires (Pará), em um trecho de corredeiras próximo à foz do rio Cururu-açu, há vinte minutos a montante da aldeia Kururuzinho (ver [Nº19] no Mapa aldeias pg. 162). Depois de um tempo, Albertino e família abandonaram esta aldeia devido a desentendimentos com um Kaiabi, sob a alegação de que Albertino, com a intenção de ocupar outra área, chamaria seus parentes Munduruku para morar com ele e causaria problemas à demarcação da área.

Em torno do final da década de 1980, de uma aldeia não informada retornam para morar junto aos Kaiabi na aldeia Kururuzinho, permanecendo nessa aldeia até o ano 2000, quando mudaram para a aldeia Laje, onde vivem até hoje, há sete anos. Na aldeia Kururuzinho sua casa (ver K-5 no Mapa Kururuzinho) é ocupada por sua filha, o genro e o neto e também utilizada para estadia temporária de sua família durante visitas, tratamento de saúde e/ou participação em reuniões.

A razão do abandono da aldeia Kururuzinho foi relacionada a busca por melhores condições de subsistência, para caça, pesca e maior proximidade de solos agricultáveis. Albertino relatou que sua intenção era ocupar o local onde se encontra atualmente a aldeia Coelho, porém foi orientado por José Kayabi¹¹ a se mudarem para onde existe a atual aldeia Laje.

¹¹ Na época desenvolvia o papel de cacique.

O histórico de ocupação do local onde essa aldeia se encontra pode ser caracterizado por um processo de reocupação, relacionado a ocupações pré-coloniais e históricas. A ocupação arqueológica foi evidenciada com a ocorrência de fragmentos de cerâmica encontrados no terreiro da aldeia (Figuras 57 e 58), associados às informações orais sobre a ocorrência de artefatos líticos.



Figuras 57 e 58 Fragmento cerâmico, Aldeia Laje (Stuchi, 2007).

Com relação às ocupações historicamente conhecidas, o local foi primeiramente ocupado por um seringueiro, cuja denominação das manchas brancas nos pés que este possuía - originou o nome de uma aldeia, bem como de toda a região onde ela se encontra “*Mysisig*”, que em Kaiabi significa “pés todos brancos”. Após a morte¹² deste seringueiro o local foi ocupado por *Morajup* Kayabi e posteriormente por *Afuku* e *Tymary*¹³ que permaneceram por apenas um ano. Albertino relatou ter encontrado ainda em pé uma das estruturas feita pelos antigos moradores, sendo esta utilizada por ele na constituição de sua cozinha (ver Figura 59).



Figura 59 Panorama da aldeia Laje (Stuchi, 2007).

¹² Segundo Atu, o seringueiro foi morto por um Kayabi, sob as ordens do chefe de posto do SPI de nome Romildo. Esta informação, correlacionada a informações de fontes históricas a serem pesquisadas, nos possibilita inferir quando tal fato aconteceu e assim o início da ocupação Kayabi nesse local.

¹³ Atualmente moram no Xingu.

Segundo uma conversa com um dos antigos moradores do local, Albertino associou seu abandono e mudança dos mesmos para o P. I. Xingu a insegurança quanto à demarcação da área e a existência insetos, como pragas na agricultura e grande quantidade de muriçocas¹⁴.

Quanto à ocorrência de material arqueológico em sua aldeia, Albertino referiu-se aos artefatos líticos polidos como “pedras véias doidas¹⁵”, que, segundo informações obtidas de sua mãe sobre a funcionalidade de um deles, seria do tipo mão de pilão. Tal informação foi confirmada por sua filha ao lembrar que o vestígio encontrado por seu pai seria semelhante a um “pilãozinho”.

Com o intuito de melhor descrever tal vestígio, Albertino cita outro artefato, o qual remete ao “antigamente”, cuja utilização se dava em conjunto com o primeiro, tratava-se de uma pedra com uma concavidade no meio, onde era colocado o coco a ser quebrado, no caso foi citado o caroço de mucajá (*Acrocomia aculeata*). Tal artefato é arqueologicamente conhecido como bigorna ou suporte. Além da mão de pilão, Sr. Albertino relata ter encontrado uma lâmina de machado, a qual inferiu a característica de possuir uma “cinturinha”¹⁶, o que seria um sulco ou garganta (Prous, 1990). Da mesma maneira que recorreu às informações obtidas de sua mãe para tratar dos artefatos acima mencionados, com relação ao machado, de utilização masculina, Albertino relatou as informações obtidas de seu pai:

“Dizendo o finado meu pai, meu pai viu, ele conta a história de que ele não corta, faz afiapa pau, mais se não era pra corta pau, só ficava fiapando até derruba (...) Uma vez tinha falado com o finado meu pai como que tinha cabo? Diz que tinha cabo né que amarra (...)” (Albertino Munduruku, 2007)

Com relação aos vestígios cerâmicos encontrados tanto na aldeia quanto em sua roça, implantada a montante da aldeia, são reconhecidos por Albertino como as “*panelas véias dos antigos*”, associadas à ocupação da região, segundo histórias contadas por seu pai. Tais histórias remetem há um tempo em que seu povo, os

¹⁴ Segundo Albertino, a ocorrência de muriçocas seria inclusive utilizada pelos antigos moradores como motivo de denominação da aldeia “*Carapanatuba*”, caso estes viesse a permanecer no local.

¹⁵ Sr. Albertino fez menção sobre a ocorrência em grande quantidade de tais vestígios assim como os cerâmicos na aldeia Samauma, onde morou.

¹⁶ Característica apontada como índice de diferenciação entre diferentes etnias, uma delas seria Munduruku.

“Munduruku”, guerreavam com outros índios que moravam nessa área, que, por conta dos conflitos faziam canoas de casca de árvore e atravessavam para o outro lado do rio (Teles Pires), sendo este o motivo do abandono e existência de muitas “*taperas véias*” na região, desde a cachoeira Rasteira (Salto 7 Quedas) até a região da antiga aldeia Tabuleiro, na foz do rio Apicás.

Albertino faz referência a ocorrência de vestígios cerâmicos na região onde nasceu (aldeia Samauma) e demonstra ter a lembrança do tempo em que sua mãe e avó produziam panelas de barro. Um dado interessante é que não só os vestígios arqueológicos foram relacionados aos antigos, mas também a ocorrência de terra preta que, segundo Albertino “*não existe à toa, mas são os lugares onde os antigos moraram*”.

5.1.2.3. Aldeia Coelho

A aldeia Coelho¹⁷ (Figura 60) encontra-se a cerca de 40 minutos a jusante da foz do rio São Benedito, em uma baixa encosta de colina suave na margem direita do rio Teles Pires, no estado do Pará (Mapa aldeias pg. 162). Vivem atualmente nessa aldeia a família extensa de Vitorino Kixi Munduruku, com o total de dezessete pessoas distribuídas em duas casas, a sua e de seu genro Murici Kayabi (ver Mapa Kururuzinho e Diagrama).



Vitorino Kixi Munduruku (76 anos) nasceu em uma aldeia Munduruku dos campos, chamada *Cururutika*, ao que parece

Figura 60 Desenho da aldeia Coelho (Josiane Kayabi, 2007).

localizada na bacia do rio Cururu (afluente da margem direita do Tapajós), em uma região que há muito tempo vem sendo ocupada pelos Munduruku. Com o falecimento de alguns de seus familiares teria abandonado essa aldeia e mudado para outra, localizada as margens do rio Cururu, de onde se mudou novamente para a Missão existente no mesmo rio. Nesse último local se casou e foi morar em outra aldeia, acompanhando a família da esposa que, ao falecer fez com que Vitorino partisse para trabalhar com os brancos em diversas atividades, como na extração de borracha, coleta de castanha, caça de animais para comércio de pele (gateiro).

Em termos cronológicos, este período é referenciado pela atuação de Chuvas, um inspetor do SPI na área, na década de 1940. Como os demais históricos registrados, foi difícil mapear os locais habitados por Vitorino nessa época, pois as atividades exercidas demandavam uma maior mobilidade. Contudo, as informações de Vitorino apontam o Posto Cururu como ponto de referência às suas perambulações.

Em um período posterior, com o casamento de uma de suas filhas com um Kaiabi, Vitorino veio a morar junto com o grupo em uma aldeia localizada em uma ilha (?), onde se casou com uma mulher Kaiabi e passou a acompanhá-los na ocupação da

¹⁷ (UTM 21 L 0493605 / 8997200)

antiga aldeia *Pirape wyi* (Nº- 48) e posteriormente a Kururuzinho¹⁸ (ver Mapa aldeias pg. 162). Nessa aldeia, Vitorino e sua família permaneceram até o ano 2000, partindo daí para a ocupação da aldeia Coelho.

Segundo Vitorino, o abandono da aldeia Kururuzinho foi motivado pela paralisação das atividades da escola, onde seus filhos teriam iniciado os estudos. Outro fator citado foi o fato de sua esposa muito apreciar comer ovos de tracajá, recurso inexistente nas proximidades da aldeia Kururuzinho, mas é encontrado em abundância na região da aldeia Coelho. Este foi motivo que orientou a escolha do local para a implantação dessa aldeia.

Com relação a esse recurso, ao pesquisar os Kaiabi do rio dos Peixes, Grünberg (2004: 94) diz que os tracajás raramente eram caçados, sendo abatidos apenas em ocasiões específicas e seus ovos considerados comestíveis, porém sem atribuir-lhes qualquer valor específico. O mesmo autor faz uma breve observação de que no Xingu, esse réptil tem sido bastante caçado pelos Kaiabi. Essa atividade também é registrada para os Kaiabi do baixo Teles Pires que, além da caça, realizam intensa coleta de seus ovos, deslocando-se de suas aldeias para as áreas de desova. A região onde se encontra a aldeia Coelho é muito visitada.

A mudança para a aldeia Coelho também teria sido motivada devido à maior quantidade de animais de caça. Segundo Murici Kayabi (genro de Vitorino), enquanto na aldeia Kururuzinho são necessários deslocamentos de longa distância para realizar tal atividade, na aldeia Coelho isso é feito nas proximidades da aldeia.

A ausência de áreas propícias à atividade agrícola nas proximidades da aldeia Kururuzinho também foi citada como um motivo de abandono, enquanto na aldeia Coelho e áreas próximas foram indicadas como de ocorrência de *Ywi'on* (terra preta), indispensável à produção de determinados gêneros agrícolas.

¹⁸ Vitorino e seu genro Murici ainda mantêm suas casas na aldeia Kururuzinho (ver K15 e K16 no Mapa), tendo a mesma função da habitação da família de Fernando Apiaká.

Quanto ao histórico de sua ocupação, a aldeia Coelho configura-se como uma reocupação de um sítio arqueológico, o que é atestado pela ocorrência de fragmentos cerâmicos esparsamente distribuídos em superfície, sendo registrados desde o entorno da primeira casa, até o fim do terreiro alongado existente nessa aldeia. Tais vestígios também foram encontrados em sub-superfície, a cerca de 20 centímetros de profundidade no perfil de uma vala destinada ao depósito de lixo. Para além do terreiro, as ocorrências aumentam em quantidade na área da roça, localizada a menos de 100 metros das unidades domésticas (ver Figuras 61 a 67).



Em termos de ocupação histórica, Vitorino demonstrou só ter conhecido o local enquanto “garimpo São Benedito”, onde existiam uma cantina e uma pista de pouso. Segundo ele, muitos garimpeiros mortos em decorrência de constantes brigas têm seus cadáveres enterrados na aldeia, fato que parece não o perturbar. Logo na entrada da aldeia é possível observar as sucatas de uma antiga balsa de garimpo, na porção posterior do terreiro encontramos uma área de descarte de garrafas de vidro (Figuras 68 e 69). Antes de sua ocupação por garimpeiros, o local já havia sido utilizado como roça pelos Kaiabi que moravam em antigas aldeias nas proximidades.



Figura 68 Panorâmica da aldeia Coelho, ao lado esquerdo destroços de uma balsa utilizada no garimpo de ouro (Stuchi, 2007).



Figura 69 Área de descarte de garrafas, localizada nos fundos da aldeia Coelho (Stuchi, 2007).

Segundo Vitorino, os vestígios cerâmicos encontrados pertenceram aos índios que primeiro ocuparam a região, enquanto as terras pretas seriam as áreas de suas aldeias. Com relação à associação dos vestígios arqueológicos a algum grupo étnico em específico, as informações obtidas de Vitorino se mostram muito promissoras, pois se constituem de histórias contadas por seu avô, passíveis de serem analisadas a partir dos bibliográficos sobre a história indígena regional. Contudo devem ser analisadas mais aprofundadamente.

Como Albertino Munduruku, os relatos de Vitorino inserem os índios com que relaciona os vestígios arqueológicos em um processo de abandono e migração da área, resultante dos conflitos supostamente deflagrados pelos Munduruku.

5.1.2.4. Aldeia Minhocuçu

A aldeia Minhocuçu¹⁹ encontra-se na margem direita do rio Teles Pires, no estado do Pará, 10 minutos a jusante da aldeia Kururuzinho (Figura 70 e Mapa aldeias pg. 162). Vivem atualmente nessa aldeia a família extensa de Fernando Apiaká, com o total de 14 pessoas (ver Diagrama).

Fernando Paleci Apiaká (67 anos), filho de pais Apiaká, nasceu em 1940, em uma aldeia chamada *Ipauí*, localizada no estado do Mato Grosso, em um afluente do rio São Tomé, tributário maior do Juruena. É interessante citar que, o local de implantação dessa aldeia foi apontado por Fernando Apiaká como exemplo de



Figura 70 Desenho da aldeia Minhocuçu (Josiane Kayabi. 2007)

localização tradicional de aldeias dos Apiaká: “*estão na cabeceira do grotão, igarapézinho pequenininho nas cabeceiras, no centro da mata, não em rios grandes*”.

O abandono dessa aldeia por parte de Fernando teria se dado em sua adolescência, em decorrência da busca por trabalho, na extração de seringa, indo morar na região do rio Juruena e posteriormente no rio Cururu.

Após a morte de seus pais, teria morado no Posto Teles Pires. Este período foi caracterizado pela presença de muitos Kaiabi vivendo na região, sendo citada a presença de anciãos Kaiabi pertencentes à primeira geração a ocupar área, antes da remoção para o Xingu. Fernando cita a existência das aldeias Kaiabi denominadas *Ypia* (Nº- 15), *Pirape wyi* (Nº- 48), *Taitetu* (Nº- 1) e *Tabuleiro* (Nº- 23)²⁰ (ver Mapa aldeias pg. 162).

No Posto Teles Pires, Fernando casou com Rosa Kayabi e posteriormente foram morar com seu sogro *Kawaip* Kayabi (Joaquim) na antiga aldeia do Tabuleiro, onde citou ter “morado de verdade”, referindo-se a uma permanência mais prolongada de

¹⁹ (UTM 21L 0459295 / 9018604)

²⁰ Informações sobre outras necessitam de melhores análises, contudo, as aldeias citadas *Ypia* (Nº- 15), *Pirape wyi* (Nº- 48), *Tabuleiro* (Nº- 23) e *Taitetu* (Nº- 1) teriam sido respectivamente ocupadas pelas famílias dos Kaiabi Xupe, Manoel (Maneco), Kupekain e Kawaip (Joaquim).

alguns anos, em comparação a mobilidade relacionada à atividade de extração de seringa em que esteve envolvido. Do Tabuleiro mudaram para o outro lado do rio, onde permaneceram por três anos, em uma aldeia denominada pelos Kaiabi de “*Akaiuip Tapere*”²¹, significado relacionado a cajueiros que antigamente tinham sido plantados por seringueiros. Dessa aldeia mudaram para um local denominado Bonfim, próximo da cachoeira dos Macacos no rio Teles Pires, a montante da foz do rio Apiacás (fora dos limites T. I.). Neste local permaneceram por um ano, depois foram levados para o Xingu.

Em seus relatos orais, Fernando Apiaká (Figura 71) confirma as informações apresentadas por Mendonça (1994), quanto ao seu retorno e de sua família do Xingu para o baixo Teles Pires, cuja viagem empreendida a pé e de canoa teria durado oito meses. Ao chegarem teriam implantado uma aldeia quase em frente à atual aldeia Coelho, na margem oposta do rio Teles Pires (ver [nº-43] no Mapa aldeias pg. 162). O local foi escolhido devido à existência de “terra preta”, e seus relatos indicaram a ocorrência de muitas “panelas véias”. Contudo, essa aldeia logo teria sido abandonada em decorrência de sua inundação, pois segundo Fernando, ele não teria analisado bem o local de implantação da casa.



Figura 71 Fernando Paleci Apiaká (Foto Stuchi, 2007).

Depois dessa aldeia, teriam ocupado dois outros locais, um à jusante das corredeiras conhecidas como “Rasteira” e perto do Posto Teles Pires²². O abandono da última ocupação foi relacionado à escassez de recursos de coleta e aos freqüentes ataques de formigas cortadeiras em sua roça e os transtornos devido a morte dos pais de sua esposa. O abandono foi seguido da implantação de uma aldeia na região denominada Pacu²³ (ver aldeia *Ywantã* [Nº- 5] no Cap. anterior), onde as informações orais quanto a existência de terra preta associada às “panelas véias” são posteriormente constatadas pela pesquisa arqueológica.

Passados aproximadamente dez anos, a lembrança do filho falecido, a grande quantidade de insetos como pernilongos e abelhas, e a existência de muitas onças

²¹ Não consta em Mendonça (1994).

²² A localização destas aldeias se mostrou imprecisa.

²³ Região assim denominada devido a ocorrência em grande quantidade de peixes dessa espécie.

entorno desta aldeia, os teriam motivado a abandoná-la e se mudarem para a aldeia Kururuzinho, para morar junto aos demais Kaiabi da área.

Na aldeia Kururuzinho, Fernando Apiaká e sua família permaneceram até o ano de 2002, quando resolveram mudar para o local da aldeia Minhocuçu. A mudança se deu por conta de problemas com os bois que estavam sendo criados na aldeia que, por terem sido adequadamente confinados, estariam invadindo as roças locais. Outro motivo citado foi o descontentamento com as freqüentes “fofocas” que, segundo alguns de nossos interlocutores são inerentes das aldeias maiores. Na aldeia Kururuzinho, essa questão social se mostra mais intensa, pois as circunstâncias históricas resultaram na reunião de diversas famílias sem relações de parentesco diretas.

O local destinado a aldeia Minhocuçu teria sido escolhido com base no conhecimento prévio da área, citada como uma capoeira associada à utilização no passado como roça dos Kaiabi de duas aldeias próximas (ver N^o-9 e N^o- 12 no Mapa). Associada a capoeira, Fernando relata ter encontrado “terra preta”, boa para o plantio.

Uma vez feito o reconhecimento do local, o processo de ocupação teve início com a implantação de roças por dois anos consecutivos, cujos resultados incentivaram sua ocupação em definitivo. Na aldeia Kururuzinho, Fernando e sua família ainda possuem a casa antes ocupada (ver K-14 no Mapa de Kururuzinho), servindo-lhes para estadias temporárias em visitas, reuniões e tratamentos de saúde.

Além de uma antiga roça, a aldeia Minhocuçu é a reocupação de um assentamento pré-colonial. Encontramos fragmentos cerâmicos na superfície do espaço doméstico, nas áreas de descarte no limite do terreiro e na roça mais próxima. Uma parte dos fragmentos foi varrida pelas atuais ocupantes (Figuras 72 a 77). Como nas outras aldeias, por ser época da queimada, observei que os vestígios arqueológicos na superfície dos roçados foram camuflados pelas cinzas. Os vestígios cerâmicos encontrados nesta aldeia e nas demais ocupadas por Fernando Apiaká, foram reconhecidos como “pedaços de panela dos antigos”, automaticamente associados à terra preta, percebidos como resultado de uma ocupação antiga.

“Aquilo ali era panela dos antigamente, aí ele quebra né aí joga fora, dizia o pessoal que a terra cresce né aí joga ali, aí fica lá, aí a terra cobre por cima, diz que fica lá dentro né, fica lá enfiado, aqui também tem muito aqui, terra preta, eu acho que é lugar de antigamente né, que vira terra preta né” (Fernando Paleci Apiaká, 2007)



Figuras 72 a 77 Fragmentos de cerâmica encontrados na aldeia Minhocuçu (Stucki, 2007).

Fernando Apiaká diz não saber quem eram os antigos detentores dos vestígios arqueológicos encontrados. Contudo, cita-os como anteriores aos Kaiabi, entendendo que estes últimos, ao chegarem, teriam ocupado os locais onde os vestígios arqueológicos estão associados às terras pretas.

“(...) eu não sei quem faz isso, eu sou antigo né, mais eu tô entendendo que lá pra nós lá tem umas quatro aldeia véia, mais nossa né, aí vira a terra preta, aquele lugar eu acho que assim memo nessa região que fica aqui desse que moraro antigamente, morrerou ou foro embora, aí fica aquele lugar né aí vira terra preta. É antes de Kaiabi chega, aí os Kaiabi chegaro mora ali tamem né daí a gente vê quando queima a roça a gente vê aqueles panela véia, quando cava acha, eu num sei quem morô aqui antigamente não, talvez é outros índio antigamente né, eu acho que é”.
(Fernando Paleci Apiaká, 2007)

A não associação dos vestígios arqueológicos a qualquer grupo étnico feita por nosso interlocutor baseia-se no fato de seu desconhecimento quanto à presença de outros grupos na região em um período anterior aos Kaiabi. Ele descartou a associação do material com os Munduruku ou Apiaká, cuja presença na área se fazia apenas como perambulações destinadas a caça e coleta, desconhecendo a existência de aldeias.

5.1.2.5. Aldeia Dinossauro

A aldeia Dinossauro²⁴ encontra-se implantada em um terraço fluvial na margem esquerda do rio Teles Pires, no estado do Mato Grosso, há 10 minutos a montante da aldeia Kururuzinho (Figura 78 e Mapa aldeias pg. 162). Trata-se de uma aldeia em vias de ocupação, cujos responsáveis são os membros da família extensa de José Kayabi, composta por um total de 17 pessoas²⁵ (ver Mapa e Diagrama).

José Kayabi (44 anos), ex-cacique do grupo, foi citado por Mendonça (1994: 130) como um dos líderes mais influentes e com melhor domínio da língua



Figura 78 Desenho da aldeia Dinossauro (Josiane Kayabi. 2007)

portuguesa, características que pude comprovar tanto no histórico de nossa convivência, como também em suas participações em reuniões e decisões importantes na comunidade.

José nasceu em 1963, na antiga aldeia *Opevu* (Nº- 9), localizada em uma ilha quase em frente à aldeia Kururuzinho. José relata ter sido deixado por sua mãe com seis meses de idade, sendo então adotado por seu tio Chico Kupeywy, com quem morou na aldeia *Itaipawuk* (Nº- 18) ²⁶, localizada na margem direita do rio Cururu-açu ou Kururuzinho, distante 15 minutos a partir de sua foz (ver Mapa). Não foi possível estabelecer quando se deu o início da ocupação desta aldeia, pois esta já poderia existir antes da chegada de José. Contudo, ele teria vivido nessa aldeia até os 15 anos de idade, aproximadamente. Essa aldeia foi abandonada devido ao fato de seu acesso de canoa ser dificultado por fortes corredeiras em suas proximidades, e pelos pedidos da FUNAI para que os Kaiabi morassem mais próximo do futuro posto indígena. José e sua família vieram a morar na antiga aldeia Saúva (Nº- 19). Após cinco anos esta aldeia é

²⁴ A aldeia tem o nome “Dinossauro” devido ao fato de que no período do garimpo foram encontrados fósseis de megafauna, que foram associados a dinossauros. (UTM 21L 0465445 / 9014746)

²⁵ A variação do número de pessoas na aldeia está relacionada ao fato de as filhas casadas permanecerem tanto nessa aldeia como na casa que pertence a família na aldeia Kururuzinho.

²⁶ Segundo José, a aldeia teria sido composta de duas casas pequenas feitas de palha, onde viviam sete pessoas.

abandonada em decorrência a grande quantidade dos insetos, justificativa de sua denominação. O abandono é seguido da migração para a aldeia Kururuzinho, onde na época havia sido implantado o posto Kaiabi.

Atualmente, José e sua família estão envolvidos no processo de ocupação da aldeia Dinossauro, iniciada com a implantação de uma roça em 2002. Contudo, este processo começou antes, com a escolha do local. Segundo José, a escolha foi orientada com base no conhecimento prévio do local como uma antiga aldeia Kaiabi, ocupada por seu avô Kupekain²⁷. Outro fator foi o reconhecimento de terra preta (*ywi'on*) no local, propícia ao desenvolvimento da atividade agrícola:

“Tem que escolhe o lugar conforme que nem eu falei né, por que na aldeia Kururuzinho, por exemplo, a gente planta banana, milho, batata, amendoim, aqui não dá, então a gente escolhe um lugar aonde é terra preta, igual aqui, por que planta aí, rapais não precisa nem adubo, só mesmo aí se plantando aí, rapais, milho demais. Então é assim que a gente vai escolhe o lugar, devido de dá bastante fruta né.”

Após a primeira roça, José relatou ter feito outra no ano de 2006, quando também plantou algumas espécies frutíferas (caju, ingá, mamão e outras, a saber) nas proximidades do local onde supostamente existia uma estrutura de habitação provisória, pois a casa foi feita no início de 2007 (Figura 79), quando se deu o processo de implantação de uma terceira roça, ampliação das anteriores.

Desde o início desse processo José e sua família encontram em trânsito, ora aldeia Kururuzinho, ora envolvidos com a nova onde a frequência de visitas tempo de permanência aumenta nos períodos de



Figura 79 Casa da família de José Kayabi na aldeia Dinossauro (Stuchi, 2007).

²⁷ Como já fora dito Kupekain Kayabi fez parte do grupo que, em 1970, foi transferido para o Parque Indígena do Xingu, onde recentemente veio a falecer.

Segundo José, a implantação da aldeia Dinossauro foi motivada pelos seguintes fatores: 1) O aumento de sua família; 2) A disponibilidade de locais propícios à implantação de novas aldeias; 3) à necessidade de se ocupar a área, principalmente o lado mato-grossense do território, ainda não demarcado; e 4) A produtividade agrícola relacionada ao tipo de solo (terra preta).

A ocorrência de terra preta, muito provavelmente, deve ter sido também o atrativo dos Kaiabi que antecederam José. Associado a terra preta encontramos grande quantidade de fragmentos cerâmicos em superfície amplamente distribuídos pela aldeia, o que atesta a ocupação pretérita aos primeiros Kaiabi a ocupar o local. Tais vestígios arqueológicos foram apontados por José como pertencentes a “gente véia”, não se tratando dos Kaiabi.

Além dos vestígios arqueológicos, a vegetação de capoeira (*Kofet*) no entorno da aldeia foi apontada como indicador de sua ocupação mais antiga. Como componente da capoeira, a ocorrência de palmeiras Inajá (*Maximiliana maripa*)²⁸ em grande quantidade nas bordas da mata no entorno da aldeia, assim como suas sementes dispersas por toda área e várias rebrotas na área das primeiras roças (Figura 80), foi indicado por José como correlato da ocupação pretérita.



No início do processo de implantação da aldeia, José citou ter encontrado a presença de mangueira e bananeiras, sendo as últimas utilizadas como fonte de mudas às cultivadas por ele atualmente. Ambas as espécies vegetais citadas podem ser associadas, com mais precisão, a uma ocupação histórica mais recente.

²⁸ No início de 2007 quando parte da área não havia sido derrubada e queimada para a roça, era possível visualizar a predominância de tais palmeiras. Segundo Lorenzi (2002), apesar de ser uma planta heliófita ou de luz difusa, característica da mata alta ou de terra firme em solos arenos-argilosos, é nas áreas de vegetação aberta secundária que sua frequência é maior. Apresenta hábitos pioneiros, uma vez que após as derrubadas e queimadas rebrota com vigor, ou germinam as sementes, amplamente disseminadas por roedores.

5.1.2.6. Aldeias Ximari e Cachoeirinha

O rio Ximari é um afluente da margem esquerda do rio Teles Pires que, após percorrer território mato-grossense, desemboca no Teles Pires, na região onde se encontra uma grande ilha denominada “Guandu”. Neste rio estão implantadas duas novas aldeias. A primeira denominada Ximari²⁹ (ver Mapa), está mais distante de sua foz, implantada sobre um terraço fluvial em sua margem esquerda (Figuras 81 e 82).



Figura 81 Desenho da aldeia Ximari (Josiane Kayabi. 2007)



Figura 82 Aldeia Ximari e sua roça próxima (Stuchi, 2007).

²⁹ (UTM 21L 0483972 / 8996992)

A outra aldeia, denominada Cachoeirinha³⁰ (ver Mapa), estava sendo implantada no período da pesquisa, a 30 minutos à jusante da aldeia Ximari, na margem direita do Ximari (Figura 83).

Os responsáveis por estas aldeias são a família de Valdir Kayabi, o genro e o pai de Valdir, Sr. André Kayabi (falescido), compondo o total de 12 pessoas (ver Diagrama). Todos ainda mantêm suas casas na aldeia Kururuzinho (ver k-13 e K-12 no Mapa), as quais são ocupadas em períodos intercalados com as permanências nas novas aldeias para o cultivo de suas roças.



Figura 83 Aldeia Cachoeirinha em processo de implantação (Stuchi, 2007).

Segundo Valdir, o motivo da implantação dessas aldeias no rio Ximari está relacionado à necessidade da ocupação e fiscalização dessa porção da Terra Indígena, localizada no estado de Mato Grosso. Esta porção da área concentra grande número de invasões por grileiros, posseiros, madeireiros e disputa com latifundiários da região. Associada a localização estratégica, a escolha dos locais se deu através do reconhecimento de indícios de ocupação, sendo citada a existência de mangueiras.

Na aldeia Ximari, além da mangueira existem outros correlatos de ocupação como, por exemplo, pés de laranjeira que foram evidenciados no momento da implantação de uma roça. Ao realizarmos um caminhar pela aldeia encontramos também fragmentos de louça, um cano de espingarda, um par de panelas e uma lâmina de machado de metal (Figuras 84 a 86). Na aldeia Cachoeirinha, além de mangueiras também foi citada a existência de limoeiros, próximo destes foram encontrados vestígios de bens industrializados como vidro (fragmentos e uma garrafa) e uma máquina de costura (Figuras 87 a 92).

Valdir acredita que os vestígios encontrados em ambas as áreas no rio Ximari teriam pertencido a seringueiros, contudo, interlocutores mais idosos associaram os vestígios aos Kaiabi, apontando que estes seriam objetos de troca nas relações estabelecidas com os não-índios.

³⁰ (UTM 21L 0484324 / 9001102)

vestígios aos Kaiabi, apontando que estes seriam objetos de troca nas relações estabelecidas com os não-índios.



Figuras 87 a 92 Vestígios encontrados na aldeia Ximari (Stuchi, 2007)



Figuras 84 a 86 Vestígios encontrados na em Cachoeirinha (Stuchi, 2007)-.

Uma visita posterior, destinada a localização de antigas aldeias, permitiu caracterizar a aldeia Cachoeirinha como uma reocupação de um sítio arqueológico evidenciado por fragmentos cerâmicos associados à terra preta (Figura 93). Também foi registrada uma grande quantidade de palmeiras de babaçu, estas forneceram a palha para a cobertura da casa na aldeia (Figura 94).



Figura 94 Feches de folhas jovens de Babaçu retiradas para cobrir a casa na Aldeia Cachoeirinha (Foto: Stuchi, 2007)



Figura 93 Atu Kayabi com fragmentos cerâmicos encontrados junto à terra preta (Foto: Stuchi, 2008).

O processo atual de ocupação dessas aldeias teve início no ano de 2006, com a implantação na aldeia Ximari de uma roça de mandioca no período da estiagem. Segundo Valdir, a mandioca foi plantada devido às características do solo, denominado de *ywi'piran* (terra vermelha).

Na estiagem do ano seguinte, as dificuldades encontradas em transpor um trecho raso de corredeiras teriam incentivado Valdir e sua família a iniciarem a implantação da aldeia Cachoeirinha, cuja denominação esta associada às citadas corredeiras. Assim como em Ximari, a ocupação de Cachoeirinha teve início com o preparo do terreno e introdução de uma roça de mandioca. Diferente do que se observou em Dinossauro, em ambas as aldeias do rio Ximari as casas foram construídas concomitantemente aos trabalhos de roça, o que podemos supor a distância de ambas em relação à aldeia Kururuzinho e a necessidade de se mostrar presente frente às disputas por terra no local.

5.1.2.7. Aldeia São Benedito

A aldeia São Benedito³¹ encontra-se na margem direita do rio São Benedito, no estado do Mato Grosso, cinco minutos a jusante do Porto do Meio³², acesso por terra a T. I. Kaiabi (Figura 95 e 96 ver Mapa). Constituída de três unidades habitacionais, a aldeia é ocupada pela família extensa de Kuroné Kayabi, com um total de 17 pessoas (ver diagrama)³³.

Todas as famílias nucleares citadas, constituintes desta família extensa ainda possuem casas na aldeia Kururuzinho, as quais são utilizadas durante as freqüentes reuniões, visitas e atendimentos médicos.



Figura 95 Desenho da aldeia São Benedito (Josiane Kayabi. 2007).



Figura 96 Aldeia São Benedito (da direita para a esquerda temos as casas de Kuroné e Eroit, Myau e a de Pedrinho) (Stuchi 2007).

³¹ (UTM 21L 0504792 / 8993482)

³² Porto do Meio (UTM 21L 0506612 8993025)

³³ Ver no Mapa a localização das casas (k10 e k11) ainda utilizadas pelos mesmos na aldeia Kururuzinho.

As informações sobre essa aldeia foram obtidas de *Eroit* (40 anos), Kaiabi xinguanu filho de *Massya*, um ancião Kaiabi do baixo Teles Pires realocado no P. I. Xingu, onde vive até hoje. *Eroit* chegou ao baixo Teles Pires em 1987, vindo a morar na aldeia Kururuzinho até Junho de 2007. Posteriormente, junto à família de seu sogro iniciou a implantação e ocupação da aldeia S.Benedito.

Os motivos citados para a implantação desta nova aldeia são relacionados a um conjunto de fatores, dos quais podemos destacar a necessidade de ocupar outros locais da Terra Indígena, como medida para descentralizar a ocupação da aldeia Kururuzinho e justificar a demarcação da área. Isso, de certa forma, pode ser observado pelo local escolhido para a implantação da nova aldeia, um ponto favorável à fiscalização da área devido à proximidade do Porto do Meio e área de divisa da porção sul/sudeste da T. I. O local também foi citado como estratégico para dar apoio aos Kaiabi em suas idas e vindas até a cidade de Alta Floresta.

Associada aos fatores supracitados, *Eroit* destaca que a escolha do local deve-se também ao fato de se tratar de uma região boa para caça, pesca e coleta de castanhas (*Bertholletia excelsa*). Esse último recurso pode ser encontrado a menos de quinhentos metros da aldeia, no interior da mata. Além das características acima, também foram citadas a existência de duas áreas de capoeira nas proximidades da aldeia, onde, segundo *Eroit*, serão implantadas roças. Tais áreas, segundo ele, não existem mais na região da aldeia Kururuzinho.

A primeira área de capoeira (C1)³⁴ (ver Mapa) esta localizada cinco minutos à jusante da aldeia, à margem de um pequeno lago de águas transparentes conectado ao rio S.Benedito por um curto e estreito curso d'água. O lago foi citado como ponto de coleta de traçajá. A segunda capoeira (C2)³⁵ (ver Mapa) encontra-se 10 minutos à montante da aldeia, na margem direita do rio S.Benedito.

Ambas as áreas foram identificadas por *Eroit* como *kofet*. Nestas capoeiras eles realizaram a coleta da palha do Inajá, utilizada para a cobertura das casas na aldeia, fato evidenciado pela presença de várias destas palmeiras derrubadas. Tal sistema de obtenção das folhas também foi observado por Athayde (2000) no Xingu³⁶. Além do

³⁴ UTM 21 L (0503406 8992451)

³⁵ UTM 21 L (0507257 8994374)

³⁶ No sistema de extração e manejo do inajá, efetuado pelos Kaiabi para a cobertura do telhado das casas, as árvores são derrubadas para a obtenção das folhas, sendo necessários cerca de setenta indivíduos para cobrir um telhado, que dura em média cinco anos. Apesar da espécie apresentar populações relativamente densas em locais de solo s antropogênicos, questiona-se a sustentabilidade deste tipo de atividade a médio e longo prazo. Anderson (1977) destaca que uma super exploração de espécies de palmeiras para a obtenção de palha, através da derrubada dos indivíduos, pode ocasionar uma diminuição de suas

Inajá, também foram registradas nas duas áreas a presença de árvores de jatobá³⁷ *Hymenaea oblongifolia* (*juta'yp*), das quais os frutos já caídos foram coletados no momento da visita.

Outra característica semelhante observada em ambas as áreas foi à presença de um solo identificado como terra preta onde, apenas na segunda área foi observada a ocorrência de fragmentos cerâmicos. Esta segunda área de capoeira foi caracterizada por Eroit como de grande extensão, sendo também interpretada como o correlato de uma antiga aldeia e roça de grandes dimensões, porém não sendo associada aos Kaiabi.

Em um primeiro momento a aldeia S. Benedito havia sido caracterizada como uma ocupação pioneira Kaiabi. Tal proposição apóia-se nos seguintes fatores: 1) os relatos orais não identificam o local como antiga ocupação Kaiabi ou de grupos mais antigos; 2) não haviam sido observados vestígios arqueológicos, por melhor condição de visualização em que se encontrava o terreno; 3) quanto à vegetação ocorrente - embora não tenha sido obtida sua classificação Kaiabi - esta não foi reconhecida como capoeira, cujo grande porte das árvores derrubadas ainda presentes em meio à aldeia traz maiores semelhanças com uma área de Ka'a rete; 4) por fim, associado a essa vegetação, temos a presença de um solo reconhecido como terra vermelha, ou *ywi'pytan* (Figuras 97).



Figura 97 Solo de “terra vermelha” ou *ywi'pytan* segundo Kuroné Kayabi (aldeia S. Benedito) (Stuchi, 2007).

Apesar de estas características indicarem a área como de ocupação exclusiva dos Kaiabi, em uma visita posterior obtivemos dados que permitem considerar a aldeia S. Benedito como a reocupação de um sítio arqueológico que diferente dos outros não está associado à terra preta.

A ocupação pretérita aos Kaiabi foi atestada com a ocorrência de vestígios arqueológicos cerâmicos e líticos encontrados em sub-superfície, com a abertura de um

populações naturais, conforme observou entre os Yanomami Xiriana-teri.

Schmidt (2003:80) cita o Jatobá como o dono da formação denominada *Ka*, que apresenta grandes dimensões, dominando a formação (*). Sua casca é utilizada para a construção de canoas. (*) O termo “*dona*” define algum recurso, entidade ou características da formação. Pode estar relacionado com a dominância de uma espécie arbórea, a densidade de alguma espécie vegetal, mamíferos associados com esta fisionomia, espíritos, pessoas (Silva & Athayde, com. Pess. 1997).

³⁷

buraco destinado a fossa. Posteriormente foram encontrados vestígios também em superfície (Figura 98).

Os ocupantes da aldeia São Benetido também cultivam uma roça na localidade ora denominada como acampamento São Benedito, o que está relacionado à presença de terra preta.



Figura 98 Kuroné Kayabi demonstrando os fragmentos cerâmicos encontrados na escavação da fossa. (Foto: Stuchi, 2008).

5.1.2.8. Acampamento São Benedito

O acampamento São Benedito³⁸ encontra-se na margem direita do rio São Benedito, no estado do Pará, 30 minutos a jusante da aldeia São Benedito (Figura 99 e Mapa). Em setembro de 2007, encontramos o acampamento em estado de abandono temporário (Figura 100), porém sua área de roça já tinha sido queimada pelos moradores da aldeia São Benedito para a implantação de uma roça nova.

A visita a este local foi guiada por Eroit, que informou sobre a intenção de se retomar a utilização da casa em um futuro próximo, quando estiverem concluídas as tarefas imediatas relacionadas à implantação da nova aldeia São Benedito.

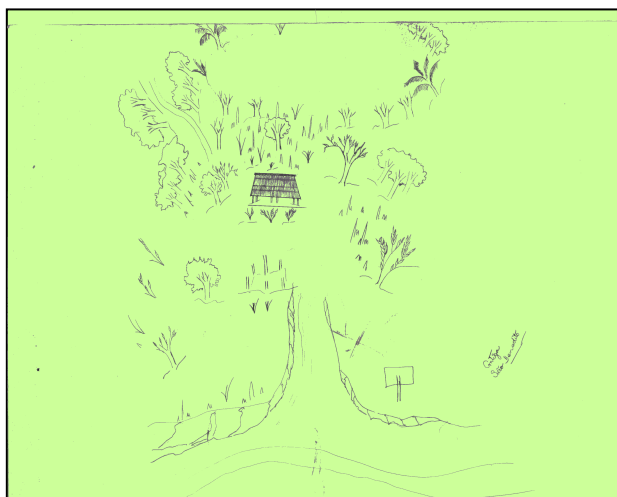


Figura 99 Desenho do acampamento S. Benedito (Josiane Kayabi, 2007).



Figura 100 Interior do acampamento S. Benedito em estado de abandono temporário (Stuchi, 2007).

O histórico de ocupação do local onde se encontra o acampamento é caracterizado por um processo de reocupação, relacionado a ocupações pré-coloniais e históricas. A ocupação arqueológica está relacionada às informações de Kuroné e Eroit sobre a existência de “machados e pedaços de panela véia”, evidenciados durante a pesquisa de campo. Na ocasião, pudemos registrar uma lâmina de machado fragmentada e uma pré-forma do mesmo tipo de artefato (Figuras 101 e 102), ambas encontradas no piso da estrutura habitacional que, suponho terem sido coletadas em algum ponto próximo do acampamento e transportados para lá.

³⁸ (UTM 21 L 0497136 / 8992486)

Com relação aos vestígios cerâmicos, foram evidenciadas duas ocorrências de fragmentos em superfície no interior da habitação, outras ocorrências no caminho da casa até a área de roça (aproximadamente 25 metros de extensão) e na própria área de roça onde, embora as cinzas decorrentes da queimada tenham dificultado a visualização, foram encontrados fragmentos cerâmicos ampla e esparsamente dispersos em superfície por toda área (ver Figuras 103 - 105). Uma maior concentração foi evidenciada em uma faixa contínua nos limites da roça com a vegetação existente entre esta e a casa. Além do material em superfície, também foi possível evidenciar material em sub-superfície em um buraco resultante da queda de uma árvore, o que expôs fragmentos de cerâmica a 30 cm de profundidade aproximadamente (Figura 106).

Em termos de ocupação historicamente conhecida, Eroit relata que o local já foi “moradia” Kaiabi por três vezes, a primeira ocupação foi relacionada à família de *Arumany* Kaybi e segundo informações obtidas de seu pai, tratava-se de uma aldeia grande. A segunda ocupação aconteceu no ano de 1988 e foi feita por Afã Kayabi, mais conhecido como “Bili Gancho”, que teria permanecido no local até 1991, abandonando-o para ir morar em Juara-MT, onde existe outra T. I. Kaiabi. A última ocupação foi feita por Kuroné e Ryip, antes de se mudarem para a aldeia Kururuzinho.

Segundo Eroit, a escolha do local está relacionada ao fato de já ter sido ocupado por Kaiabi no passado e pela boa qualidade do solo. As informações orais obtidas permitem inferir também que a existência da estrutura habitacional, possibilita não só a permanência temporária durante as atividades de roça, mas também durante a exploração de recursos que são escassos, no inverno, na região do Teles Pires como, por exemplo, a pesca, mais abundante no rio S. Benedito. Acredito que esse fator também possa ter influenciado na escolha deste local para a implantação da roça e venha a servir como acampamento.



Figuras 101 – 106 Frag Cerâmica e Lâmina de machado fragmentada e pré forma de machado, encontrados no piso do acampamento S. Benedito (Stuchi, 2007).

Os vestígios cerâmicos encontrados foram associados por Eroit à primeira ocupação da área pelos Kaiabi. Quanto aos vestígios líticos, além de terem sido associados à referida ocupação Kaiabi, obtive interessantes informações sobre sua reutilização. Segundo as informações orais obtidas, as lâminas são reutilizadas para fins terapêuticos como: acalmar a pessoa que se encontra fatigada, colocando-se a lâmina sobre o peito da pessoa quando deitada na rede (Figuras 107 e 108), para acalmar uma criança que está muito agitada, coloca-se a lâmina sobre o peito do pé; e como ferramentas, utilizadas para quebrar cocos e sementes.

Nesse sentido, chamaram a atenção dois artefatos líticos que estavam sob uma tora em uma área de atividade próxima do porto (Figura 109), na aldeia São Benedito. Ambos fazem lembrar pré-formas de distintos tipos de machado e apresentavam sinais de uso. Questionados sobre a utilização dos mesmos, fui informado de que serviam para quebrar cocos e sementes e para lixar e dar brilho as contas dos colares feitos de coco de Tucum e Inajá.



Figuras 107 e 108 *Lâminas de machado encontradas no acampamento S. Benedito e sua utilização "terapêutica" atual. 109* *Artefatos líticos utilizados para quebrar cocos, sementes e para lixar e dar brilho a artesanatos feitos com coco (aldeia S. Benedito) (Stuchli, 2007).*

5.1.2.9. Aldeia Tukumã

A aldeia Tukumã³⁹ encontra-se na margem direita do rio Teles Pires, no estado do Pará, uma hora de barco a montante da aldeia Kururuzinho (Figura e Mapa). Vivem atualmente nessa aldeia a família extensa do Kaiabi *Meaw teé*, com o total de 20 pessoas (ver Diagrama). *Meaw teé* mais conhecido como Pará, hoje com aproximadamente 45 anos, nasceu em uma aldeia chamada “*ypoown*”, localizada na ponta de uma ilha à jusante da aldeia Kururuzinho. Pará relata ter morado nessa aldeia durante o período das sucessivas mortes de seu pai legítimo, de seu segundo pai e de seu tio, mudando em seguida com sua mãe e irmãos para uma aldeia localizada na ponta de outra ilha, quase em frente à aldeia Kururuzinho (ao que parece a mesma aldeia na qual José informou ter nascido). O abandono desta aldeia está relacionado ao falecimento de sua mãe, que foi enterrada na aldeia em que moraram anteriormente - onde já estavam enterrados seus dois pais e o tio. Pará relata ter morado com seu irmão até completar nove anos de idade e ser adotado por um branco, com quem viveu seis anos fora da área. Com quinze anos retornou a região trabalhando como gateiro até ser “tomado” do branco por seu irmão. Nessa época, já casado, relata ter passado um curto período de tempo na área, dividido entre perambulações e uma estadia de um ano na aldeia de seu irmão, localizada no rio Cururuzinho.

Nessa época, as transferências dos Kaiabi para o Parque Indígena do Xingu já haviam acontecido, quando *Kupekain* Kayabi, vindo do Xingu em visita aos parentes do baixo Teles Pires, teria trazido notícias de que existiam muitos parentes morando no Xingu. Tal notícia, segundo Pará, implicou na iniciativa da migração, em 1982, de um grupo de Kaiabi do baixo Teles Pires para o Xingu, o qual ele e sua esposa fizeram parte.

Após 25 anos, Pará retornou com sua família para o baixo Teles Pires, o que, segundo ele, se deve a dois motivos: 1) O convite de membros da comunidade desta área, pois o reconhecem como originário dessa área que pode auxiliar na ocupação da mesma, em vista de suas grandes dimensões; 2) Devido à existência no baixo Teles Pires de recursos vegetais para a coleta que no Xingu não são encontrados ou estão escassos.

³⁹ (UTM 21 L 0477694 / 9014728)

O retorno de Pará e sua família foi marcado com uma visita no começo do ano de 2007, destinada à discussão com a comunidade e a escolha do local onde seria implantada sua aldeia. Apesar de indicações feitas por membros da comunidade de locais estratégicos a ocupação e proteção da área, sua escolha priorizou uma antiga aldeia ocupada por *Kaipá* (tio de Pará), tendo em vista o reconhecimento de várias espécies utilizadas como recursos vegetais importantes na cultura material Kaiabi. Em parte, podemos atribuir essa escolha como uma resposta ao segundo motivo de abandono do Xingu.

Em julho de 2007, Pará e sua família vieram e deram início ao processo de ocupação da aldeia, com o preparo da área para a implantação de uma roça e a construção de três estruturas habitacionais provisórias⁴⁰ (Figura 110 e 111).



Figura 110 Desenho da aldeia Tukuma (representadas as habitações provisórias) (Josiane Kayabi. 2007).



Figura 111 Vista panorâmica das habitações provisórias na aldeia Tukumã (Stuchi, 2007).

Na área de implantação da aldeia Tukumã, a vegetação - derrubada e queimada - para a implantação da roça e seu entorno foi reconhecida por Pará como uma capoeira, que, segundo ele, já estava virando floresta, ou seja, em um avançado estágio sucessional.

Além dos limites das áreas derrubadas e queimadas, pudemos constatar - através do caminhar em uma trilha - que a capoeira, estendia-se por centenas de metros

⁴⁰ Estas se encontravam na área de inundação do rio Teles Pires.

para o interior, até um ponto indicado como a divisa da capoeira (*kofet*) com a “mata virgem” (*Ka’a rareté*).

O limite entre o *Kofet* e o *Ka’a rareté* foi evidenciado em uma região de transição, caracterizada pelo aumento gradual do número de árvores de médio a grande porte. Além do porte das árvores, Pará também os diferenciou com relação ao tipo de solo, reconhecido como terra preta, no *Kofet* e a terra vermelha no *Ka’a rareté*.

Durante o caminhar pelo interior do *Kofet*, Pará indicou algumas espécies vegetais utilizadas pelos Kaiabi, como: o Inajá (*Maximiliana maripa*), o Tucum (*Astrocaryum aculeatum*), a Siriva (*Bactris macana*), a Paxiuba (*Socratea exorrhiza*), o Babaçu (*Attalea speciosa*), o Cacau do Mato (*Theobroma speciosa*), além de duas espécies de palmáceas ainda não identificadas, denominadas em Kaiabi como: *Simukuá* e *Simeuá* (Figuras 112 a 121). Dessas, as informações dadas por Pará sobre a utilização das três primeiras coincidem com os dados apresentados por Athayde (2000) em seu trabalho de diagnóstico de recursos naturais utilizados na cultura material Kaiabi, no P. I. Xingu (ver tabela). Segundo Pará, as raízes da Paxiuba eram utilizadas como ralador de mandioca pelos Kaiabi, devido à presença de vários pequenos espinhos em suas raízes. Com relação às duas últimas espécies de palmeiras, são utilizados seus cocos para a confecção de artesanato.

Um ano após a ocupação da aldeia, com a roça produzindo a primeira safra de mandioca, os acampamentos foram sendo abandonados, servindo parte de suas estruturas para a construção de uma grande casa (Figura 122). Ao visitar a área do acampamento, quando não inundada nas cheias, foi possível observar diversos vestígios de bens industrializados como, por exemplo, copos, frasco de vidro de remédio, utensílios domésticos de metal, latas, dentre outros.



Figura 122 Área de habitação da aldeia Tukumã com roça e capoeira no entorno (Foto: Stuchi, 2008).



Fig 112



Fig 116



Fig 119



Fig 113



Fig 117



Fig 120



Fig 114



Fig 115



Fig 118



Fig 121

Figuras 112 *Côco de Tucum*, 113 e 114 *Palmeira Simeuá e seus côcos*,
115 *Côcos de Inajá*, 116 *Palmeira Simukuá*, 117 *Siriva*, 118 *Fuso para algodão feito da madeira da Siriva*, 119
Raízes da Paxiuba, 120 *Osso de Babacu*, 121 *Tacau do mate* (Stuchli, 2007).

O histórico de ocupação do local onde se encontra a aldeia Tukumã é caracterizado por um processo de reocupação, relacionado às ocupações pré-coloniais e históricas. A ocupação arqueológica pode ser evidenciada na presença de fragmentos cerâmicos em superfície encontrados na área da roça, onde a camada de cinzas decorrente da etapa de queima para implantação da roça impossibilitou uma melhor visualização dos vestígios. Outras ocorrências foram evidenciadas na borda da capoeira e em alguns pontos no início da trilha que a adentra.

Em termos da ocupação histórica no local, os relatos orais obtidos apontam que a área foi ocupada duas vezes antes da atual aldeia Tukumã. Segundo Atu, a área foi aberta e primeiramente ocupada por *Kupekain* Kayabi. Pará demonstrou não ter conhecimento sobre a primeira ocupação citada por Atu, pois relaciona a ocupação pretérita da área apenas à família de seu tio, Kaipa Kayabi, que teriam morado no local por seis anos até se mudarem para uma ilha, localizada à montante no Teles Pires. Neste local teriam morado por três anos antes de serem levados para o P. I. Xingu.

Na aldeia Tukumã, Pará nos mostrou três esteios que fariam parte da estrutura habitacional pertencente à Kaipa (Figura 123). Os esteios foram reconhecidos como feitos de madeira de Itaúba (*Mezilaurus lindaviana*), espécie arbórea conhecida no idioma Kaiabi como *Kawiang'yp* (ver tabela 3). Além dos esteios, Pará reconheceu alguns blocos grandes de laterita que, por não ocorrerem na área, teriam sido trazidos para o local como estrutura de combustão utilizada pelos antigos moradores. Ambos os vestígios foram encontrados próximos a uma mangueira (Figura 124), também relacionada à antiga aldeia de Kaipa.

Os vestígios descritos encontram-se aproximadamente a cem metros do local reconhecido por Pará como o antigo porto da aldeia. No antigo porto Pará reconheceu um olho d'água lembrado como a fonte de água dos moradores da antiga aldeia, recurso que tem a intenção de também utilizar.

Além do reconhecimento dos vestígios da estrutura habitacional, da estrutura de combustão e da mangueira, Pará reconheceu os fragmentos cerâmicos encontrados como pedaços de panela e os associou Kaiabi.



Figuras 123 e 124 Esteios da antiga habitação de *Kaipá Kayabi* e a mangueira associada a antiga ocupação *Kayabi* no local (Stuchi, 2007).

5.2. As antigas aldeias: Procedimentos metodológicos

A pesquisa de campo foi precedida de levantamento bibliográfico para orientar o planejamento logístico, permitir maior familiarização com a área e trazer subsídios para formular perguntas aos Kaiabi. A fonte básica foi o Laudo Antropológico de Identificação e Demarcação da T. I. Kaiabi, realizado por Patrícia Rodrigues de Mendonça (1994), que reunia todas as informações conhecidas sobre as antigas aldeias, as quais



Figura 125 Localização das antigas aldeias, desenho feito por Sara Reajup Kayabi.

foram sistematizadas por mim em uma tabela com os seguintes dados: nome Kaiabi da aldeia e seu significado em português; a localização geográfica; informações históricas sobre elas. Infelizmente não havia coordenadas geográficas, levando-me a compor um mapa digital para orientar-me em campo a partir da base cartográfica da FUNAI.

A localização das aldeias foi realizada em 10 dias¹, sempre a partir da minha base de campo na aldeia Kururuzinho. O transporte principal foi a voadeira (barco com motor de popa), navegando pelo rio Teles Pires e seus afluentes, até os locais marcados no mapa. Essas viagens quase sempre foram orientadas pelas informações do laudo, evidentemente conhecidas por nossos interlocutores.

Como em toda pesquisa, existe sempre o plano ideal à sua realização, aquele que é pensando enquanto estamos no gabinete, e aquele que é exequível, quando nos encontramos em campo, frente a uma série de fatores que nos impelem a fazer alterações. Em área indígena e na região amazônica isso se torna muito mais intenso. A princípio pretendemos realizar a localização das antigas aldeias em companhia das pessoas que as ocuparam, o que em parte seria possível, pois, embora muitas delas tenham sido levadas para o Xingu, ainda vivem no baixo Teles Pires alguns Kaiabi que pertencem a segunda geração dos primeiros que chegaram à área. Não nos restavam dúvidas que, se assim procedêssemos obteríamos informações a um nível mais detalhado, contudo, isso nos exigiria uma logística (discussão, planejamento e deslocamentos) bem mais complexa, envolvendo todos os possíveis interlocutores. Tal logística demandaria tempo, muito mais do que dispúnhamos, pois, acabamos perdendo

¹ De 29 de abril a 08 de maio de 2008.

uma semana de trabalho, em vista da estrada de acesso a área encontrar-se intrafegável às vésperas de nossa partida. Já na área, nossos trabalhos só foram iniciados depois que importantes reuniões referentes à demarcação da área terminaram.

Nessas condições e com base no interesse e disponibilidade das pessoas que poderiam nos acompanhar, nossos interlocutores se restringiram a apenas duas pessoas, o Cacique Atu Kaiabi e o Kaiabi Meaw-teé. Cabe evidenciar que, a apresentação de nossos interlocutores se faz apropriada na medida em que os resultados obtidos refletem o conhecimento particular de cada um, bem como a interessante complementaridade na forma de transmiti-lo testemunhada na convivência com ambos os interlocutores.

Atu Kayabi, como já fora dito, é filho do finado “Maneco” líder do grupo que, em 1970, resistiu à remoção para o Xingu. Acredito que seja esse um dos fatores que lhe deram prestígio a ponto de ser indicado como cacique do grupo. Além disso, aos 62 anos de idade, Atu é considerado pela comunidade como um dos, se não o Kaiabi a morar no baixo Teles Pires que mais sabe sobre a história de seu povo nessa região. Segundo Atu, isso se deve ao fato de que ele gostava de andar com os velhos e “*apreciar a conversa deles*”. Atu relatou-nos também que, ainda criança, muito antes de deixar de ser um *Konomi* (moço até 15 anos), pedia a seu pai para contar as histórias das antigas aldeias que conhecia, bem como sobre aquelas que, já abandonadas visitaram juntos, ou as que vieram a reocupar.

“(...) Não sei por que eu tinha essa idéia doida, pode ser que um dia você morre (dizia ao pai) e como é que eu vou contar a história para os outros que vem perguntar pra mi. Ai ele contou pra mim a história de quem morava aqui né (...).” (Atu Kayabi)

Não só por conhecer, mas devido ao fato de gostar de contar tais histórias, Atu sempre teve uma atuação de destaque como interlocutor nos trabalhos antropológicos já realizados na área, a exemplo dos dois principais laudos referentes à demarcação (Mendonça, 1994; Wenzel, 2004).

Outro interlocutor foi o Kaiabi *Meaw-teé* ou “Para”, apelido que recebeu no Xingu devido a sua origem paraense. Como pudemos ver em sua trajetória, Pará (45 anos), não muito diferente dos demais Kaiabi do baixo Teles Pires, teve contato com não-índios muito cedo, tendo sido inclusive adotado por gateiros após a morte de seus

país. Em um contexto mais amplo, seu convívio com não-índios teria se dado em um dos momentos mais difíceis da história e conseqüentemente da cultura Kaiabi.

No Xingu, para onde Pará se mudou em um período posterior a última transferência dos Kaiabi, sua experiência no convívio com não-índios traduziu-se em um processo inverso, ou seja, proporcionou-lhe um maior contato com aspectos tradicionais da cultura, ao participar como interlocutor dos Kaiabi em alguns projetos relacionados à cultura Kaiabi. Nesse sentido a participação de Pará foi muito oportuna, pois, seu entendimento sobre nosso trabalho possibilitava-o complementar as informações fornecidas por Atu, e seu interesse na pesquisa expresso em questionamentos possibilitou-nos importantes reflexões.

Após localizar as antigas aldeias indicadas pelos interlocutores, procedemos ao seu georeferenciamento com GPS e plotamos na base cartográfica da T. I. Kaiabi fornecida pela FUNAI. Em cada local visitado, condicionados pela vegetação e/ou seu desbastamento feito pelos Kaiabi, investigamos a superfície dos terrenos indicados como áreas de habitação, seu entorno e, quando ocorriam, das áreas de roça, onde registramos os vestígios arqueológicos encontrados. Evitamos escavar por que seria uma atividade futura, mas em alguns locais removemos a serrapilheira para avistar a superfície do solo, onde os Kaiabi indicavam haver materiais arqueológicos e terra preta.

Tão importante, ou mais, que a investigação arqueológica específica foram as informações dos Kaiabi. As conversas e questionamentos também estavam direcionados a obter informações históricas que permitissem a melhor compreensão dos temas de interesse arqueológico e a respeito dos indicadores ambientais de ocupação das antigas aldeias e demais locais visitados. Com relação à história, queríamos elucidar o processo de ocupação de cada aldeia, sua territorialidade, seus ocupantes desde a fundação até o abandono, e as relações entre as aldeias a partir de parentesco e aliança. Buscamos também informações sobre as características estruturais dessas aldeias, como por exemplo, o número de casas, estruturas anexas, áreas de descarte, etc.

Quanto às características ambientais, procuramos obter informações sobre possíveis indicadores de ocupação, como a ocorrência de espécies vegetais introduzidas, a exemplo do trabalho de Silva *et al* (2000) na antiga área de ocupação Kaiabi no rio dos Peixes, bem como o trabalho de Schmidt (2001) com os Kaiabi da aldeia Maraká no Xingu. Procuramos obter informações sobre o conhecimento êmico dos ambientes

relacionados às antigas aldeias, com ênfase nos tipos de solo e vegetação, que segundo esses trabalhos podem ser utilizados como indicadores de ocupação das antigas aldeias.

5.2.1. Resultados

Os Kaiabi nos levaram a quarenta e um locais considerados antigas aldeias ou outros tipos de ocupação (Mapa aldeias pg.162), coincidentemente quase a mesma quantidade de locais relacionados por Mendonça (1994). Destes, dezenove locais constam no trabalho da referida antropóloga, tendo sido encontrados ainda abandonados. Cabe lembrar que na etapa anterior outras cinco antigas aldeias citadas por Mendonça foram visitadas, as quase estão em processos atual de reocupação.

De todas as antigas aldeias indicadas por Mendonça não visitamos dez, que se encontravam muito distantes ou em locais de difícil acesso. Outras duas se encontravam fora da área e quatro não foram visitadas, por que os Kaiabi consideraram que Mendonça se equivocou e, também, por não serem conhecidas por nossos interlocutores (Gráfico 1). Contudo, os Kaiabi trouxeram novas informações sobre seis antigas aldeias e nove outros locais não citadas por Mendonça.

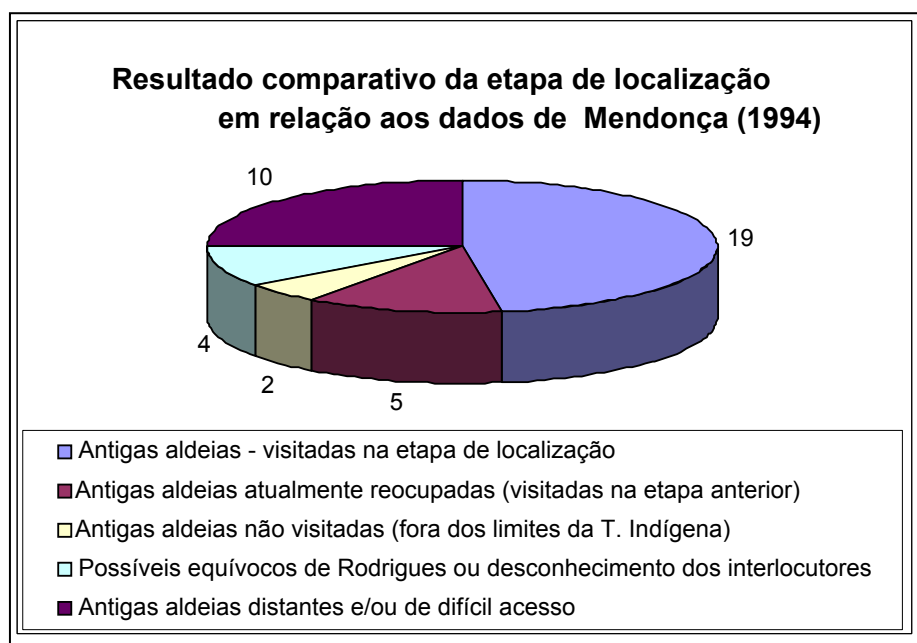
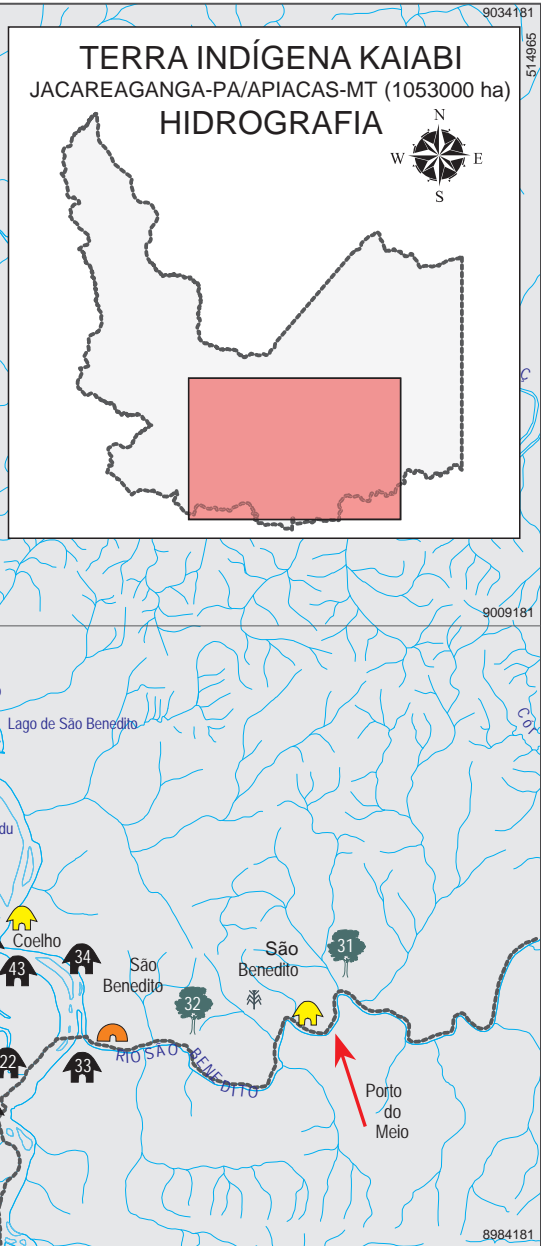
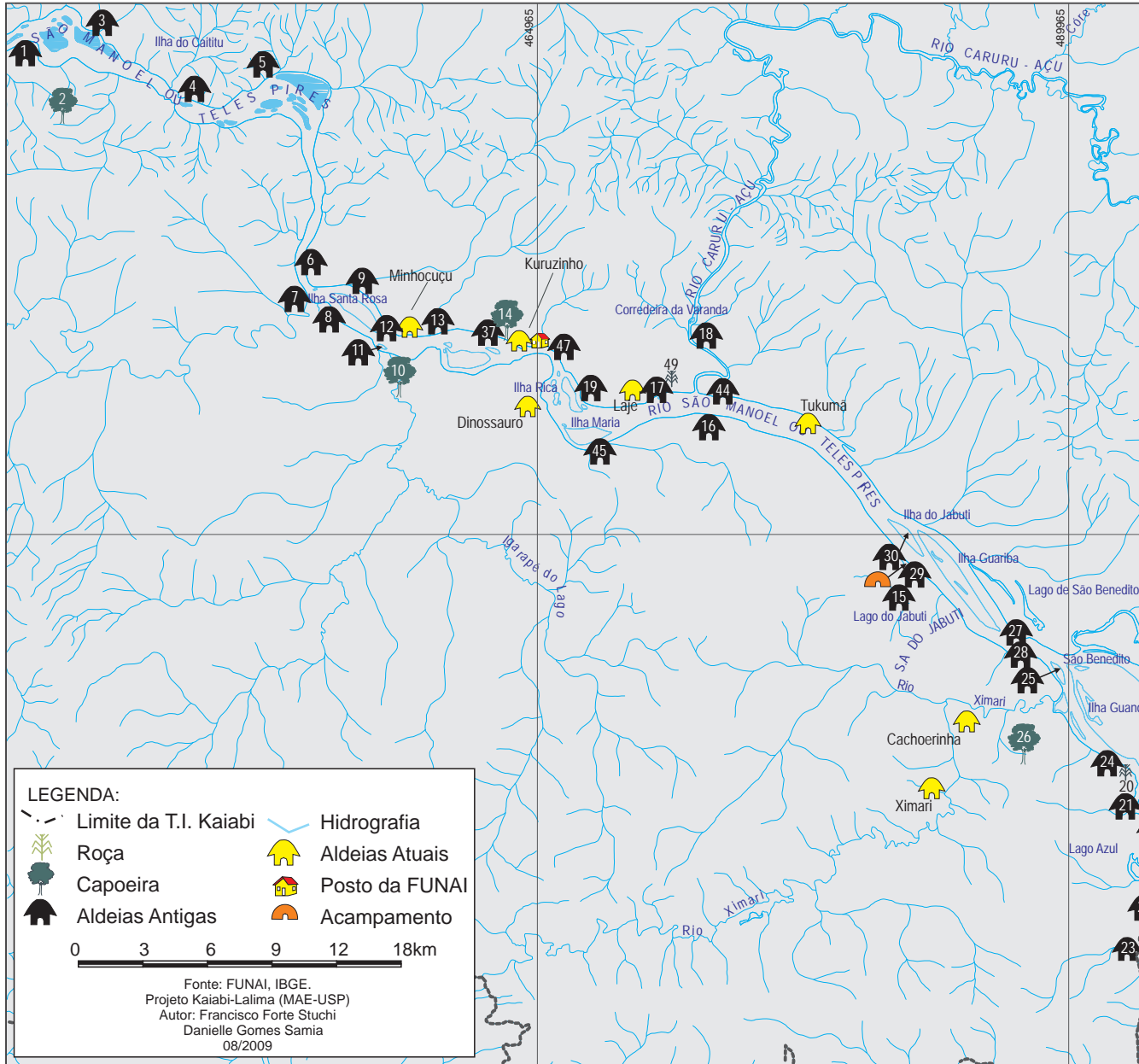
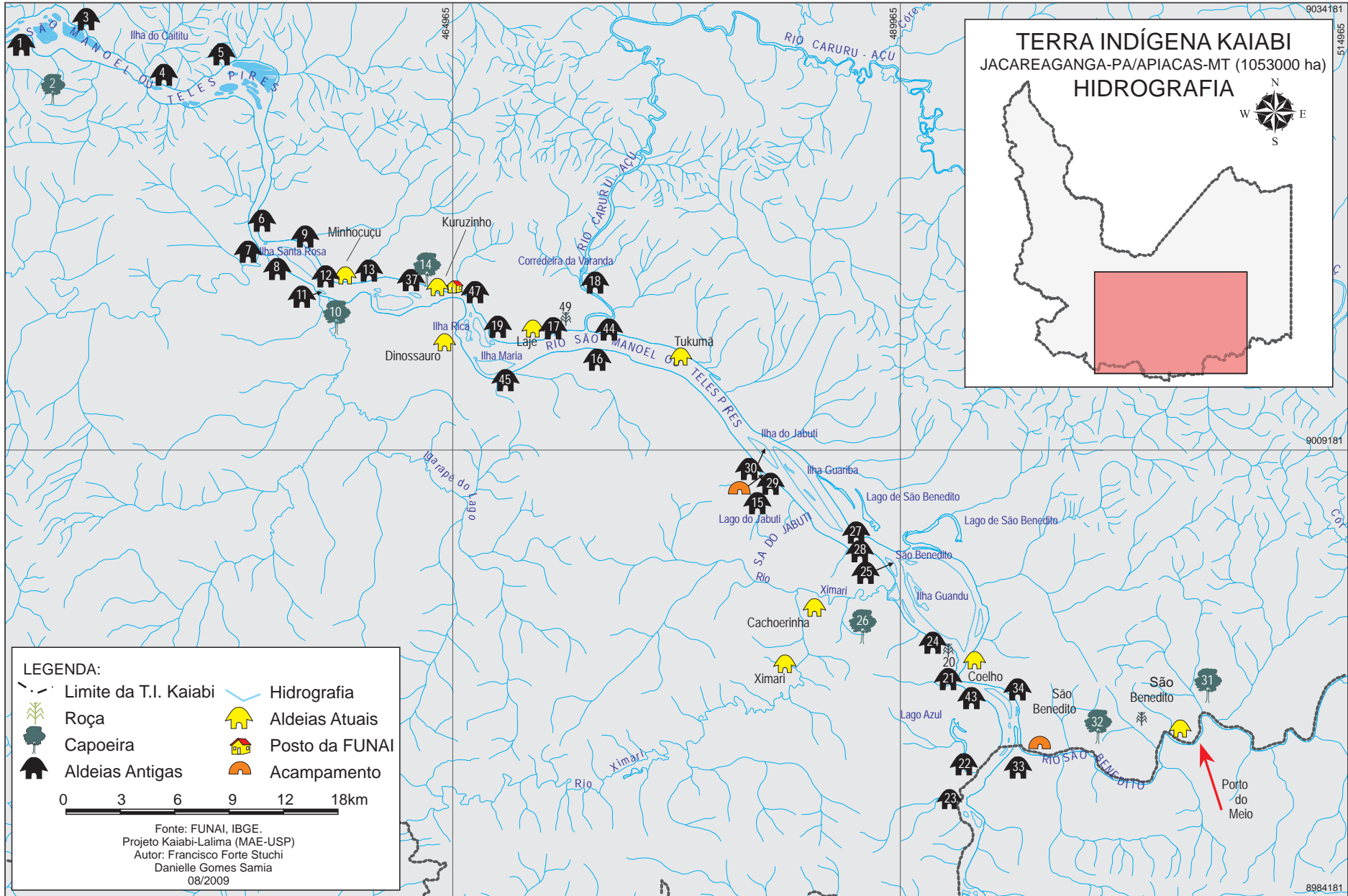


Gráfico 1: Quantidade e tipos de locais visitadas com base na relação apresentada por Mendonça (1994)

Dos locais visitados, trinta e dois foram apontados como antigas aldeias e os outros nove foram definidos como áreas de *kofet*, termo designativo genérico para capoeira na língua Kaiabi, ou seja, as áreas de mata manejadas no passado. Todas as capoeiras apresentaram sítios arqueológicos cerâmicos, e seis estavam associados com terra preta ou *ywi'on*, como os Kaiabi denominam esse tipo de solo.

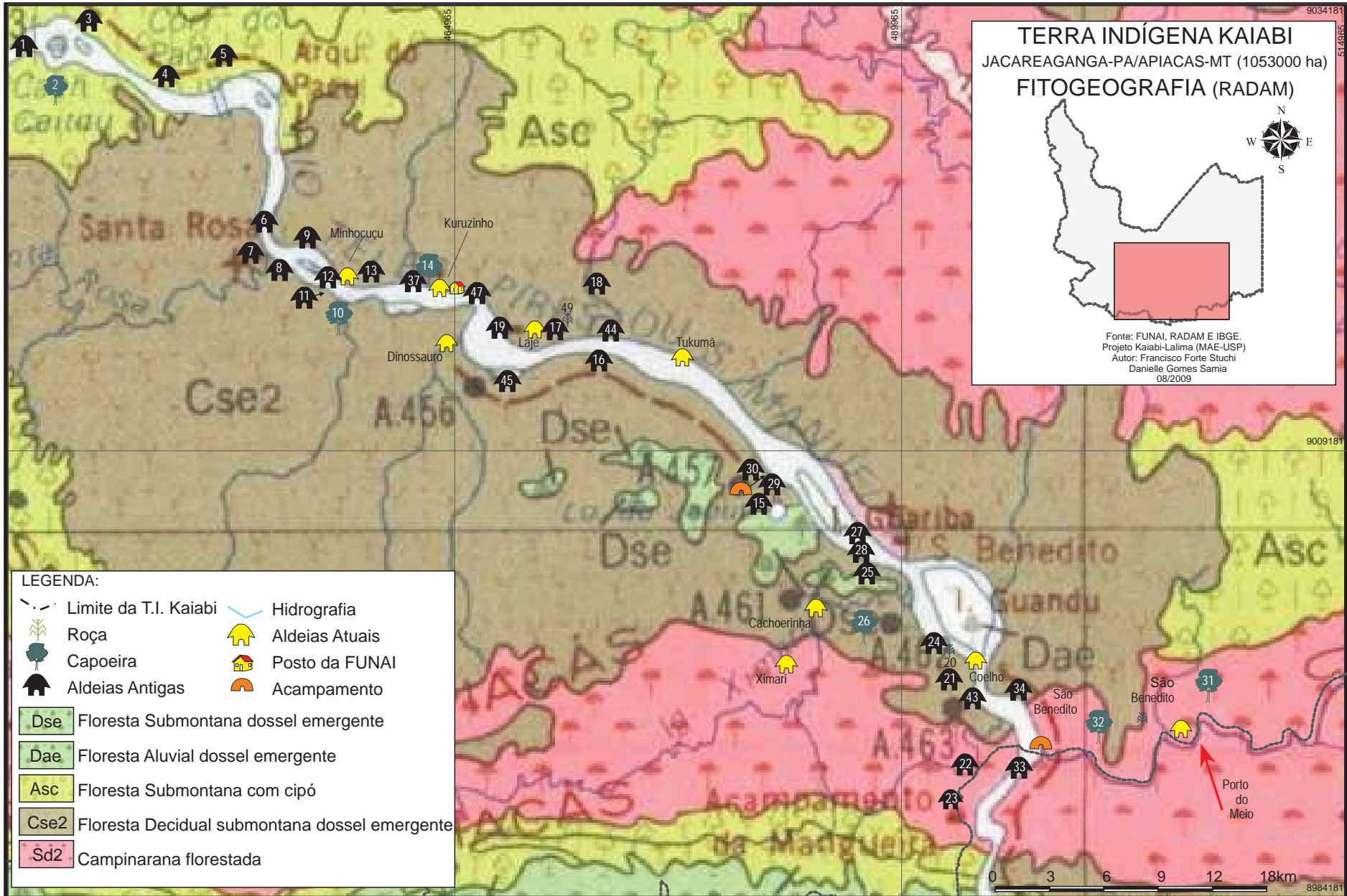


9034181

TERRA INDÍGENA KAIABI
 JACAREAGANGA-PA/APIACAS-MT (1053000 ha)
FITOGEOGRAFIA (RADAM)

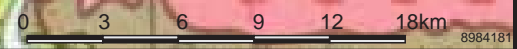
Fonte: FUNAI, RADAM E IBGE.
 Projeto Kaiabi-Lalima (MAE-USP)
 Autor: Francisco Forte Stuchi
 Danielle Gomes Samia
 08/2009

9009181

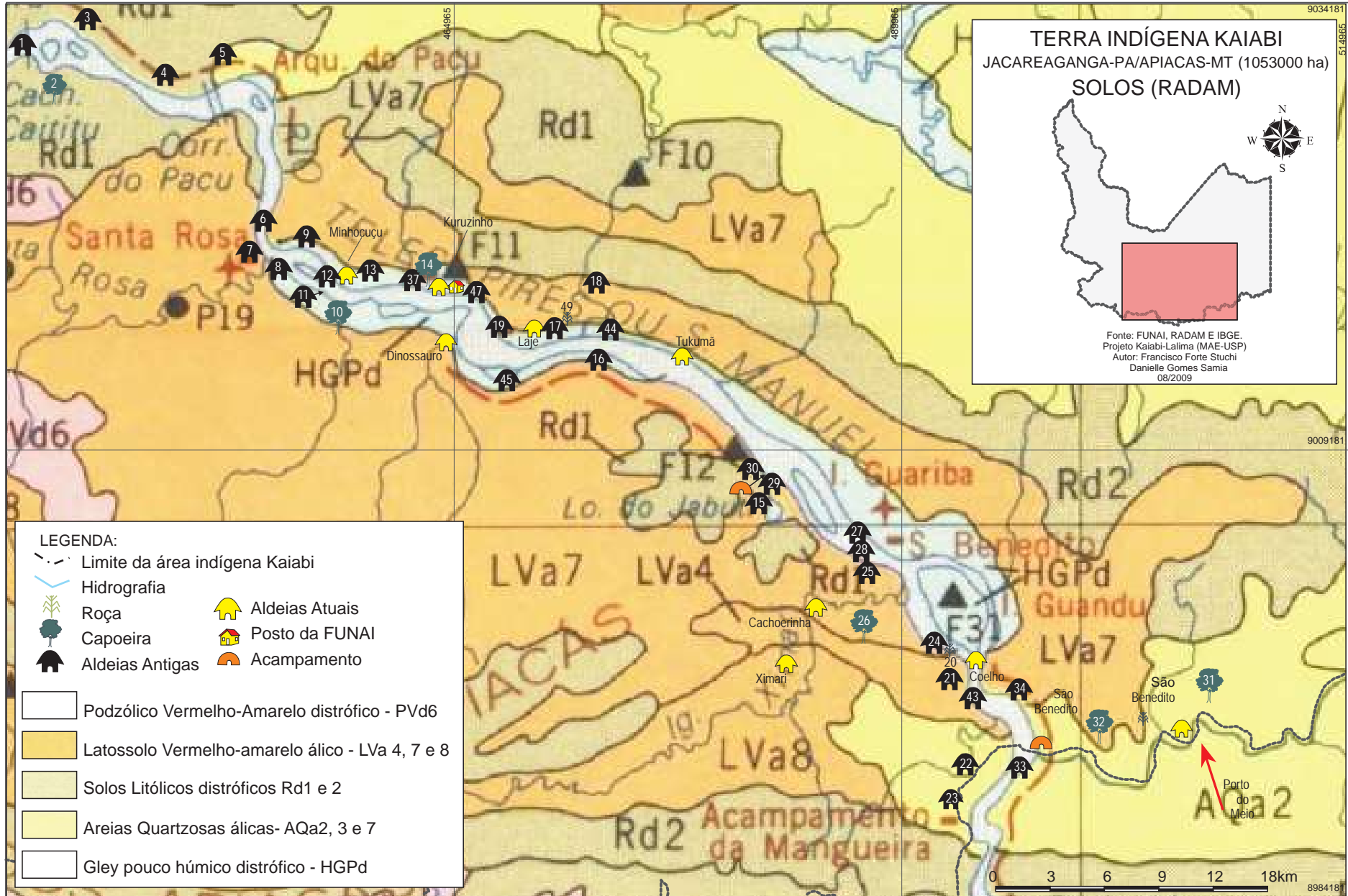


LEGENDA:

Limite da T.I. Kaiabi	Hidrografia
Roça	Aldeias Atuais
Capoeira	Posto da FUNAI
Aldeias Antigas	Acampamento
Dse Floresta Submontana dossel emergente	
Dae Floresta Aluvial dossel emergente	
Asc Floresta Submontana com cipó	
Cse2 Floresta Decidual submontana dossel emergente	
Sd2 Campinarana florestada	

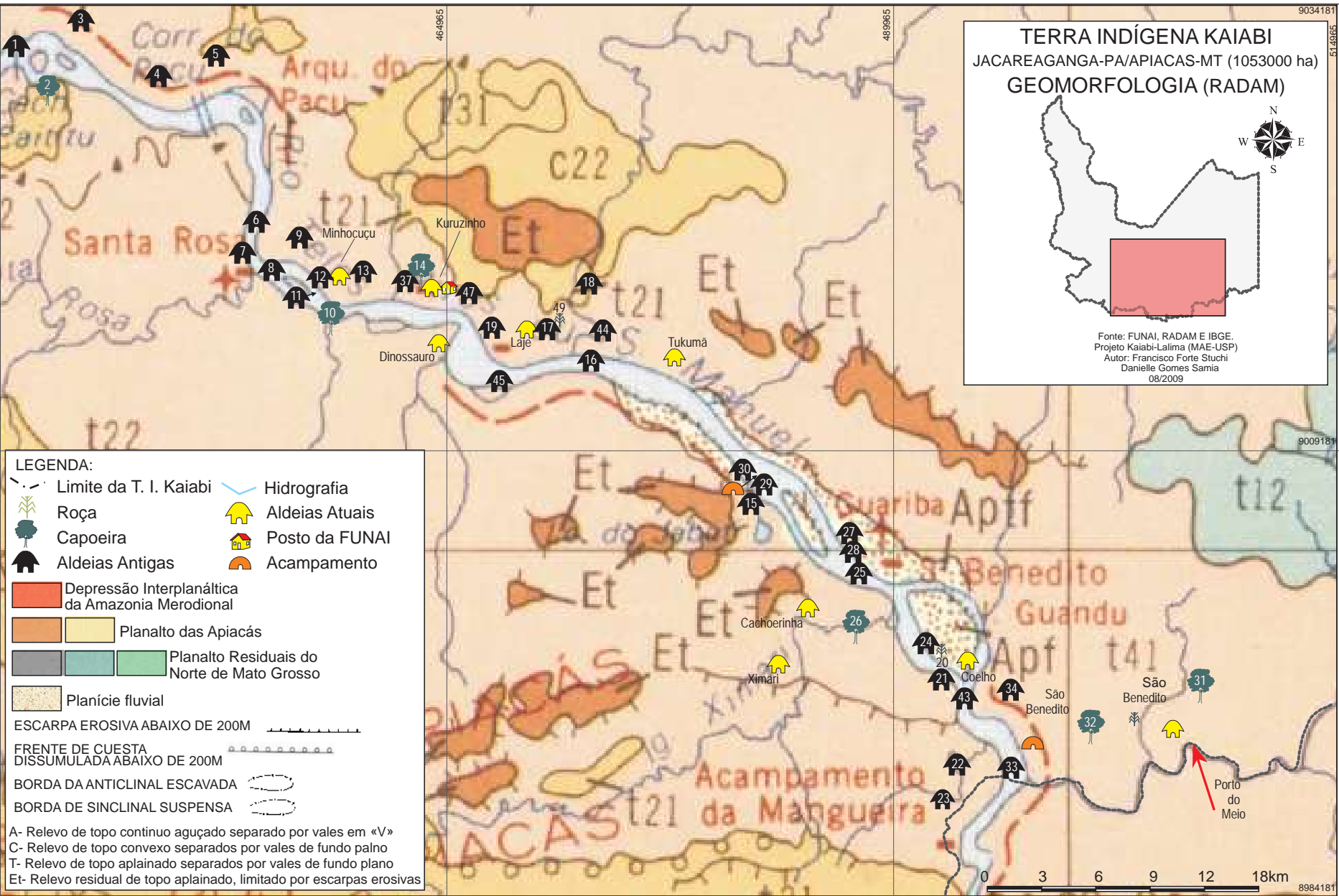


8984181



TERRA INDÍGENA KAIABI
 JACAREAGANGA-PA/APIACAS-MT (1053000 ha)
GEOMORFOLOGIA (RADAM)

Fonte: FUNAI, RADAM E IBGE.
 Projeto Kaiabi-Lailima (MAE-USP)
 Autor: Francisco Forte Stuchi
 Danielle Gomes Samia
 08/2009



LEGENDA:

	Limite da T. I. Kaiabi		Hidrografia
	Roça		Aldeias Atuais
	Capoeira		Posto da FUNAI
	Aldeias Antigas		Acampamento

Depressão Interplanáltica da Amazonia Merodional

Planalto das Apiacás

Planalto Residuais do Norte de Mato Grosso

Planície fluvial

ESCARPA EROSIVA ABAIXO DE 200M

FRENTE DE CUESTA DISSUMULADA ABAIXO DE 200M

BORDA DA ANTICLINAL ESCAVADA

BORDA DE SINCLINAL SUSPensa

A- Relevo de topo continuo aguçado separado por vales em «V»
 C- Relevo de topo convexo separados por vales de fundo palmo
 T- Relevo de topo aplainado separados por vales de fundo plano
 Et- Relevo residual de topo aplainado, limitado por escarpas erosivas

Dos nove sítios, seis já foram utilizados como área de cultivo, enquanto quatro são explorados atualmente (Tabela 12 e Gráfico 2).

Tabela 12 Relação das capoeiras (*Kofet*) localizadas e seus respectivos contextos arqueológicos e de utilização pelos Kaiabi.

Nº	Contexto arqueológico / tipo de solo	Roça Kaiabi
1	Sítio arqueológico Terra Preta antropogênica (TPA)	Atualmente
2		Sim
10		
14		
20		Mais de uma vez e atualmente
26	Sítio arqueológico constituído por solo de coloração marrom (<i>ywi'piran-</i> terra vermelha)	Sim
31		Não
32	Sítio arqueológico com solo areno-argiloso de coloração escura (TPA?) (<i>ywisigo on</i>)	Não
49	Sítio arqueológico constituído por solo areno- argiloso (<i>ywysing</i>)	Atualmente

Com relação às trinta e duas antigas aldeias, vinte e cinco foram apontadas como locais de ocupação permanente, ou seja, habitadas ao longo de um determinado período ininterrupto. As outras sete foram apontadas como aldeias sazonais (Gráfico 2), habitadas no período de estiagem, enquanto seus ocupantes estavam envolvidos com a extração de borracha e preparavam suas roças. No início do período das cheias essas sete aldeias eram abandonadas e seus ocupantes se deslocavam para o antigo posto Kaiabi, para onde levavam a produção de borracha a ser trocada por bens industrializados.



Gráfico 2: Diferenciação dos locais visitados (41) na etapa de campo etnoarqueológica de localização das antigas aldeias.

Constatamos, a partir de nossas observações e dos nossos interlocutores, que das vinte e cinco aldeias permanentes, dezessete apresentaram contextos arqueológicos que podem ser divididos em duas ocupações distintas. A mais recente é Kaiabi e a mais antiga é representada por fragmentos cerâmicos e artefatos líticos, que no momento ainda não foram estudados (Tabela 13).

Das dezessete antigas aldeias implantadas sobre sítios, quinze apresentaram contexto arqueológico relacionado à terra preta, o que, segundo nossos interlocutores, foi apontado como justificativa à implantação de suas roças no entorno e conseqüentemente das próprias aldeias (Tabela 13).

Entre essas quinze antigas aldeias existem casos, como de *Taitetu* (Nº-1) e *Ogapywit* (Nº-12), em que as roças implantadas no entorno da aldeia, onde o solo arenoso de coloração escura (denominado *ywysigo on* / terra escura com areia), limitava-se ao cultivo de mandioca. Os cultivos agrícolas mais exigentes eram produzidos em outros locais (terras pretas). Os ocupantes da *Taitetu* utilizavam a área da capoeira (Nº-2), localizada próxima a ilha de *Taitetu*. Já *Ogapywit* tinha sua segunda roça em outro local, que, embora não tenha sido visitado, foi apontado como um sítio de terra preta.

Na antiga aldeia *Sauva* (Nº-19), que trata de uma reocupação de um sítio sem terra preta, as informações obtidas sugerem a existência de uma roça em seu entorno, mas não podemos descartar a existência de outra área de plantio em sítios próximos.

Por fim temos *Jasi'ûok* (Nº-27), que, além da não ocorrência de terra preta, a inexistência de roça no entorno foi explicada por encontrar-se em uma área de *ipoõ* (restinga), uma porção de terra um pouco mais elevada na margem do rio, circundada por igapós. Por conta disso, seus antigos ocupantes tinham suas roças implantadas na antiga aldeia (Nº- 28) sítio de terra preta e na capoeira (Nº- 26), onde o solo foi reconhecido como *Ywy'pitan* (terra marrom).

Com relação às sete aldeias não implantadas sobre sítios arqueológicos, todas tinham suas áreas de roça em locais distantes, sempre em sítios com terra preta (Tabela 14), com exceção da aldeia *Tea sing 'I* (Nº-25) implantada em uma ilha. Seus ocupantes também utilizavam a capoeira (Nº- 26) como área de roça.

Segundo nossos interlocutores, a história de ocupação das dezessete antigas aldeias citadas contam, em pelo menos cinco delas, com processos de reocupações, efetuados pelos Kaiabi, bem como por não índios representados na figura dos seringueiros (Tabela 13). Com relação às sete aldeias permanentes não implantadas em sítios de terra preta, as informações obtidas em campo não sugerem reocupação.

Tabela 13 Antigas aldeias e respectivos contextos culturais de ocupação (X- indefinido, pelo menos um evento; 0 – não evidenciada; 1X – uma única ocupação; 2X - duas ocupações; TPA – Terra Preta Antropogênica; TPA* -solo arenoso de coloração escura)

Nº-	Antigas Aldeias	Contextos culturais de ocupação		
		Pré Colonial	Kaiabi	Não índio
1	<i>Taitetu</i>	X (TPA)*	2X	1X
3	<i>Iniã itu</i>	X (TPA)	1X	0
5	<i>Kantã ou Ywanta</i>	X (TPA)	1X	0
6	<i>Tukunaré Kwat</i>	0	1X	0
7	<i>Piawu'i</i>	X (TPA)	2X	1X
9	<i>Opevuu</i>	0	1X	0
12	<i>Ogapywit</i>	X (TPA)*	1X	0
13	<i>Itaipawku</i>	X (TPA)	1X	0
15	<i>Ypia</i>	X (TPA)	1X	0
17	<i>Massisin</i>	X(TPA)	1X	0
18	<i>Itaipawuk i</i>	X (TPA)	1X	0
19	Saúva	X	2X	1X
21	<i>Ywyampororok</i>	0	1X	0
23	Tabuleiro	X (TPA)	1X	2X
25	<i>Tea sing 'l</i>	0	1X	0
27	<i>Jasi'úok</i>	X	2X	1X
28	Sem nome	X (TPA)	1X	1X
29	<i>Jurukanaua</i>	0	1X	0
30	<i>Jawasi ypoon</i>	0	1X	0
33	<i>Itauakatu i</i>	0	1X	0
34	Antiga aldeia	0	1X	0
37	<i>Pirape wyi</i>	X (TPA)	1X	0
43	Sr. Fernando	X (TPA)	1X	0
45	Zé Romão	X (TPA)	1X	0
47	Kuroné	X (TPA)	1X	0

Tabela 14 Relação de antigas aldeias não implantadas em sítios arqueológicos e suas respectivas áreas de roça em sítios arqueológicos.

Nº-	Antiga aldeia	Local de roça
9	<i>Opevuu</i>	Informado mas não visitado
21	<i>Ywyampororok</i>	Capoeira Nº-21; - Aldeia Coelho
25	<i>Tea sing 'l</i>	Capoeira Nº- 26
29	<i>Jurukanaua</i>	Antiga aldeia Nº-15
30	<i>Jawasi ypoon</i>	
33	<i>Itauakatu i</i>	Atual área de roça da Aldeia São Benedito
34	Antiga aldeia	

Entre as aldeias sazonais apenas *Ypiawi* (Nº-22) encontra-se implantada sobre uma ocupação mais antiga com vestígios cerâmicos. Quatro das sete aldeias sazonais foram reocupadas pelos Kaiabi, com destaque à *Ipoowkai* (Nº-24), reocupada quatro vezes por eles, e uma vez por não índios (Tabela 15)

Já a aldeia (Nº-44), foi ocupada apenas uma vez pelos Kaiabi e possivelmente reocupada por não índios por mais de uma vez, pois esta inserida em uma área indicada como bastante freqüentada por seringueiros no passado (Tabela 15). As roças destas aldeias estavam em outros locais, todos sítios arqueológicos com terra preta, embora a Capoeira (Nº- 26) tenha sido associada a terra marrom.

Tabela 15 Relação de antigas aldeias sazonais, seus contextos culturais de ocupação e localização de suas respectivas áreas de roça.

Nº-	Antiga aldeia de ocupação sazonal	Contexto cultural de ocupação			Local utilizado como área de roça
		Pré Colonial	Kaiabi	Não índio	
4	<i>Ujewunum</i>	0	2X	0	Informado / não localizado
8	<i>Pinoteui</i>	0	2X	0	Informado mas não localizado
11	Ilha (Tamé)	0	1X	0	Capoeira Nº- 26
16	<i>Ypenen</i>	0	2X	0	Antiga aldeia Nº-15
22	<i>Ypiaowi</i>	X	1X	0	Atual área de roça Nº-20
24	<i>Ipoowkai</i>	0	4X	1X	- no entorno da aldeia; - Atual área de roça da aldeia São Benedito
44	Colocação de Seringa	0	1X	1X	Informado mas não identificado

Segundo nossos interlocutores, isso se deve ao solo dessas aldeias - identificado como *ywypiran* (terra vermelha) – ser inadequado aos cultivares mais exigentes. Fomos informados de que só em *Ipoowkai* (Nº- 24) houve uma roça de mandioca na própria aldeia. No caso das antigas aldeias *Ypiawi* (Nº-22) e *Pinoteui* (Nº-8), seus moradores tinham sua roça em outros locais, devido à implantação em restinga.

Com relação aos registros arqueológicos, além dos fragmentos cerâmicos, foram registrados vestígios de bens industrializados (vidro, metal, plástico e tecido) em treze das quarenta e uma antigas aldeias. Das treze antigas aldeias, conforme os depoimentos, seis foram exclusivamente Kaiabi, enquanto que nas restantes houve ocupação Kaiabi e não-indígena (Tabela 16).

Tabela16 Antigas aldeias com vestígios arqueológicos de bem industrializados e seus respectivos contextos culturais relacionados à ocupação por não-índios.

Nº-	Antigas aldeias com vestígios arqueológicos de bens industrializados	Ocupação não-índio
1	<i>Taitetu</i>	Sim
5	<i>Kantã ou Ywanta</i>	Não
7	<i>Piawu'i</i>	Sim
9	<i>Opevuu</i>	Não
12	<i>Ogapywit</i>	Não
13	<i>Itaipawku</i>	Não
48	<i>Pirape wyi</i>	Sim
18	<i>Itaipawuk i</i>	Não
19	Sauva	Sim
21	<i>Ywyampororok</i>	Não
23	Tabuleiro	Sim
8	<i>Pinoteui</i>	Não
24	<i>Ipoowkai</i>	Sim

Outro tipo de vestígio encontrado são os esteios de madeira de antigas estruturas, encontrados em onze antigas aldeias (Nº- 1, 5, 7, 11, 19, 25, 30, 43, 44, 47, 48,) (Figuras 126 - 128).



Figuras 126 Esteios encontrados na antiga aldeia Saúva (Nº19)



Figuras 127 e 128 Esteios encontrados em antigas aldeias.

Além de artefatos, encontramos registros arqueológicos de diferentes tipos de alterações da superfície do solo. Por exemplo, documentamos um buraco (5m de comprimento, 3m de largura e 1m de profundidade) encontrado em *Jurukanaua* (Nº-29) que, segundo nossos interlocutores, deveu-se à retirada de solo para barrear as paredes de uma casa (Figura 129). Na atual aldeia *Tukumã*, há o exemplo etnográfico de buraco semelhante escavado com a mesma finalidade e, também, utilizado como depósito de lixo (Figuras 130 e 131).



Figura 129 Registro arqueológico encontrado na antiga aldeia de *Jurukanaua* (Nº- 29) identificado como buraco de retirada de sedimento para barrear as paredes de uma das antigas casas.



Figuras 130 e 131 Exemplo etnográfico de um buraco de retirada de sedimento para barrear a casa de Para na aldeia *Tukumã*.



A presença de um montículo de 5m por 3m encontrado na aldeia *Ogapiwyt* (Nº- 12), foi indicada como a deposição do barro que antigamente pertenceu as paredes de uma antiga casa (Figura 132).



Figura 132 Montículo encontrado na aldeia Nº- 12, apontado como a deposição do barro que as paredes da antiga estrutura habitacional.

Na aldeia Kururuzinho o abandono e posterior desmoronamento de uma cozinha mostraram semelhança com o registro arqueológico encontrado em *Ogapiwyt* (Nº- 12) (Figuras 133 e 134). O exemplo etnográfico mostra também a permanência de alguns esteios utilizados como apoio para varais, enquanto os demais e outros elementos de madeira, muito provavelmente foram reaproveitados em outra construção, ou viraram lenha.



Figuras 133 e 134 Exemplo etnográfico de deposição de sedimento após o abandono de uma estrutura de pau a pique na aldeia Kururuzinho.

Na aldeia *Ywantã* (Nº-5), havia um buraco mais raso e menor que o anterior, segundo o antigo morador dessa aldeia, Fernando Apiaká, o buraco foi intencionalmente escavado e era utilizado para queimar madeira ou cocos de babaçu para defumar seringa. Junto ao buraco há um esteio de madeira reconhecido como parte de uma pequena casa sem paredes e coberta de palha que servia para proteger a área da água das chuvas (Figuras 135 e 136).



Figuras 135 e 136 Buracos para deposição de madeira e/ou os cocos para defumar a seringa *Ywantã* (Nº-5) (Fernando Apiaká). Atu em aldeia *Ypenem* (Nº- 16).

Este tipo de área de atividade específica destinada a defumação da seringa pode ser ilustrado em um desenho feito por Arlindo Kayabi de uma antiga aldeia onde morou. Dentre outras coisas a serem observadas, é possível perceber outra edificação semelhante a primeira, trata-se do local destinado a torrar a farinha (Figura 137).

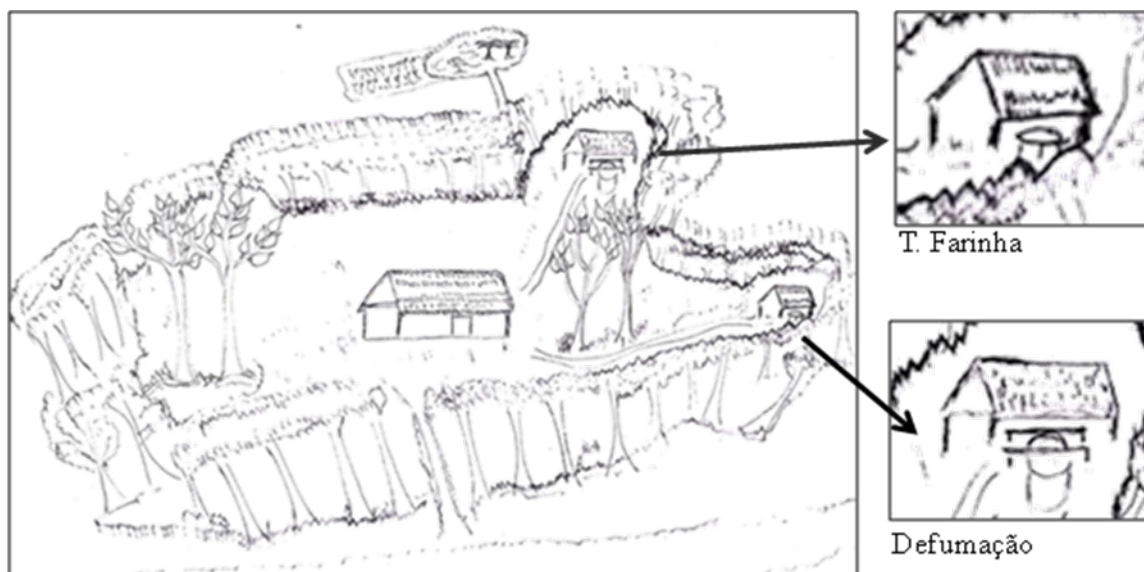


Figura 137 Desenho de uma antiga aldeia feito por Arlindo Kayabi.

Como pode ser observado até os dias atuais, a farinha é torrada em um grande tacho de cobre que é apoiados sobre uma estrutura circular de paredes de barro, onde se depositava dentro a lenha a ser queimada (Figura 138).

Essa observação permitiu o registro dos vestígios dessa estrutura de barro em pelo menos três antigas aldeias, cujos diferentes estados de deterioração podem estar associados ao tempo em que estes locais foram abandonados, salvo um discussão mais aprofundada sobre os tipos de abandono envolvidos. Se observarmos mais atentamente os detalhes do desenho de Arlindo, é possível supor que a estrutura circular de barro também poderia ser utilizada para a defumação de seringa, muito embora os vestígios tenham sido associados ao processamento da farinha (Figuras 139 - 142).



Figura 138 Processo e estrutura para torrar farinha, Aldeia Minhocuçu.



Figuras 139 a 142 Exemplos dos vestígios da estrutura de barro base para torrar farinha (Foto: Stuchi)

Um terceiro tipo de registro arqueológico foi o sepultamento, caracterizado por buracos circulares menores e mais rasos que os anteriores (Figuras 143 e 144). Segundo nossos interlocutores, os mortos foram sepultados à maneira descrita por Grünberg (2004: 187):

“A pessoa é pintada com urucu por sua esposa, enfeitado com todos os seus ornamentos e amarrado de cócoras, com os braços cruzados sobre o peito. É deitado assim na sua rede e enterrado perpendicularmente numa cova redonda dentro da casa”.



Figuras 143 e 144 Buraco identificado como sepultamento na antiga aldeia Ipiawy (Nº- 22). sepultamento na antiga aldeia Taitetu (Nº- 1).

Segundo nossos interlocutores, tais características feições surgem tempos depois do sepultamento. Pode-se atribuir ao processo de decomposição das partes moles do corpo, gerando espaços vazios que são preenchidos pela terra depositada sobre o cadáver. Isto resulta no rebaixamento do solo, gerando os buracos encontrados.

Informações referentes a morte e conseqüentemente os sepultamentos são difíceis de serem tratados entre os Kaiabi, pois a exemplo de outros povos amazônicos, como os Wari, Araweté e dentre outros os Guajá (Coklin, 2001; Viveiros de Castro, 1992; Cormier, 2005) eles desenvolvem o que é denominado como mecanismos de obliteração da memória, que se trata da necessidade de esquecimento dos mortos, envolvem até a destruição de seus pertences dos mortos (Oakdale, 2001). Neste sentido existem eventos que podem passar despercebidos pela etnohistória.

Apesar disso, e cercado de toda cautela possível e necessária (ver Eremites de Oliveira, 2006: 42), identifiquei junto a meus interlocutores feições arqueológicas apontadas como sepultamento em nove antigas aldeias¹, sendo algumas delas espontaneamente acompanhadas por informações orais sobre as pessoas sepultadas.

Na antiga aldeia *Pirape wyi* (Nº- 37) foi registrado um tipo diferente de sepultamento, trata-se de dois sepultamentos aos moldes tradicionais, mas que foram cobertos por blocos de cimento. Isto se deve a uma reivindicação dos Kaiabi como medida de reparação de danos causados por garimpeiros que ao exercerem sua atividade nos barrancos da aldeia teriam colocado em risco os sepultamentos existentes. Não obtive maiores informações se alguma sepultura foi atingida, mas como é de praxe nos procedimentos arqueológicos, a observação do perfil de solo exposto pelo garimpo revelou alguns fragmentos de ossos. No mesmo perfil também foram identificados vestígios de bens industrializados (Figura 145 a 150)



Figuras 145 a 150 Área da antiga aldeia afetada, detalhes do perfil de solo com fragmento de osso e sepultamentos cobertos com lajes de cimento. (Fotos: Stuchi 2008)



¹ As antigas aldeias com feições de sepultamento: Nº- 1; 13; 15; 21; 22; 23; 29; 30; 48.

Quanto aos indicadores ambientais de ocupação, além da identificação dos *kofet*, registramos ocorrências de vegetais nativos e exóticos, introduzidas em vinte das trinta e duas antigas aldeias. Nas aldeias sazonais, proporcionalmente, encontramos mais vegetais introduzidos em cinco das sete (Tabela 17).

Tabela 17 Antigas aldeias e espécies vegetais introduzidas observadas e/ou indicadas.

Nº-	Aldeia antiga	A-) Espécie (s) observadas
		B-) Espécie (s) indicadas, porém ausentes
1	<i>Taitetu</i>	A-) Espécie de Taquara. B-) Citrus (Tangerina, lima, laranja, limão)
5	<i>Kantã ou Ywanta</i>	A-) Mangueira; Goiabeira; Jambo; Bacaba; Jatoba; Açai; Biribá; Citrus (limão e laranja); Cujuba.
7	<i>Piawu'i</i>	A-) Mangueira; Tangerina. B-) Café.
13	<i>Itaipawku</i>	A-) Mangueira.
48	<i>Pirape wyi</i>	A-) Mangueira; Castanheira; Jatoba; Limoeiro; Timbó.
15	<i>Ypia</i>	A-) Mangueira.
17	<i>Massisin</i>	A-) Timbó.
18	<i>Itaipawuk i</i>	A-) Timbó.
19	Sauva	A-) Taquara.
23	Tabuleiro	A-) Mangueira.
27	<i>Jasi'ûok</i>	A-) Mangueira.
29	<i>Jurukanaua</i>	A-) Mangueira; Jenipapo.
43	Antiga aldeia Fernando Apiaká	A-) Mangueira; Limoeiro.
45	Antiga aldeia Zé Romão	A-) Timbó.
47	Antiga aldeia do Kuroné	A-) Mangueira; limoeiro.
8	<i>Pinoteui</i>	A-) Mangueira.
11	Ilha (Tamé)	A-) Ingazeiro.
16	<i>Ypenen</i>	A-) Mangueira. B-) Citrus e outras espécies.
22	<i>Ypiaowi</i>	A-) Limoeiro.
44	Colocação de Seringa	A-) Mangueira.

Das plantas indicadas, a mangueira (*Mangifera indica* L.) foi a mais recorrente, em treze aldeias. Trata-se de uma espécie exótica de origem asiática que teria sido introduzida no Brasil em 1700. Segundo Atu Kaiabi, as primeiras mangueiras teriam sido trazidas para o Baixo Teles Pires pelos seringueiros vindos do Juruena, com as primeiras mudas plantadas na região do Tabuleiro ao final do século XIX (Figuras 151 e 152).



Figuras 151 e 152 Mangueira no antigo aldeamento Tabuleiro (Nº- 23), atualmente ocupado por posseiros.

A presença da mangueira na maioria das aldeias em detrimento outras espécies citadas, como as plantas do gênero cítrus (limão, laranja, tangerina e lima), encontradas em seis antigas aldeias, pode ser explicada pela sua resistência à sucessão vegetal. Além disso, a preferência pelo fruto que também é atrativo a macacos e outros animais caçados leva os Kaiabi a manejarem as árvores e seus entornos com o corte seletivo de plantas e grandes cipós.

Dentre os locais visitados, a antiga aldeia *Ywantã* chamou a atenção pela quantidade e diversidade de plantas introduzidas ainda existentes. Com as informações sobre sua ocupação, podemos atribuir tal característica a sua ocupação por um período de nove anos e seu abandono relativamente recente, levando em consideração é claro, o capricho de seus antigos moradores.

Não obtivemos muitas informações quanto ao manejo de espécies nativas, mas é interessante citar a ocorrência do timbó, planta do gênero *Sapindácea* conhecida pelos Kaiabi como *Simo'un*, utilizada como ictiotóxico. Segundo os interlocutores, em quatro dos locais visitados o timbó foi introduzido pelos Kaiabi, a partir de mudas trazidas da área Munduruku. Para os demais locais, o timbó pode ser associado a grupos que os antecederam, pois a planta foi apontada como uma espécie que é manejada predominantemente em áreas de *kofet*, e com menor frequência em áreas de *koferãn* (falsas capoeiras).

5.3. A Pesquisa Arqueológica na Terra Indígena Kaiabi: Procedimentos metodológicos

De um conjunto de quarenta e um locais visitados, mais as nove aldeias atuais, optei pela análise de sete através dos seguintes critérios: 1) Realizar amostragem que permitisse obter dados na maior extensão territorial da T. I. Kaiabi; 2) Pesquisar contextos arqueológicos e históricos



Figura 153 Desenho de Rebeca Kayabi.

indicados pelos Kaiabi; 3) Escolher aldeias atuais onde nossa presença tivesse receptividade, para divulgar e debater com os Kaiabi os objetivos e os resultados da pesquisa; 4) Construir através do diálogo uma parceria com os Kaiabi.

Os sete locais de pesquisa arqueológica foram divididos entre quatro aldeias atuais (Dinossauro, Tukumã, Minhocuçu e Coelho), duas antigas aldeias (*Ywantã* e *Taitetu*) e uma antiga área de roça (Sítio *Mukuin Caniné*).

Realizamos os seguintes procedimentos: 1) delimitação da área do sítio; 2) coletas assistemática e sistemáticas amostrais não-probabilísticas; 3) coletas sistemáticas amostrais não-probabilísticas em sub-superfície (sondagens e poços teste).

A delimitação dos sítios somou técnicas distintas, como as sondagens, a presença de vestígios arqueológicos em superfície e a orientação dos Kaiabi. Em todos tivemos que superar os problemas de visibilidade do solo causados pela vegetação.

Considerando que era a primeira pesquisa arqueológica na área e que o tempo de permanência em campo era restrito, nos valem das informações Kaiabi sobre ecofatos que eles usam como referência na floresta, como a presença e as dimensões das capoeiras, a ocorrência das terras pretas, que para eles tinham correlação direta com a presença de materiais arqueológicos. A partir destas informações, com trena, bússola e facão, abrimos picada para estabelecer a primeira linha para orientar as sondagens em busca dos limites da terra preta e da capoeira, bem como da distribuição horizontal, de superfície, dos vestígios arqueológicos. Também foram realizadas linhas de sondagem no eixo perpendicular, com os mesmos procedimentos. Ao longo das linhas foram efetuadas sondagens com cavadeira a cada 50m (furos com 30 cm de diâmetro e 1m de profundidade), controlados por níveis artificiais de 10 cm, permitindo verificar a distribuição vertical das evidências e a caracterização das camadas de solo. Também foi

possível definir áreas de maior/menor concentração e onde as evidências estavam mais preservadas.

Com o sítio delimitado e esboçado em croqui, foram obtidas informações sobre a classificação Kaiabi dos tipos de solo e vegetação no centro e extremidades do sítio, tendo como objetivo correlacionar tais informações com os resultados arqueológicos obtidos.

Posteriormente escavamos um número variado de poços-testes de 1m² (comumente chamados de “cabine telefônica”), dispostos a partir da informação obtida nas sondagens. Os poços-testes foram controlados a partir de níveis artificiais de 10 cm, escavados cuidadosamente a cada nível, tanto para verificar a disposição do contexto, quanto para obter evidências arqueológicas e materiais para datações C¹⁴ e termoluminescência. Os solos escavados foram peneirados e os materiais recolhidos, contabilizados e registrados em fichas, tabelas e diários de campo. Foram obtidas amostras de solo para definição de cores pela tabela de Munsell, que também foram identificadas conforme as etnoclassificações Kaiabi. Também foram coletados 10cm³ de solo do quadrante nordeste de cada nível escavado - Amostra de Volume Constante (AVC) - para posteriores análises paleobotânicas e pedológicas. Também coletamos dados da vegetação conforme a etnobotânica Kaiabi.

Na superfície do solo a coleta sistemática foi realizada em quadrantes com área mínima de 10m², onde foram recolhidas todas as evidências arqueológicas. A coleta assistemática consistiu no recolhimento seletivo de materiais diagnósticos dispersos pelos sítios.

Todas essas atividades e todas as evidências registradas foram registradas em croqui, para posterior definição em carta planialtimétrica confeccionada por topografia.

A realização dessa etapa só foi possível graças aos Kaiabi. Sua participação, mais que entusiasmada, fez-se em um sistema de rodízio que envolveu o maior número de pessoas possível, medida tomada segundo recomendação dos Kaiabi para que mais pessoas passassem por esta experiência.

5.3.1. Resultados

5.3.1.1. Sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-1)

O sítio “Aldeia Dinossauro”, de localização já descrita, foi identificado a partir de uma grande quantidade de vestígios cerâmicos encontrados na superfície do terreiro e na área de roça no entorno da aldeia homônima. Com a pesquisa arqueológica, seus limites foram identificados mais além, abrangendo áreas de capoeira adjacentes¹, configurando um sítio de terra preta sobre latossolo amarelo (RADAM, 1980)², de forma semi-elíptica, com aproximadamente 176.400 mil m² (420 m no sentido N/S por 420 m no sentido E/W) (Figura 154).

A coleta obteve um total de 2.849 peças, divididas em 2.558 fragmentos cerâmicos e 283 líticos. Destes, 94 fragmentos cerâmicos e cinco líticos foram coletados na superfície de um quadrante de 20m² delimitado na área de roça (Figura 155). Dentre os líticos, dois são laminas de machado.



Figuras 155 Coleta sistemática amostral não-probabilística em superfície (20 m² na área de roça da aldeia Dinossauro).

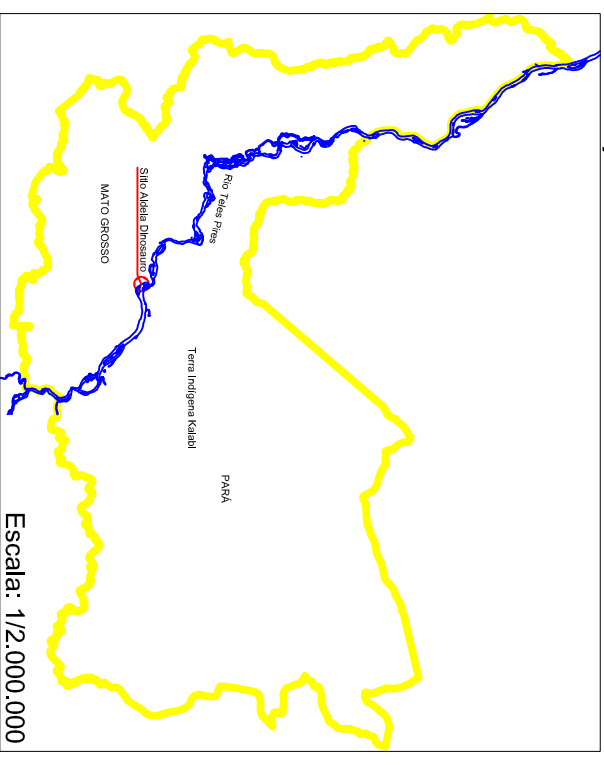
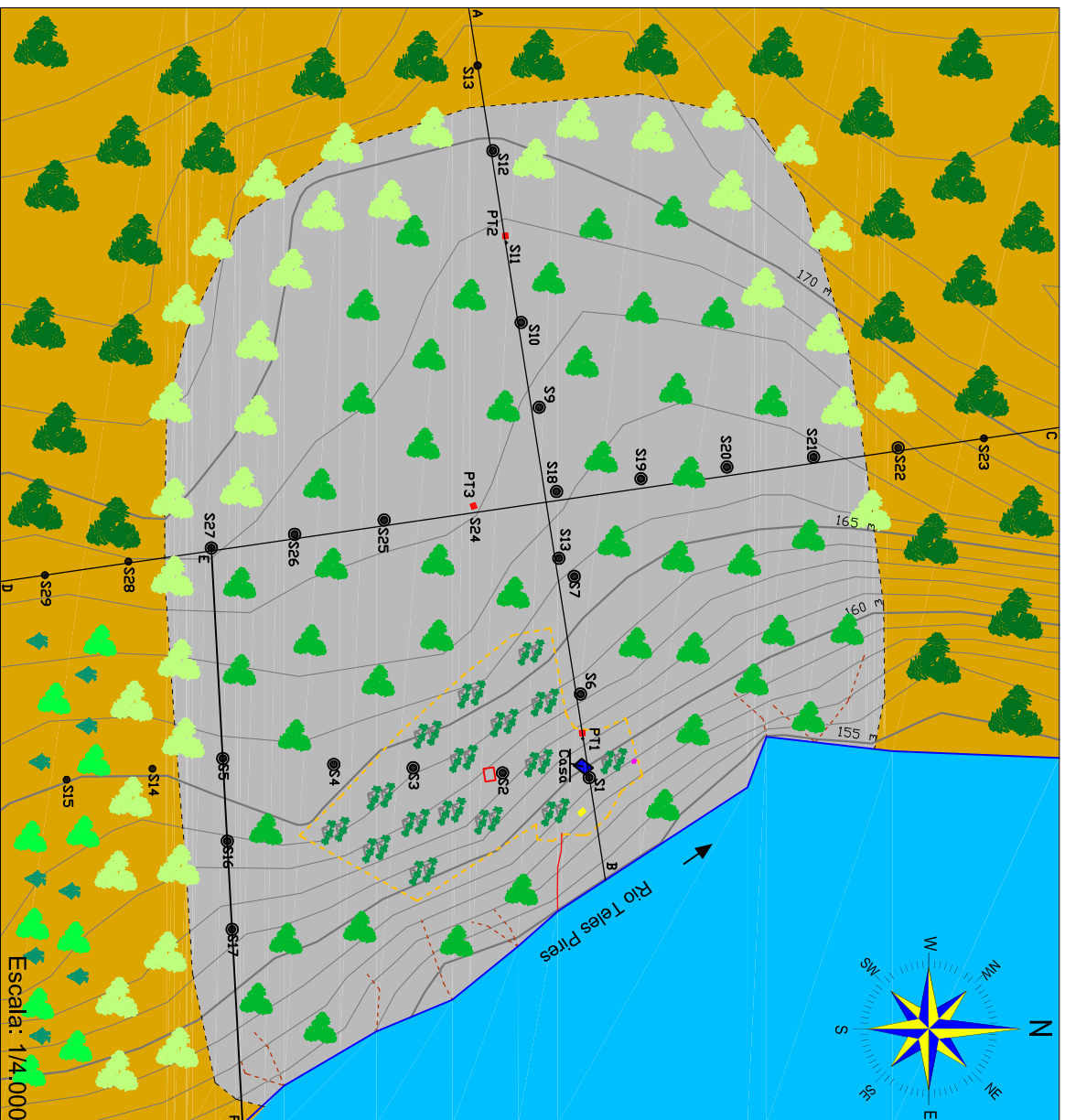
Das 29 sondagens de sub-superfície a cada 50 m, com 90 cm de profundidade média, foram coletados 2.749 peças, das quais 553 vieram de sondagens (457 fragmentos cerâmicos e 96 líticos). Dos três poços-teste foram coletados 2.196 peças, 2.007 fragmentos cerâmicos, 126 líticos, incluindo sete amostras de carvão.

Conforme a metodologia, a primeira linha de sondagem foi traçada sob a orientação Kaiabi, no sentido do eixo maior do *kofet* (capoeira) sobreposto na *ywi'on* (terra preta). Já a linha perpendicular foi traçada com base nos resultados da primeira, e a partir do debate entre arqueólogos e os Kaiabi (Figura 154 e Figura 156).

¹ Floresta decidual, submontana dossel emergente em estágio secundário de sucessão vegetal (RADAM, 1980).

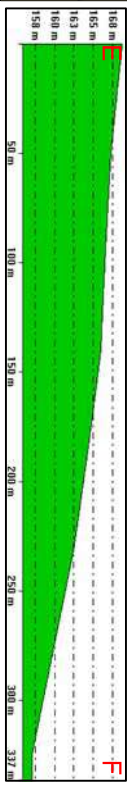
² LVa7 – Latossolo Vermelho-Amarelo álico text. Méd e Areia: Quartzosas álicas fl. Rel. pl. e s. ond.

Sítio arqueológico Aldeia Dinossauro (MT-TP-01)

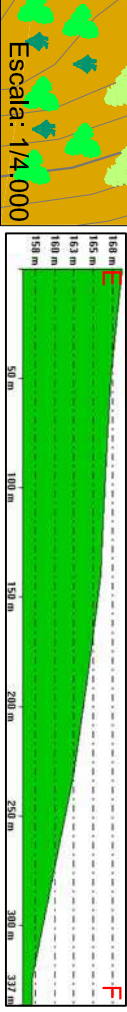


LEGENDA

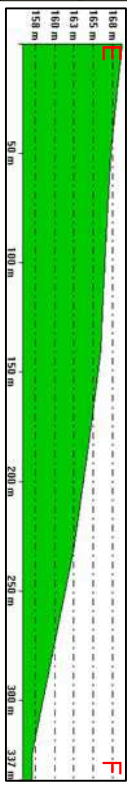
- Sondagem
 - Sondagem com material Arqueológico
 - Poço Teste (Unidade com 1m²)
 - ◆ Casa Sr José Kaiabi
 - ◆ Banheiro
 - ◆ Sementeira
 - ◆ Borda de Capoeira (*Kofel remejejp*)
 - ◆ Capoeira (*Kofel*)
 - ◆ Falsa Capoeira (*Kofelrãñ*)
 - ◆ Floresta - Mato Verdadero (*Ka'a rete*)
 - ◆ Rocha (*Ko*)
 - Coleta de superfície (20m²)
 - - - Delimitação da área de roça
 - Porto utilizado Atualmente
 - - - Portos Arqueológicos
 - Terra Preta (*Xw'ion*)
 - Terra Vermelha (*Xw'ipiran*)
 - Curvas de nível
 - ◆ Cipoal
 - Equidistância das Curvas de nível: 1m
- Elementos traçados foram estimados apartir de Vektors SRTM e Imagens de Satélite Landsat 5



Perfil A - B



Perfil C - D



Perfil E - F

Havia evidência arqueológica em 24 das 29 sondagens, demonstrando correlação positiva com áreas manejadas (*kofet* e terra preta). Nas sondagens estéreis, apenas S-9 encontrava-se no interior do sítio, as demais (S-13, S-14, S-15, S-17, S-23 e S-29), se localizam em suas extremidades, onde a ausência de material sobrepunha-se com áreas não manejadas e outros tipos de solo (ver Figura 154 e Tabela 18).



Figuras 156 Discussão e planejamento da segunda linha de sondagem no sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-1).

O limite leste do sítio é marcado pela barranca do terraço fluvial, pois, tanto a sondagem 01 no terreiro, quanto S-17 em área de *kofet* (a sudeste), apresentaram material associado a solo de coloração preta, denominado *ywi'on* (Figura 154, Figuras 157 a 160 e Tabela 18).



Figuras 157 e 158 Equipe de pesquisa na Aldeia Dinossauro, próximos da sondagem 01(Limite Leste). Sedimento Preto (10YR 2/1) denominado *Ywi'on* (terra preta).

Tabela 18 Descrição dos limites do sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-1) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética

Limites do Sítio	Sondagem Localização	Material arqueológico	Tipo de Solo		Tipo de Vegetação	
			Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes	Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes
Leste	S-1 (300N/450E)	Até 60 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-20 cm: Preto (10YR 2/1) ; 20-40 cm: cinza muito escuro (10YR 3/1) ;	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio sucessional da floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente.
	S-17 (150N/550E)	Até 30 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-20 cm: Preto acinzentado (10YR 3/1) ; 20-70 cm: Variegado Preto acinzentado (10YR 3/1) e marrom (10YR 4/3).	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Idem
Oeste	S-11 (350N/150E)	Até 1,10 m	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-30 cm: Cinza muito escuro (10YR 3/1) 30-100 cm: Marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2).	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Idem
	S-12 (350N/100E)	Até 10 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-50 cm: Marrom-acinzentado muito escuro (10YR 3/2).	<i>Kofet remejep</i> (Borda da Capoeira)	Estágio sucessional da floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente mais avançado que o <i>Kofet</i> .
	S-13 (350N/50E)	Ausente	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-60 cm: Marrom (10YR 4/3).	<i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro)	Floresta de terra firme (Floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente).
Norte	S-21 (500N/300E)	Até 60 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-10 cm: Preto acinzentado (10YR 3/1) ; 10-20 cm: Variegado preto acinzentado (10YR 3/1) , marrom (10YR 4/3) e marrom amarelado (10YR 5/6); 20-40 cm: Variegado preto-acinzentado (10YR 3/1) , marrom amarelado (10YR 5/6) e marrom (10YR 4/3).	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio sucessional da floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente.
	S-22 (550N/300E)	Até 10 cm	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-70 cm: Marrom (10YR 4/3).	<i>Kofet remejep</i> (Borda da Capoeira)	Estágio sucessional da floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente mais avançado que o <i>Kofet</i> .
	S-23 (600N/300E)	Ausente	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	Marrom (10YR 4/3)	<i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro)	Floresta de terra firme (Floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente).
Sul	S-5 (150N/405E)	Até 40 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-30 cm: preto (10YR 2/1) ; 30-40 cm: preto (10YR 2/1) mosqueado de cinza muito escuro (10YR 3/1) .	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio sucessional da floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente.
	S-14 (100N/450E)	Ausente	<i>Ywupiran'on</i> (terra meio preta meio vermelha)	0-10 cm: Marrom escuro (10YR 3/3); 10-90 cm: Marrom amarelado (10YR 5/6).	<i>Kofet remejep</i> (Borda da Capoeira)	Estágio sucessional da floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente mais avançado que o <i>Kofet</i> .
	S-15 (50N/450E)	Ausente	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-10 cm: Marrom amarelado (10YR 5/6); 10-100 cm: Marrom amarelado (10YR 5/6).	<i>Koferân</i> (Falsa capoeira) e <i>Ypotyp</i> (Cipoal)	Floresta estacional decidual sub-montana dossel emergente pouco desenvolvida, com menor diversidade e grande quantidade de cipós.



Figuras 159 e 160 Sondagem 17, vegetação denominada *Kofet* (Capoeira), solo preto acinzentado (10YR 3/1) denominado *Ywi'on* (terra preta) (Murici Kayabi) (Limite Leste).

Ao buscarmos o limite do sítio nessa porção, partindo da sondagem dezessete em sentido leste, encontramos duas feições alongadas em forma de U que se estendiam ao longo de toda a declividade do terraço até chegar à margem do rio (Figuras 161). Tais feições foram identificadas por um de nossos interlocutores como caminhos utilizados pelos antigos ocupantes do sítio para chegarem do porto até a área elevada da aldeia, muito semelhantes ao caminho atualmente utilizado pelos atuais moradores (Figuras 162). A partir das feições próximas de S-17 percorremos, a pé e de barco, a margem do Teles Pires em frente à aldeia, onde encontramos 11 feições semelhantes entre si e ao atual acesso a aldeia.



Figura 161 Atu Kayabi em feição arqueológica identificadas como antigos caminhos de acesso à aldeia Dinossauro.



Figura 162 Caminho do porto a aldeia Dinossauro (vise-versa) atualmente utilizado por seus moradores.

O limite oeste do sítio foi arqueologicamente observado pela diminuição da quantidade de material arqueológico e mudança da coloração do solo na transição das sondagens onze, doze e treze (Figuras 163 e 164). Em S-11, escavada no *kofet*, o solo argilo-arenoso cinza muito escuro (10YR 3/1) foi reconhecido como *ywi' on*. Nessa sondagem encontramos a segunda maior quantidade de material arqueológico e em maior profundidade (1,10m), razão pela qual o local foi escolhido à escavação de um poço-teste. Na sondagem seguinte (S-12), a vegetação passou a ser denominada *kofet remejep*, apontado pelos kaiabi como o limite do sítio. Segundo Silva *et al* (2000:18), *kofet remejep* define a borda da capoeira. Tal informação foi comprovada com uma significativa redução de material arqueológico, tanto em quantidade quanto profundidade¹.

Nossos interlocutores também denominaram essa floresta secundária em estágio sucessional mais avançado que o *kofet* como *ywkaivet* ou *ywkaivet remejep*, tratando-se de uma porção da floresta que recebeu os efeitos indiretos do fogo. Nesta sondagem (S-12), embora o solo tenha ficado mais claro (marrom-acinzentado muito escuro -10YR 3/2), continuou sendo denominado como terra preta, porém com a observação de que não teria sido muito queimada.



Figuras 163 e 164 Sondagem 12 (350N/100E), vegetação denominada *Kofet remejep* (Borda da Capoeira) e sedimento marrom-acinzentado muito escuro (10YR 3/2) denominado *Ywi'on* (terra preta) (Murici Kayabi) (Limite Leste do sítio).

¹ Um cerâmico e um lítico até 20 cm.

Por fim, a ausência de material em S-13 correspondeu com o reconhecimento da vegetação de floresta primária de terra firme como *ka'a rete* (mato verdadeiro). O solo argilo-arenoso de coloração marrom (10YR 4/3) foi classificado *ywi'piran* (terra vermelha) (Figuras 165 e 166).



Figuras 165 e 166 Sondagem 13 (Limite Oeste) Vegetação denominada *Ka'a rete* (Mato verdadeiro) e solo marrom (10YR 4/3) denominado *Ywi'piran* (terra vermelha).



Tal situação se repetiu nos demais limites do sítio. Ao norte, a sondagem vinte e um, escavada no *kofet*, revelou material arqueológico até 60 cm em um solo reconhecido como *ywi'on* (preto acinzentado - 10YR 3/1). Na sondagem seguinte (S-22) os Kaiabi anunciaram o fim do sítio ao identificarem o *kofet remejep* associado a um solo argilo-arenoso marrom (10YR 4/3) denominado *ywy'piran*, onde encontramos apenas três fragmentos cerâmicos a 10 cm de profundidade. Por fim, na sondagem vinte e três, a inexistência de material foi anunciada pelos Kaiabi através da presença de *ywy'piran* associada à vegetação de *ka'a rete* (Figuras 167 a 169).



Figura 167 a 169 Limite Norte, Sondagem 23. Vegetação reconhecida como *Ka'a rete* (Mato verdadeiro) e solo sedimento *Ywi'piran* (terra vermelha) na (Limite Norte do sítio).

No limite sul do sítio, os resultados arqueológicos observados nas seqüências de sondagens (S-5, S-14, S15 e S-27 a S-29) coincidiram com as informações etnográficas. A título de exemplificação são apresentados os resultados obtidos com as sondagens cinco, quatorze e quinze. A escavação de S-5 no *kofet* resultou na presença de material arqueológico em um pacote de solo preto (10YR 2/1) (Figuras 170 a 172).



Figuras 170 Sondagem 5, vegetação denominada *Kofet* (capoeira) (Limite Sul do sítio).



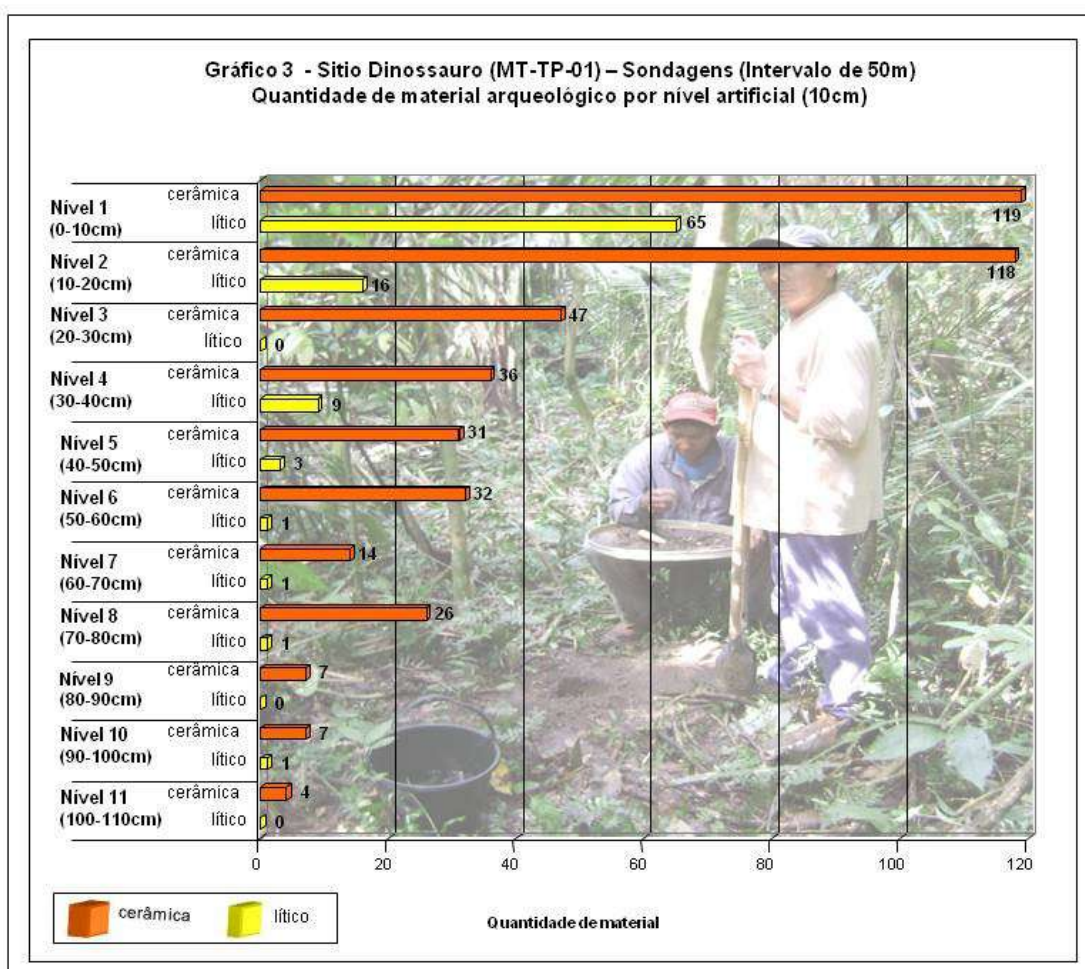
Figuras 171 e 172 Sondagem 5, sedimento preto (10YR 2/1) denominado *Ywi'on* (terra preta) (Limite Sul do sítio).

Na sondagem seguinte (S-14), o limite do sítio foi previsto pelos Kaiabi ao reconhecerem a vegetação como *kofet remejep* e o solo marrom escuro (10YR 3/3) como *ywi'piran'on* (terra meio preta meio vermelha), onde não encontramos material arqueológico. Na última sondagem da linha (S-15), a ausência de material arqueológico também foi anunciada pela ocorrência de vegetação classificada como *koferan*, que, segundo os Kaiabi e trabalhos anteriores (Silva *et al*, 2000; Schmidt, 2001), trata-se de uma falsa capoeira. O *koferan* tem certa semelhança com o *kofet*, porém é menos desenvolvido e cresce sobre *ywi'piran*, que, no caso de S-15, trata-se de um solo marrom-amarelado (10YR 5/6). Devido à ocorrência de cipós, a vegetação nesta porção do sítio também foi denominada de *ygotyp* (cipoal) (Figuras 173 a 175).



Figura 173 a 175 Sondagem 15 (Limite Sul do sítio), vegetação denominado *Koferân* (Falsa capoeira) e *Ygotyp* (Cipoal). Solo Marrom amarelado (10YR 5/6) identificado como *Ywi'piran* (terra vermelha).

Em termos de distribuição vertical, os materiais arqueológicos foram encontrados em maior quantidade nos primeiros vinte centímetros, em um pacote de solo, predominantemente, argilo-arenoso preto (10YR 2/1) (Gráfico 3). Este tipo de solo se estende ao nível três (20-30 cm), com algumas variações do marrom-acinzentado muito escuro (10YR 3/1), em que temos uma redução de material a um terço dos níveis superiores. Esta quantidade de material ocorre até o nível seis (60 cm), associada a uma variação do solo marrom acinzentado muito escuro com outros que tendem a clarear na medida em que aprofundamos (cinza muito escuro – 10 YR 4/1; marrom amarelado 10YR 5/6; amarelo 10YR – 7/8). A partir de sessenta centímetros, até um metro e dez centímetros, a quantidade de material torna a reduzir, o que é acompanhado pelos tipos de solo citados.



Uma vez o sítio delimitado, passamos à escavação dos poços-testes (1m²). O primeiro (PT-01) foi escavado próximo à casa de José Kaiabi no terreiro da aldeia, entre as sondagens um e seis. O local foi escolhido em vista da profundidade do solo preto (até 60 cm) e a grande quantidade de material arqueológico nas sondagens próximas (Figuras 176).



Figura 176 Área de escavação do poço-teste 1.

Foram escavados oito níveis artificiais, com a evidenciação de quatro camadas de solos diferenciados e coletadas 1.149 peças (1.098 cerâmicas, 51 líticos e quatro amostras de carvão) (Figura 177 e Gráfico 4).

Partindo da superfície até aproximadamente 2,5 cm temos a primeira camada (A), formada por solo argilo-arenoso cinza muito escuro. Tal coloração possivelmente esta associada à deposição de carvão resultante da recente coivara. Nessa camada foram coletados, aproximadamente, a quarta parte do material obtido no primeiro nível (Gráfico 4).

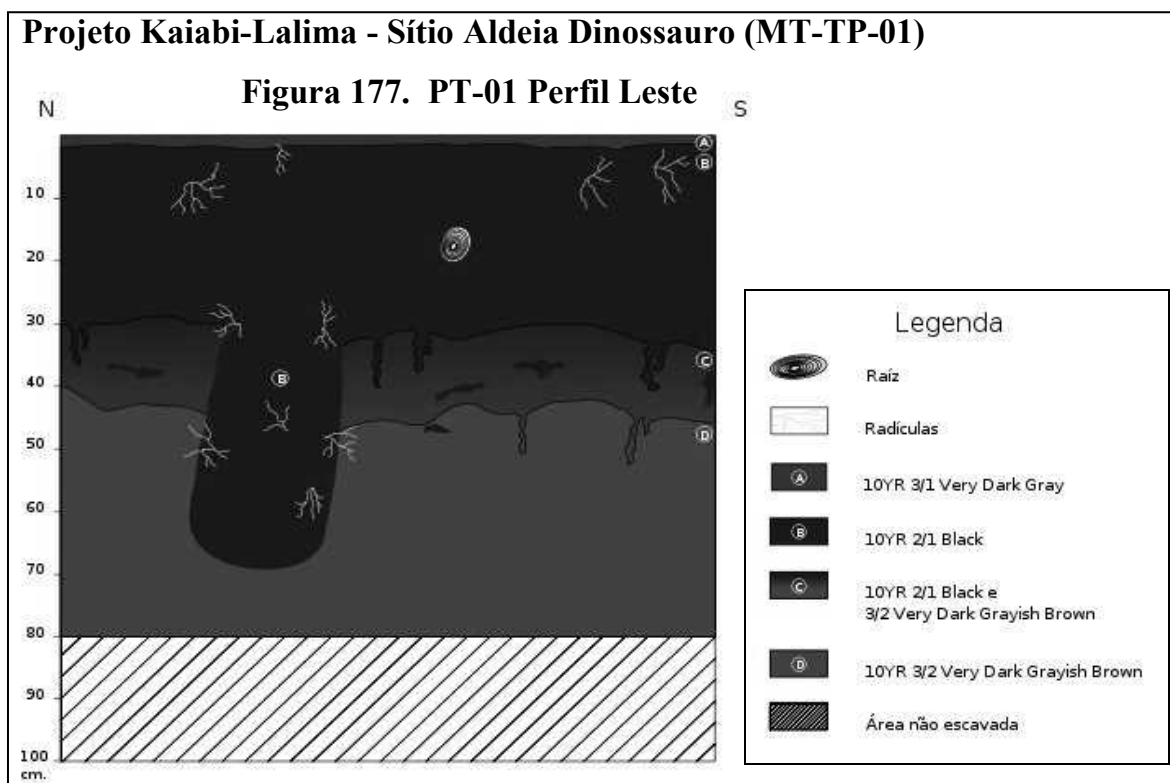
A camada B é constituída de solo argiloso pouco compactado preto (10 YR 2/1), evidenciado nos sete centímetros e meio restantes do nível um até o nível três (30 cm). Nesta camada foi coletada a maior quantidade de evidências arqueológicas, totalizando 962 peças (892 cerâmicas e 30 líticas), além da ocorrência de grânulos de carvão.

A terceira camada (C), constituída pelo nível quatro (30-40 cm) foi caracterizada por um solo argiloso variegado preto (mais compacto) e marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2) (mais solto). Nesta camada houve uma diminuição na quantidade de material arqueológicos (ver Gráfico 4) sendo registradas ocorrências de vestígios, aparentemente, articulados. A primeira se trata de dois fragmentos cerâmicos associados a três pequenos fragmentos de carvão, encontrados na matriz do solo argiloso preto². Os fragmentos de carvão foram coletados junto com os fragmentos cerâmicos com a perspectiva de obter uma datação arqueológica. A segunda ocorrência caracterizou-se

² (X - 82 cm; Y - 36 cm; Z - 36,5cm)

como uma concentração de três fragmentos de carvão no quadrante noroeste, na faixa de transição dos tipos de solo referidos³. Nesta camada também foi registrada a ocorrência de pequenos fragmentos de carvão encontrados na peneira.

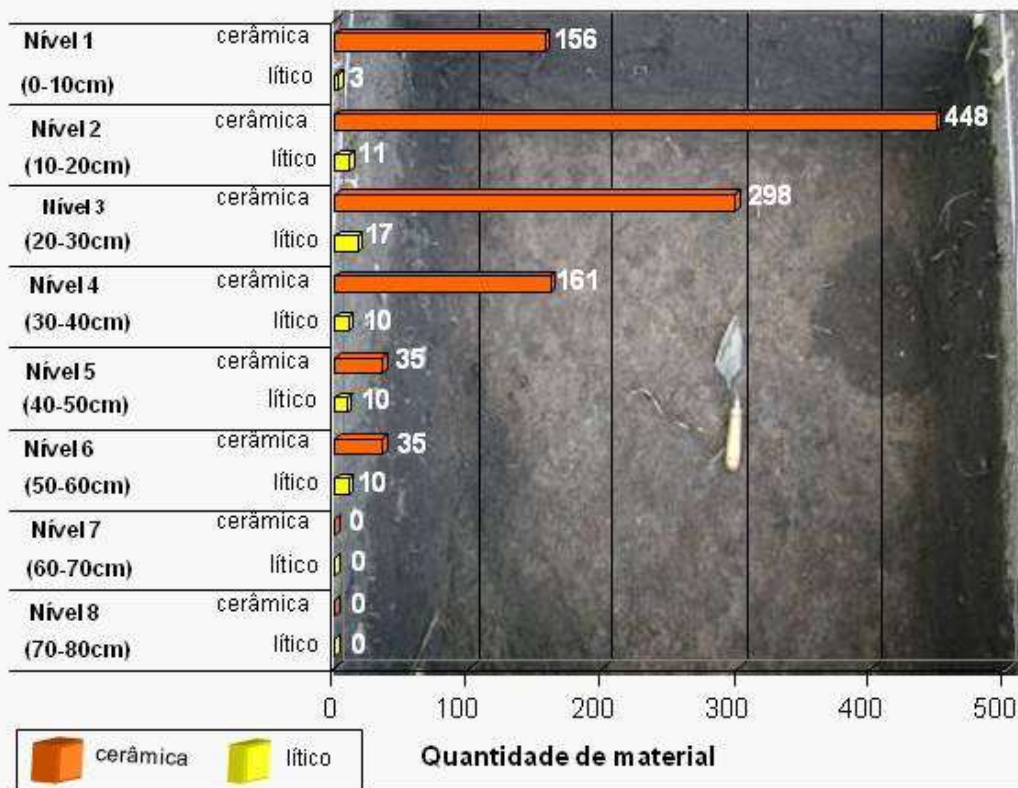
A última camada (D) se constitui do solo argiloso marrom acinzentado muito escuro (10 YR 3/2) entre os níveis cinco e oito (40 a 80 cm), onde foi observada uma correlação entre a diminuição gradual do solo preto até seu desaparecimento (50cm) e a diminuição na quantidade de vestígios arqueológicos. Pequenos fragmentos de carvão continuaram a aparecer⁴. Há 45 cm de profundidade, em meio à predominância do solo marrom, foram observadas duas feições circulares de solo preto, uma no canto sudoeste e outra no canto nordeste. No final do nível (Z-49cm) a feição no canto sudoeste desapareceu, enquanto a nordeste - a princípio com 25 cm de diâmetro – transpassou os níveis seis e sete (50 a 70 cm) diminuindo gradativamente até desaparecer no nível oito (80 cm). É pouco provável que tal feição venha a ser um buraco de esteio, pois em vista sua inclinação e disposição no sentido (E/W), observada desde o nível três, possivelmente trata-se de uma bioturbação.



³ (X - 91 cm; Y - 20 cm; Z - 37 cm)

⁴ A escavação do nível seis também evidenciou uma concentração de três fragmentos de carvão que foram coletados para datação.

**Gráfico 4 Sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-01) - Poço Teste -1 (1m²)
Quantidade de material arqueológico por nível artificial 10cm**



O poço-teste 02 foi escavado paralelo à sondagem onze, na área de capoeira a aproximadamente setenta e cinco metros do limite oeste do sítio (Figura 178). Foram escavados oito níveis artificiais, os quais evidenciaram quatro camadas de solos diferenciados que resultaram na coleta de 574 peças arqueológicas (518 cerâmicas e 56 líticas), além de amostras de carvão e cerâmica para datação (Figura 179 e Gráfico 5).



Em superfície, abaixo da **Figura 178** Escavação do Poço-Teste 02.

serrapilheira, encontramos fragmentos de cerâmica sobre um solo argilo-arenoso pouco compactado de cor cinza muito escuro (10 YR 3/1). A primeira camada (A), também constituída por este tipo de solo compreendeu 75% do primeiro nível. Embora seja pouco espessa, essa camada revelou quantidade de vestígios arqueológicos maior que a soma de todas as camadas inferiores (ver Gráfico 5).

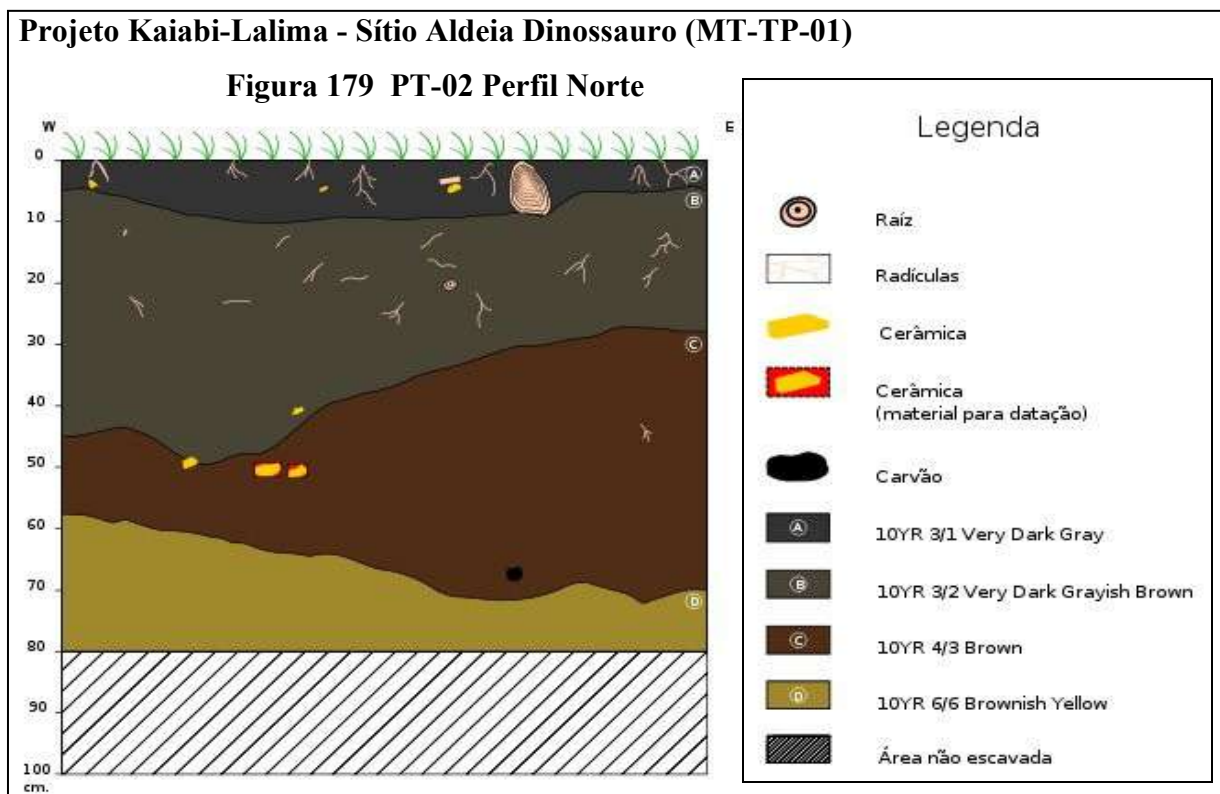
A camada B constitui-se de solo argilo-arenoso (úmido e compactado) marrom acinzentado muito escuro (10 YR 3/2) que abarcou o segundo e terceiro nível, metade do quarto e aproximadamente, 20% do nível cinco (ver Figuras 179). Embora seja um pacote de solo maior, a camada B registrou uma diminuição na quantidade de material (Gráfico 5). Os fragmentos cerâmicos encontrados na porção de vinte a trinta centímetros de profundidade (nível 3) e em parte do quarto nível apresentam coloração e espessura semelhantes, se tratando, possivelmente, de partes de uma mesma vasilha. No nível três, foi coletado um fragmento de carvão associado a um fragmento cerâmico como amostra para datação arqueológica radiocarbônica. No quarto nível evidenciamos parte da casca de um pequeno coco carbonizado e um fragmento de carvão, ambos foram coletados para datação⁵.

A camada (C) constituiu-se de solo argilo-arenoso marrom (10 YR 4/3) (mais úmido e compactado), evidenciado em 40% do quarto nível, se estendendo até, aproximadamente, sessenta e cinco centímetros (50% do nível 7). Nesta camada houve uma significativa diminuição na quantidade de material (ver Gráfico 5), com destaque a

⁵ Também foram encontrados pequenos grânulos de carvão ao peneirar o solo desta camada.

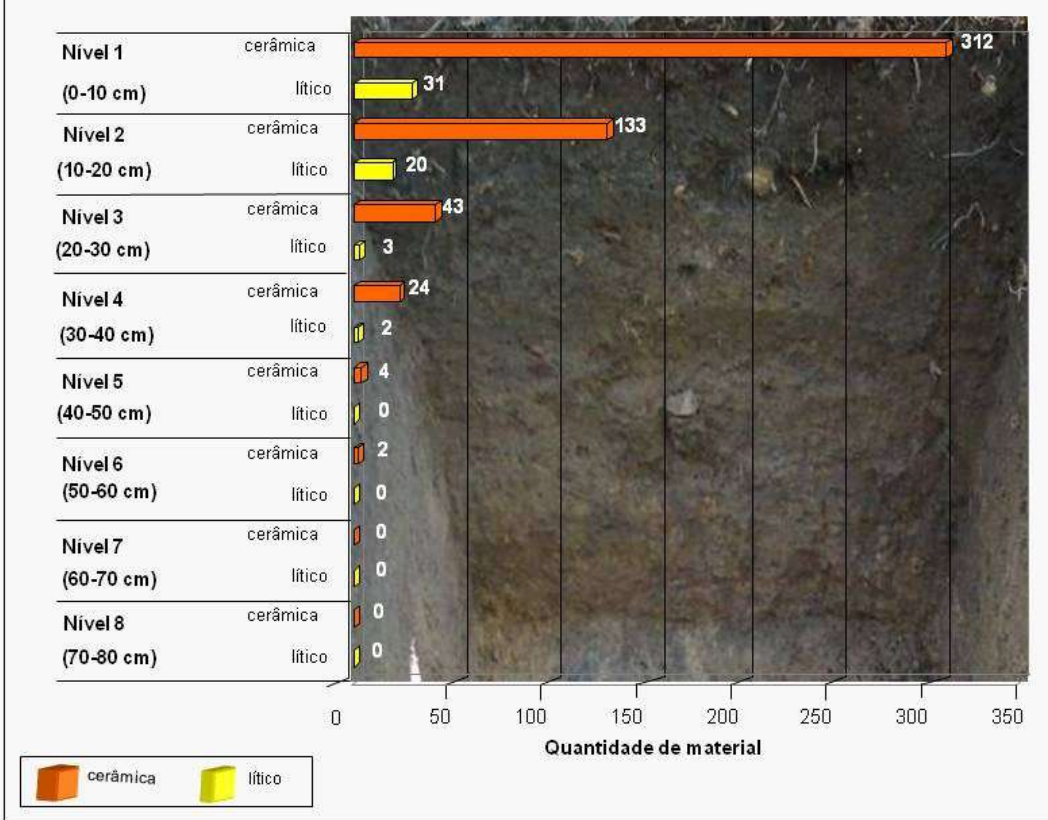
dois fragmentos cerâmicos de maior tamanho encontrados no perfil norte⁶, ambos foram coletados associados a uma porção de solo como amostra para datação pelo método da termoluminescência.

A camada (D) foi a última a ser escavada e apresentou-se estéril, abrangendo a segunda metade do nível sete e o nível oito (65 a 80 cm) de um solo argiloso amarelo/marrom (10YR 6/6), mais úmido e compactado.

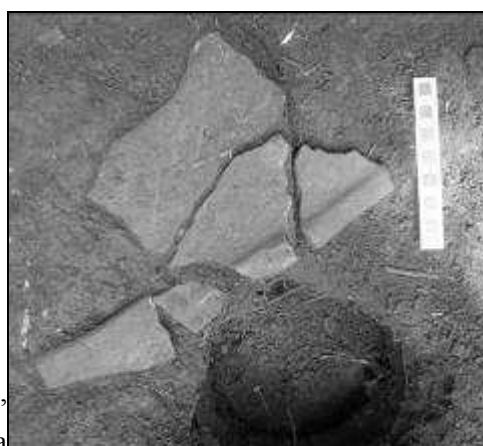


⁶ (Z- 50 cm e Y-30 cm).

Gráfico 5 Sítio Aldeia Dinossauro (MT-TP-01) - Poço Teste 2 (1m²)
Quantidade de material arqueológico por nível artificial 10cm



O poço-teste 03 foi empreendido em área de capoeira na região central do sítio, especificamente no mesmo local da sondagem vinte e quatro (ver Mapa 02), que detectou um grande fragmento cerâmico desde os níveis superiores e uma concentração de tais vestígios a 40 cm (Figuras 180 a 182). Foram escavados quatro níveis artificiais que revelaram três distintas camadas, e resultaram na coleta de 466 peças arqueológicas (391 cerâmicas e 75 líticas), subtraído os materiais obtidos na sondagem (Gráfico 6).



Figuras 180 e 181 Poço-teste 3 (300N/300E), escavação dos fragmentos identificados pela sondagem 24.



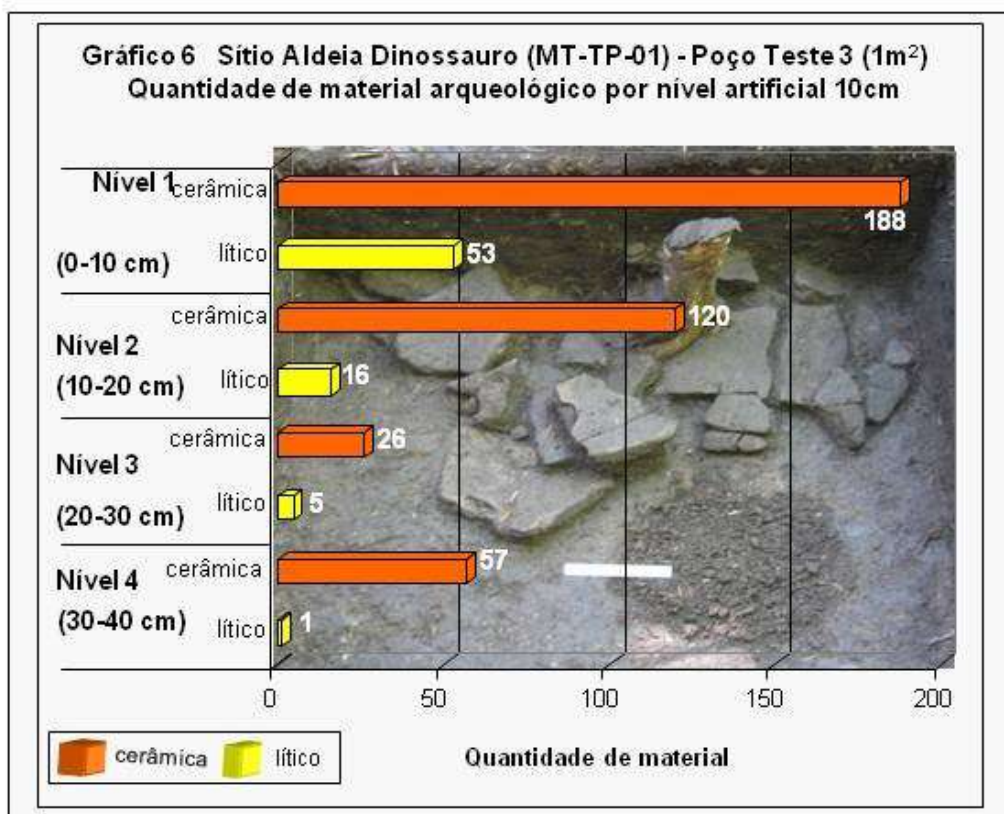
Figura 182 Poço-teste 3 (300N/300E), estrutura com fragmentos cerâmicos articulados encontrados na porção norte da camada 3 (nível 4).

Em superfície o solo evidenciado é argilo-arenoso preto, que, embora estivesse coberto por serrapilheira não escondeu fragmentos cerâmicos ao redor do poço-teste. A camada A consistiu-se dos cinco primeiros centímetros do nível um onde encontramos um solo argiloso cinza muito escuro. Neste foram coletadas 102 peças arqueológicas (94 cerâmicas e 26 líticas) (Figura 183 e Gráfico 6). Observações apontam à possibilidade de que no quadrante sudoeste do primeiro nível foram coletados praticamente todos os fragmentos de uma vasilha (prato ou alguidar).

A camada B constitui-se de um solo argiloso cinza escuro (10YR 4/1) representado pela segunda metade do primeiro nível (5 a 10 cm) até o terceiro (30 cm), onde foi encontrada uma maior quantidade de peças arqueológicas em relação à

primeira camada. Provavelmente alguns fragmentos encontrados nessa camada fazem parte da vasilha encontrada na camada anterior.

A camada C é constituída de solo argiloso marrom escuro acinzentado (10YR 4/2) que abrangeu o nível quatro (30-40 cm), houve uma significativa redução na quantidade de material. Nos quadrantes noroeste e nordeste foi encontrada uma concentração de grandes fragmentos cerâmicos de vasilhas, pequenos fragmentos de carvão e blocos líticos. As semelhanças na espessura e coloração dos fragmentos apontam à possibilidade de pertencerem a uma vasilha, tipo assador ou torrador de farinha de mandioca, todavia, também foram coletados fragmentos que parecem pertencer a vasilhas de outros tipos. Nesse sentido também é possível que o solo compactado seja o piso de uma área de habitação. É importante sublinhar que o contexto foi perturbado por raízes de uma palmeira próxima e árvores da capoeira. O carvão encontrado junto à concentração cerâmica foi coletado para tentar uma datação. Devido ao tempo escasso e aos objetivos do projeto, de cumprir o cronograma de levantamento e prospecção em outros sítios, a escavação foi interrompida, o poço-teste coberto para proteger o contexto arqueológico. Ficou decidido, em consenso com os Kaiabi, que a escavação seria retomada em 2009.



5.3.1.2. Sítio *Mukuin Caniné* (MT-TP- 02)

O sítio *Mukuin Caniné* (Duas Araras) está implantado nas encostas baixa e média de uma colina suave na margem esquerda do rio Teles Pires, praticamente em frente à aldeia Coelho (ver N-20 no Mapa na pg. 162). O sítio foi primeiramente localizado a partir das informações de nossos interlocutores que o conheciam como um *kofet* (capoeira)¹, utilizada como área de roça pelos Kaiabi que moravam em antigas aldeias próximas (*Ywy'am pororok* - N-21 e *Ypoðkai* – N-24) (ver Mapa pg. 162). Atualmente os moradores da aldeia Coelho estão reutilizando parte do sítio para a mesma finalidade, cultivando banana, mandioca, cana e abacaxi, além de coletarem a produção de alguns mamoeiros outrora dispersos pela avifauna. A utilização do sítio como roça no passado e atualmente foi justificada pela ocorrência de terra preta, que aparece associada a uma quantidade significativa de vestígios arqueológicos.

Segundo os moradores da aldeia Coelho, a área também é utilizada para a caça, atividade que se tornou mais freqüente após a implantação da roça, pois animais como paca, anta e queixada passaram a visitar a área, atraídos pelos produtos cultivados.

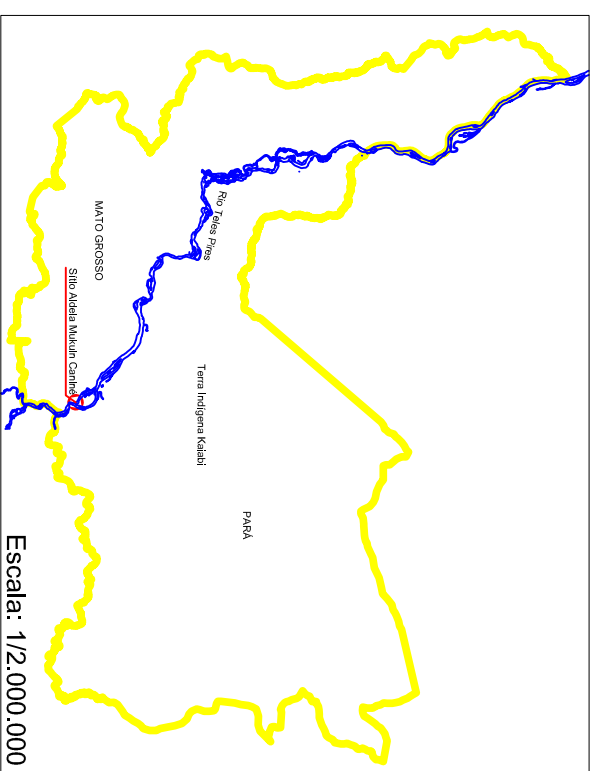
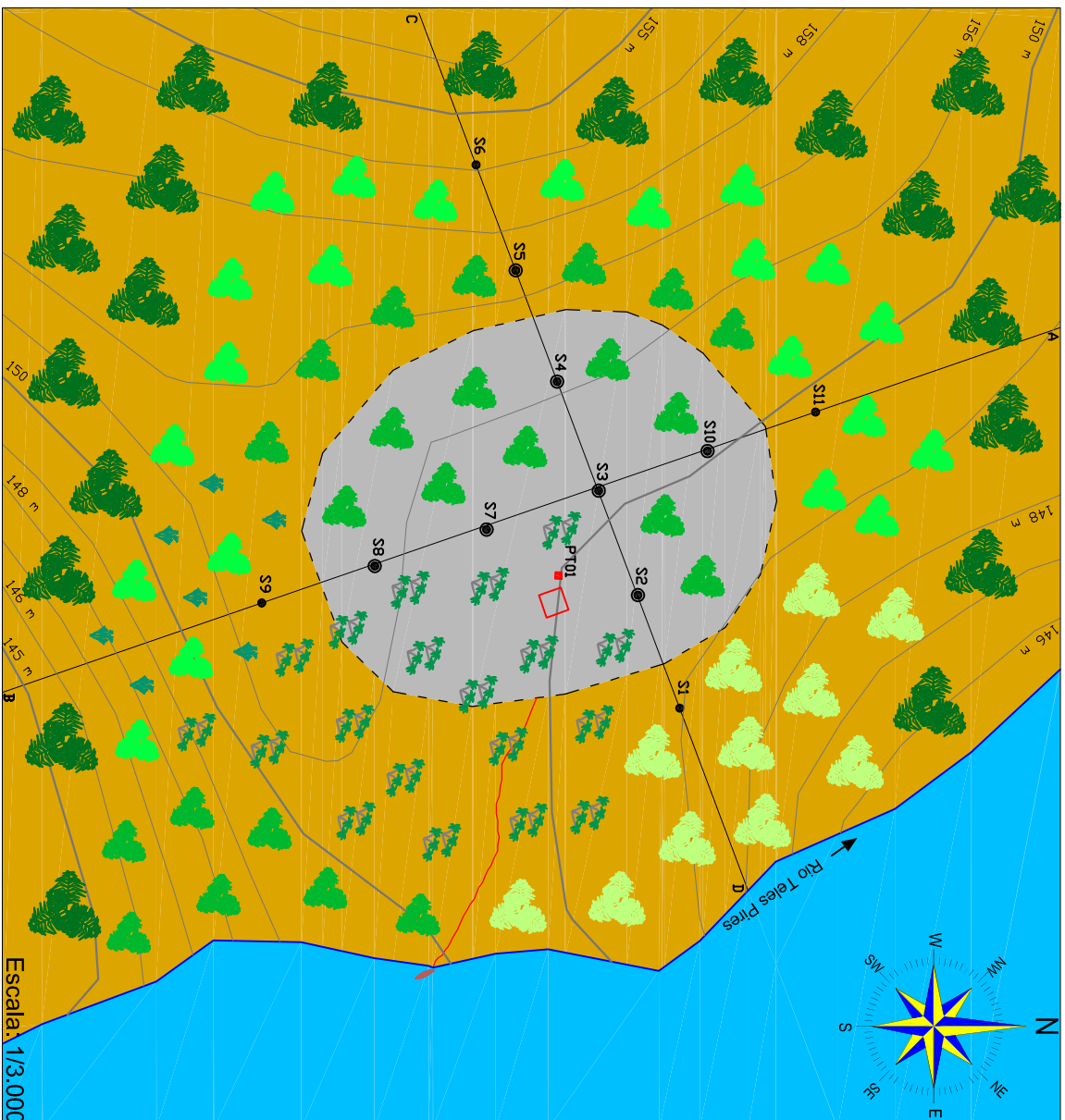
A partir das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no sítio, que consistiram de coletas sistemáticas amostrais não probabilísticas em superfície e sub-superfície, pudemos identificar a dispersão de vestígios cerâmicos e líticos (de lascamento e polimento), associados a um núcleo de solo escuro (terra preta) sobre latossolo vermelho-amarelo (RADAM, 1980)², com cerca de 200 m de extensão no sentido Leste-oeste, por 200 m de largura, totalizando 40.000 mil m² de área e espessura de 30 cm aproximadamente (Figura 184).

As atividades de coleta obtiveram um total de 1.228 peças, com 1.059 fragmentos cerâmicos e 169 líticos. Destes, 236 fragmentos cerâmicos e 46 líticos foram coletados na superfície de um quadrante de 10m² delimitado na porção noroeste da área de roça, vinte e cinco metros ao sul da sondagem dois (Figuras 185 e 186).

¹ Segundo os dados apresentados no RADAMBRASIL (1980) o sítio está localizado em uma região fitogeográfica de contato entre a savana e a floresta estacional, mais especificamente na subformação floresta decidual submontana dossel emergente.

² Latossolo vermelho-amarelo álico text. Méd. e Areias Quartzosas álicas fl. Rel. pl. e s. ond (RADAMBRASIL, 1980).

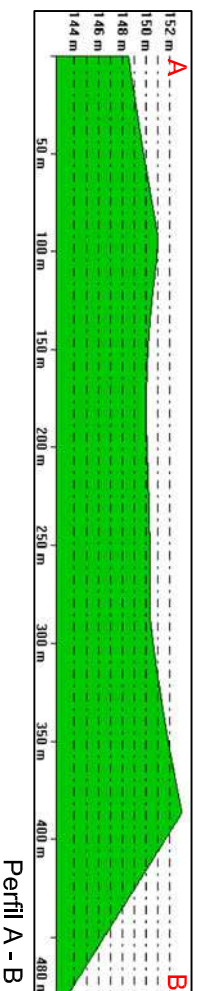
Sítio arqueológico Aldeia Mukuin Caniné (MT-TP-02)



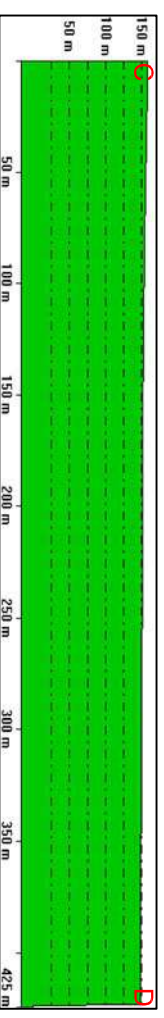
LEGENDA

- Sondagem sem material
- ⊙ Sondagem com material Arqueológico
- Poço Teste (Unidade com 1m²)
- Roça (Ko)
- Borda de Capoeira (Kofei remejeq)
- Falsa Capoeira (Koferdn)
- Capoeira (Kofei)
- Floresta - Mato Verdadeiro (Ka'a rete)
- Delimitação da área de terra preta
- Porto e caminho Utilizado Atualmente
- ◊ Coleta de superfície (10m²)
- Terra Preta (Ywi'on)
- Terra Vermelha (Ywi'piran)
- ≡ Curvas de nível
- ♣ Cipóal

Equidistância das Curvas de nível: 1m
Elementos traçados foram estimados apartir de
Valores SRTM e Imagens de Satélite Landsat 5



Perfil A - B



Perfil C - D



Figura 185: Sítio Mukuin Caniné, área de coleta sistemática de superfície na porção noroeste da roça atualmente implantada no sítio.



Figura 186: Ângelo Munduruku com um fragmento de borda obtido na coleta de superfície.

Foram realizadas onze sondagens em intervalos de 50 m e 80 cm de profundidade, sendo divididas em duas linhas com as respectivas orientações nordeste-sudoeste, a 80° e sudeste-noroeste, a 150°. Foram registradas evidências arqueológicas em sete delas, com a coleta de 371 peças, sendo 324 fragmentos cerâmicos e 47 líticos. As sondagens estéreis estão localizadas nas extremidades do sítio (ver S1, S6, S9 e S11), onde a ausência de material apresentou correlação positiva com a vegetação não manejada e o solo de coloração diferente ao do sítio (ver Figura 184 e Tabela 19).

A Nordeste, o sítio foi delimitado aproximadamente entre as sondagens um e dois. A primeira estéril e a segunda com material arqueológico. Os tipos de solo e vegetação foram caracterizados diferentemente por nossos interlocutores. Para Atu Kayabi, em S-1 o solo argilo-arenoso cinza amarronzado claro (10YR 6/2) foi classificado como *ywi'piran* (terra vermelha), com a observação de que teria sido um pouco queimado. Já a vegetação foi denominada por ele como *kofet remejep* (borda da capoeira). Já para Vitorino Krixí Munduruku, solo e vegetação foram respectivamente reconhecidos como terra branca e capoeira. Os termos na língua munduruku ainda estão sendo estudados, pois estamos buscando referências na grafia, contudo são bem distintos da língua Kaiabi (Figuras 187 a 189). Em S-2, já dentro do sítio, ambos reconheceram o solo cinza amarronzado como terra preta e a vegetação como capoeira (ver Figura 184).

Tabela 19 Descrição dos limites do sítio Mukuin Caniné (MT-TP-02) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética

Limites do Sítio	Sondagem Localização	Material arqueológico	Tipo de Solo		Tipo de Vegetação	
			Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes	Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes
Nordeste	S- 1	Ausente	Para Atu Kayabi <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-80 cm: Cinza amarronzado claro (10YR 6/2)	Para Atu Kayabi <i>Kofe remejep</i> (Borda da Capoeira)	Estágio da sucessão secundária da floresta decidual submontana dossel emergente.
			Para: Vitorino Munduruku ? (terra branca)*		Para: Vitorino Munduruku ? (Capoeira) *	
	S-2	De 0 até 20 a 40 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta**)	0-40 cm: Marrom escuro (7.5 YR 3/2)	<i>Kofet</i> (Capoeira**)	Idem
Sudoeste	S-5	Até 30 cm	Para: Atu Kayabi <i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-20 cm: Marrom acinzentado (10 YR 5/2)	<i>Kofet</i> (Capoeira**)	Idem
			Para Vitorino Munduruku ? (t. 1/2 preta 1/2 vermelha)*			
	S-6	Ausente	Para Atu Kayabi <i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0 - 60 cm: Marrom (10 YR 4/3)	Para: Atu Kayabi <i>Koferãm</i> (Falsa Capoeira)	Idem
			Para Vitorino Munduruku ? (t. 1/2 preta 1/2 vermelha)*		Para Vitorino Munduruku ? (Cipoal)*	
Noroeste	S-10	De 0 até 20 a 40 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)**	0-40 cm: Marrom escuro (7.5 YR 3/2)	<i>Kofet</i> (Capoeira) **	Idem
	S-11	Ausente	<i>Ywi'on</i> (terra preta)**	0-60 cm: Marrom acinzentado (10 YR 5/2)	Para Atu Kayabi <i>Koferãm</i> (Falsa Capoeira) Para: Vitorino Munduruku ? (Cipoal)*	Estágio da sucessão secundária da floresta decidual submontana dossel emergente (região periférica da área de capoeira).
Sudeste	S-8	Até 70 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)**	0-20 cm: Marrom acinzentado (10 YR 5/2)	<i>Kofet</i> (Capoeira)**	Estágio da sucessão secundária da floresta decidual submontana dossel emergente
	S-9	Ausente	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)**	0-80 cm: Marrom claro (7.5 YR 6/4)	Para: Atu Kayabi <i>Koferãm</i> (Falsa Capoeira) Para: Vitorino Munduruku ? (Cipoal)*	Estágio da sucessão secundária da floresta decidual submontana dossel emergente (região periférica da área de capoeira).

*Obs: As definições de tais catorias ainda não são apresentadas por estarem sendo trabalhadas, estamos procurando alguma referência para comparação a exemplo dos trabalhos já desenvolvidos com os Kaiabi. **Obs: O tipo de vegetação e solo são os mesmos para Atu Kayabi e Vitorino Munduruku, salvo a observação acima



Figura 187: Sondagem 01, vegetação denominada. *Kofet remejep* (Borda da Capoeira) para Atu Kaiabi. Para Vitorino capoeira (?).



Figuras 188 e 189 Solo cinza claro amarronzado (10YR 6/2) denominado *Ywi'piran* (terra vermelha) para Atu e terra branca para Vitorino Munduruku.

O limite sudoeste do sítio foi arqueologicamente percebido pela presença de materiais na sondagem cinco (S-5) e ausência dos mesmos na sondagem seguinte (S-6), que, como veremos foi acompanhada pela mudança na coloração do solo. O limite estipulado pelos dados arqueológicos condiz com as informações de nossos interlocutores, onde o solo argilo-arenoso marrom acinzentado (10 YR 52) em S-5 foi diferentemente classificado, *ywi' on* (terra preta) por Atu, enquanto para Vitorino se tratou de uma terra meio preta meio vermelha. A vegetação no entorno desta sondagem foi classificada por ambos como capoeira (Figuras 190 a 192). Na sondagem seguinte (S-6), o solo argilo-arenoso de coloração (10YR 4/3) foi classificado por Atu como *ywi'piran* (terra vermelha), enquanto Vitorino manteve a classificação como “terra meio preta meio vermelha”. Assim como o solo, a vegetação foi diferentemente classificada por nossos interlocutores, sendo denominada *koferãm* (falsa capoeira) por Atu, enquanto Vitorino a reconheceu como um cipoal (Figuras 193 a 195).



Figura 192: Sondagem 05 - vegetação denominada capoeira por ambos os interlocutores.

Figuras 190 e 191: Sondagem 05 - solo Marrom acinzentado (10 YR 5/2) denominado *Ywi'on* (terra preta) para Atu e meio preta meio vermelha (?) por Vitorino.



Figuras 193 Sondagem 06 - Vegetação classificada como *Koferãm* (Falsa Capoeira) para Atu e cipoal (?) para Vitorino.



Figuras 194 e 195 S-6 - Solo Marrom (10 YR 4/3) denominado terra meio preta meio vermelha (?) para Vitorino. Para Atu *ywi'piran* (terra vermelha).

A noroeste o sítio foi delimitado, aproximadamente, entre as sondagens dez e onze. Em S-10 a presença de material se deu acompanhada de um solo argilo-arenoso marrom (10 YR 4/3), que foi igualmente classificado por Atu e Vitorino como terra preta, e a vegetação como capoeira (Figuras 196 a 198). Em S-11 não houve mudança no tipo de solo, sendo denominado por ambos como terra preta, contudo, o fim do sítio foi identificado pela ausência de material, proximidade com a área de inundação e a classificação da vegetação por nossos interlocutores como *koferãm* (Atu) e cipoal (Vitorino) (Figura 199).



Figuras 196 e 197 S-10 - Solo Marrom (10 YR 4/3) terra preta para Vitorino e Atu.



Figuras 198 S-10 Vegetação classificada como capoeira para Atu e Vitorino.

A sudeste a delimitação do sítio se deu em vista a ausência de material arqueológico, que foi acompanhada de alterações nos tipos de solo e vegetação. Este fenômeno foi observado na transição entre as sondagens oito e nove. Em S-8 a presença de vestígios arqueológicos foi registrada junto a um solo argilo-arenoso marrom acinzentado (10 YR 5/2), denominados como terra preta. Já a vegetação como capoeira. Em S-9, as informações de Atu e Vitorino anteciparam os dados arqueológicos, a ausência de material foi prevista com o reconhecimento do solo marrom claro (7.5 YR 6/4) como terra vermelha, enquanto a vegetação repetiu a diferença observada nos outros extremos do sítio, com *koferãm* e/ou cipoal (Figuras 200 e 201).

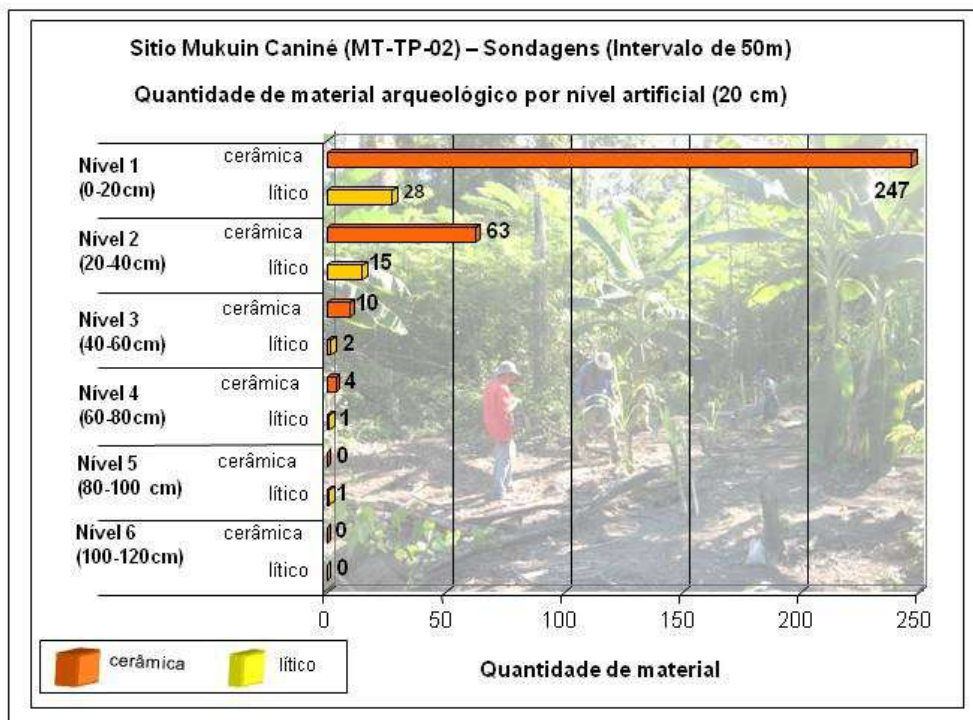


Figuras 199: S-11 Vegetação classificada como *Koferãm* (Falsa Capoeira) para Atu e cipoal (?) para Vitorino.



Figuras 200 e 201 S-9 - Solo Marrom (10 YR 4/3) denominado terra meio preta meio vermelha (?) para Vitorino. Para Atu *ywi'piran* (terra vermelha).

Em termos de distribuição vertical, os materiais arqueológicos, de modo geral, foram encontrados, principalmente, entre os vinte primeiros centímetros, constituídos por solo argilo-arenoso de colorações marrom escura (7.5 YR 3/2) e/ou marrom acinzentada (10 YR 5/2). Entre vinte e quarenta centímetros foi registrada uma redução de 1/5 da quantidade de material, acompanhada de uma alteração da coloração do solo, com as colorações supracitadas ora mescladas com marrom mais claro (7.5 YR 6/4), ora predominando o marrom acinzentado (10 YR 5/2). Abaixo de quarenta o material diminui significativamente e há predominância do solo marrom claro mais argiloso (ver Gráfico 07).



O poço-teste foi escavado na porção nordeste da roça, a cinco metros da área de coleta de superfície (figura 202). Foram escavados nove níveis artificiais, que, revelaram três camadas de solo diferenciado e resultaram na coleta de 575 peças (499 cerâmicas e 76 líticos), também amostras de carvão (ver Gráfico 8 e Figura 203).



A camada (A) é representada pelos primeiros cinco centímetros escavados, sendo constituída por solo argilo-arenoso marrom escuro acinzentado

(10YR 4/2) compactado com a consistência de pequenos torrões. A quantidade de material arqueológico evidenciada nesta fina camada pode ser inferida como a metade dos vestígios coletada no primeiro nível (ver Gráfico 8 e Figura 203). Além de raízes e radículas foram evidenciados pequenos fragmentos de carvão recentes, resultantes da queima da vegetação no preparo da roça, o que sugere a tonalidade cinza do solo.

A camada (B) é formada pelos cinco centímetros restantes do primeiro nível (5-10 cm), se estendendo até aproximadamente metade do nível quatro (35 cm). O solo é caracterizado como argilo-arenoso marrom escuro (7.5 YR 3/2), onde foi coletada a maior quantidade de material arqueológico relativa aos níveis um e dois, bem como a diminuição observada nos níveis posteriores (3 e 4) (ver Gráfico 8). Além de fragmentos cerâmicos e líticos, foram evidenciadas 24 bolotas de argila de coloração vermelha (10R 5/8) dispersas por todo segundo nível (10-20 cm) (Figura 204). Na mesma profundidade foi evidenciado no quadrante noroeste um bloco lítico, aparentemente sem marcas de uso. No nível inferior foram registrados outras nove bolotas de argila e outro bloco lítico, localizado na mesma posição que o anterior. Nesta camada também foram obtidas as primeiras amostras de carvão, constituídos de pequenos fragmentos evidenciados na peneira. Com relação às bolotas de argila, chamou atenção à interpretação de Vitorino Kixi Munduruku que apontou as como matéria prima utilizada pelos



Figura 204: Bolotas e bloco de argila.

Munduruku para a pintura e manufatura da cerâmica, sendo trituradas e misturadas à argila.

As camadas (C e D) não são sobrepostas horizontalmente como de costume, mas evidenciam uma variação na coloração do solo em dois paralelos verticais, o que é observado a partir do nível cinco e vai até o nono (50-90 cm). A camada (C), predominante na metade nordeste do perfil, é caracterizada por um solo de granulação mais fina, amarelo avermelhado (7.5 YR 6/6). Já a camada (D), observada na metade noroeste do perfil, se constitui de solo variegado entre o amarelo avermelhado e o solo marrom escuro, mais encorpado. Sua conformação sugere o registro de uma concavidade no terreno. Praticamente todos os demais vestígios arqueológicos foram coletados nesta camada, com destaque a presença de blocos maiores de argila vermelha¹ e duas amostras de carvão², sendo uma delas evidenciada próxima a um grande fragmento de cerâmica no oitavo nível³ (Figura 205 e 206).

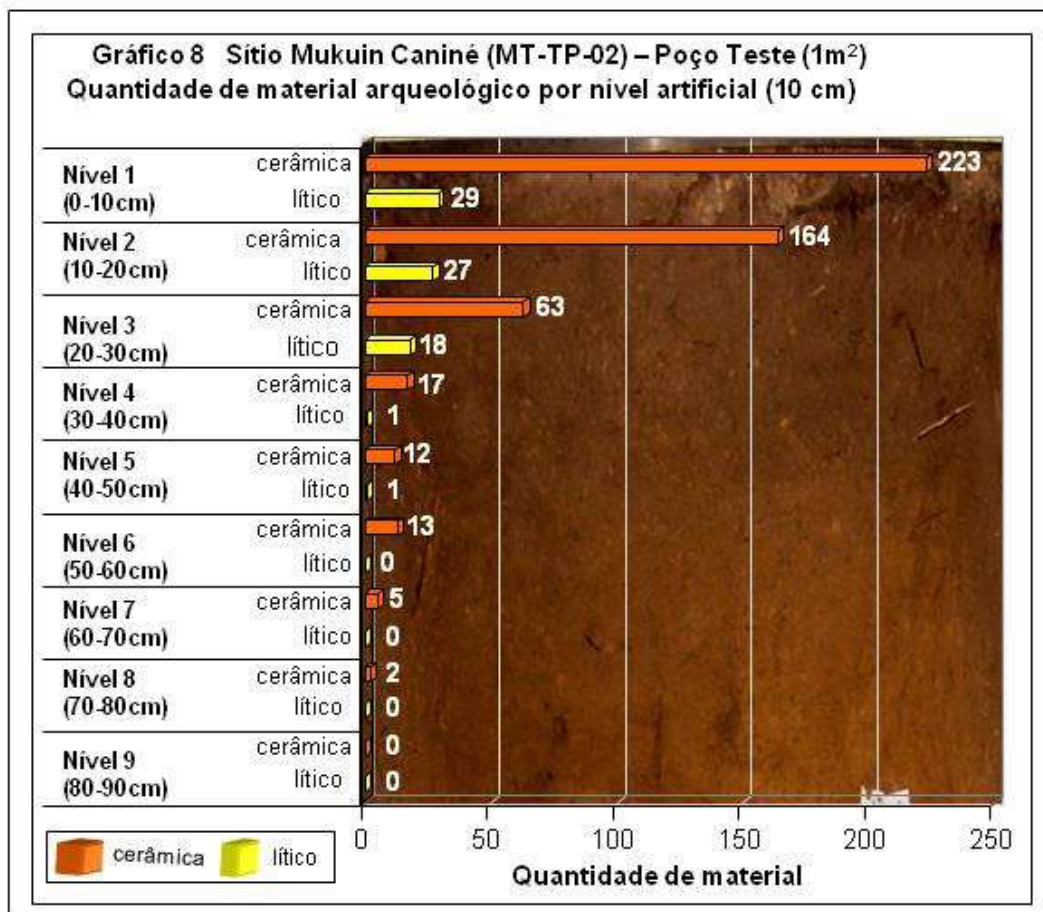
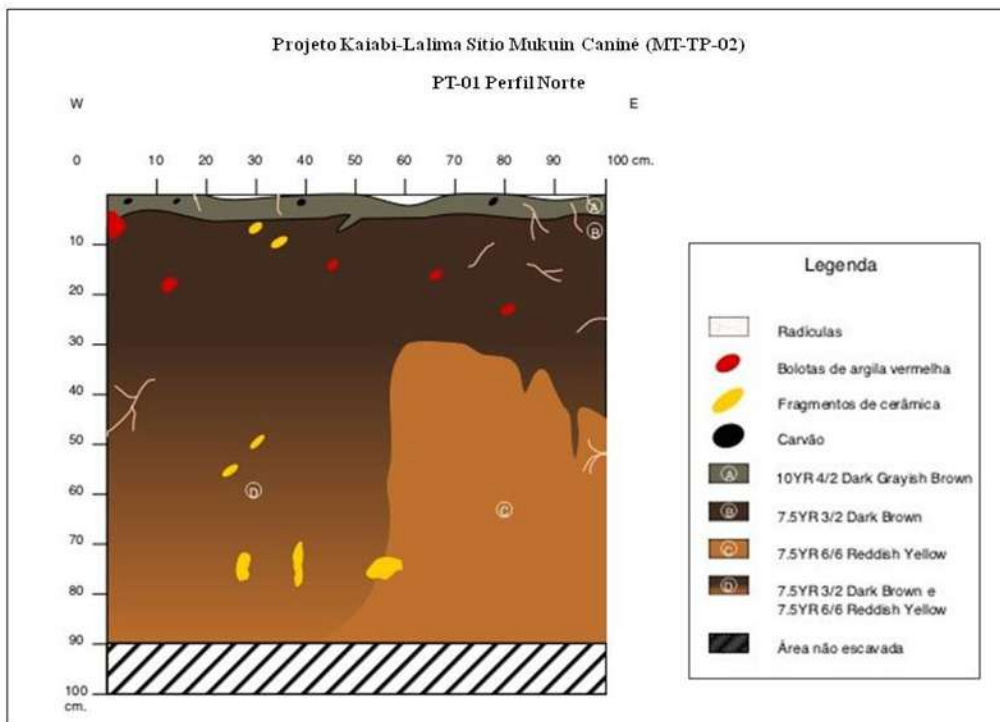


Figuras 205 e 206 Poço Teste no Sítio Mukuin Caniné com destaque ao fragmento de cerâmica a 76 cm.

¹ No nível 6, entre 55 e 60 cm.

² Fragmento de carvão localizado no quadrante sudeste (Z-55 X-50cm Y- 5 cm), mesmo nível onde ressurgiram os blocos de argila.

³ Pequeno fragmento de carvão associado à cerâmica (6x7) no quadrante noroeste (Z-76cm; X-22cm; e Y-18cm).



5.3.1.3. Sítio *Taitetu* (MT-TP-03)

O sítio *Taitetu* encontra-se em uma ilha fluvial de mesmo nome, localizada no rio Teles Pires, aproximadamente duas horas e meia a jusante da aldeia Kururuzinho (ver N-1 no Mapa da pg. 162). Na ilha o sítio foi acessado em sua porção leste, onde, no período da estiagem emerge um grande lajedo, que por sua vez expõe uma oficina lítica constituída de polidores em canaleta (Figuras 207 e 208). No interior da ilha o sítio é constituído por fragmentos de vasilhas cerâmicas e de artefatos lítico polidos e lascados, dispersos por aproximadamente 90.000 mil m² (300m no sentido SE/NW e 300m no sentido NE/SW) (Figura 209). Grande parte do material encontra-se associado a um solo arenoso de coloração escura que, como veremos, se diferencia do solo originariamente encontrado na ilha ¹.

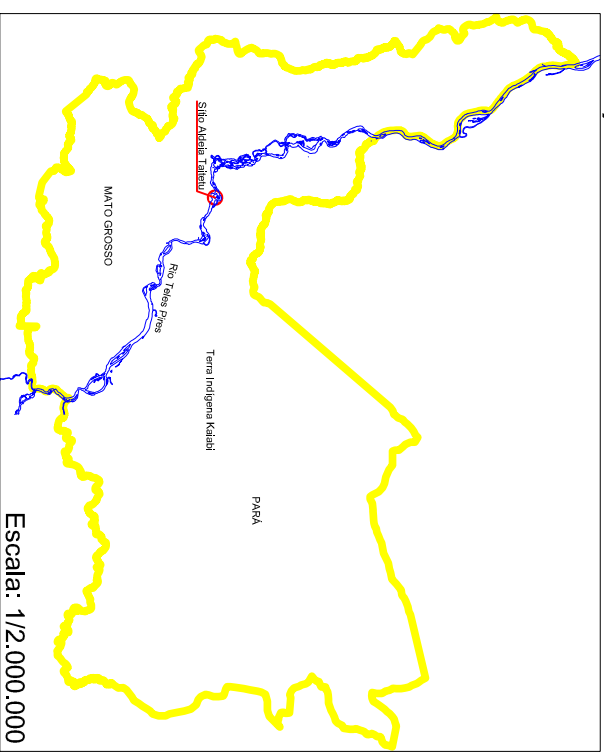
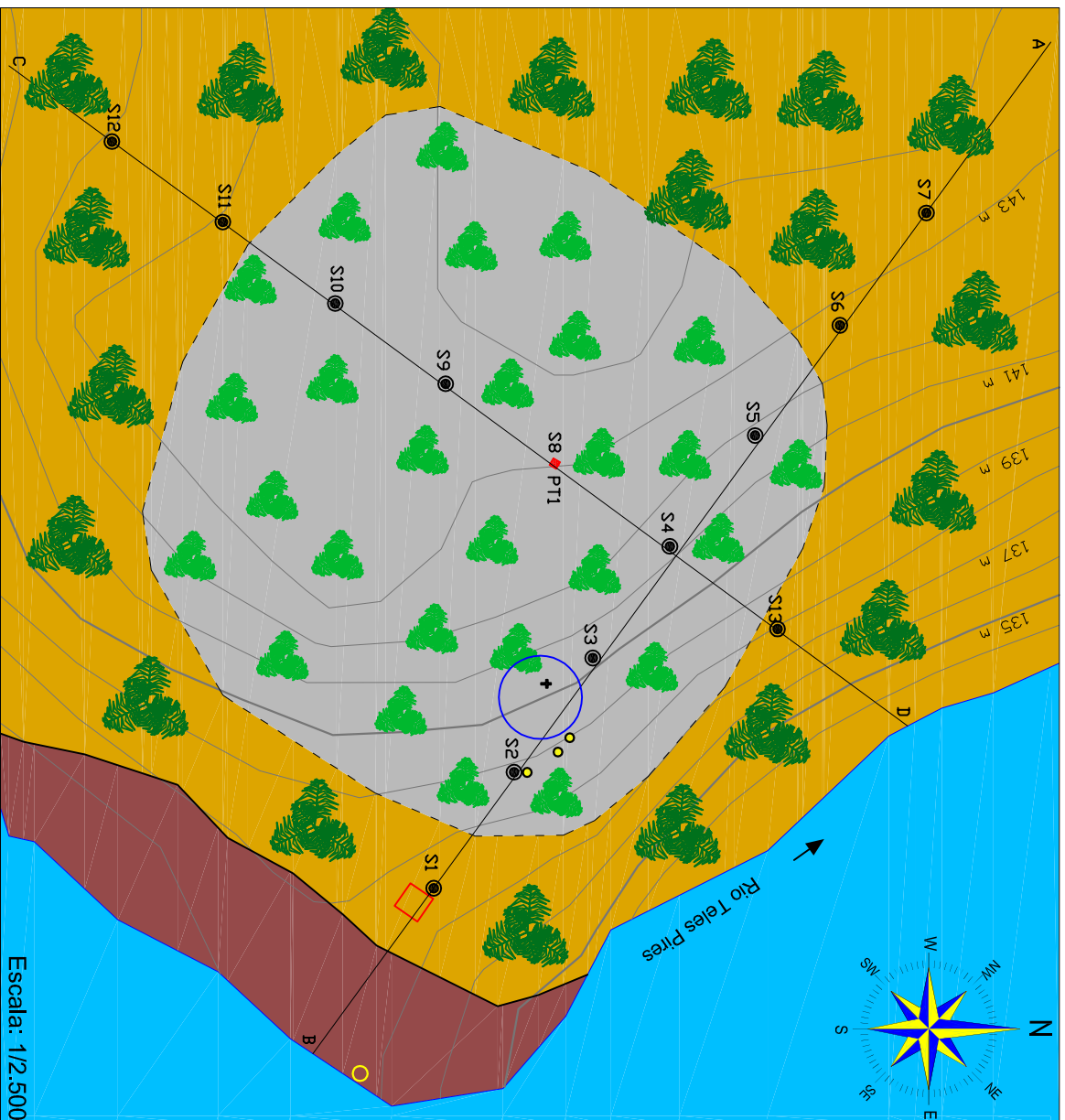


Figuras 207 e 208 Oficina lítica encontradas na porção leste da ilha Taitetu (Daniel e Jurupia)

Além da ocupação pré-colonial, o sítio foi reocupado duas vezes pelos Kaiabi e também por não índios. A primeira ocupação Kaiabi na ilha é muito antiga, inferida a partir das informações orais que nossos interlocutores obtiveram de seus antepassados. Esta ocupação está relacionada ao período em que os Kaiabi chegaram à área do baixo Teles Pires.

¹ Gley pouco húmico distrófico at. baixa text. indisc e Solo s Aluviais distróficos at baixa text. indisc. fl. rel. pl (HGPD) RADAMBRASIL (1980).

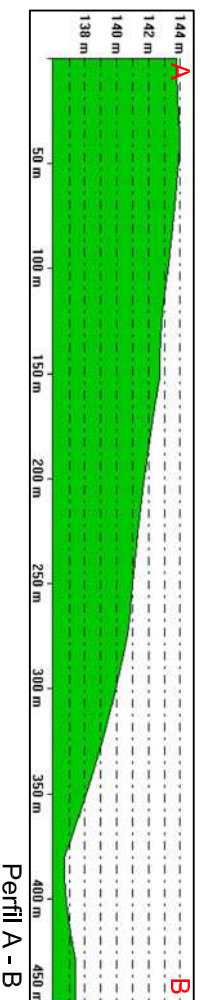
Sítio arqueológico Aldeia Taitetu (MT-TP-03)



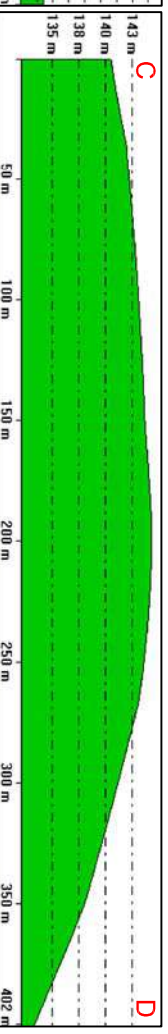
LEGENDA

- Sondagem sem material
- ⊙ Sondagem com material Arqueológico
- Poço Teste (Unidade com 1m²)
- + Cemitério
- Monticulu
- Capoeira (*Kofer*)
- Floresta - Mato Verdadeiro (*Ka'a'rite*)
- Delimitação da área de terra preta
- ◇ Coleta de superfície (10m²)
- Terra Escura com areia (*T'vysug' on*)
- Areia (*Isin*)
- Afloramento Rochoso
- ~ Curvas de nível
- Oficina Lítica
- Área de antiga aldeia Kaiabi

Equidistancia das Curvas de nível: 1m
 Elementos traçados foram estilizados apartir de
 Vetores SRTM e Imagens de Satélite Landsat 5



Perfil A - B



Perfil C - D

A segunda ocupação Kaiabi se deu em meados da década de 70, tratando-se de uma aldeia constituída por três casas implantadas na porção leste da ilha, entre as sondagens dois e três (ver Figura 209). Esta aldeia foi ocupada pela família extensa de *Kupekain Kaiabi*. No local das casas foi encontrado um esteio de madeira bem deteriorado e um sepultamento (Figura 210).

Além dos fragmentos cerâmicos e líticos foram evidenciados vestígios de bens industrializados no caminho de acesso ao sítio (ver “coleta de superfície” na Figura 209 e Figuras 211 e 212). Tais vestígios podem estar associados tanto aos Kaiabi, quanto a ocupação posterior feita por garimpeiros que construíram uma pista de pouso na ilha, no sentido E/W. Ao que parece, a pista teria passado por cima da antiga aldeia Kaiabi, pois, no local a presença de alguns montes de terra de formato alongado foram apontados como uma espécie de “bota-fora”, resultado da terraplanagem da pista (ver Figura 209).



Figura 210 Esteio de madeira.



Figuras 211 e 212 Vestígios Etno-históricos.

A pesquisa arqueológica no sítio consistiu de coletas sistemáticas amostrais não probabilísticas em superfície e sub-superfície. Quanto às coletas em sub-superfície, houve uma alteração na metodologia das sondagens, as mesmas passaram a ser escavadas a partir de níveis artificiais de 20 cm.

As atividades de coleta resultaram num total de 2.246 peças, divididas em 2.051 fragmentos cerâmicos e 195 líticos. Destes, 782 fragmentos cerâmicos e 15 líticos foram coletados na superfície de um quadrante de 10m² delimitado ao lado da sondagem 01, em uma área de declive na porção sudeste do sítio, indicada como o acesso a antiga aldeia Kaiabi. Muito provavelmente a quantidade de material encontrado em superfície esta relacionada a processos erosivos pluvial e fluvial que os carregaram para esta área mais baixa (Figuras 213 e 214).



Figuras 213 e 214 : Coleta de superfície em quadra de 10 m² (Ângelo Munduruku e Donivaldo Kaiabi)

Com relação às sondagens, todas as treze apresentaram material arqueológico, com a coleta de 390 peças (359 fragmentos cerâmicos e 31 líticos). Devido a fatores alheios a nossa vontade, não foi possível delimitar o sítio em duas de suas extremidades com a escavação de sondagens estéreis¹. Tais limites foram então inferidos a partir da diminuição na quantidade de material e com base nas diferenças de solo e vegetação.

¹ Devido a distância da aldeia base, as atividades em *Ywantã* e *Taitetu* só foram possíveis com o estabelecimento de um acampamento em uma ilha próxima dos sítios, onde permanecemos por cinco dias. Em *Taitetu* a equipe foi reduzida com o retorno de um Kaiabi para sua aldeia por questões pessoais, ao mesmo tempo em que um dos arqueólogos adoeceu.

Seguindo as indicações dos Kaiabi, a primeira linha de sondagem foi traçada no sentido sudeste/nordeste, se tratando tanto da direção de ocorrência de terra preta, quanto do eixo de maior extensão da ilha. A sudeste, a primeira sondagem foi realizada logo no início do terreno mais aplainado, após uma área alagável de declive onde encontramos os vestígios coletados em superfície. Nesta sondagem (S-1), o material arqueológico apareceu associado a um solo arenoso cinza muito escuro (5YR 3/1) que foi denominado pelos Kaiabi como *ywysugi on* (terra escura com areia) (Tabela 20 e Figuras 215 e 216). Desta sondagem até a outra extremidade do sítio, na porção noroeste (S-6), a vegetação foi reconhecida como *kofet*, sendo acompanhada pelo escurecimento do solo para o preto (10YR 2/1), entre S-2 e S-5 (Figuras 217 e 218). A partir da sondagem seis e sete ha uma significativa redução na quantidade de material que é acompanhada pelo clareamento na coloração do solo para o cinza. Em S-7 a vegetação se diferencia e é classificada como *ka'a rete*.



Figuras: 215 e 216 Sondagem 01 - sedimento cinza muito escuro (5YR 3/1) e vegetação denominados *ywysugi on* (terra escura com areia) e *Kofet* (capoeira).



Figuras: 217 e 218 Sondagem 02 – sedimento sedimento preta (5YR 2.5/1) denominado *ywysugi on* (terra escura com areia).

Tabela 20 Descrição dos limites do sítio *Taitetu* (MT-TP-03) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética.

Limites do Sítio	Sondagem Localização	Material arqueológico	Tipo de Solo		Tipo de Vegetação	
			Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes	Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes
Sudeste	S-1	Até 90 cm	<i>Ywysugi on</i> (terra escura com areia)	0-70 cm: cinza muito escuro (5YR 3/1)	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio da sucessão secundária da floresta fluvial dossel emergente.
	S-2	Idem	Idem	0-60 cm: preta (5YR 2.5/1)		
Noroeste	S-5	Até 90 cm	<i>Ywysugi on</i> (terra escura com areia)	0- 50 cm: preta (5YR 2.5/1)	Idem	Idem
	S-6	Até 70 cm	Idem	0-80 cm: cinza escuro (5YR 4/1)	Idem	Idem
	S-7	Até 50 cm	Idem (Obs. Segundo interlocutor se trata solo característica da ilha)	0-60 cm: cinza (5YR 5/1)	<i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro)	Floresta fluvial dossel emergente.
Nordeste	S-4	Até 1 m	<i>Ywysugi on</i> (terra escura com areia)	0-70 cm: preta (5YR 2.5/1)	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio da sucessão secundária da floresta fluvial dossel emergente.
	S-13	Até 50 cm	Idem	0-40 cm: Marrom escuro (10 YR 3/3)	Idem	Idem
Sudoeste	S-10	Até 50 cm	Idem	0-70 cm: preta (5YR 2.5/1)	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Idem
	S-11	Até 50 cm	<i>Isin</i> (areia)	0-70 cm: Marrom acinzentado (10YR 5/2)	<i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro)	Floresta fluvial dossel emergente.
	S-12	Até 30 cm	Idem	Idem	Idem	Floresta fluvial dossel emergente.

Em suas porções nordeste e sudoeste, muito embora não tenhamos registrado ausência de material, os limites do sítio foram inferidos a partir da topografia e diferenciação do solo, características mais marcantes.

Para nordeste o sítio se estendeu a vinte e cinco metros além da única sondagem realizada (S-13), onde existe uma declividade no terreno que se estende por mais 25 m até o rio Teles Pires (Figura 81). Esta sondagem revelou material arqueológico associado a um solo arenoso marrom escuro (10YR 3/3) denominado *Ywysugi on*. A vegetação do local foi classificada como *kofet* (Figura 219 a 221).



Figuras 219: Declividade do terreno na porção nordeste do sítio, depois da sondagem 13.

Figura 220 e 221: S-13 – solo marrom escuro (10 YR 3/3) classificado como *ywysugi on* (terra escura com areia)

A sudoeste, a presença de material se estende até a última sondagem (S-12), contudo, foi registrada uma significativa redução na quantidade a partir de S-11. Esta característica é acompanhada por uma alteração na coloração do solo em relação a S-10, vindo a se tornar marrom acinzentado (10YR 5/2). Este solo foi denominado *isin* (apenas areia). A vegetação passou a ser classificada como *ka'a rete* (Figuras 222 a 224).

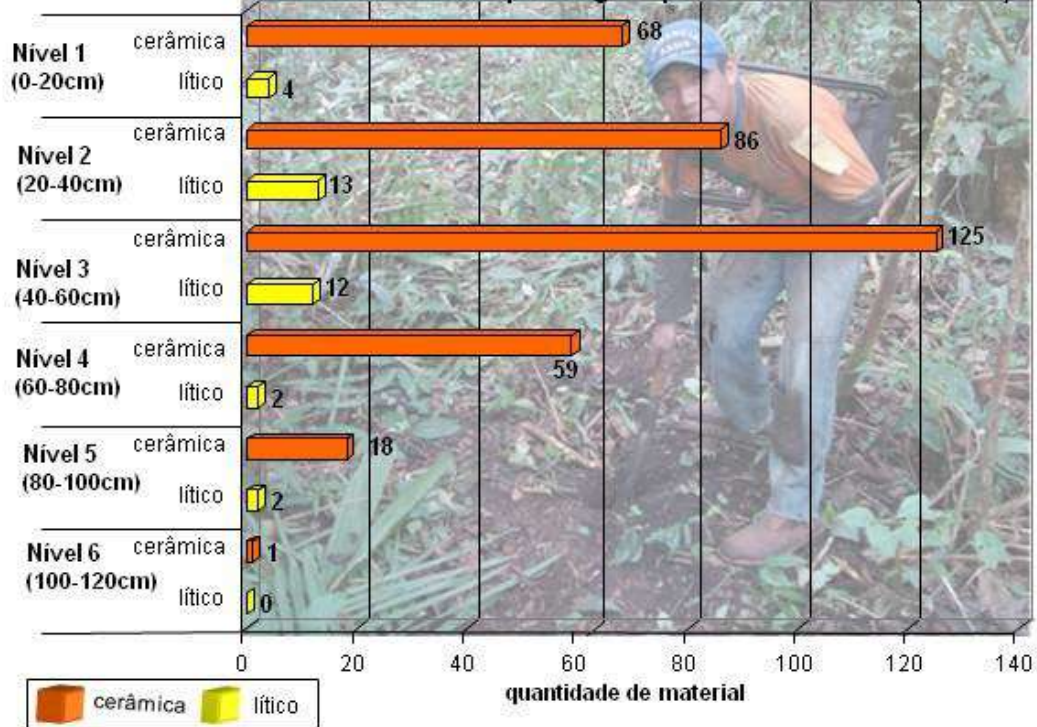


Figura 222 a 224 Sondagem 12 – sedimento e vegetação denominados *isin* (areia) e *ka'a rete* (mato de verdade).

Em termos de distribuição vertical, as sondagens evidenciaram um aumento gradual na quantidade de material do nível um até o três (60 cm). A partir do nível três e ao longo dos níveis quatro e cinco (60-100 cm), o material passou a diminuir significativamente. Abaixo de um metro de profundidade foi coletado um único fragmento de cerâmica. (Gráfico 9). Quanto a coloração do solo, salvo as alterações observadas nas extremidades do sítio, quase não houve variação entre os níveis um a cinco, sendo constituído de um pacote de solo, ora preto (5YR 2.5/1), ora cinza muito escuro (5YR 3/1). Nos níveis inferiores foram registradas tonalidades mais claras das referidas cores.

Gráfico 9 Sítio Taitetu (MT-TP-03) – Sondagens (Intervalo de 50m)

Quantidade de material arqueológico por nível artificial (20 cm)



O poço-teste foi escavado em área de capoeira praticamente no centro do sítio, em cima da sondagem oito. O local foi escolhido em vista à evidenciação de grandes fragmentos cerâmicos a um metro de profundidade na referida sondagem (ver Mapa 04 e Figura 225).

Foram escavados doze níveis artificiais (1,20 m), onde foi coletado o total de 1.059 materiais arqueológicos (910 cerâmicas, 149 líticos e seis amostras de carvão) (ver Gráfico 10). Foram evidenciadas quatro camadas de solos diferenciados (Figura 226 e 227).

A camada A constituída de solo arenoso preto (2.5 YR 2,5/1) e pouco compactado, é constituída pelo primeiro nível escavado (0-10 cm) e uma pequena porção do segundo nível. Esta camada apresenta uma baixa quantidade

de vestígios arqueológicos, praticamente os vestígios obtidos no primeiro nível.

A camada B abrange a maior parte do nível dois, três, quatro e 40% do quinto, sendo constituída do mesmo solo encontrado na camada superior. Nesta camada encontramos a maior quantidade de material arqueológico, onde notamos um comportamento diferente dos demais sítio. A quantidade aumenta à medida que aprofundamos até trinta centímetros, depois volta a diminuir gradativamente até o nível cinco (50 cm).

A terceira camada (C) se constitui do solo arenoso cinza escuro avermelhado (2.5 YR 3/1) que abrange uma porção do nível quatro, cinco e se estendendo até o nível oito (80 cm). Ainda encontramos uma



Figura 225 Poço teste escavado sobre a sondagem 08.



Figura 227: Perfil noroeste do Poço teste.

grande quantidade de material no nível seis, mas há uma redução significativa nos demais níveis até o fim da camada.

A última camada (D) tem início no nível nove, com a evidência de um solo arenoso cinza muito escuro (5YR 3/1), um pouco mais compactado que os anteriores. A quantidade de material continua a diminuir até o fim da escavação (1,10 m). No nível dez voltam a aparecer pequenos fragmentos de carvão e evidenciamos também uma mancha de solo marrom amarelado. No nível onze (1,10 m) foi observado um buraco no quadrante sudeste, que, devido a sua inclinação, possivelmente, trata-se de uma bioturbação que pode ser responsabilizada pelo deslocamento do fragmento cerâmico primeiramente encontrado com a realização da sondagem. O último nível (1,10 a 1,20m) se apresentou estéril.

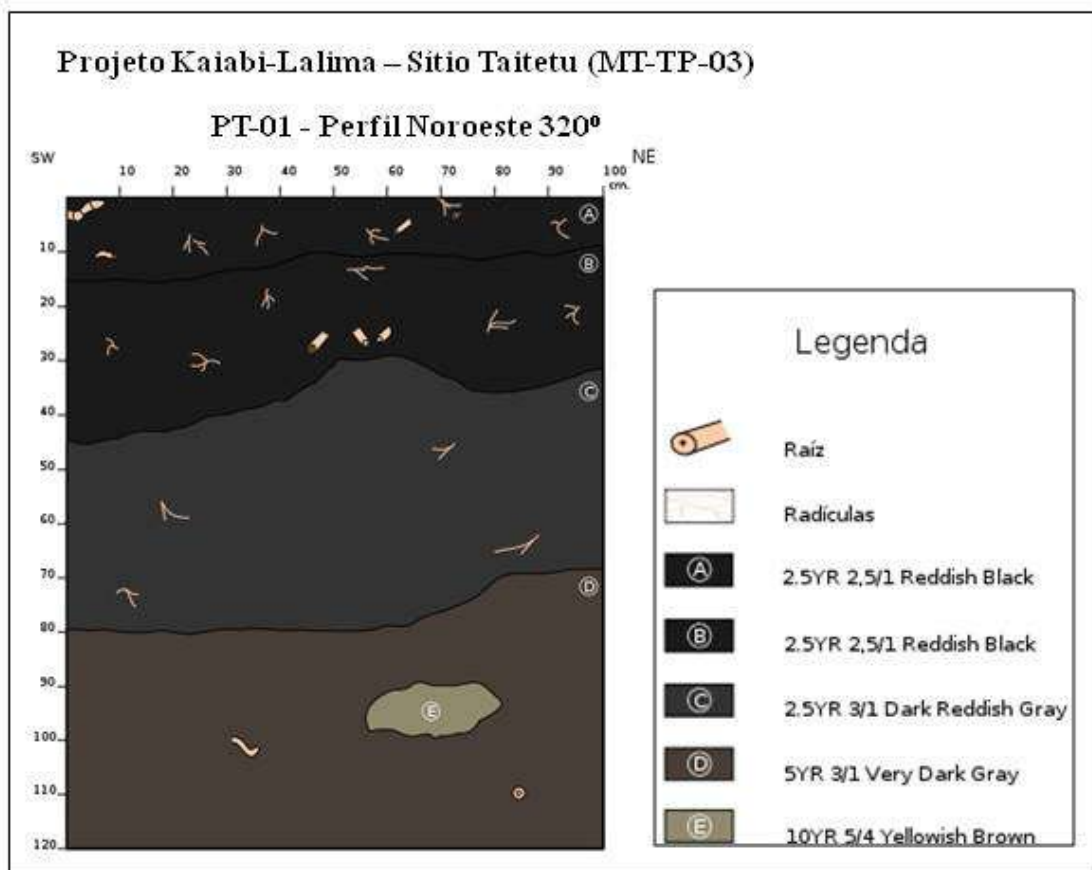
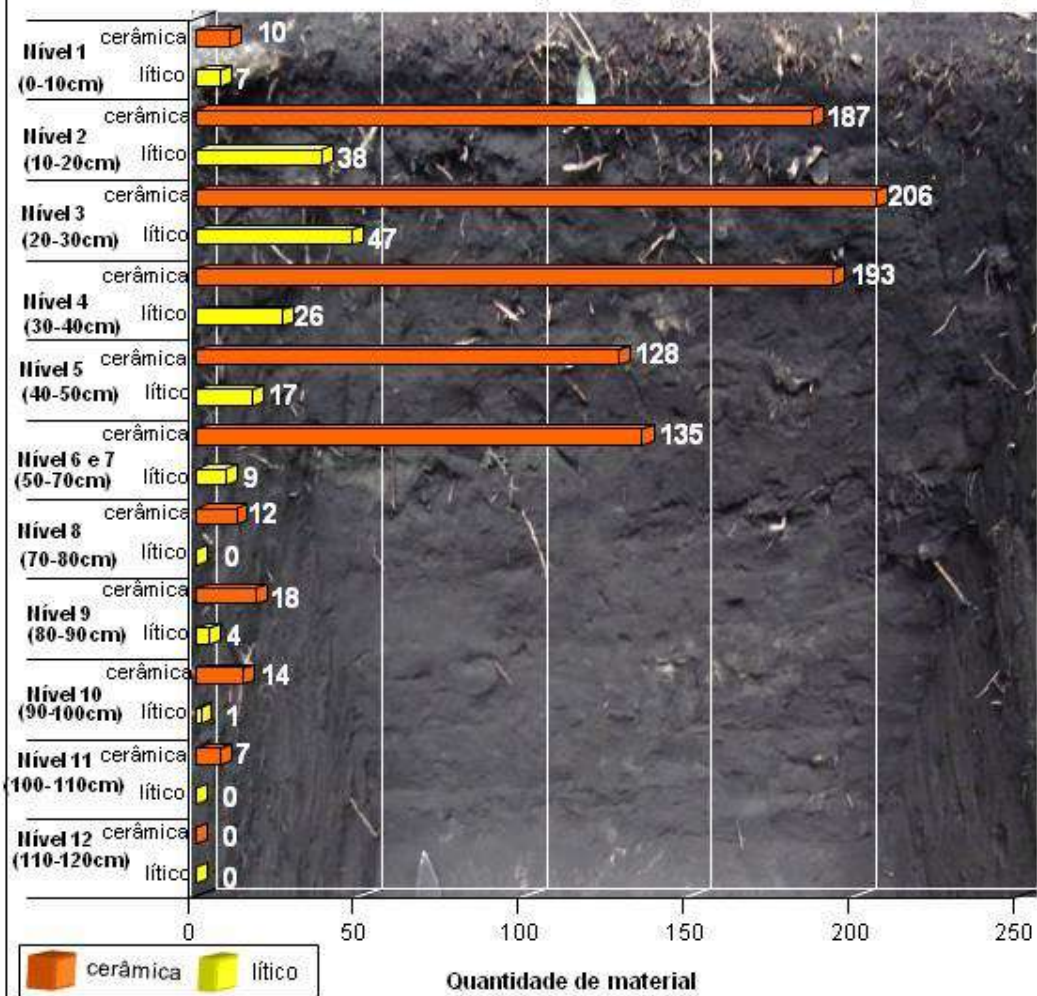


Gráfico 10 Sítio Taitetu (MT-TP- 03) Poço Teste (1m²)

Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm)



5.3.1.4. Sítio Aldeia Minhocuçu (PA-TP-01)

O sítio Aldeia Minhocuçu, de localização já descrita, foi em um primeiro momento identificado a partir da presença de fragmentos cerâmicos em superfície distribuídos pelo terreiro em torno do espaço doméstico, nas áreas de descarte nos limites do terreiro, para onde supostamente foi varrido e também na área da roça mais próxima dos limites do terreiro (Figura 228). Além dos vestígios, os relatos orais obtidos caracterizaram a vegetação antes existente no local como uma capoeira, associada a um solo arenoso denominado como *ywysugi on* (terra escura com areia).

Segundo nossos interlocutores a área já teria sido utilizada no passado como roça dos Kaiabi. Atualmente a capoeira foi praticamente toda derrubada, dando lugar às roças em um solo de coloração pouco escurecida¹, onde a ocorrência de vestígios é baixa. Em vista disto a pesquisa arqueológica consistiu em coleta assistemática amostral não probabilística em superfície e na escavação de dois poços teste, localizados no terreiro da aldeia. Tais atividades resultaram na coleta de 424 peças, divididas em 368 fragmentos cerâmicos e 56 líticos. Destes, 115 fragmentos cerâmicos e um líticos foram coletados aleatoriamente em superfície no terreiro e áreas de roça mais próximas (Figura 228).

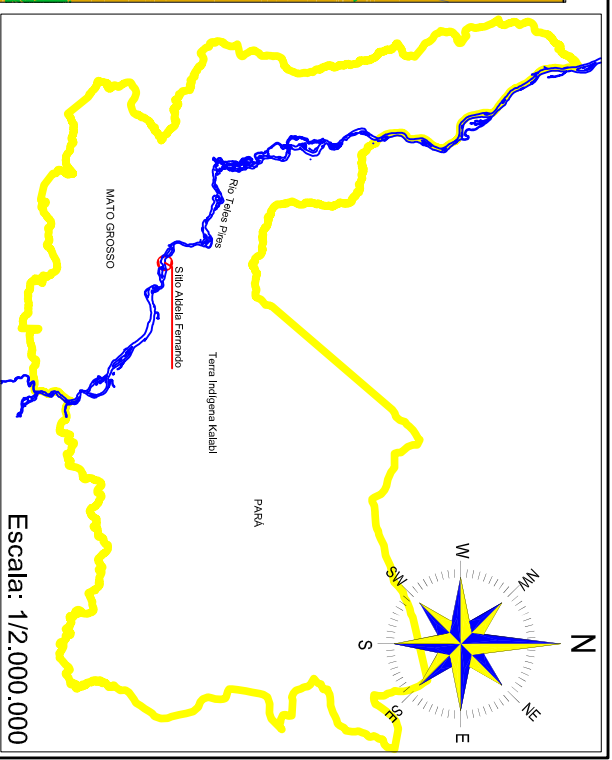
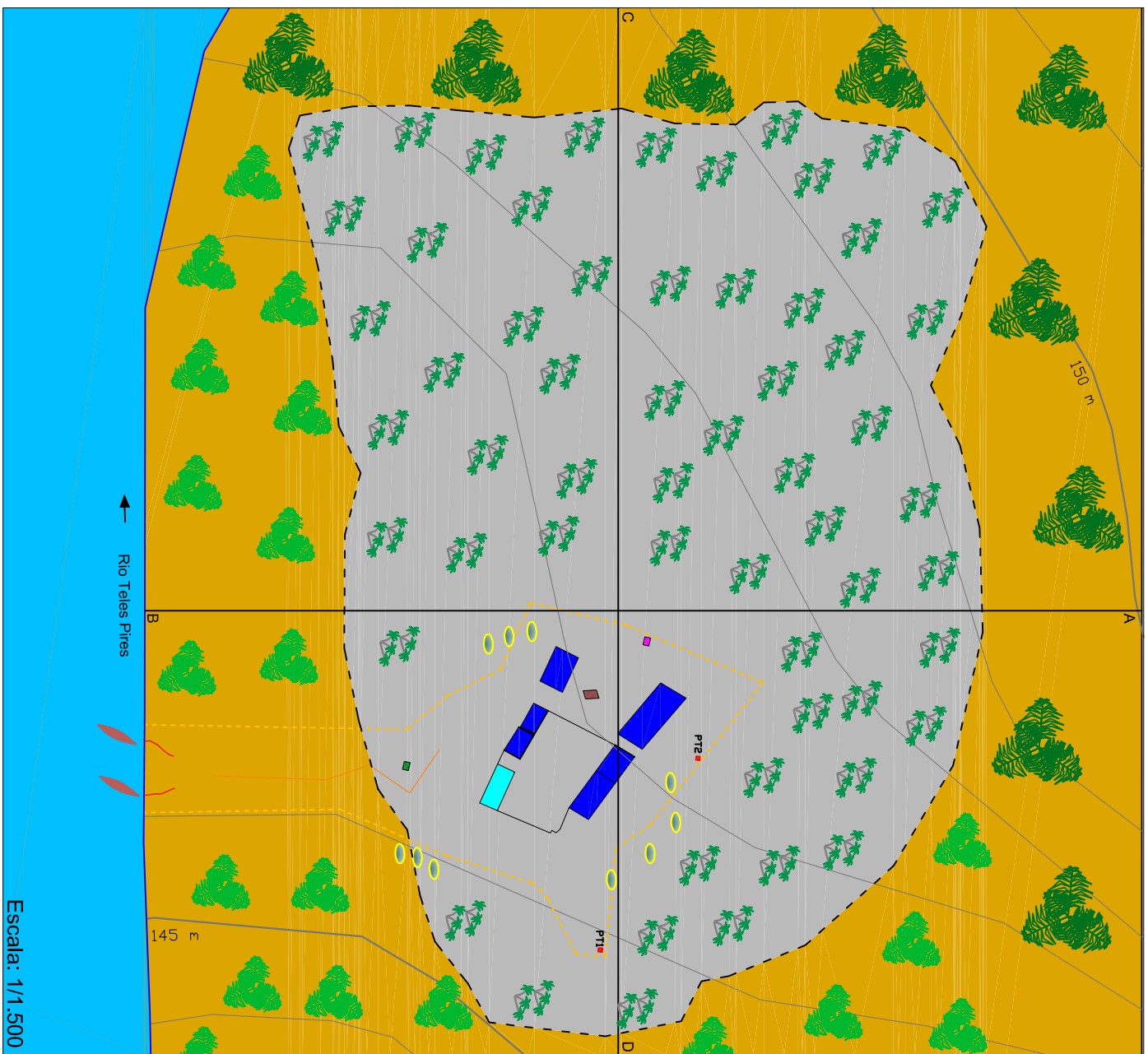
O primeiro poço-teste (01) foi realizado no limite do terreiro com a área de roça, a 30 metros da área doméstica na porção nordeste (Figura 229). A escavação por níveis artificiais (10cm) atingiu a profundidade de noventa centímetros, sendo coletado o total de 112 peças, 80 fragmentos cerâmicos, 32 líticos e uma amostra de carvão (Gráfico 11). Os níveis escavados revelaram quatro camadas de solos diferenciados (Figura 230 e 231).



Figura 229 Área de escavação do Poço Teste 01.

¹ Gley pouco húmico distrófico at. baixa text. indisc e Solos Aluviais distrófico at. baixa text. indisc. fl. rel. pl (HGPD) e Latossolo Vermelho-Amarelo álico text. méd. e Areias Quartzosas álicas fl. rel. pl. e s. ond. (LVa7)

Sítio arqueológico Aldeia Minhocucu (PA-TP-01)

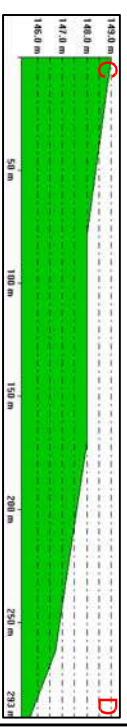


LEGENDA

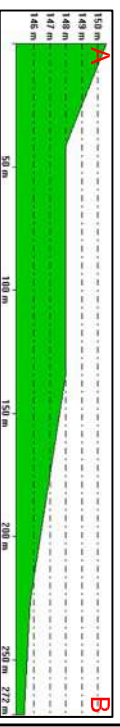
- | | | | |
|--|---|--|--------------------|
| | Terra Escura com Areia (<i>T'wysugi on</i>) | | Curvas de nível |
| | Terra Vermelha (<i>T'wi'piran</i>) | | Descartes |
| | Poço Teste (Unidade com 1m ²) | | Casa Fernando |
| | Porto utilizado Atualmente | | Casa 1 |
| | Delimitação Terreiro | | Casa Cecília |
| | Roca (<i>Ka</i>) | | Casa de Farinha |
| | Capoeira (<i>Ka'e'i</i>) | | Banheiro |
| | Floresta - Mato Verdadeiro (<i>Ka'a're'e</i>) | | Galinheiro |
| | Delimitação da área de terra preta | | Prensa de Mandioca |

Equidistância das Curvas de nível: 1m

Elementos tracejados foram estimados apartir de Vektors SRTM e Imagens de Satélite Landsat 5



Perfil C - D



Perfil A - B

Escala: 1/1.500

Escala: 1/2.000.000

A camada (A) abrangeu os primeiros cinco centímetros de solo areno-argiloso (pouco compactado) marrom escuro acinzentado (10YR 4/2), tonalidade associada à presença de fragmentos de carvão recente. A quantidade de material coletado pode ser inferida como a metade da que foi evidenciada no primeiro nível.

A camada (B) abrangeu a segunda metade do nível um até a metade do segundo nível, sendo constituída de solo areno-argiloso marrom escuro (10YR 3/3). Nesta camada foi obtida a maior concentração de material.

A terceira camada (C) é marcada pelo escurecimento do solo (marrom muito escuro -10YR 4/2) que vai da metade do nível três (25 cm) até a metade do nível cinco (45 cm). A partir desta camada a quantidade de material começa a diminuir.



Figura 230 Perfil Poço Teste 01.

A última camada (D), que vai da metade do nível cinco até noventa centímetros constituiu-se de solo areno-argiloso marrom escuro (10YR 3/3), revelando também pouca quantidade de material (ver Gráfico 11). Dentro desta camada, há 50 cm de profundidade, foi coletado um fragmento de carvão associado a um fragmento de cerâmica. Neste mesmo nível também foi registrada a presença de um bloco lítico semelhante a outros encontrados em superfície (Figura 232).

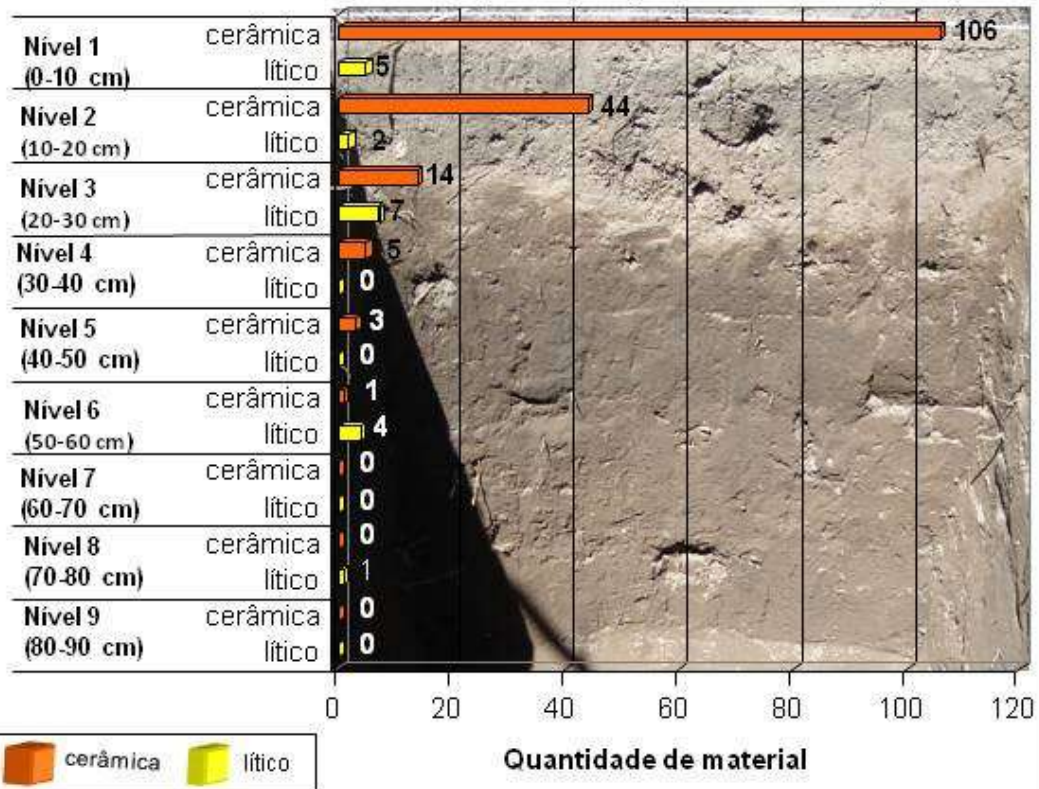
Aprofundando mais, há 80 cm encontramos um bloco grande da mesma rocha. No nível abaixo encontramos um objeto de cerâmica esferóide (La Salvia & Brochado, 1989) com quatro centímetros de circunferência, três de altura e uma concavidade ao meio da largura e profundidade da ponta de um dedo indicador (Figura 233).



Figura 232 Rochas encontrada na escavação (esquerda), em superfície (direita).

Sítio Minhocuçu (PA-TP-01) - Poço Teste -01 (1m²)

Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm)



O Segundo poço-teste (02) foi realizado também no limite do terreiro com a área de roça, a dez metros da área doméstica na porção norte, onde o solo mostrou-se mais escuro do que no primeiro poço escavado (Figura 234). A escavação por níveis artificiais (10 cm) atingiu a profundidade de noventa centímetros, sendo coletado o total de 192 evidências arqueológicas (83 fragmentos cerâmicos e 19 líticos) (Gráfico 12). Os níveis escavados revelaram três camadas de solos diferenciados (ver Figura 235 e 236).



Figura 234 Área de escavação do Poço teste 02.

A camada (A) abrangeu os primeiros quinze centímetros escavados, e revelando um solo arenoso pouco compactado marrom muito escuro acinzentado (10YR 3/2), onde encontramos a maior quantidade de material arqueológico (Gráfico 12). A tonalidade acinzentada do solo pode estar associada à deposição de cinzas resultantes da queima e limpeza do mato, lembrando também que esta área faz parte de um cinturão de descarte de lixo.

A camada (B) tem início na segunda metade do nível dois (15 cm) e se estendeu até o final do nível cinco (50 cm), onde a diminuição de material é acompanhada pela mudança na coloração do solo para o marrom muito escuro (10YR 2/2).

A terceira e última camada (C) se constituiu de solo areno-argiloso mais compactado marrom escuro (10YR 3/3),



Figura 235 Perfil Norte do Poço Teste 02.

Figura 236 Projeto Kaiabi-Lalima - Sítio Aldeia Minhocuçu (PA-TP-01)

PT-02 – Perfil Norte

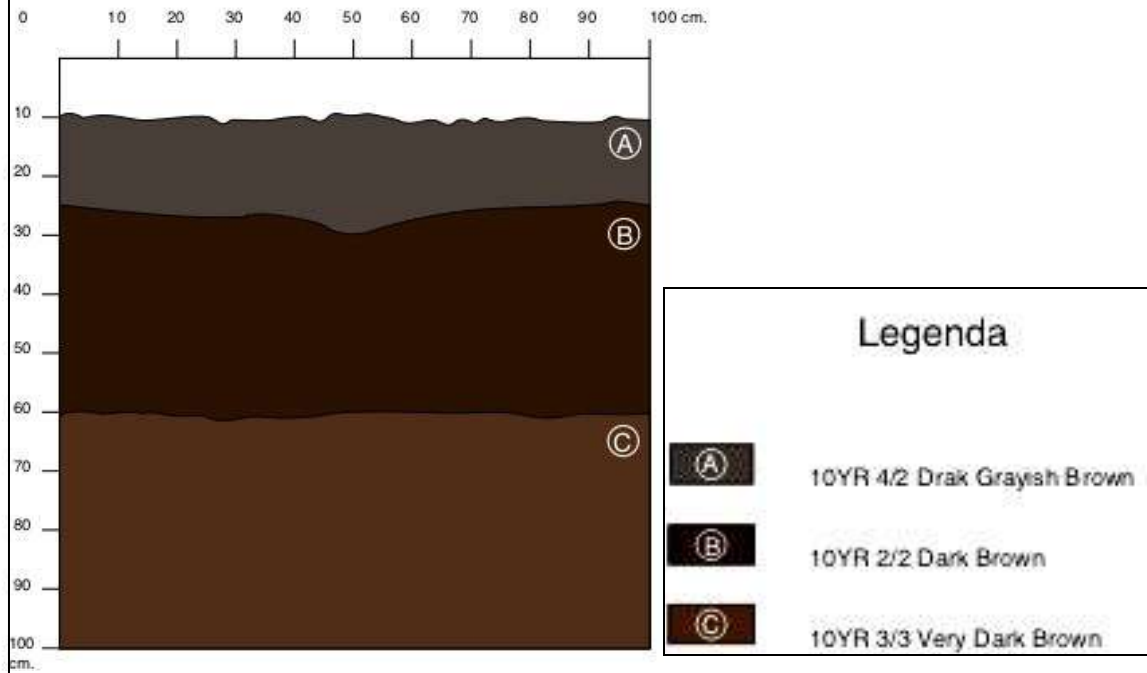
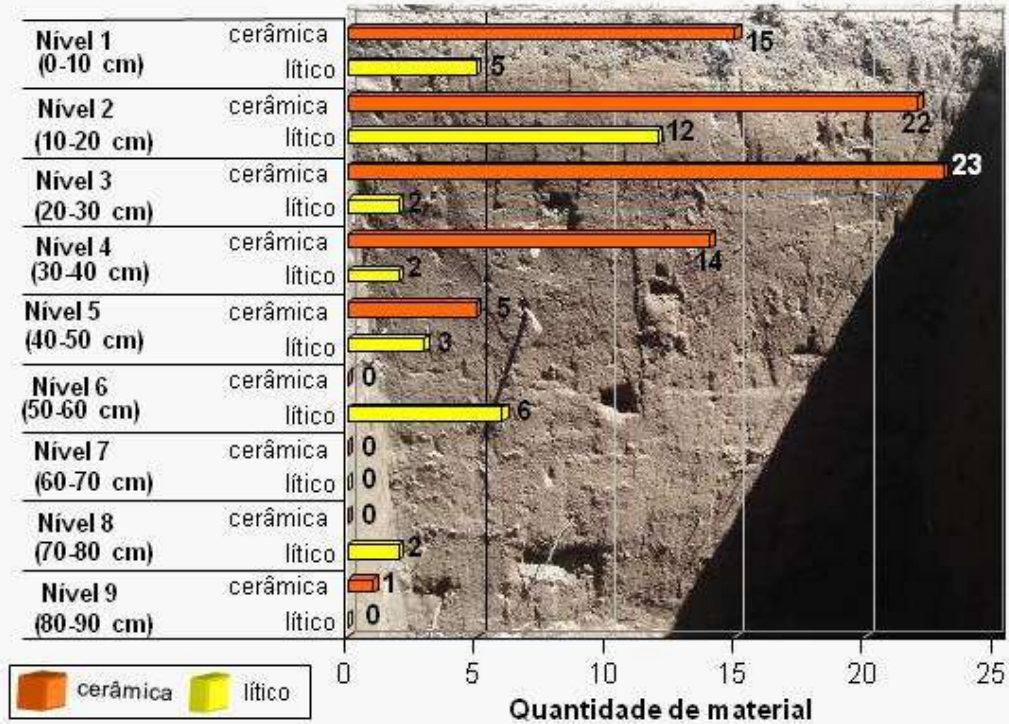


Gráfico 12 Sítio Aldeia Minhocuçu (PA-TP-01) Poço Teste 2 (1m²)

Quantidade de material arqueológico por nível artificial (10 cm)



5.3.1.5. Sítio *Ywantã* (PA-TP- 02)

O sítio *Ywantã*¹ se encontra uma hora a jusante da aldeia Kururuzinho² e está implantado nas encostas baixa e média de uma colina suave, entre a confluência da margem direita de um pequeno igarapé com a margem direita do baixo curso do rio Teles Pires (ver N-5 no Mapa aldeias pg. 162). *Ywantã* configura-se como um sítio pré-colonial e etno-histórico. A última ocupação foi feita pela família de Fernando Paleci Apiaká, a cerca de 10 anos atrás. Os vestígios etno-históricos são constituídos pelas estruturas de duas casas (Figuras 237 e 238), vestígios de um forno de torrar farinha (Figura 239) e outro de defumar seringa.



Figura 237 e 238 Esteios e estrutura das antigas casas de Fernando Paleci Apiaká.

Próximos da área onde se encontram as casas foram registrados vestígios de bens industrializados, como tambores de ferro, galões de plástico, pedaços de lona plástica, latas, garrafas de vidro, panelas etc (ver Figuras 240 a 247).



Figura 239 Vestígios da parede de barro de um antigo forno de torrar farinha.

¹ Lugar até onde chega à água, onde começa a terra alta e/ou barranco alto.

² Tempo estimado a partir do deslocamento de barco com motor de popa (15hp).

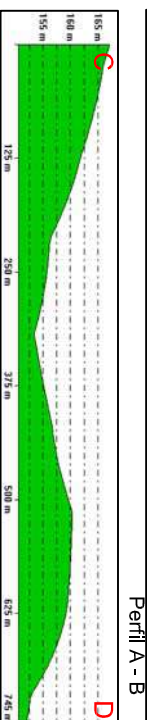
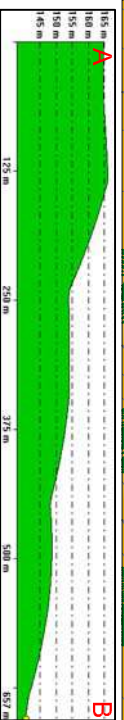
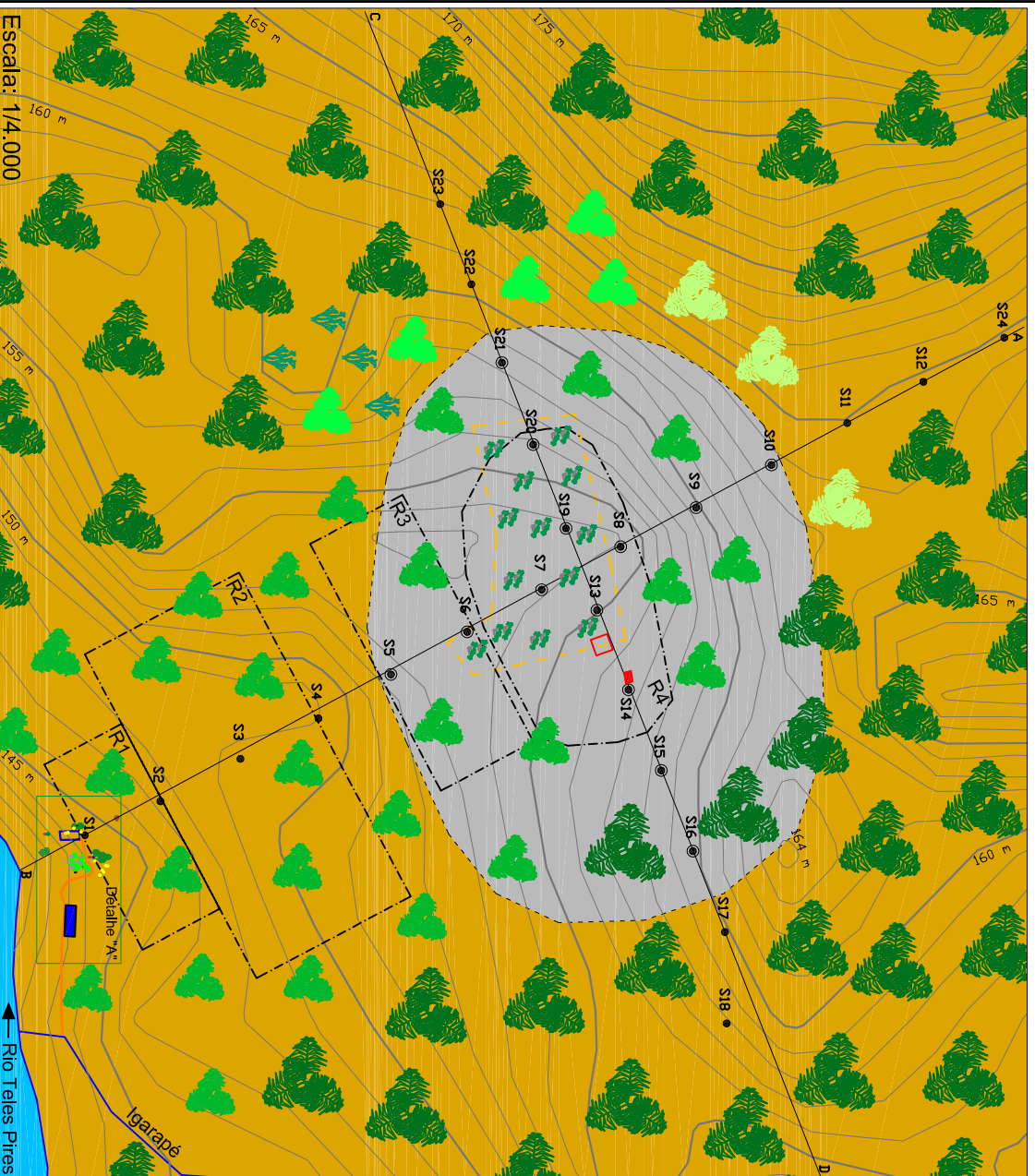


Figuras 240 a 247 Vestígios de bens industrializados encontrados próximos das antigas casas de Fernando Apiaká.

Partindo da área de habitação em sentido noroeste, adentramos em uma área de diferentes tipos capoeira onde se sucederam as antigas roças de Fernando Apiaká, (ver “R-1; R-2; R-3 e R-4 na Figura 248). As duas últimas roças (R-3 e R-4) teriam sido implantadas sobre capoeiras mais antigas, onde encontramos os vestígios da ocupação pré-colonial, constituídos por um núcleo de solo escuro (terra preta), cerca de 320m de extensão, no sentido leste-oeste, 260 m de largura, totalizando 83. 200 mil m² de área. Associado a este solo, diferente do originalmente encontrado na região³, temos fragmentos de vasilha cerâmica e vestígios líticos de lascamento e polimento.

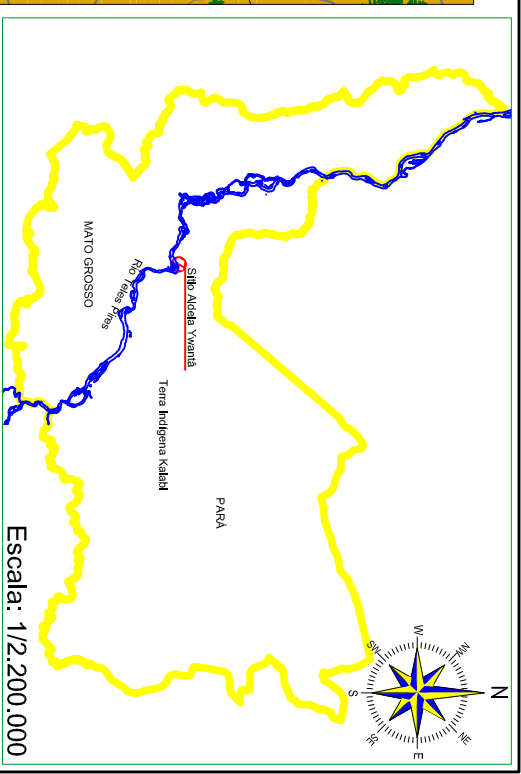
³ Tipos de solo encontrados segundo RADAMBRASIL (1980) são: Areias Quartzosas álicas rel. pl. e s. ond e Solo s Litólicos álicos at. baixa text. indisc. sav. E fl. rel. s. ond. (AQa3)

Sítio arqueológico Ywantã (PA-TP-02)



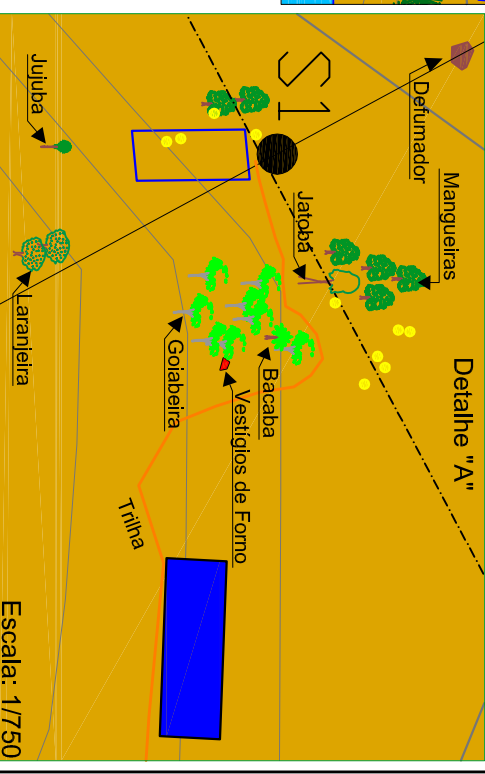
Elementos traçados foram estimados apartir de Imagens de Satélite Landsat 5

Equidistância das Curvas de nível: 1m



LEGENDA

- Sondagem
- Sondagem com material Arqueológico
- Poço Teste (Unidade com 1m²)
- Antigas Casas
- Vestígios Casas Antigas
- Vestígios de Forno
- Defumador
- Borda de Capoeira (*Kofoi remejeip*)
- Falsa Capoeira (*Kofoferan*)
- Capoeira (*Kofoi*)
- Floresta - Mato Verdadeiro (*Ka'a rete*)
- Roça (*Ko*)
- Delimitação da área de terra preta
- Coleta de superfície (10m²)
- Cipóal
- Caminho (Trilha)
- Manga
- Laranja
- Jujuba
- Bacaba
- Jatobá
- Delimitação Antiga Roça
- Terra Preta (*Ywi'on*)
- Terra Vermelha (*Ywi'piran*)
- Curvas de nível
- Vestígios Etno-históricos



A pesquisa arqueológica no sítio consistiu de coletas sistemáticas amostrais não probabilísticas em superfície e sub-superfície, as quais obtiveram um total de 1.227 peças, divididas em 1.143 fragmentos cerâmicos e 87 líticos. Destes, 322 fragmentos cerâmicos e 27 líticos foram coletados na superfície de um quadrante de 10m² delimitado na área de capoeira praticamente o centro do sítio (Figuras 249 e 250).



Figuras 249 e 250: Área de coleta de superfície (10m²) no centro do sítio. Roberto Hakay com fragmento de borda com decoração plástica (ungulada) coletada em superfície.

O local foi escolhido em vista da ocorrência de materiais diagnósticos, como por exemplo, fragmentos cerâmicos com decoração plástica e pinturas, sendo mais recorrentes em fragmentos de bordas. Entre as decorações plásticas foram observadas impressões de corda, incisos geométricos, ungulados e corrugados. Estes dois últimos tipos são semelhantes à decoração encontrada na cerâmica guarani do sul e sudeste do Brasil. Ainda em campo, uma análise prévia resultou na observação de características que corroboram a essa filiação, como por exemplo, as formas dos vasilhames.

A delimitação do sítio teve início com uma primeira linha de sondagem orientada no sentido sudeste/noroeste, que, segundo Fernando Apiaká, se trata da direção de ocorrência de terra preta associada ao material arqueológico. Uma vez o sítio delimitado neste sentido, foi traçada uma segunda linha perpendicular à primeira, no sentido sudoeste/nordeste. Ao todo foram escavadas 24 sondagens, distantes 50 m uma da outra, o que resultou na coleta de 148 peças (141 fragmentos cerâmicos e 7 líticos) distribuídos em 16 sondagens. As sondagens estéreis mostraram correlação positiva com tipos de solo e vegetação diferentes dos encontrados no sítio, o que nos permitiu delimitá-lo com maior precisão.

A sudeste, o início do sítio foi encontrado após a realização de quatro sondagens (S-1, S-2, S-3, S4) que partiram da antiga aldeia de Fernando Apiaká para o interior, no sentido noroeste. Tais sondagens, embora tenham sido escavadas em uma área

denominada *kofet* (capoeira), não apresentaram material arqueológico. O solo nas referidas sondagens (S-1 a S-3) apresentou coloração vermelha (2.5 YR 4/8) e marrom avermelhada (2.5 YR 4/4) em S-4, sendo todos classificados como *ywi'piran* (terra vermelha) (Figura 251 e 252) (Tabela 09).



Figuras 251 e 252 Sondagem 01 – Solo e vegetação classificados como *Ywi'piran* (terra vermelha) e *Kofet* (capoeira).

A sondagem seguinte (S-5) marcou o início do sítio com a presença de material arqueológico em uma espessa camada de solo marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2) (10YR 3/2) que foi denominado como *ywi'on* (terra preta). A vegetação continuou sendo denominada como *kofet* (Tabela 21 e Figuras 253 e 254).



Figura 253 e 254 Sondagem 05 – solo e vegetação classificados como *ywi'on* (terra preta) e *Kofet* (capoeira).

A noroeste, o limite do sítio foi inferido entre as sondagens dez e onze, onde a ausência de vestígios arqueológicos em S-11 foi precedida pelo reconhecimento do solo argilo-arenoso vermelho (2.5 YR 5/8) como *ywi'piran*, acompanhada pela diferenciação da vegetação que passou a ser classificada como *Kofet remejep* (borda da capoeira). Nas sondagens subseqüentes o solo manteve a mesma cor, enquanto a vegetação foi denominada de *ka'a rete* (Tabela 21 e Figuras 255 e 260).

Tabela 21 Descrição dos limites do sítio *Ywantã* (PA-TP-02) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética

Limites do Sítio	Sondagem Localização	Material arqueológico	Tipo de Solo		Tipo de Vegetação	
			Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes	Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes
Sul	S-1, S-2 e S3	Ausente	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	Até 1 m: vermelho (2.5 YR 4/8)	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio sucessional da floresta Submontana com CIPÓ.
	S-4	Idem	Idem	0-20 cm: Marrom avermelhado (2.5 YR 4/4)		
	S-5	Até 50 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-30 cm: Marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2).		
Norte	S-10	Até 10 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-30 cm: Marrom escuro (10YR 3/3);	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio sucessional da floresta Submontana com cipó
	S-11	Ausente	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-80 cm: vermelho (2.5 YR 5/8)	<i>Kofe remejep</i> (Borda da Capoeira)	Floresta Submontana com cipó.
	S-12 e S-24	Até 10 cm			<i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro)	
Leste	S- 14	Até 30 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-20 cm: Marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2);	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio sucessional da floresta Submontana com cipó.
	S-15	Até 30 cm			<i>Kofet</i> (Capoeira) ou <i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro)	Idem, porém mais avançado
	S-16	Até 10 cm				
	S-17	Até 10 cm	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-80 cm: vermelho (2.5 YR 4/8)	<i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro)	Floresta Submontana com cipó.
	S- 18	Ausente				
Oeste	S-21	Até 20 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-30 cm: Marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2)	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio sucessional da floresta Submontana com cipó.
	S-22	Até 30 cm	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-40 cm: Marrom avermelhado (2.5 YR 4/4)	<i>Koferãm</i> (falsa capoeira) e/ou <i>Ypótip</i> (cipoal)	Estágio sucessional da floresta Submontana com cipó.
	S-23	Ausente		0-80 cm: vermelho (2.5 YR 4/8)	<i>Ka'a rete</i> (Mato verdadeiro)	Floresta Submontana com cipó.



Figura 255 e 256 Sondagem 10 – solo classificado como *ywi'on* (terra preta) no *kofet*.



Figuras 257 a 260 cado como *Ywi'piran* (terra vermelha) e vegetação *Kofe remejep* (Borda da Capoeira).

Na porção nordeste do sítio, a exemplo do que foi observado a sul, não encontramos a correlação esperada (terra preta/capoeira), a presença de material arqueológico associado à terra preta atravessou a área de *kofet* em S-14 e se estendeu até as sondagens seguintes (S-15 e S-16), em área de *Ka'a rete* (Tabela 21 e Figuras 261 e 262). Segundo nossos interlocutores, isso se deve a um processo avançado de sucessão da vegetação que veio a atingir seu estado original. Tal explicação foi complementada com a suposição de que essa porção do sítio teria sido menos atingida pelo fogo, utilizado pelos antigos ocupantes do local na limpeza do terreno.



Figuras 261 e 262 Sondagem 15 – ocorrência de material Arqueológico associado à *ywi'on* (terra preta) em área de floresta de terra firme (*ka'a rete*).

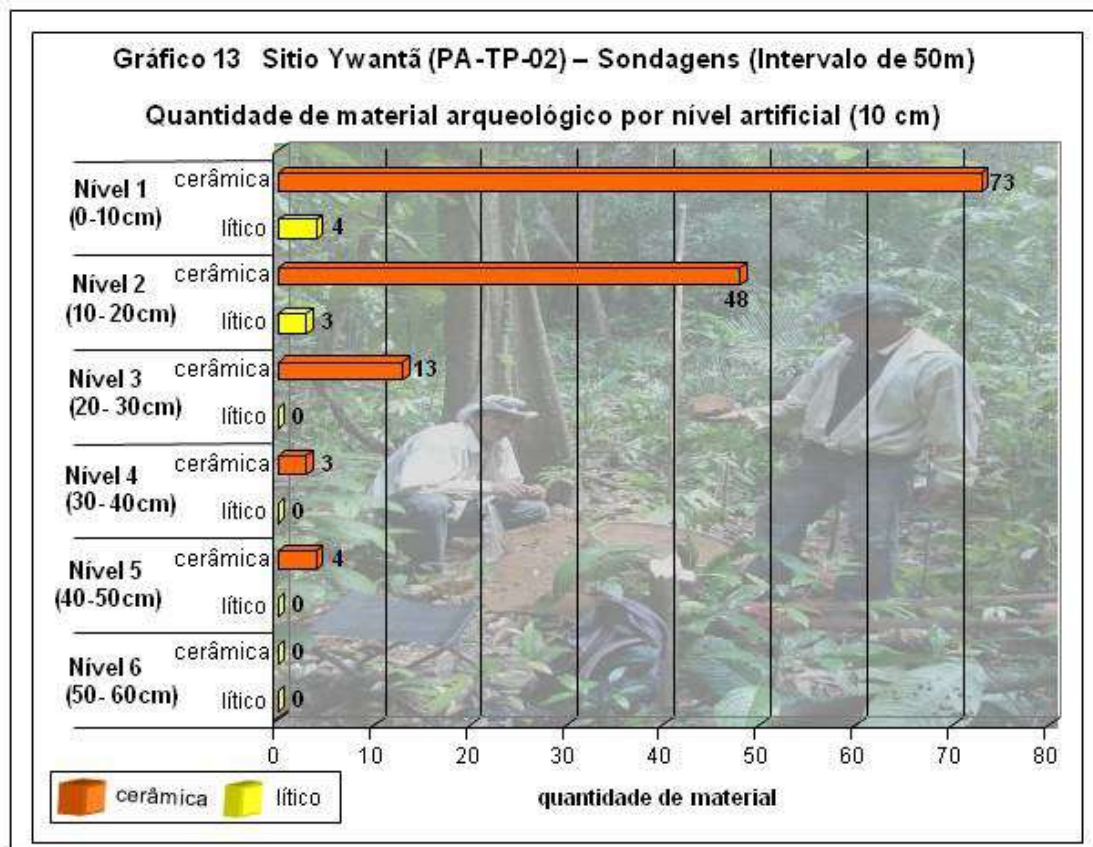
Nossos interlocutores também sugeriram esta porção do sítio como sendo a periferia do mesmo, onde, a exemplo de suas aldeias, são encontradas as áreas de descarte, o que justificaria a existência de vestígios arqueológicos associados à terra preta. Ainda dentro do *ka'a rete*, as sondagens seguintes (S-17 e S-18) atingiram o limite do sítio com a escavação do solo vermelho (2.5 YR 4/8), o *ywi'piran*, que não revelou qualquer tipo de vestígio arqueológico (Tabela 21 e Figuras 263 e 264).



Figura 263 e 264 Sondagem 18 - solo classificado como *Ywi'piran* (terra vermelha) e vegetação *Ka'a rete*.

O limite sudoeste foi definido entre as sondagens vinte um e vinte dois, com a diminuição de material arqueológico acompanhada pela transição da terra preta (Marrom acinzentado muito escuro - 10YR 3/2) e do *kofet* em S-21, para a *ywi'piran* (solo vermelho - 2.5 YR 4/8) associada a uma vegetação classificada como *koferãm* (falsa capoeira) e/ou *ygotip* (cipoal). Tais características que se estenderam até S-23 (ver Tabela 21).

Em termos de distribuição vertical, as sondagens escavadas a uma profundidade média de 80 cm revelaram que os materiais arqueológicos estão concentrados, principalmente, nos vinte primeiros centímetros, constituídos por solo argilo-arenoso preto (10YR 2/1) e marrom-acinzentado muito escuro (10YR 3/1) (Gráfico 13).



O **poço-teste** (1m²) foi escavado em área de capoeira na porção central do sítio, ao lado da sondagem quatorze e da área de coleta de superfície. O local foi escolhido em vista à presença de fragmentos cerâmicos diagnósticos em superfície próximos da referida sondagem (Figura 265).

A escavação do poço teste atingiu a profundidade de sessenta centímetros, onde os níveis escavados evidenciaram cinco camadas de solos diferenciados e resultaram na coleta de 730 peças (680 cerâmicas e 50 líticos) e uma amostra de carvão (Figura 266 e Gráfico 14).



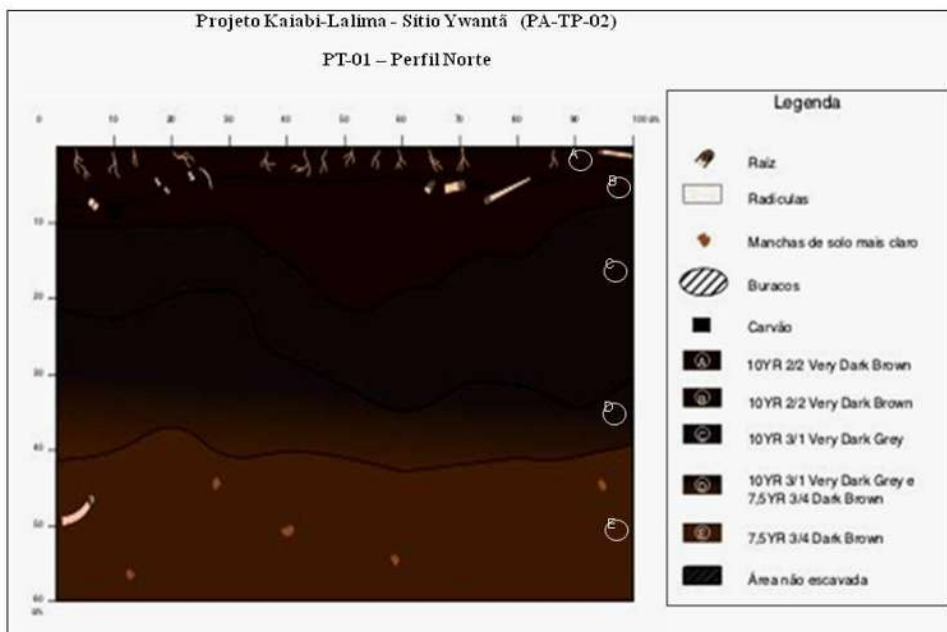
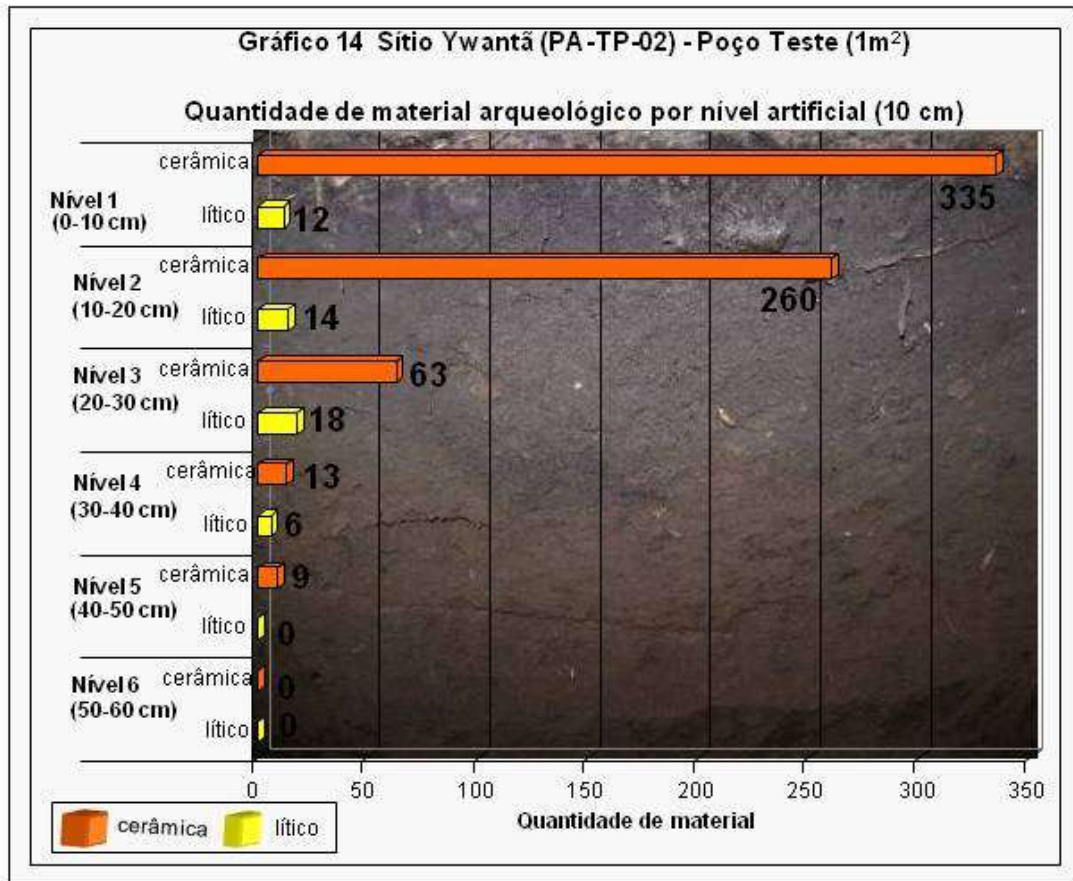
Figura 265 Área de escavação do poço teste na porção central do sítio Ywantã.

As primeiras duas camadas (A e B), abrangendo o primeiro nível (0-10 cm) e 35% do segundo se constituem de solo argilo-arenoso marrom muito escuro (10YR 2/2), diferenciado apenas através da maior quantidade de raízes e radículas encontradas em (A). Em ambos os níveis as raízes estavam queimadas. Nestas camadas encontramos o maior número de vestígios arqueológicos, sendo proporcionalmente equivalentes ao total de material coletado nos níveis que as constituem (Gráfico 14).

A camada (C) abrangeu aproximadamente 65% do segundo nível e quase metade do terceiro (5 cm), sendo constituída de solo argilo-arenoso marrom escuro acinzentado (10YR3/1). Nesta camada foi registrada uma diminuição na quantidade de material em relação as superiores.

Na camada (D), constituída de 25% do nível três e a maior parte do nível quatro (30-40 cm), foi registrada uma redução significativa na quantidade de material em relação às camadas anteriores, evento que foi acompanhado por uma alteração do solo que se tornou mais argiloso e variegado, entre o marrom escuro acinzentado e o marrom escuro (7.5 YR 3/4). Nesta camada foram encontradas bioturbações caracterizadas por abrigos e túneis feitos por insetos. A única amostra de carvão obtida foi encontrada dentro desta camada, mais especificamente ao final do nível três (Figura 266 e Gráfico 14).

A última camada (E) foi caracterizada com a escavação dos níveis cinco e seis (40-60 cm), onde predominou o solo argiloso marrom escuro com pequenos pontos marrons amarelados (10YR 5/6). A escavação foi encerrada com a ausência de material no nível seis (50-60 cm) (Figura 266 e Gráfico 14).



5.3.1.6. Sítio Aldeia Tukumã (PA-TP-03)

O sítio “Aldeia Tukumã” foi primeiramente identificado a partir dos vestígios cerâmicos encontrados em superfície na área de roça da aldeia homônima. Com a pesquisa arqueológica tais vestígios foram também identificados nas áreas de capoeira adjacentes, vegetação que se diferencia da originalmente encontrada na área¹, e aparece acompanhada por um solo de coloração escura (terra preta) sobre latossolo amarelo (RADAM, 1980)², com aproximadamente 80.000 mil m² (400 m no sentido N/S por 200 m no sentido E/W) (Figura 267).

A pesquisa arqueológica no sítio consistiu de coletas sistemáticas amostrais não probabilísticas em superfície e sub-superfície. Em sub-superfície as sondagens foram escavadas a partir de níveis artificiais de 20 cm.

As atividades de coleta obtiveram um total de 2.272 peças, divididas em 1.782 fragmentos cerâmicos e 490 líticos, tratando-se do sítio onde estes últimos vestígios foram mais representativos. Das peças obtidas, 10 fragmentos cerâmicos foram coletados aleatoriamente, enquanto 466 fragmentos cerâmicos e 80 líticos foram coletados na superfície de um quadrante de 10m² delimitado na área de capoeira, ao lado da sondagem sete (Figuras 268). A escolha do local para coleta se deu em vista a grande quantidade de fragmentos cerâmicos encontrados no local, o que sugeriu também a escavação de um poço teste (1m²). Além da cerâmica, a coleta em superfície nos surpreendeu ao encontrarmos abaixo da serrapilheira uma faca de metal em avançado grau de oxidação (figuras 269). Tal vestígio foi sugestivamente associado por nossos interlocutores como pertencente à Kaipá Kaiabi, antigo ocupante do local.

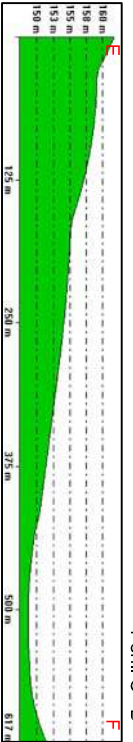
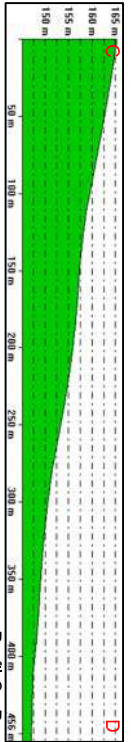
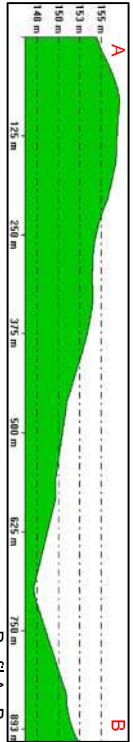
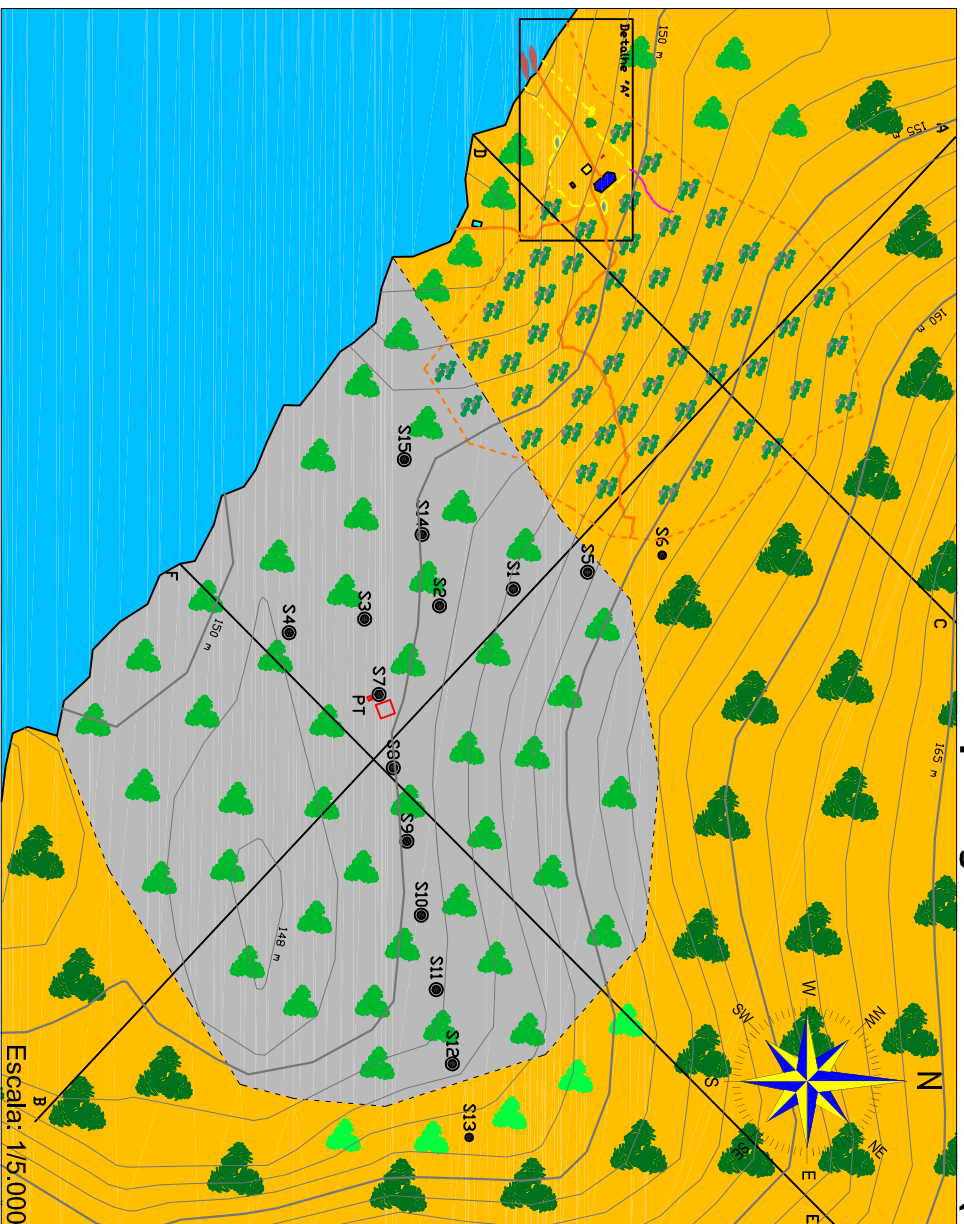


Figuras 268 e 269 Arewí Kaiabi com cerâmica coletada em superfície próxima a sondagem 7. Pará com a lâmina de uma faca e cerâmica resultantes da coleta de superfície.

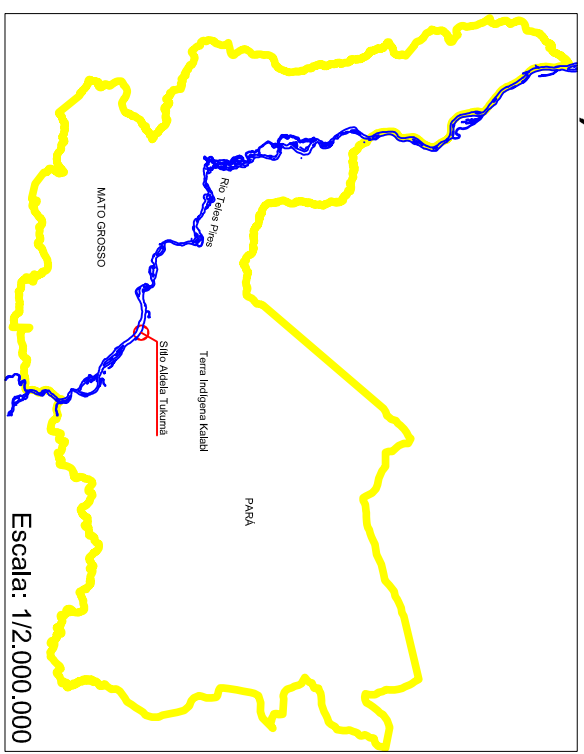
¹ Floresta decidual, submontana dossel emergente em estágio secundário de sucessão vegetal (RADAM, 1980).

² LVa7 – Latossolo Vermelho-Amarelo álico text. Méd e Areia: Quartzosas álicas fl. Rel. pl. e s. ond.

Sítio arqueológico Aldeia Tukumã (PA-TP-03)

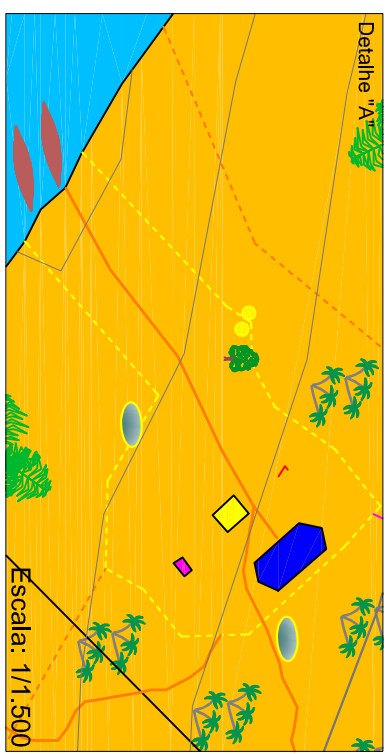


Equidistancia das Curvas de nível: 1m
Elementos traçados foram esmiçados apartir de
Valores SRTM e Imagens de Satellite Landsat 5



LEGENDA

- Sondagem
- ⊙ Sondagem com material Arqueológico
- Caminho (Trilha)
- Coleta de superfície (10m²)
- Poço Teste (Unidade com 1m²)
- Descarte
- Roça (Ko)
- Capoeira (Kofei)
- Falsa Capoeira (Kofeñu)
- Floresta - Mato Verdadeiro (Ka'a rete)
- Mangueira
- Terra Preta (Xwi'on)
- Terra Vermelha (Xwi'piran)
- Curvas de nível
- Varal
- Galinheiro
- Cozinha
- Casas
- Acampamento Antigo
- Porto Utilizado Atualmente
- Antigos Esteios
- Delimitação da área de terra preta
- Delimitação Pátio Casas
- Delimitação da área de roça



Das treze sondagens escavadas a cada 50 m, com 80 cm de profundidade média, foram registradas evidências arqueológicas em onze delas, totalizando 396 peças coletadas (349 fragmentos cerâmicos e 47 líticos). As duas sondagens estéreis (S-6 e S-13) nos possibilitaram delimitar o sítio em suas porções oeste e norte, enquanto os limites leste e sul foram naturalmente traçados pela topografia do terreno.

A oeste, o sítio foi arqueologicamente delimitado pela sondagem seis, onde a ausência de material foi registrada associada a um solo marrom (10YR 4/3) classificado como *ywi'piran* (terra vermelha). A vegetação foi reconhecida como uma falsa capoeira (*koferãm*) (Tabela 22 e Figuras 270 a 275).



Figuras 270 e 272 Sondagem 05 - Solo preto (10YR 2/1) classificado como *Ywi'on* (terra preta) e vegetação de *kofet* (capoeira).



Figuras 273 e 275 Sondagem 06 - Solo marrom (10YR 4/3) classificado como *Ywi'piran* (terra vermelha), vegetação classificada como *Koferãm* (falsa capoeira).

Tabela 22 Descrição dos limites do sítio Aldeia Tukumã (PA-TP-03) a partir do tipo de solo e vegetação encontrado nas sondagens segundo categorias êmica e ética

Limites do Sítio	Sondagem Localização	Material arqueológico	Tipo de Solo		Tipo de Vegetação	
			Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes	Categoria êmica	Categorias éticas correspondentes
Leste	S-3	Até 70 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-20 cm: Preto (10YR 2/1)	<i>Kofet</i> (Capoeira)	Estágio da sucessão secundária da floresta decidual submontana dossel emergente.
	S-4	Até 30 cm	Idem	0-40 cm Marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2)	Idem	Idem
Oeste	S-5	Até 30 cm	Idem	0-30 cm: Marrom escuro acinzentado (10YR 3/1)	Idem	Idem
	S-6	Ausente	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-50 cm: Marrom (10YR 4/3)	<i>Koferãm</i> (falsa capoeira)	Idem
Norte	S-11	Até 50 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-20 cm: Marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2)	<i>Kofet</i> (capoeira)	Idem
	S-12	Até 30 cm	Idem	0-30 cm: Marrom escuro (10YR 3/3)	Idem	Idem
	S-13	Ausente	<i>Ywi'piran</i> (terra vermelha)	0-40 cm: Marrom amarelado (10YR 5/6)	<i>Koferãm</i> (Falsa capoeira)	Idem
Sul	S-14	Até 30 cm	<i>Ywi'on</i> (terra preta)	0-20 cm: Cinza escuro (10 YR 4/1)	<i>Kofet</i> (capoeira)	Idem
	S-15	Até 20 cm	Idem	0-30 cm: Marrom acinzentado (10YR 5/1)	Idem	Idem

O limite norte do sítio foi arqueologicamente evidenciado pela diminuição de material associado à mudança de coloração do solo nas sondagens onze a treze. Em S-11, escavada em área denominada *kofet* (capoeira), o solo argilo-arenoso marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2) foi reconhecido como *ywi' on* (terra preta). A sondagem seguinte (S-12), ainda no *kofet*, revelou menor quantidade de material em um solo um pouco mais claro (10YR 3/3), porém ainda classificado como *ywi'on*. Em S-13, a ausência de material foi prevista por nossos interlocutores com o reconhecimento da vegetação e solo como *koferãm* e *ywi'piran*. (Tabela 22 e Figuras 276 a 280).



Figuras 276 e 277 Sondagem 12 – solo marrom acinzentado muito escuro (10YR 3/2) denominado *Ywi'on* (terra preta) em área de *kofet* (capoeira).

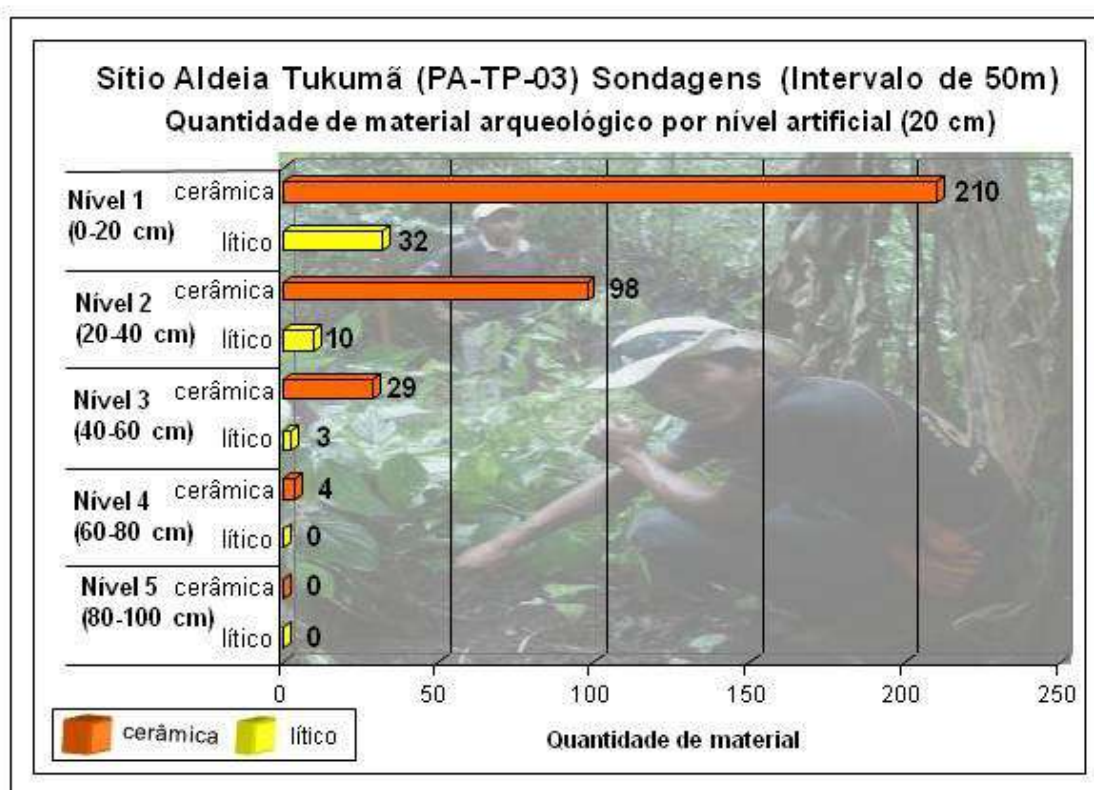


Figuras 278 a 280 Sondagem 13 solo marrom amarelado (10YR 5/6) classificado como *Ywi'piran* (terra vermelha). – vegetação denominada como *koferãm* (falsa capoeira).



Ao sul e ao leste o sítio teve seus limites naturalmente definidos pelas áreas de inundação no período da cheia, não muito distante das sondagens quatro, ao leste, e quinze, ao sul. Tais sondagens foram escavadas em área de *kofet* e solo denominado *ywi'on*.

Em termos de distribuição vertical, os materiais arqueológicos foram encontrados principalmente nos primeiros vinte centímetros (Gráfico 10), sendo constituídos por solo argilo-arenoso preto (10YR 2/1) e cinza muito escuro (10YR 3/1). Nos níveis três e quatro (20-40 cm) a quantidade de material diminui pela metade em um solo predominantemente cinza muito escuro (10 YR 3/1). Nos níveis cinco e seis (40-60 cm) há uma significativa redução de vestígios, acompanhada pela alteração do solo que tende a ficar mais claro à medida que a escavação se aprofunda. Abaixo de 60 cm foram coletados apenas quatro fragmentos cerâmicos, não havendo registro de material abaixo de 80 cm (Gráfico 15).



O poço-teste (1m²) foi realizado em área de capoeira próxima a sondagem sete, onde encontramos grande quantidade de material em superfície (Figura 281). Foram escavados sete níveis artificiais que revelaram três camadas de solos diferenciados (Figura 282) e a coleta de 1.320 evidências arqueológicas (957 fragmentos cerâmicos e 363 líticos), além de duas amostras de carvão (Gráfico 15).



A camada (A) é constituída pelos primeiros dez centímetros e revelaram uma grande quantidade de material arqueológico associado a um solo argilo-arenoso preto (10 YR 2/1) pouco compactado (ver nível 1 no Gráfico 15). A camada (B) abrangeu os níveis dois, três e um pouco mais da metade quarto (10-35 cm), sendo constituída pelo mesmo solo da camada superior, porém com menor quantidade de raízes e radículas. No nível dois, além de encontramos a maior quantidade de material coletamos um tembetá, aparentemente de quartzo leitoso (Figura 283). A partir do nível três é constatada uma diminuição pela metade na quantidade de material e assim sucessivamente no nível quatro (30 - 40 cm), onde a camada se encerra.

A terceira camada (C) é marcada pela mudança na coloração do solo para o marrom escuro acinzentado (10YR 4/2) que vai do nível cinco até o fim da unidade (70 cm). No nível cinco, mais especificamente no quadrante nordeste, começam a aparecer manchas de um solo argiloso concrecionado de cor amarelo avermelhado (5YR 6/8), que, ao final deste nível e no seguinte (6) se revelam blocos de argila semi-articulados. Em ambos os níveis (5 e 6), foi registrada uma mancha circular (17 cm de diâmetro) de solo mais escuro na porção leste da quadra, próxima aos blocos de argila. Nestes níveis também foram coletadas duas amostras de carvão, uma delas foi encontrada na extremidade nordeste do nível

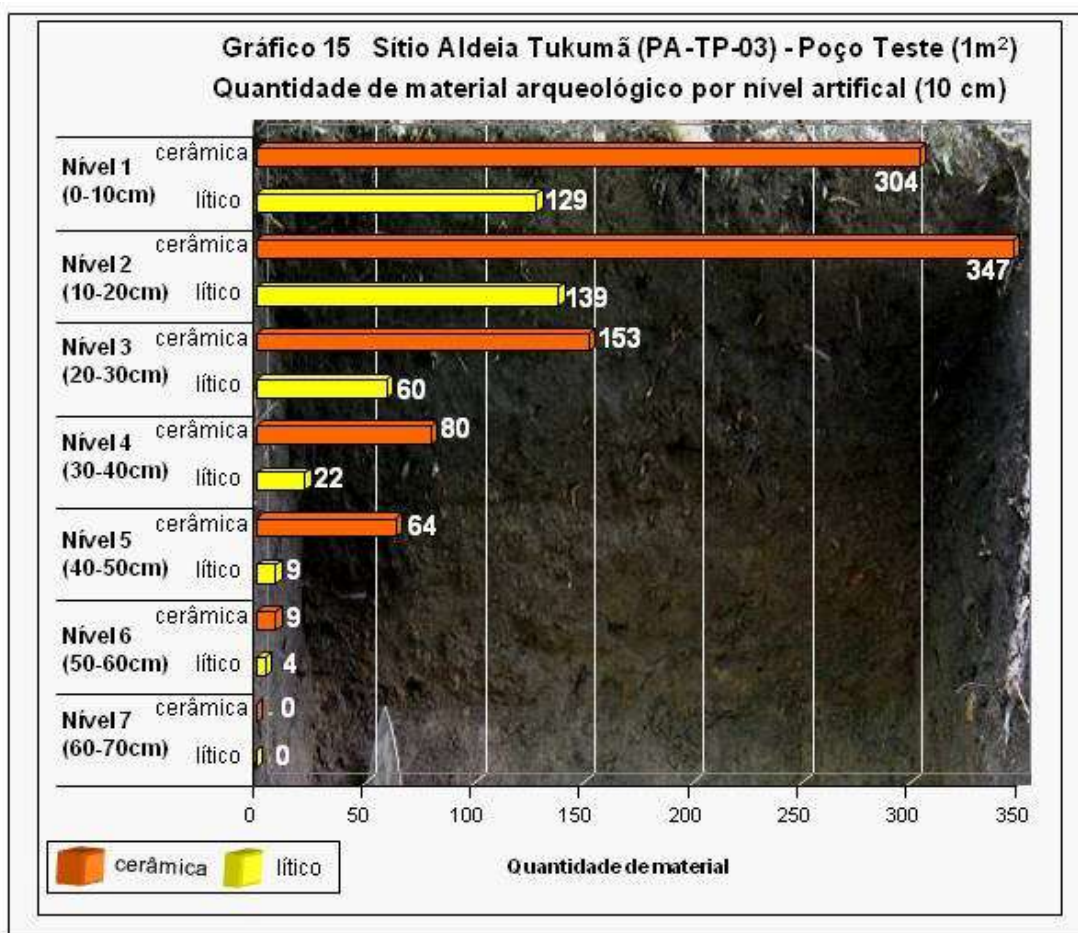


Figura 282 Tembetá de quartzo leitoso encontrado no nível 2 do poço teste.

cinco¹, as outras duas no nível seis (Figura 284). Após uma significativa redução na quantidade de material observada nos níveis acima descritos, a escavação é encerrada a setenta centímetros de profundidade, onde não encontramos mais evidências e a mancha circular mais escura desaparece.



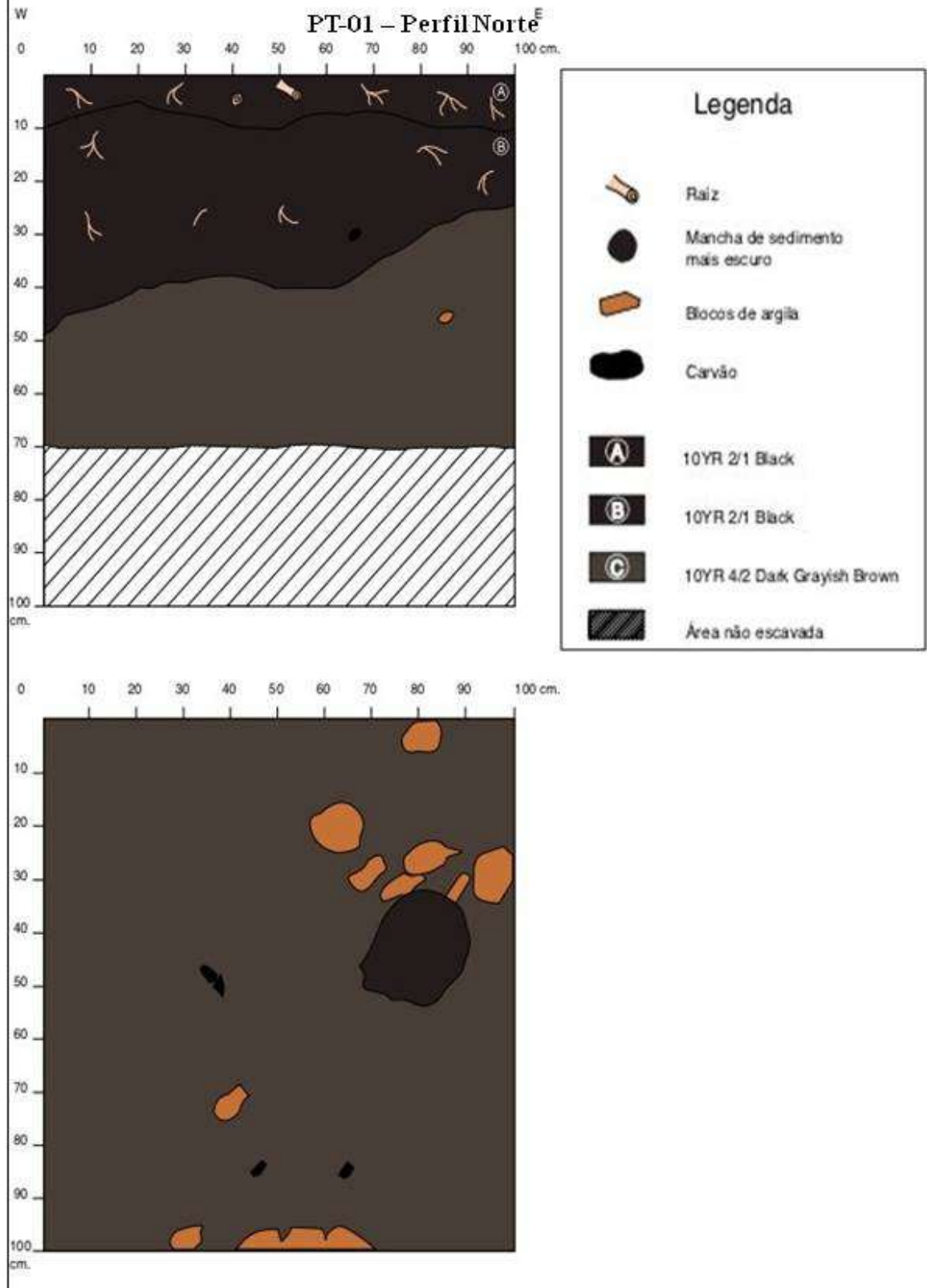
Figura 284 Nível 6 – blocos de argila, carvão e mancha circular de sedimento escuro.



¹ Amostra de carvão no nível 5 (X-96cm; Y-97cm; Z-42cm).

Figura 282 Projeto Kaiabi-Lalina

- Sitio Aldeia Tukuma (PA-TP-02)



5.3.1.7. Sítio Aldeia Coelho (PA-TP-04)

Como já fora tratado, a Aldeia Coelho encontra-se implantada sobre um sítio arqueológico caracterizado pela ocorrência de fragmentos cerâmicos em superfície e sub-superfície por toda a extensão do terreiro até a área de roça em seu entorno. Tais vestígios encontram-se associados a um solo de coloração escura, reconhecido por nossos interlocutores como terra preta e diferente do tipo de solo apontado para o local – latossolo vermelho-amarelo e areias quartzosas (RADAMBRASIL,1980)¹.

A exemplo da Aldeia Minhocuçu, a ocorrência dos vestígios arqueológicos se dava em uma área coberta por vegetação de capoeira, utilizada pelos Kaiabi no passado como área de roça. Não sabemos ao certo em que grau de regeneração se encontrava quando foi novamente reocupada pelos moradores atuais, mas hoje a capoeira encontra-se muito reduzida devido à implantação das roças desde o início do processo de reocupação da área há oito anos atrás. Através de um caminhar em torno da aldeia é possível observar formações iniciais de uma nova capoeira, resultante do abandono das primeiras roças.

Em vista da inexistência da antiga vegetação de capoeira que nos permitiria fazer as correlações como nos demais sítios, bem como o pouco tempo para a conclusão da pesquisa arqueológica, realizamos apenas uma coleta assistemática não probabilísticas em superfície e a escavação de um poço teste (1m²), ambos na porção sul da área de roça, onde encontramos uma maior concentração de material (Figuras 285 e 286 e 287).

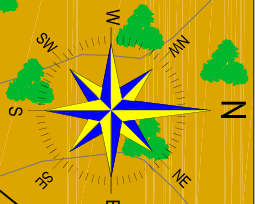
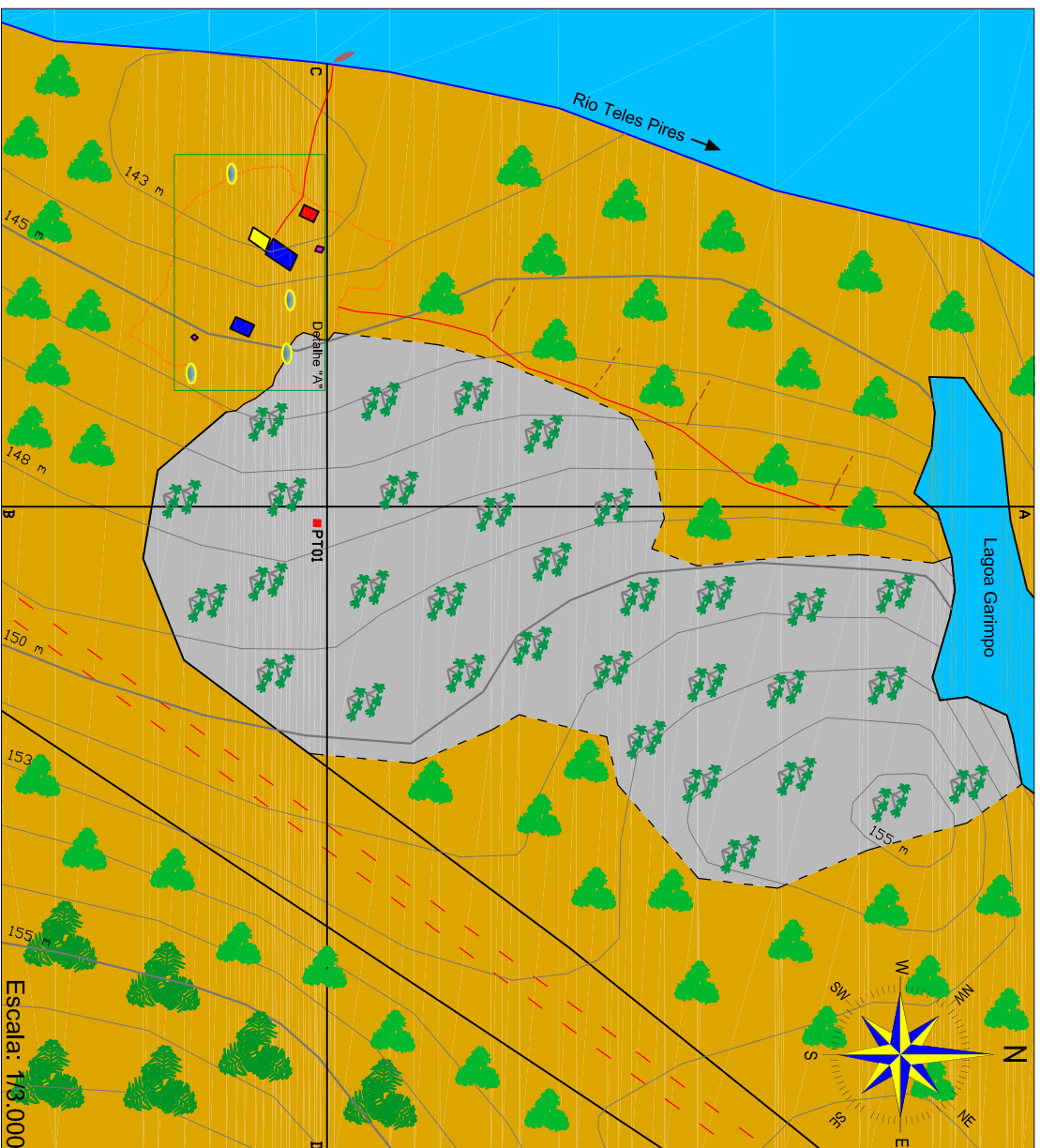
As atividades de coleta obtiveram um total de 1022 peças, divididas em 1003 fragmentos cerâmicos e 19 líticos. Destes, 32 fragmentos cerâmicos foram coletados aleatoriamente no terreiro da aldeia.



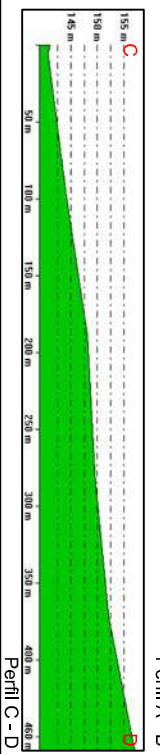
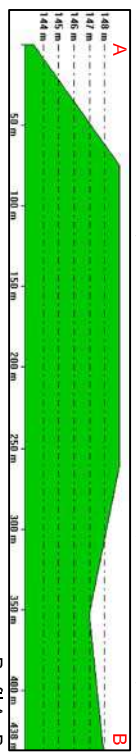
Figura 286 e 287 Área de escavação do poço teste na área de roça da aldeia Coelho.

¹ Latossolo Vermelho-Amarelo álico text. méd. e Areias Quartzosas álicas fl. rel. pl. e s. ond. (LVa7).

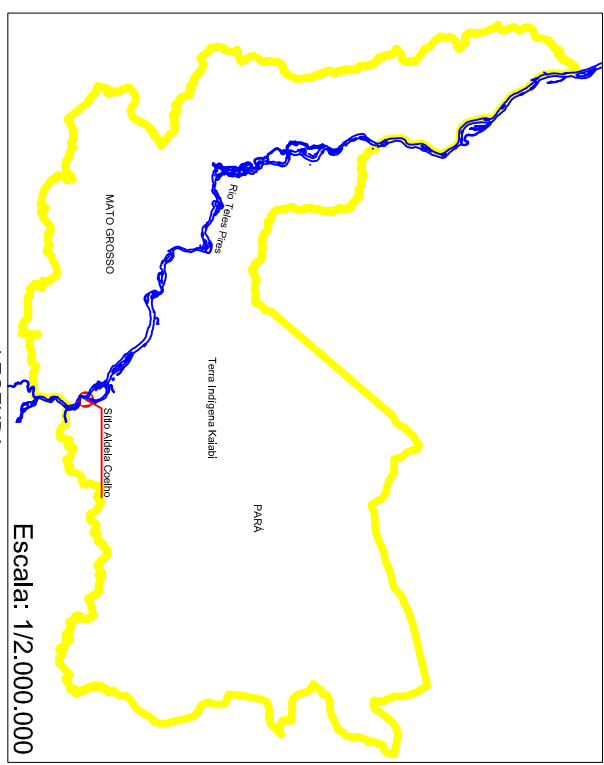
Sítio arqueológico Aldeia Coelho (PA-TP-04)



Escala: 1/9.000

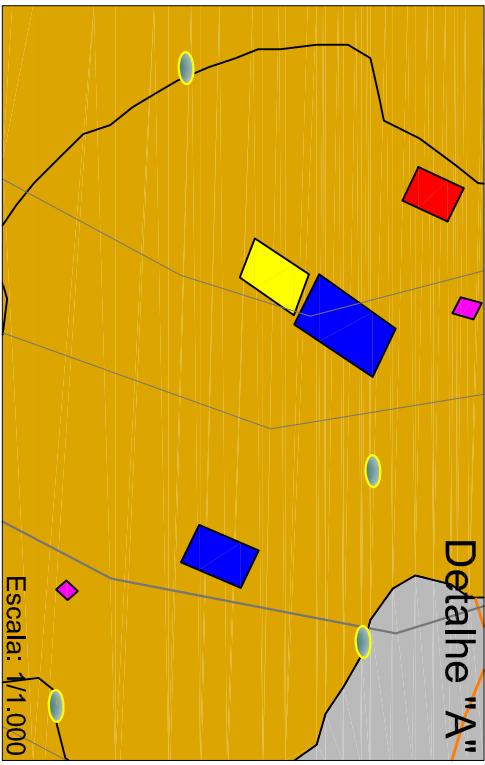


Equidistância das Curvas de nível: 1m
Elementos tracejados foram estimados a partir de Valores SRTM e Imagens de Satélite Landsat 5



LEGENDA

- Porto e caminho Utilizado Atualmente
- Antiga Pista Pouso
- Poço Teste (Unidade com 1m²)
- Descarte
- Rocha (K'o)
- Capoeira (Kofei)
- Floresta - Mato Verdadeiro (Ka'a rite)
- Delimitação da área de terra preta
- Terra Preta (Yw'ion)
- Terra Vermelha (Yw'ipiran)
- Curvas de nível
- Banheiro
- Forno
- Cozinha
- Casas
- Delimitação Terreno
- Portos Arqueológicos



No poço-teste foram escavados seis níveis artificiais (até 60 cm), os quais evidenciaram quatro camadas de solos diferenciados e resultaram na coleta de uma grande quantidade de material, 990 peças (971 cerâmicas e 19 líticos), além de amostras de carvão (ver Gráfico 16 e figura 288).

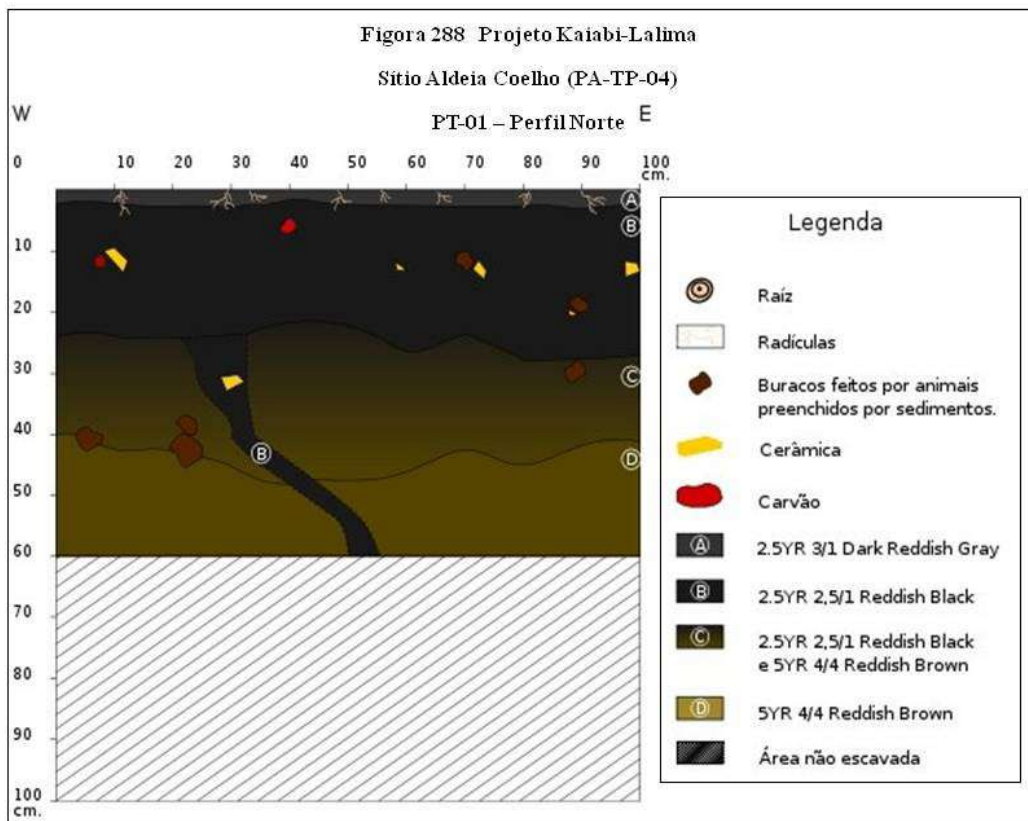
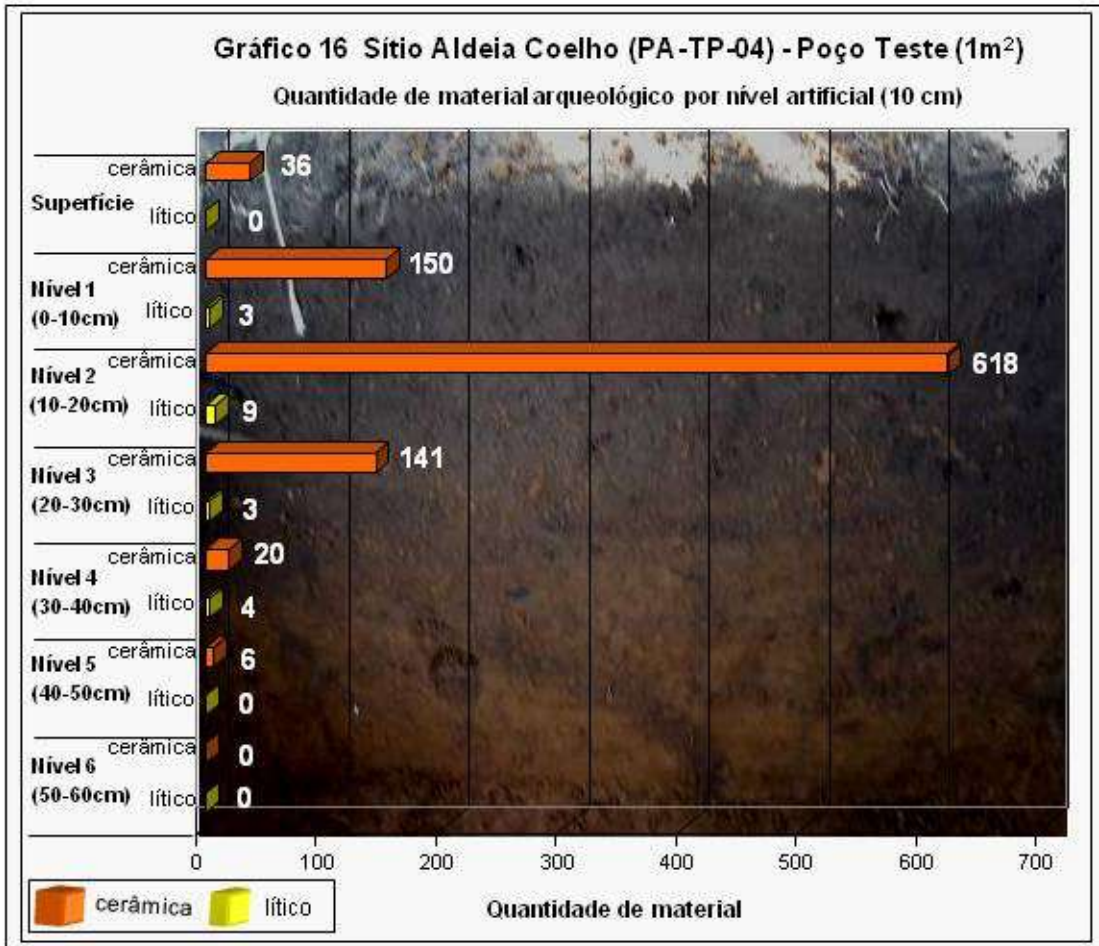
A camada (A) se constituiu de aproximadamente os dois centímetros superficiais de solo argilo-arenoso solto e pouco compactado de coloração cinza escuro avermelhado (2.5 YR 3/1). Podemos associar a esta camada aproximadamente a terça parte do material encontrado no nível um (0-10 cm), onde observamos alguns fragmentos de carvão resultantes de queima recente (ver Gráfico 16).

A camada (B) abrangeu o restante do primeiro nível e se estendeu até a metade do terceiro (aproximadamente 25 cm), trata-se de um solo preto avermelhado (2.5 YR 2.5/1) onde foi encontrada a maior quantidade de material arqueológica (ver Gráfico 12). Nesta camada também foi encontrado um fragmento de carvão¹, possivelmente associado à queima recente, pois apareceram também algumas raízes queimadas.

A partir da metade do nível três (25 cm) tem início a terceira camada (C), constituída de solo argilo-arenoso preto avermelhado, variegado com marrom avermelhados (5 YR 4/4) à medida que aprofundamos até fim do nível quatro (40 cm) e parte do quinto (ver Figura 288). Com esta mudança há uma significativa redução na quantidade de material arqueológico (ver Gráfico 16). Esta camada é atravessada por um duto resultante de bioturbação que foi posteriormente preenchido por solo, material arqueológico e possivelmente pequenos fragmentos de carvão da camada superior. Diferentes formas de bioturbação foram evidenciadas ao longo de toda a escavação.

Na última camada (D), houve a predominância do solo argilo-arenoso compactado marrom avermelhado que se estendeu até sessenta centímetros. Foram encontrados apenas seis fragmentos de cerâmica no nível cinco (40-50 cm), enquanto o nível inferior se apresentou estéril (ver Figura 288).

¹ Amostra de carvão no nível três (X-82 cm; Y-14 cm; Z- 23 cm).



CAPÍTULO 6: Ocupação, reocupação e abandono de assentamentos na T. I. Kaiabi. Mobilidade, uso do espaço e a formação do território Kaiabi no baixo Teles Pires

A partir dos resultados apresentados, podemos afirmar que a T.I. Kaiabi configura-se como um palimpsesto da trajetória de ocupação indígena e não-indígena do baixo curso do rio Teles Pires.

A ocupação pré-colonial da área foi atestada com a presença de vestígios arqueológicos em 35 locais visitados, encontrados tanto nas aldeias atuais e antigas, como nas áreas de capoeira (*Kofet*).

Até o presente momento a não realização das análises dos materiais arqueológicos (cerâmico e lítico) coletados nas áreas arqueologicamente investigadas, nos impossibilita de fazer quaisquer associações destes materiais com contextos arqueológicos e culturais já conhecidos na arqueologia brasileira, as conhecidas tradições e fases. Contudo, a ocorrência dos vestígios em associação com os contextos de “terra preta” (25 sítios) insere o rio Teles Pires, mais especificamente seu baixo curso, em um debate arqueológico que vem sendo levado a cabo por diversos pesquisadores na Amazônia. Ou seja, sobre o entendimento da ocupação da Amazônia e a compreensão dos processos de formação das terras pretas (ex. Kern & Nämpf, 1989; Petersen *et al.*, 2001; Neves *et al.*, 2003; 2004).

O entendimento da história de ocupação da T.I. Kaiabi deve prever não só a análise dos vestígios arqueológicos coletados e dos solos de terra preta, mas também contemplar outros elementos que constituem esse palimpsesto como, por exemplo, os sinais de ocupação histórica dos assentamentos (vestígios de bens industrializados, esteios de casa, sepultamentos, montículos ou escavações no solo) e as transformações da paisagem, expressos nos diferentes estágios sucessionais da vegetação resultantes da ação antrópica, genericamente denominado pelos Kaiabi como *Kofet*.

As transformações da paisagem traduzidas nas vegetações de capoeira, quase sempre em associação com a terra preta, vêm ocorrendo desde a ocupação pré-colonial da área. Os Kaiabi privilegiam estas áreas tendo em vista a maior diversidade de oportunidades, tanto para a caça e coleta, como para a implantação de roças e conseqüentemente suas aldeias.

Os Kaiabi não são apenas herdeiros destas paisagens, mas também agentes ativos (interativos) na manutenção e criação das mesmas, na medida em que eles vêm

dando continuidade à história de ocupação e formação de um território que hoje reivindicam como deles.

Todos os elementos apresentados na configuração da T.I. Kaiabi enquanto palimpsesto, bem como os processos envolvidos na trajetória de ocupação dessa região, nos possibilita pensá-la a partir do modelo de “história de formação territorial” concebido por Zedeño (1997), segundo seus estudos etnoarqueológicos sobre a formação do território dos índios *pueblos* Hopi, no Arizona. Este modelo vem sendo inclusive ampliado para o estudo arqueológico de reconstrução da história de vida dos territórios de um modo geral.

Com base nos laudos antropológicos encomendados pelo Departamento de Justiça americana e pelos próprios Hopi no âmbito de processos por disputa de terras, Zedeño (1997: 73) sustenta uma noção de território enquanto objetos agregados, constituídos por terra, recursos naturais e objetos feitos pelo homem, reunidos historicamente através de processos dinâmicos de interação sócio-ambiental.

De certa forma o trabalho de Zedeño procura apresentar respostas a insatisfação com o processo de demarcação da reserva Hopi, realizada em 1882. Zedeño apóia-se em uma série de dados históricos, etnográficos e arqueológicos que revelam uma grande discrepância entre a real extensão do território Hopi e o tamanho reduzido e a conformação da área para eles demarcada. Em parte isso se explica pelo julgamento com base no uso exclusivo da terra e seus recursos em tempos modernos, não considerando territórios enquanto unidades espaciais de uso cumulativo em contextos espaciais e temporais, respectivamente em maior escala e profundidade. Todos os setores da vida social envolvem interações entre seres humanos e a terra resultando em uma variedade de modificações da paisagem que, eventualmente, envolvem o registro arqueológico (Zedeño (1970: 85).

Para Zedeño (1997: 85-95), a história de formação dos territórios passa por trajetórias e estratégias sócio-culturais de *estabelecimento, manutenção e transformação* territorial. Cada uma dessas trajetórias está associada com inúmeros processos, atividades e correlatos materiais (Figura 289 e Tabela 23).

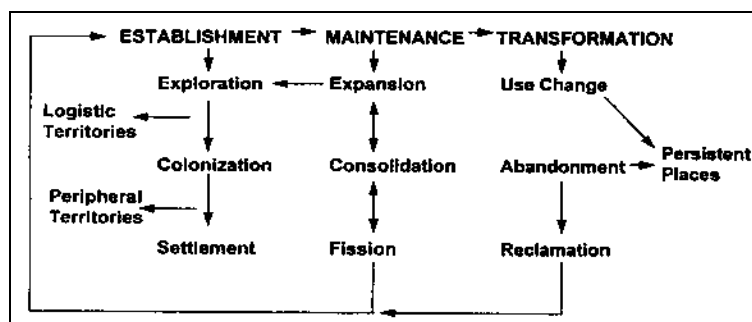


Figura 289 Representação esquemática da história de vida de um território (Fonte: Zedeño, 1997).

Tabela 23 Trajetórias, processos, atividades e correlatos materiais na história da formação territorial (Zedeño, 1997 apud Bepalez, 2009)

Trajetórias	Processos	Atividades	Correlatos materiais
Estabelecimento	Exploração	Reconhecimento, uso temporário e exploração restrita de recursos;	Abrigos efêmeros, esconderijos e sinalizações;
	Colonização	Usos prolongados e assentamentos semi-permanentes;	Habitações permanentes e semi-permanentes, feições agrícolas e facilidades rituais;
	Assentamento	Assentamentos permanentes e divisão formalizada do espaço	Estruturas e sítios funcionalmente diversos, facilidades produtivas e interativas e marcadores de fronteiras
Manutenção	Expansão	Uso de terras marginais, exploração de ecótonos diversos, deslocamento de fronteiras, ajuste do espaço de vida e expansão das redes de comunicação	Aparecimento de aldeias satélites, aumento na produção de comida e outros materiais, expansão das facilidades domésticas e interativas, assim como dos caminhos e das redes de comunicação
	Consolidação	Aumento nas atividades rituais, interativas, políticas e bélicas e aumento da população e no controle de recursos	Expansão/modificação de facilidades interativas, arquitetura defensiva, feições de controle do solo e da água e baixo crescimento de facilidades domésticas
	Fissão	Fragmentação da comunidade, colonização de áreas distantes e consolidação de atividades em áreas fragmentadas	Abandono parcial de facilidades domésticas e de áreas periféricas, rápido crescimento de comunidades satélites distantes e colonização além do território fragmentado
Transformação	Mudança dos padrões de uso da terra	Mudanças na localização das áreas de produção, aldeias dentro do território e na função das estruturas	Abandono de campos e estruturas, remodelamento arquitetônico e construção de vilas e estruturas de controle da água
	Abandono	Deslocamento permanente da população fora do território, visita/uso esporádico ou regular das facilidades abandonadas	Estruturas dilapidadas e locais persistentes
	Reclamação	Colonização de territórios antigamente ocupados por populações relacionadas e usurpação de territórios através de guerra e conquista	Reocupação de facilidades abandonadas, mudanças drásticas na cultura material, morte violenta, facilidades defensivas e armamento

Zedeño (1997) acredita que é possível ao arqueólogo reconstruir a história de vida de um território, a partir da detecção dos correlatos materiais das atividades associadas aos processos contidos em sua trajetória de formação.

Como já fora dito, a trajetória assim como os processos, atividades e correlatos materiais apresentados nos quadros acima, foram abstraídos e generalizados a partir do caso Hopi. Além das especificidades culturais, Zedeño dispôs, para a compilação do modelo, de uma base de dados construída ao longo de três décadas de pesquisa interdisciplinar de dados arqueológicos que abrangem uma escala de tempo recuada em alguns séculos e que apresentam um estado de preservação considerável.

Tomada a T. I. Kaiabi como uma unidade espacial que, atualmente, se constitui no Território dos Kaiabi no baixo Teles Pires, a aplicação do modelo proposto por Zedeño (1997) deve ser feita levando-se em consideração o estágio inicial em que a pesquisa se encontra, onde os registros etnoarqueológicos estiveram focados nas atividades de organização do espaço de vida (a aldeia) e aqueles relacionados à produção de alimentos (as roças), estando estes quase sempre restritos a um mesmo espaço. Ainda são escassas as informações quanto às áreas e atividades de obtenção de recursos distantes das aldeias, bem como possíveis áreas cerimoniais e sagradas.

Além disso, a T. I. Kaiabi apresenta correlatos materiais das atividades de ocupação territorial que não apresentam a mesma visibilidade arqueológica daqueles com os quais a autora trabalhou no contexto Hopi como, por exemplo, edificações em pedra.

Estas diferenças contextuais e ausência de dados são em parte previstas na medida em que Zedeño (1997: 86) observa que cada território deve apresentar suas interações sócio-ambientais características, acumuladas ao longo de sua trajetória histórica de formação particular. Além disso, as trajetórias específicas de formação de um território não necessariamente incluem todos os processos especificados, pois alguns podem não ter sido fases necessárias em sua história de vida.

O histórico da ocupação empreendida pelos Kaiabi no baixo Teles Pires nos permite constatar que as trajetórias e respectivos processos de ocupação acontecem de forma cíclica e são permeados por processos de abandono e reocupação.

O abandono é abordado por Zedeño (1997: 86) como um processo que pode acontecer a qualquer momento, interrompendo total ou parcialmente a formação do território e abrindo a possibilidade para outros grupos humanos começarem suas próprias interações. Além disso, existem contextualmente processos específicos, como

instâncias de guerra ou conquista que podem ser esclarecidas pelo exame empírico do registro arqueológico de uso da terra por sociedades particulares.

Mediante todas essas considerações, a trajetória de ocupação da T. I. Kaiabi a partir do modelo de história de formação territorial será desenvolvida com maior ênfase nos processos e atividades indicados, enquanto os correlatos materiais serão abordados à medida que os resultados obtidos assim permitirem.

Para Zedeño (1997:87), a história de vida de um território começa com o estabelecimento de um grupo de pessoas em uma área particular, onde passam a ser desenvolvidos três processos associados: *exploração*, *colonização* e *assentamento* (vide Tabela 23).

Segundo os relatos orais obtidos, o começo da história de formação do território Kaiabi no baixo Teles Pires pode ser considerado como anterior aos primeiros registros documentais sobre a presença dos Kaiabi na área. Esta proposição baseia-se nas informações sobre a realização de perambulações nesta região, o que pode ser considerado como o início do processo de exploração, mesmo que em caráter eventual. Nas perambulações os Kaiabi teriam desenvolvido atividades como, o reconhecimento da área e uso temporário de recursos.

O laudo antropológico produzido para a T. I. Kaiabi, em 2004, bem como os relatos orais que obtive apontam a existência de uma rota que liga a região originária com o baixo Teles Pires. Tal rota é permeada por indicações de aldeias e os relatos dão conta de denominações Kaiabi de alguns rios que foram utilizados como caminhos fluviais como, por exemplo, o rio Santa Helena (*Muriru - Wyrasing'ui*), afluente do Teles Pires, cujas cabeceiras estão próximas as cabeceiras de afluente do rio dos Peixes, na área ancestral.

Os correlatos materiais das atividades de exploração para este período são difíceis de serem evidenciados, tendo em vista as intempéries a que os vestígios com características mais efêmeras estiveram sujeitos. Estes podem ser exemplificados a partir de atividades semelhantes realizadas em períodos mais recentes, como o acampamento utilizado para coleta de palha nas proximidades do Morro do Jabuti (*ywytyt yawatsi*). O referido acampamento consistia de uma área limpa, com algumas cabanas pequenas feitas com a própria palha do babaçu, um moquém, vestígios de uma fogueira e uma lata de óleo já bem deteriorada (figuras 290).

Mendonça (1994: 196-197) aponta a região do Morro do Jabuti como muito freqüentada pelos Kaiabi, sendo o principal ponto de coleta da palha do babaçu,

utilizada na construção das casas. Do côco desta palmeira tiram o óleo para fins cosméticos e o “bicho do côco” ou “gongo” é utilizado como isca de pesca. Nessa região os Kaiabi também coletam castanha do Pará, fruta maçaranduba, “café-de-macaco”, cacau nativo, além de extraírem a madeira da “pupunha brava”, utilizada na confecção de arcos. Também encontram pedras usadas para amolar facas e facões. A área ao redor do Morro do Jabuti é considerada especial para a caça de porcos-queixada que freqüentam os “barreiros” existentes.



Figura 290 Vista panorâmica do acampamento próximo ao Morro do Jabuti e detalhe dos abrigos, vestígios de fogueira, moquém e Lata de óleo deteriorada (Stuchi, 2007).

Diferente dos Hopi, cujos dados arqueológicos remontam a uma história de longa duração, desde o período pré-colonial. A história de formação do território Kaiabi no baixo Teles Pires remete às primeiras décadas do século XX, com o início efetivo do processo de exploração empreendido pelo primeiro grupo Kaiabi a chegar à área, responsável pelo contato com os seringueiros estabelecidos na região do Tabuleiro.

A exploração é intensificada à medida que os Kaiabi se envolvem com as atividades de extração de látex e passam a contemplar no processo de colonização não só a escolha de áreas mediante a sustentabilidade sócio-ambiental, mas também a econômica, agregando aos critérios de implantação de aldeias a logística envolvida nas relações com os seringueiros.

O processo de *colonização* também pode ser observado com a chegada de novos grupos Kaiabi na área, cujos resultados da experimentação, desde a exploração, permitiu-lhes avaliar positivamente a capacidade de suporte da paisagem local, passando então a ocupá-la de forma mais permanente.

Os dados históricos e relatos orais permitem supor que este processo se deu concomitante ao de *assentamento*, sendo desenvolvidos a princípio em determinados locais na porção mato-grossense da área, em vista da existência de aldeias de seus antigos inimigos, os Munduruku, nas margens paraenses do baixo Teles Pires.

Para este momento, os correlatos materiais que atestam o desenvolvimento dos processos de colonização e assentamento, podem ser observados, por exemplo, na ocupação da antiga aldeia de *Jurukanaua* (Nº-29), localizada nas proximidades do Lago do Jabuti (*ypyá yawatsi*), onde seus moradores também tinham suas roças. Essa aldeia foi caracterizada como uma das aldeias mais antigas, além de grande, populosa e onde os Kaiabi teriam vivido por um longo período de tempo. Dentre as inúmeras casas organizadas enfileiradas, foi citada a existência das primeiras construções feitas de pau a pique (Figura 291), cujos correlatos materiais seriam os buracos de retirada de barro para as paredes, bem como os montículos de acumulação resultantes do desabamento após o abandono. Os locais das habitações estão entremeados por um grande número de mangueiras que, a semelhança da atual aldeia Kururuzinho, o porte das mesmas indicam a relativa antiguidade do plantio.



Figura 291 Exemplo de uma casa de Pau a pique na aldeia Kururuzinho (Foto: Stuchi 2007).

Não quero dizer que este tipo de construção, diferente da forma tradicional Kaiabi, seja um índice dos processos de colonização e assentamento, pois também existiram casas de palha nesta aldeia e em períodos posteriores, além do que a utilização do barro na construção feita à

semelhança dos ribeirinhos foi uma medida de prevenção contra os ataques noturnos dos carapanãs. No entanto, como pudemos observar etnograficamente, os esforços empreendidos com esta técnica e a maior durabilidade da casa sugerem uma ocupação mais prolongada. Sugiro também a grande quantidade de mangueiras como correlato deste processo.

Os processos de colonização e assentamento em questão também são atestados pelas características do local onde a aldeia foi implantada, com a existência de áreas de *Kofet* e terra preta, propiciando-lhes maiores facilidades nas atividades de caça, coleta e solo adequado ao estabelecimento das roças de policultivo. Esta região também é citada como muito piscosa e propícia à coleta de tracajás e seus ovos.

Além das condições naturais de suporte, Zedeño (1997: 89) observa que as formas específicas que tomam os processos de *exploração, colonização e assentamento* dependem da existência de terra disponível. No caso de uma sociedade intentar adaptar-se a uma área já ocupada por outros grupos, diferentes mecanismos podem ser deflagrados na apropriação e exploração de seus recursos. Estes mecanismos podem variar de negociação pacífica de uso e direito de propriedade, até a guerra e conquista

Experimentados nos conflitos com não índios em sua região de origem, os Kaiabi teriam estabelecido uma relação, a princípio, pacífica com os seringueiros que se encontravam espalhados pelo baixo Teles Pires.

Segundo os dados históricos, ao longo da década de 1930, o abandono da região por parte de um grande número de seringueiros e o deslocamento dos Munduruku para a Missão Cururu, no alto Tapajós, estimulou os Kaiabi a explorarem e supostamente colonizarem outras áreas, culminando inclusive no registro dos mesmos feitos por Nimuendaju, em 1936, na Missão Cururu.

Porém, este cenário de aparente harmonia passa a mudar com a chegada de uma nova leva de seringueiros no final da década de quarenta, passando a trajetória de estabelecimento a ser marcada por uma série de conflitos.

Sobre esta perspectiva a ocupação da antiga aldeia *Massisin* (Nº-17) seria um bom exemplo disso. Apontada também como uma das aldeias mais antigas, onde a família extensa de *Kawaiip* Kaiabi (Joaquim), uma liderança pioneira, teria morado por um longo período após abandonar a região do Tabuleiro. Esta aldeia foi implantada próxima a um acampamento de seringueiros mortos em conflitos com os Kaiabi, sua denominação inclusive se refere às características de um deles (pés e pernas brancos).

Nesta aldeia podemos citar como correlatos materiais a indicação de uma casa de pau a pique, bem como os mesmos atributos paisagísticos encontrados em *Jurukanaua*, com exceção da abundância de tracajás.

Existem outras aldeias com tais características, onde registramos inclusive a presença de um importante correlato de *colonização* e *assentamento*, ou seja, os enterramentos. Contudo as duas aldeias foram citadas em vista das informações precisas quanto ao período de ocupação das mesmas.

De acordo com o modelo de Zedeño, uma vez estabelecida em seu território, uma sociedade passa a exercer a *manutenção* do mesmo, a partir de uma variedade de processos que são condicionados por requisitos específicos da população colonizadora, presença de grupos vizinhos, produtividade da paisagem em longo prazo, ou mecanismos de integração (Zedeño 1997: 89). Os processos relacionados à *manutenção* são: *expansão, consolidação, e fissão* (vide Tabela 23).

Assim como na trajetória de estabelecimento, é difícil no caso dos Kaiabi estabelecer quando começam e terminam os processos relacionados à manutenção do território. Embora possamos observar nas décadas que se seguem o desenrolar de atividades características para cada um dos processos associados, os resultados obtidos demonstram certa simultaneidade no desenvolvimento dos mesmos em um curto período de tempo.

Na data de 1940, quando foi implantado o posto do SPI na área para amenizar os conflitos, havia se passado aproximadamente vinte anos ou mais da presença efetiva dos Kaiabi na área. Neste período eles já vinham desenvolvendo o processo de expansão territorial, pois é registrado o surgimento de novas aldeias, muito provavelmente de modo inter-geracional (vide Tabela 23). A ocupação da antiga aldeia *Ywykga'i'*¹, dentre outras, pode ser tomada como um exemplo do processo de expansão. Sua implantação próxima ao posto do SPI, distante das demais aldeias, também pode ser interpretada como a anexação de novas áreas, mesmo que a intenção de sua ocupação envolvesse a busca por vantagens resultantes do maior contato com o posto.

Em vista da grande quantidade de Kaiabi vivendo na área, desde esse período até o final da década de 1960, não podemos descartar a possibilidade de imigração de novos grupos vindos das regiões de origem.

A expansão estimulou a exploração e colonização de novas áreas, mas estas não estavam relacionadas apenas à produção de alimento. Inseridos pelo SPI no mercado da

¹ Antiga aldeia não visitada.

borracha e outros produtos da floresta, os Kaiabi passaram a desenvolver a exploração e colonização de áreas também voltadas para este fim. Neste período, o desenvolvimento deste processo pode ser associado, principalmente, com a ocupação das aldeias sazonais, cujos correlatos materiais são observados nas marcas de corte deixadas em seringueiras próximas a área de habitação de aldeias (Figura 292), a deposição de latas a serem reutilizadas como recipiente de coleta do látex (Figura 293), ou os buracos destinados ao processo de defumação da seringa, como na aldeia *Ypenem* (Nº- 16).



Figura 292 Marcas de extração em seringueira. **Figura 293** Recipientes de coleta de látex.

Na antiga aldeia *Ujewunum* (Nº- 4), onde o processo de defumação não deixou as feições no solo, podemos citar a presença de grande quantidade de palmeiras babaçu próximos ao local da habitação, sendo apontada por nossos interlocutores como o resultado da germinação e posterior propagação natural do excedente de sementes que eram trazidas e utilizadas na defumação (Figura 294).

Para Zedeño (1997: 91) um território em tese pode vir a se expandir *ad infinitum*, porém, na prática, o processo é limitado pela disponibilidade de áreas produtivas para a colonização e o assentamento.

O caso Kaiabi não se enquadra nessa situação, pelo menos a curto e até mesmo médio prazo, pois a diversidade de recursos presentes nas áreas de ecótonos que constituem a região, atribuída de um grande número de *Koferarete* (capoeiras antigas sobre sítios de terra preta), permitiria uma



Figura 294 Excedente de sementes de babaçu trazidas e utilizadas na defumação de seringa (Foto: Suchi, 2008).

expansão temporal e espacial, relativamente ampla. A limitação à expansão territorial Kaiabi pode ser atribuída a questões políticas e sociais que se desenrolaram ao longo das décadas de 50, 60 e 70. Nesse mesmo período passaram a ser desenvolvidos os processos e atividades de consolidação e fissão do território.

A consolidação do território Kaiabi pode ser atestada a partir do desenvolvimento de estratégias defensivas e integrativas junto aos não índios presentes na área. Interpreto como ação defensiva os conflitos esporádicos com seringueiros, o que acredito ter imposto certo controle ao acesso e a utilização da área. Tais conflitos, inclusive, resultaram na primeira proposta do SPI, em 1945, de estabelecimento de limites territoriais para os Kaiabi, abrangendo parcialmente a área de concentração das aldeias.

Já as estratégias integrativas podem ser associadas à ocupação sazonal de aldeias, cuja mobilidade contemplava tanto as atividades tradicionais de subsistência, quanto aquelas relacionadas à extração e comércio da seringa. A integração se deu também com a presença efetiva dos Kaiabi no próprio posto do SPI onde viviam, segundo Oliveira (apud Mendonça, 1994), misturados com índios de outra etnia e não índios, além de estabelecerem relações de trabalho com seringueiros, gateiros e regatões.

Como pode ser observado no histórico da ocupação Kaiabi, ao final da década de 1950 e início de 60, a paralisação das atividades de assistência e intermediação do SPI no comércio da borracha, os impeliu a intensificar o contato com a Missão Cururu. Contudo, essa estratégia não foi bem sucedida, pois resultou no contágio e proliferação de uma epidemia de sarampo com inúmeros óbitos, o que deu início ao processo de fissão territorial. A fissão do território Kaiabi esteve associada à diminuição da população, o que resultou no abandono de algumas áreas e na redução do território, ficando os Kaiabi restritos a ocupação de quatro aldeias. A fissão veio a se efetivar quando, em 1970, a maioria dos Kaiabi sobreviventes foram removidos para o distante Parque Indígena do Xingu.

O modelo de formação territorial prevê que a fissão leva a um novo processo de consolidação, podendo também ativar novas seqüências de formação (Zedeño, 1997: 92). Com uma população ainda mais reduzida e restrita à ocupação de duas aldeias, as ações dos Kaiabi nesse período podem ser interpretadas como uma nova tentativa de consolidação.

Em um contexto muito mais desfavorável, os Kaiabi procuram manter suas relações com os não índios, além de suprir, a partir do processo de exploração, algumas demandas da mineradora que se estabelecera na área. Essa situação perpassa o

restabelecimento das relações com o posto indígena reativado pela FUNAI, em 1975, sua transferência para a atual localização, em 1987, e se mantém pela década seguinte, período de recuperação demográfica e gradual migração e ocupação do posto (Kururuzinho) por todos os Kaiabi.

A partir de 2000, torna-se evidente a ativação de uma nova seqüência de formação territorial, quando os Kaiabi retomam o processo de expansão, desenvolvido por grupos domésticos residentes em Kururuzinho, que passam a exercer a exploração, colonização e a se assentarem nas novas aldeias.

O recente desenrolar de tais processos permitem a observação de momentos na história de formação territorial que dizem respeito a sua *transformação*, sendo constituídos dos seguintes processos: *mudança dos padrões de uso da terra; abandono; e reclamação* (vide Figura 289 e Tabela 23).

Como observado por Zedeño (1997: 86), estes não constituem, necessariamente, as fases seguintes e obrigatórias da história de um território. Segundo o estudo de caso Kaiabi, tais processos foram constantes e se desenvolveram com maior ou menor intensidade ao longo da história de ocupação territorial.

Segundo Zedeño (1997: 94) a reclamação refere-se a reciclagem, posse, ou até usurpação de um território previamente ocupado por outro grupo, com subsequente reuso das modificações remanescentes da paisagem por antigos ocupantes. Em outras palavras, reclamação constitui o início da formação do território onde um antigo grupo sem conexão teria residido.

A reclamação exercida pelos Kaiabi pode ser exemplificada em diversos momentos: 1) na ocupação dos sítios arqueológicos presentes na área; 2) na ocupação de acampamentos de seringueiros e garimpeiros, como foram os casos das aldeias Laje, Coelho; 3) na ocupação do posto indígena que veio a se constituir a maior aldeia atualmente habitada. É oportuno citar que existe uma expectativa entre os Kaiabi de que efetivada a demarcação e a retirada de não índios, as áreas por estes ocupadas no momento sejam retomadas.

Com relação a mudança de uso da terra e o abandono, podemos dizer que no caso Kaiabi são processos inter-relacionados. Contabilizadas as aldeias em situação de abandono e seus contextos de reocupação, inclusive aqueles referentes a aldeia Kururuzinho e subsequentes novas aldeias, temos em tese um número aproximado de cinquenta e nove casos a serem analisados.

Nesta pesquisa as informações obtidas sobre o abandono restringem-se a alguns casos relatados e observados, mas já permitem verificar a complexidade de fatores que envolvem este processo.

Assim como para os Hopi, a aplicabilidade do modelo de história de formação territorial no caso dos Kaiabi não responde por todas as situações possíveis encontradas pelos arqueólogos em suas pesquisas sobre os comportamentos de uso da terra em contextos pré-coloniais. Contudo, como bem enfatizou Zedeño (1997: 97), pode oferecer uma base para expandir as formas de trabalho analítico na reconstrução da extensão e do conteúdo dos territórios. Além disso, pode reforçar a constatação de que a terra e as estratégias de utilização de seus recursos não podem ser completamente compreendidos, exceto no contexto dos processos históricos que desencadearam ou influenciaram a maneira pela qual uma sociedade se relacionou com a paisagem.

Estas considerações também se aplicam a contextos históricos, principalmente aqueles que, a exemplo dos Hopi, revelam discrepâncias entre a real extensão territorial e o tamanho e conformação das áreas demarcadas. Existem inúmeros casos no Brasil que retratam a insatisfação indígena com a forma com que estes tiveram seus territórios delimitados (ver. Araújo, 1995). A T. I. Kaiabi também é um exemplo disso.

É certo que as pressões exercidas pelas políticas desenvolvimentistas e os interesses econômicos em jogo tornam os processos de delimitação e demarcação difíceis, ainda que os antropólogos estejam se empenhando em obter provas para sua concretização. Neste sentido, abordagens como a história de formação territorial, levadas a cabo por arqueólogos, podem trazer novas contribuições. ■

Neste mesmo contexto se situa o tema do abandono, na medida em que apresenta sérias implicações no entendimento sobre a definição de limites e direitos territoriais de uma dada sociedade. Não se trata do escopo desta pesquisa entrar no mérito desta discussão, mas um exemplo desta questão pode ser observado no laudo judicial para a T. I. Kaiabi, elaborado em 2004. Consta na página 45 e 46 dos Autos o seguinte questionamento dos Autores e subsequente resposta do Perito (antropólogo):

11) Se existiu alguma aldeia na área proposta para a nova demarcação, quando e por que os índios a abandonaram?(Grifos meus)

“...A mudança de aldeia é parte da dinâmica tradicional, da vida semi-nômade, como uma forma econômica de ocupação da terra. Na contínua busca por um lugar melhor,

os índios mudam o local de sua aldeia, sempre dentro de seu território de ocupação permanente. (...)”

Oportunamente o antropólogo também menciona a mudança de aldeias (abandono) relacionada ao evento e as conseqüências da transferência para o Parque Indígena do Xingu, e mais recentemente, as pressões por parte dos não índios representando, inclusive, um fator de interferência aos modos tradicionais da mobilidade Kaiabi.

O abandono não interessa apenas do ponto de vista antropológico para questões do presente, mas também é de grande interesse dos arqueólogos, principalmente, porque é o processo diretamente relacionado ao que encontramos nos sítios arqueológicos. Contudo a forma como se configuram os contextos arqueológicos está diretamente relacionado às formas de abandono, considerando também os processos pós-deposicionais a que estão sujeitos.

6.1. Os processos de ocupação, reocupação e abandono na T. I. Kaiabi

Como acontece em outros contextos, a dinâmica de ocupação, re-ocupação e abandono dos assentamentos Kaiabi está associada a aspectos ambientais, econômicos, sócio-culturais e políticos.

Os aspectos sociais e demográficos que têm influenciado nos processos de ocupação, re-ocupação e abandono dos assentamentos Kaiabi estão relacionados: 1) à depopulação enfrentada pelos Kaiabi, nos anos 60 e 70, por causa das epidemias; 2) à recuperação populacional e conseqüente crescimento dos grupos domésticos nas últimas décadas; 3) aos eventuais desentendimentos entre parentes e à conseqüente necessidade de afastamento dos locais de conflito e formação de novos assentamentos; 4) à morte de integrantes dos grupos domésticos e o conseqüente desestímulo pela permanência no local do sepultamento.

A aldeia Kururuzinho apresenta-se como um bom exemplo destas situações, tendo em vista que o incremento de sua ocupação se deu como uma estratégia de superação dos momentos difíceis enfrentados durante uma epidemia de sarampo, na década de 60, que resultou, inclusive, na remoção de vários Kaiabi para o Parque Indígena do Xingu, na década de 70. Depois da consolidação como posto indígena em 1987, a aldeia testemunhou um crescente aumento populacional por duas décadas e foi sendo abandonada por algumas famílias extensas, que passaram a constituir três novas aldeias: Lage, Coelho e Minhocçu, entre 2000 e 2002. Posteriormente, um novo processo de abandono ocorreu, entre 2002 e 2007, com a formação das aldeias Dinossauro, Ximarí, Cachoeirinha, Tukumã e São Benedito.

Os desentendimentos entre os grupos domésticos também motivam a mobilidade Kaiabi. Há alguns anos uma família, cujo líder pertence a outra etnia, abandonou uma aldeia em função da desconfiança por parte dos Kaiabi de que este poderia incentivar a migração de seus parentes para a área, o que causaria problemas à demarcação da mesma.

A morte de pessoas no assentamento, como ocorreu nas aldeias *Ywantã* (Nº-5) e *Ypia* (Nº-22), também pode motivar o abandono, por causa dos sentimentos de perda e tristeza. Há casos inclusive em que pessoas falecidas em uma determinada aldeia foram enterradas em aldeias já abandonadas.

Os aspectos políticos que têm influenciado nos processos de ocupação, re-ocupação e abandono dos assentamentos Kaiabi estão relacionados: 1) à atuação dos órgãos governamentais no estímulo à formação e dissolução de aldeias e abandono de territórios; 2) às políticas governamentais de gerenciamento da infra-estrutura e assistência nas aldeias (p.ex. escola, posto de saúde); 3) aos problemas relativos à demarcação da T. I.

A própria formação da aldeia Kururuzinho exemplifica a atuação dos órgãos governamentais tendo em vista que a sua ocupação foi estimulada pela FUNAI . Pelas mesmas razões foram abandonadas as antigas aldeias *Pirape wyi* (Nº-37) e *Itaipawuk i* (Nº-24), e em tempos mais recuados *Ipoowkai* (Nº-24), relacionada ao período de atuação do SPI. Nestes casos o abandono era seguido da ocupação de postos destas instituições e/ou aldeias em suas proximidades.

É certo que a política de assistência em Kururuzinho também motivou o abandono de aldeias e sua respectiva ocupação. Do mesmo modo a ausência dessa política em um período posterior, por exemplo, com a paralisação das atividades da escola, foi citada com um dos motivos do abandono da aldeia Kururuzinho pelos ocupantes da atual aldeia Coelho.

Devido à pressão sofrida pelos Kaiabi com relação à manutenção de seu território, as aldeias foram posicionadas em locais estratégicos para vigilância afim de evitar a ocupação indevida e desmatamento pelos não índios. Assim, o abandono de Kururuzinho para as novas instalações de aldeias estão atreladas, em parte, a uma preocupação política de ocupação e manutenção do seu atual território delimitado pela FUNAI e que espera a demarcação definitiva.

O abandono da aldeia Kururuzinho por grupos domésticos, seguido da implantação das novas aldeias Dinossauro, Ximari e Cachoeirinha foi, em grande parte, motivado por questões políticas. Atrelado às questões sócio-econômicas (crescimento populacional, a busca por recursos e terras agricultáveis), a implantação dessas três aldeias se deu em território matogrossense, por ser a porção da T. I. Kaiabi que congrega a maior quantidade e diversidade de recursos, maior disputa por não índios e, conseqüentemente, invasões e desmatamento. A formação das aldeias Tukumã e São Benedito, embora em território paraense, também exemplificam motivações políticas, com destaque para São Benedito que está implantada próxima a um dos principais acessos terrestres à T. I. Kaiabi, um local estratégico para a fiscalização e apoio às idas e vindas dos Kaiabi até a cidade de Alta Floresta-MT.

Os aspectos ambientais que têm influenciado nos processos de ocupação, re-ocupação e abandono dos assentamentos Kaiabi, além daqueles relacionados com a busca por novas áreas de recursos se referem: 1) a ocorrência de pragas de insetos; 2) a presença de animais que põem em risco a vida humana e animais domésticos; 3) as adversidades ambientais que dificultam a ocupação dos assentamentos.

A presença de insetos foi citada como motivo de abandono da antiga aldeia Saúva (Nº-19), cuja denominação reflete a grande quantidade de formigas no local, que prejudicavam a agricultura. Este também foi um dos motivos de abandono da aldeia Laje. A grande quantidade de muriçocas, carapanãs e abelhas estão relacionadas ao abandono de aldeias como *Jasi'ûok* (Nº-27) e *Ywantã* (Nº-5). Os antigos ocupantes de *Ywantã* também se referiram a presença de onças e ataques a seus cachorros nas proximidades da aldeia, o que também motivou seu abandono. O perigo também pode surgir da água, como no caso da antiga aldeia *Ypiaowi* (Nº-22) cujo abandono foi justificado pelo risco de crianças serem atacadas por serpentes “sucuriju” (*Eunectes murinus*) que habitam o remanso próximo.

A influência de fatores ambientais também pode ser exemplificada com o abandono da antiga aldeia *Itaipawuk'i* (Nº-18), cujo nome está associado à existência de uma forte corredeira que a separava da área de roça, colocando em risco a vida de seus ocupantes nos freqüentes deslocamentos de canoa. Na antiga aldeia *Jawasi ypoon* (Nº-30), cujo nome refere-se ao local de sua implantação, a Ilha do Jabuti, a dinâmica de ocupação e abandono esteve diretamente relacionada às estações de seca e chuva. Essa aldeia era ocupada no período da estiagem e, com as chuvas e a cheia do rio, o local ficava alagado, forçando seus ocupantes a sair para acampamentos nas roças. A cheia do rio Teles Pires também esteve associada ao abandono de outra aldeia, que fora implantada em local inadequado no período de estiagem.

Os processos de ocupação, re-ocupação e abandono seguem uma dinâmica complexa e diversificada e o contexto Kaiabi não é uma exceção. Entender esta dinâmica, por sua vez, implica em identificar as estratégias de mobilidade das populações em seus territórios e, mais especificamente, os seus comportamentos de abandono dos assentamentos e regiões.

Atualmente, os estudos arqueológicos e etnoarqueológicos são produzidos para explicar os comportamentos de abandono em relação aos materiais que foram deixados nos assentamentos e locais de atividade. Também são realizados para entender os

processos de re-ocupação dos assentamentos e deslocamentos regionais das populações (Nelson & Hegmon 2001).

As pesquisas são orientadas nas seguintes perspectivas: 1) o abandono é um processo, não um mero evento, cujo movimento pode começar a ser preparado logística e, inclusive, ritualisticamente muito antes de se efetivar, sendo que suas conseqüências podem perdurar por muitos anos depois de concluído, uma vez que os grupos defrontam-se com uma série de obstáculos culturais e naturais que devem ser enfrentados e superados (Tomka 1993); 2) as causas dos processos de abandono são percebidas pela pesquisa conforme as escalas em que são estudadas (p.ex. regional, inter-sítio, intra-sítio). Quando observado em amplitudes regionais, o abandono pode ser resultante, por exemplo, de pressões ambientais, culturais ou contingências históricas, enquanto que nos contextos inter e intra sítio, pode ser ocasionado pelos padrões culturais de uso do espaço (Panja 2003); 3) o abandono pode ocorrer de várias maneiras, podendo ser caracterizado como temporário ou sazonal, episódico, permanente, residencial ou não, rápido, gradual e de longa ou curta distância (Tomka 1993), planejado ou não planejado (Brooks 1993; Joyce & Johannessen 1993); 4) os processos de abandono transformam o uso dos lugares, pois se por um lado um local antes usado como espaço doméstico por um determinado grupo pode vir a se tornar, depois de abandonado, em uma área destinada às atividades de caça e coleta, por outro podem ocorrer transformações mais radicais nos padrões de uso do espaço, sobretudo quando uma população é substituída ou assimilada por outra respectivamente por meio de processos de migração ou conquista (Nelson 2000).

Na T. I. Kaiabi, verifica-se uma série de exemplos que contribuem para aclarar as perspectivas do abandono enquanto um processo que pode ocorrer de diversas maneiras. Praticamente todos os casos de abandono da aldeia Kururuzinho ilustram estes processos, que além das motivações em se mudar de um lugar, envolvem a escolha, experimentação e avaliação das áreas onde as demais aldeias foram implantadas.

A escolha quase sempre contou com o conhecimento prévio das áreas desejadas, uma vez que se trata de reocupações de antigas aldeias, áreas de roça ou sítios arqueológicos. A experimentação contou, principalmente, com a implantação de roças no local, cuja avaliação dos resultados, após pelo menos um ano, condicionou o abandono como gradual das aldeias então ocupadas. Existem situações em que o

processo pode se estender por mais tempo, como por exemplo, no abandono de Kururuzinho por parte dos habitantes das aldeias Dinossauro, Ximari e Cachoeirinha, que ainda não foi concluído.

Diferentemente, a aldeia Ximari foi rapidamente abandonada, praticamente uma estação após sua implantação, quando o período da estiagem fez baixar o nível das águas do rio revelando corredeiras que dificultavam o acesso a ela. Com uma roça já implantada em seu entorno, Ximari representa também um exemplo de transformação de uma aldeia em acampamento de roça, visitado apenas nos períodos relacionados a esta atividade (Figura 295). O abandono imediato também ocorreu nas aldeias afetadas pela epidemia de sarampo e também nas que foram abandonadas devido a transferência para o Xingu.



Figura 295 Aldeia / acampamento Ximari em 2008. (Foto: Stuchi, 2008)

Além dos abandonos permanentes e graduais, foram registradas sete antigas aldeias que representam exemplos de abandono sazonal (Tabela 3). Essas aldeias eram habitadas no período de estiagem, enquanto seus ocupantes estavam envolvidos com a extração de borracha e preparavam suas roças. No período das cheias eram abandonadas por seus ocupantes, que se deslocavam para o antigo posto Kaiabi, para onde levavam a produção de borracha a ser trocada por bens industrializados.

Cabe ressaltar que os estudos arqueológicos e etnoarqueológicos, a respeito dos processos de mobilidade populacional, contribuem na formulação de modelos interpretativos sobre as seguintes questões: 1) a relação entre registros materiais e a continuidade e/ou ruptura da ocupação territorial das sociedades nas mais diversas paisagens; 2) sobre as conseqüências sócio-históricas dos processos de abandono que resultam, tanto na formação de grandes comunidades, originadas por grupos diferentes, quanto no inverso; 3) sobre o reconhecimento da variabilidade comportamental dentro das sociedades, pois os processos de abandono e a natureza das relações sociais nas comunidades variam – uma vez que o abandono apresenta-se como um processo complexo, permeado por relações ecológicas, políticas, religiosas, etárias e de gênero, entre outras (Nelson 2000). Trata-se, portanto, de uma agenda de pesquisa fundamental

que permite vislumbrar que a mobilidade das populações em determinados espaços deve ser entendida a partir de uma diversidade de fatores simultâneos, determinando as tomadas de decisão para o deslocamento e assentamento regional.

Considerações Finais

A partir dos dados históricos, etnográficos e arqueológicos acumulados ao longo da presente pesquisa, acredito ter sido possível atingir as expectativas de contribuir para a construção do conhecimento sobre a história indígena do baixo Teles Pires, especialmente dos Kaiabi. Além disso, foi possível fornecer novos dados à arqueologia brasileira e uma reflexão sobre a prática da pesquisa arqueológica em Terra Indígena.

Primeiramente, os dados permitem afirmar que a região do baixo curso do rio Teles Pires, compreendendo a T. I. Kaiabi, se constitui como um exemplo de palimpsesto das trajetórias de ocupações indígenas e também de não índios na região.

Como foi dito no capítulo anterior, os dados obtidos com a pesquisa arqueológica permitem, ainda que preliminarmente, associar a ocupação pré-colonial da área ao contexto arqueológico das terras pretas na Amazônia. Esta associação, até o presente momento, baseia-se em pelo menos duas características básicas, a coloração e profundidade de tais solos.

De um modo geral, a coloração e profundidade das terras pretas evidenciadas nas sondagens e poços testes, encontram-se dentro do espectro de pelo menos 50% dos sítios com terras pretas pesquisados no estado do Pará, cujo horizonte *A* apresenta uma profundidade média de 30 a 60 cm, caracterizados pela coloração preta que varia a N2, 10YR 2/1, 10YR 3/1, 5YR2/1, 7,5 3/1 (segundo tabela Munsell) (Kern et al. 2003). A exemplo dos sítios pesquisados no Pará (Kern et al. 2003), as sondagens nos sítios abordados nesta pesquisa, também revelaram significativas diferenças de profundidade entre os solos dos sítios e os adjacentes.

A continuidade deste trabalho deve incluir em sua agenda de pesquisa análises de solo, com o objetivo de estabelecer parâmetros comparativos intra e inter-sítios, inclusive com outras áreas na Amazônia. Cabe lembrar que dispomos de algumas amostras de solo que oportunamente serão analisadas¹.

No que se refere aos materiais arqueológicos (cerâmico e lítico) coletados na T. I. Kaiabi, apesar de ainda não ser possível associá-los a contextos arqueológicos e culturais já conhecidos na arqueologia brasileira, não podemos descartar a possibilidade dos mesmos virem a contribuir com as discussões relativas à origem e dispersão dos grupos Tupi na Amazônia (Lathrap, 1970; Brochado, 1984; 1989; Urban, 1996; Noelli,

¹ Dispos de um total de setenta e nove amostras de 10cm³ de solo, oriundas de cada uma das camadas de 10 cm dos 10 poços testes estrategicamente escavados nos sete sítios arqueologicamente pesquisados.

1996; Viveiros de Castro, 1996; Heckenberger *et al.*, 1998). A essa proposição atribuo o reconhecimento preliminar de vestígios com características da tradição Tupiguarani (p. ex. Sítio *Ywantã*), associado à localização geográfica da T. I. Kaiabi que, embora desconhecida arqueologicamente, se configura como uma área cujo contexto histórico e cultural é identificado como Tupi (Galvão, 1960; Steward, 1948).

Dentro deste contexto, os dados etnoarqueológicos sobre mobilidade e utilização do espaço pelos Kaiabi constituem também um grande potencial colaborativo para com os modelos etnoarqueológicos de espacialidade e mobilidade Tupi (p. ex. Susnik, 1975; Brochado, 1984; Noelli, 1993; Assis, 1996; Soares, 1997). Neste sentido, a continuidade da pesquisa deve prever o diálogo com tais autores e ao mesmo tempo continuar acompanhando a dinâmica de ocupação Kaiabi. Além disso, deve-se ampliar o mapeamento antes realizado não só abordando outras antigas aldeias, mas também das áreas de roça, caça, pesca e coleta. Tais informações, inclusive, serão igualmente oportunas à continuidade da construção da história de formação do território Kaiabi, como é previsto no modelo proposto por Zedenõ (1997).

No que se refere à possibilidade de materiais arqueológicos, mais especificamente a cerâmica, serem associados aos Kaiabi, proponho que não deva ser descartada. Esta proposição apóia-se no fato de que as antigas aldeias são reocupações de sítios arqueológicos, cuja observação em campo permite, preliminarmente, considerá-los como multicomponenciais. Associado a isso, temos os relatos orais que confirmam a prática oleira Kaiabi nas primeiras décadas da ocupação. Com isso, sugiro que trabalhos futuros que objetivem possíveis associações entre vestígios arqueológicos, mais especificamente a cerâmica, e os Kaiabi, devam priorizar as aldeias indicadas nos relatos orais, intensificando os trabalhos de prospecção nas áreas de habitação Kaiabi e suas imediações.

Como foi inicialmente observado, o fato dos materiais arqueológicos cerâmicos e líticos estarem, predominantemente, associados ao contexto das terras prestas reduz as possibilidades de serem associados aos Kaiabi. Contudo, as observações etnoarqueológicas realizadas nesta pesquisa corroboram a prática tradicional Kaiabi de se utilizarem das áreas manejadas no passado (C.f. Villas Bôas, 1989; Silva *et al.* 1999; Schmidt, 2001; Grünberg, 2004).

Ao longo dos trabalhos de campo essa prática tornou-se bastante evidente. A importância das áreas de capoeira (*os Kofet*) no sistema de subsistência Kaiabi foi por diversas vezes constatada, por exemplo, com as pausas dos trabalhos arqueológicos

destinadas à caça, na subsequente implantação de roças nestas áreas (p. ex. em *Tukumã* e *Ywantã*), e no reconhecimento e coleta de plantas medicinais e outros gêneros, indicados como espécies exclusivas destes locais.

Tais observações vem a enfatizar a proposição de que as populações ameríndias não são apenas altamente seletivas no uso dos ambientes, mas ao longo do tempo as áreas escolhidas para os assentamentos, ao contrário de sua degradação, podem se tornar cada vez mais desejáveis e produtivas, através de modificações resultantes das ações humanas intencionais e não intencionais (C.f. Balée, 1989, 1994, 1995; Denevan, 1992a, 1992b, 1996; Denevan e Padoch 1988; Posey e Balée, 1989, Heckenberger, et al. 1999).

No contexto ambiental em que a pesquisa foi desenvolvida, em meio às formações florestais amazônicas, a localização das antigas aldeias e outros sítios arqueológicos só foi possível com a participação dos Kaiabi. Eles se valeram não apenas da memória, mas também da percepção dos elementos das paisagens, principalmente das formações florestais e solos de ocupação pretérita. A história para eles está impressa nas paisagens.

No que se refere à classificação Kaiabi da vegetação destas áreas, apesar das visíveis diferenças no estágio sucessional, por mim observadas, estas foram genericamente denominadas por meus interlocutores como *Kofet*. Foram poucas as situações em que houve variação na denominação como, por exemplo, *Kofet rarete* (capoeira de verdade) e outras classificações apresentadas por Silva *et al.* (1999) e Schmidt (2001).

Esta observação levanta alguns questionamentos que podem ser tomados como os próximos passos na continuidade da pesquisa: Se existem diferenças na composição e fitofisionomia entre os diferentes sítios, quais são? Como estas diferenças ou similaridades se comportam em relação às características dos solos que os constituem? Diferenças ou similaridades podem estar associadas a diferentes níveis de conhecimento entre os interlocutores?

Segundo os resultados apresentados no capítulo cinco, a classificação das formações florestais pelos Kaiabi mostrou-se mais diversificada dentro de cada sítio pesquisado. Inclusive, as classificações Kaiabi para os solos e vegetações apresentaram correlações positivas com a presença ou ausência de materiais arqueológicos. Tais resultados tornam estas áreas ainda mais interessantes à aplicação dos questionamentos

supracitados, uma vez que são atribuídas de dados arqueológicos distribuídos ao longo de suas delimitações.

Como pôde ser observado, ao longo da dissertação e mais especificamente no capítulo seis e nas considerações acima, as discussões e interpretações são feitas a partir de uma perspectiva arqueológica. Contudo, atendendo aos objetivos inicialmente propostos, os resultados também são constituídos das interpretações indígenas dos vestígios e contextos arqueológicos evidenciados durante a pesquisa. Acredito que uma discussão mais aprofundada a este respeito possa ser encontrada na dissertação de de Pouget (2010)².

Segundo meus interlocutores, os artefatos líticos e fragmentos de cerâmica foram reconhecidos em sua natureza e função, da mesma forma como são entendidos na arqueologia. Alguns relatos, inclusive, indicaram a utilização dos mesmos no passado como, por exemplo, das panelas de cerâmica, segundo *Ryip*, Judite e Rosa Kayabi; e dos machados, mãos de pilão e mós, citados por Fernando Apiaká e Albertino Munduruku.

Com relação à associação dos vestígios arqueológicos a contextos culturais e históricos, os resultados permitem distinguir três diferentes tipos de interpretações associativas: 1) Houve um número muito pequeno de pessoas que associaram os materiais arqueológicos aos Kaiabi; 2) Da mesma forma, registra-se duas associações com os Munduruku. Estas se referiram, mais especificamente, a suposta urna funerária encontrada em área de roça próxima a aldeia Kururuzinho; 3) Grande parte dos interlocutores interpretaram os vestígios como pertencentes a índios, sem quaisquer associação a um grupo etnia em particular. Com relação às terras pretas, os relatos obtidos indicam que estas não são compreendidas como naturais, mas como o correlato de antigas aldeias. Este tipo de solo também foi atribuído a queima da vegetação para implantação de roças e aldeias.

Dentre as pessoas que fizeram a terceira associação, chama à atenção os relatos de Albertino e Vitorino Munduruku. Ambos interpretam os vestígios arqueológicos como correlatos materiais de índios que teriam abandonado a área devido aos conflitos deflagrados pelos Munduruku.

Esta associação mostra-se interessante por dois motivos. Primeiramente pelo fato das fontes históricas constatarem os conflitos dos Munduruku na região, associada ao processo de expansão territorial por eles empreendido (vide Cap. 4.1.). Em segundo lugar por que as interpretações de Albertino e Vitorino são creditadas aos relatos

² “Práticas arqueológicas e alteridades indígenas”

obtidos de seus avós. A medida que os Munduruku constituem o grupo historicamente conhecido mais antigo na área, pode-se supor que os relatos são atribuídos de um conhecimento sobre a história indígena da área em uma profundidade temporal considerável.

Ao longo dos trabalhos de campo foram constantes as discussões sobre a prática da pesquisa arqueológica. Estes diálogos que, oportunamente serão apresentados no futuro, mostraram-se muito profícuos para a equipe de arqueólogos e para os Kaiabi; os Kaiabi aprenderam sobre arqueologia, enquanto nós apreendemos sobre a história local e sua tradição oral.

Outro aspecto interessante na realização desta pesquisa foi perceber uma mudança na expectativa inicial dos Kaiabi sobre os possíveis resultados e contribuições da pesquisa para as suas demandas de terra e indenizações. A preocupação em indicar antigas aldeias e encontrar vestígios nunca deixou de ser a tônica do trabalho, sempre preocupados em comprovar a presença de índios na área. Contudo, ao longo dos trabalhos, as pessoas começaram a perceber que os trabalhos seriam prolongados e que os resultados iriam contribuir para trazer à tona conhecimentos sobre a trajetória de ocupação da área, desconhecidos das gerações mais jovens. Alguns anciãos, inclusive, ressaltaram que a pesquisa proporcionaria uma nova forma de diálogo entre velhos e jovens, pois ela resgataria os conhecimentos dos velhos sobre a trajetória Kaiabi igualmente desconhecidos pelos mais jovens. Ou seja, os jovens aprenderiam sobre a sua história através dos relatos dos mais velhos e dos resultados da pesquisa.

O desenvolvimento da presente pesquisa se mostrou motivador também por conseguir contemplar não só interesses acadêmicos, mas vem sendo respaldado pelos interesses políticos, sociais e culturais dos Kaiabi em sua luta pela terra e manutenção do seu modo de vida.

Em termos políticos, os Kaiabi reconheceram a importância da pesquisa ao constatarem que os dados obtidos permitem responder aos questionamentos passados e presentes entorno do processo de demarcação da área. Apesar desta perspectiva de contribuição futura, já em campo vivenciamos uma situação que nos requereu um posicionamento imediato. Em menos de uma semana uma liminar da justiça impede o andamento dos trabalhos da empresa de topografia e os seus funcionários são ameaçados pelas oligarquias locais, deixando a cidade. Os Kaiabi decepcionados se empenharam ainda mais no trabalho arqueológico e solicitaram que escrevemos uma carta ao Presidente da Funai, pedido que atendemos de imediato

Os apontamentos e relatos supracitados não esgotam as discussões entorno da presente pesquisa, mas espero que remetam a reflexão sobre prática da arqueológica em Terra Indígena, principalmente em um momento em que há tantos interesses econômicos e políticos entorno destas terras, e a própria arqueologia praticada sem ética e/ou as devidas preocupações teóricas e metodológicas tem servido única e exclusivamente ao capitalismo (Funari, 2001; Funari & Robrahn-González, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADANS, C. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, vol. 10, n. 1, 1994. (Nova Série: Antropologia).
- ALACORN, J.B. Huastec noncrop resource management: implications for prehistoric rain forest management. **Hum. Ecol.**, v. 9, n. 4, p. 395-417, 1981.
- ALMEIDA SERRA. Extrato da descrição geográfica da Província de Mato Grosso feita em 1797. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 6 (1844), 2. ed., p. 156-196, 1865. 1994
- ANAWAK, J. Inuit perceptions of the past. In: PREUCEL, R. W.; HODDER, I. (Org.). **Contemporary archaeology in theory: a reader**. Cambridge: Blackwell, 1994.
- ANDRADE, L. T. Cerâmica indígena brasileira. In: RIBEIRO, D. (Ed.). **Suma etnológica brasileira**. v. 2. Petrópolis: FINEP-Vozes, 1986. p. 173-230.
- ARAÚJO, A.V. (Org.). **A defesa dos direitos indígenas no judiciário: ações propostas pelo núcleo de direitos indígenas (NDI)**. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 1995.
- ARNAUD, E. A ação indigenista do sul do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 49, 1971. (Nova Série: Antropologia).
- _____. Os índios Munduruku e o serviço de proteção aos índios. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 54, 1974. (Nova Série: Antropologia).
- ARRUDA, R.S.V. **Os Rikbaktsa: mudança e tradição**. 1992. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 1992.
- ASSIS, V. S. **Da Espacialidade Tupinambá**. Porto Alegre: PUCRS. (Dissertação de Mestrado). 1996.
- ATHAYDE, S.F. **Organização social, aspectos econômicos e sustentabilidade ambiental: perspectivas para a potencialização do comércio de artesanato no Parque Indígena do Xingu**. 1998. Relatório Técnico. Instituto Socioambiental/The Norwegian Rainforest Foundation/ATIX, São Paulo, 1998.
- _____. Sustentabilidade ambiental de recursos naturais utilizados na cultura material Kaiabi no Parque Indígena do Xingu, região Amazônica, Brasil. **Etnoecológica**, México, v. 4, n. 6, p. 84-100, 2000.
- AZEVEDO, A. P. Memória sobre a descoberta de uma nova viagem da cidade de Cuiabá para a do

- Pará etc. **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 1885.
- AZEVEDO, C. Resgate de uma tribo. Amazônia: um povo está salvo. **Realidade**, v. 9, p. 37-54, 1966.
- BALÉE, W. Cultura na vegetação da Amazônia Brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 1989. (Coleção Eduardo Galvão).
- _____. Indigenous history and Amazonian biodiversity. In: STEEN; TUCKER, H.K. (Ed.). **Changing tropical forest: historical perspectives on today's challenges in Central and South America**. Durham: Forest History Society, 1992. p. 185-197.
- _____. Footprints of the forest. Ka'apor ethnobotany: the historical ecology of plant utilization by an amazonian people. Biology and Resource management in the tropics series. In: BALICK, M. J.; ANDERSON, A.B.; REDFORD, K.H. (Eds.). **Quarterly Review of Biology**. Nova York: Columbia University Press, 1994. 396 p.
- _____. Historical ecology of Amazonia. In: SPONSEL, Leslie E. (Ed.) **Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world**. University of Arizona Press, 1995. p. 97-110.
- _____. Transformação da paisagem e mudança da língua: um estudo de caso em ecologia histórica amazônica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Eds.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 45-66.
- _____. Culturas de distúrbio e diversidade em substratos amazônicos. In: TEIXEIRA, W.G et al. (Eds.). **As terras pretas de índio: caracterização e manejo para formação de novas áreas**. Brasília: Embrapa, 2009.
- BARRETO, C. Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: MAE, Universidade de São Paulo, Suplemento 3, p. 201-212, 1999.
- BARTON, C. M. et al. Long term socioecology and contingent landscapes. **Journal of archaeological method and theory**, v. 11, n. 3, p. 253-296, 2004.
- BATES, Henry W. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia/Editora da USP, 1979.
- BECQUELIN. P. Relatório de pesquisas no Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Depto. de Arqueologia, 1973.
- BERNARD, H.R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. 2.

ed. Londres/Nova Delhi: Sage Publications, 1994.

BESPALEZ, E. **Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BINFORD, L.R. Archaeology as anthropology. **American Antiquity**, v. 28, p. 217-225, 1962.

_____. Archaeological systematics and the study of culture process. **American Antiquity**, v. 31, n. 2, p. 203-210, 1965.

_____. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. **American Antiquity**, v. 45, p. 4-15, 1980.

_____. Behavioral archaeology and the Pompeii premise. **Journal of archaeological resources**, v. 37, p. 195-208, 1981.

_____. **Working at archaeology.** Nova York: Academic Press, 1983.

_____. **Em busca do passado.** Lisboa: Europa/América, 1991.

BRABO, Edilson da Silva et al. Níveis de mercúrio em peixes consumidos pela comunidade indígena de Sai Cinza na Reserva Munduruku, Município de Jacareacanga, Estado do Pará, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol. 15, n. 2, p. 325-332, 1999. ISSN 0102-311X [disponível online].

BROCHADO, J.P. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America.** 1984. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984.

_____. A expansão dos Tupi e da cerâmica policrômica amazônica. **Dédalo**, São Paulo, v. 27, p. 65-82, 1989.

BROOKS, R.L. Household abandonment among sedentary plains society: behavioral sequences and consequences in the interpretation of archaeological record. In: CAMERON, C. M.; TOMKA, S. A. **Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 178-87.

BROWN, S.; LUGO, A. Tropical secondary forests. **Journal of Tropical Ecology**, v. 6, p. 1-32, 1990.

BUDWEG, Heinz. **Projeto Tapajós, 5000 anos antes de Cabral.** São Paulo: IGHSP/USP, 1998.

BYRNE, D. Archaeology in reverse: the flow of Aboriginal people and their remains through the space of New South Wales. **Public Archaeology**, p. 240-254, 2004.

- CAMERON, C.M.; TOMKA, S.A. **Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- CARNEIRO, L. R. Uso do solo e classificação da floresta (Kuikúro). In: RIBEIRO, D. (Ed.). **Suma etnológica brasileira**. v. 1. Petrópolis: FINEP-Vozes, 1987. p. 47-57.
- CARREIRA, E. A. Parecer do assistente técnico do Ministério Plúblico Federal. In **Processo n. 50-R/2003. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Comunidades Indígenas e Minorias)**. 2003.
- CARROL, A.K. et al. Landscapes of the ghost dance: a cartography of numic ritual. **Journal of archaeological method and theory**, v. 11, n. 2, p. 127-56, 2004.
- CASTELNAU, F. de. **Expédition dans lès parties centrales de l'Amérique Du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para. Histoire du voyage**. Paris . Vol. II. 1850.
- CASTRO, D.G. Significados do conceito de paisagem. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. **Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI**. Goiânia: UFG/AGB, 2004.
- CHANDLLESS, Willian. Notes on the river Arinos, Juruena and Tapajós. **The Journal of the Royal of Geographycal Society**, Londres, v. 23. p. 268-280, 1862.
- CHRISTIE-SHULTS J.J. Rock art of the Piara in Venezuela. **Rock art Papers**, ano 28, n. 9, p. 39-46, 1992.
- CONDORI, C.M. History and prehistory in Bolivia: what about the Indians?. In: LAYTON, R. (Ed.). **Conflict in the archaeology of living traditions**. Londres: Routledge, 1994. p. 46-59.
- CONKLIN, Beth. A. **Consuming grief: compassionate cannibalism in an Amazonian society**. Austin: University of Texas Press, 2001.
- CORMIER, L.A. Um aroma no ar: a ecologia histórica das plantas anti-fantasma entre os Guajá da Amazônia. **Mana**, v. 11, n. 1, p. 129-154, 2005.
- COUDREAU, H. **Viagem ao Tapajós**. Belo Horizonte: Itatiaia/Editora da USP, 1977.
- CUNHA, M. Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DAVID, N. y KRAMER, C. **Ethnoarchaeology in Action**. Cambridge University Press, Cambridge, 2001.
- DENEVAN, W. The pristine myth: the landscape of the Americas in 1942. In: **Annals of the**

- Association of American Geographers**, v. 82, n. 3, p. 239-385, 1992.
- _____. Forthcoming. Stone vs. metal axes: The ambiguity of shifting cultivation in prehistoric Amazonia. **Jornal of the Steward Anthropological Society**. 1992.
- _____. A buff model of riverine settlement in prehistoric Amazonia. In: **Annals of the Association of American Geographers**, v. 86, n. 4, p. 654-681, 1996.
- DENEVAN, W. M. et al. Indigenous agroforestry in the Peruvian Amazon: Bora Indian management of swidden follows. In: HEMMINGS, J. (Ed.). **Change in the Amazon Basin**. Manchester University Press, 1982. v. 1 e 2.
- DENEVAN, W; PADOCH, C., eds. Swidden-fallow agroforestry in the Peruvian Amazon. **Advances in Economic Botany**. New York: New York Botanical Garden. 1988., vol. 5.
- DIAS, A.S. Arqueologia Guarani nas regiões sul do Lago Guaíba e norte da Laguna dos Patos (RS): refletindo sobre a territorialidade presente e pretérita. In: **Livro de Resumos do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 41, 2009.
- DORNSTAUDER, J.E. **Semana do Índio** (Manifesto). Brasília: Departamento de Documentação da FUNAI, 1984.
- _____. **Relatório à Missão Anchieta sobre a Terra Kaiabi**. Brasília: Departamento de Documentação da FUNAI, 1984.
- ELUYEMI, O. The archaeology of the Yoruba: problems and possibilities. In: SHENNAN, S.J. (Org). **Archaeological approaches to cultural identity**. Londres: Routledge, 1994. p. 207-209.
- ENDERE, M.L. Talking about others: archaeologists, indigenous peoples and heritage in Argentina. **Public Archaeology**, v. 4, p. 155-162, 2005.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A teoria dos refúgios e a ocupação indígena das áreas inundáveis do Pantanal. **Revista de Geografia**, Campo Grande, v. 6, p. 23-30, 1997.
- _____. Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. **Revista de Arqueologia**, São Paulo: SAB, v. 16. p. 71-86, 2003.
- _____. **Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal**. Campo Grande: Oeste, 2004.
- _____. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo sobre a discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. **Revista de Arqueologia**, n. 16, p. 29-49, 2006.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; VIANA, S.A. O Centro-Oeste antes de Cabral. **Revista USP**, São Paulo: USP, n. 44, p. 142-89, 1999-2000.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. *Ñande Ru Marangatu: Laudo antropológico e histórico sobre uma Terra Kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, Município de Antônio João, Mato Grosso do Sul*. Editora UFGD. Dourados-MS. 2009.
- ERICKSON, C.L. An artificial landscape-scape fishery in the Bolivian Amazon. *Nature*, v. 408, p. 190-193, 2000.
- _____. Amazonia: the historical ecology of a domesticated landscape. In: SILVEIRA, Helaine; ISBELL, William H. (Eds.). **Handbook of South American archaeology**. Nova York: Columbia University Press, 2008. p. 157-183.
- ERICKSON, C.L., BALÉE, W. The historical ecology of a complex landscape in Bolivia. In: Willian Balée e Clark L. Erickson (eds.), **Times and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands**, New York. Columbia University Press. 2006. p. 187-233.
- ESPITA, N.C; ACEITUNO BOCANEGRA, F.J. El bosque domesticado, el bosque cultivado: un proceso milenario en el valle médio del rio Porce en el noroccidente colombiano. *Latin American Antiquity*, v. 17, n. 4, p. 561-578, 2006.
- FAUSTO, C. A ciência do contrato e o contrato com a ciência. *Notícias Socioambientais*, São Paulo, 6 set. 2006.
- FERREIRA, J. A. Notícia sobre os índios de Matto-Grosso dada em ofício de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos Índios da então Provincia. In: **O Archivo**, Cuiabá, v. 1(2), p. 79-96, 1905.
- FORDRED, D.; NEVES, E.G.; GREEN, L. Protecting heritage in the Reserva Uaçá: the challenges of public archaeology. In: **Paper prepared for the Annual Conference of the Society for Brazilian Archaeology**, Rio de Janeiro, set. 2001.
- FORMAN, R.T.T. **Land mosaics: the ecology of landscapes and regions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FORMAN, R.T.T.; GODRON, M. **Landscape ecology**. Nova York: John Wiley, 1986.
- FRANCHETO, B.; HECKENBERGER, M. **Os povos do alto Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- FRICKEL, P. Ometanímpe, os transformados. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, Antropologia, n. 17, p. 15, 1961.
- _____. Tradição tribal e arqueologia no Tumucumaque. *Revista do Museu Paulista*, São

- Paulo: MAE, Universidade de São Paulo, n. XIV, p. 471-491, 1964.
- _____. Areas de aboricultura pré-agrícola na Amazônia: Notas preliminares. *Revista Antropológica* 21 (1): 45-52. 1973.
- FUNARI, P.P.A. Public archaeology from a Latin American perspective. **Public Archaeology**, v. 1, p. 239-243, 2001.
- FUNARI, P.P.A. e ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. Ethics, capitalism and public archaeology in Brazil. In: Y.Hamilakis e P. Duke (Eds.). **Archaeology and Capitalism**. WAC. 2007. pp.137-149.
- GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 8, p. 1-41, 1960.
- GOULD, R.A. Beyond analogy in ethnoarchaeology. In: GOULD, R.E. (Ed.). **Explorations in Ethnoarchaeology**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 239-243.
- _____. **Living archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- GREEN, L.F.; GREEN, D.R.; NEVES, E.G. Indigenous knowledge and archaeological science. **Journal of Social Archaeology**, v. 3, n. 3, p. 366-398, 2003.
- GRÜNBERG, G. **Contribuições para a etnografia dos Kayabi do Brasil Central**. 1970. Tradução Eugênio G. Wenzel. Tese (Doutorado) – Universidade de Viena, 1970.
- _____. **Os Kaiabi do Brasil Central: história e etnografia**. São Paulo: ISA, 2004.
- GRÜNBERG, FIEDL; GRÜNBERG, GEORG. **Die materielle kultur der Kayabi-indianer**. Wien: Arch. Völkerk. Mus. Völkerkunde, 1967.
- GUIMARÃES, J.S. Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiacas, e descobrimento de novas minas na Província de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 6 (1844), 2. ed., p. 305-325, 1865.
- HARRIS, H. Indigenous worldviews and ways of knowing as theoretical and methodological foundations for archaeological resource. In: SMITH, C.; WOBST, M.W. (Ed.). **Indigenous archaeologies**. Londres: Routledge, 2005. p. 33-42.
- HARTT, C.F. Contribuições para a etnografia do valle do Amazonas. **Archivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-174, 1865.
- HECKENBERGER, M. **War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonian, A.D. 1400-2000**. Tese (Doutorado) – University of Pittsburgh, Ann Arbor, 1996.

- _____. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na “long durée”, 1000-2000 d.C. In: HECKENBERGER, M.; FRANCHETTO, B. **Os povos do Alto Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- _____. **The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern amazon**, AD 1000-2000. Nova York: Routledge, 2005.
- HECKENBERGER, M. et al. Amazonia 1942: pristine forest or cultural parkland. **Science**, v. 301, p. 1710-1714, 2003.
- HECKENBERGER, M. et al. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**. v. 4. n. 1. 1998.
- HECKENBERGER, M. et al. Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil. **Latin America Antiquity**, v. 10, n. 4, p. 353-376, 1999.
- HERNANDO GONZALO, A. et al. História reciente y situación actual de los awá-gujá (Maranhão, Brasil). In: **Anales Del Museu de Antropología**, n. 12, p. 9-23, 2006.
- HIROOKA, S.S.; SANTOS, R.V. Levantamento arqueológico na região do rio Braço Norte/MT. In: **Resumos do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro, 2001. p. 174.
- HODDER, I. **The present past**. Nova York: Pica Press, 1982a.
- _____. **Symbolic and structural archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press. 1982b.
- _____. **Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge [Cambridgeshire]/Nova York: Cambridge University Press, 1986. 194 p.
- HODDER, I.; PROECEL, R. **Contemporary archaeology in theory**. Blackwell Publishers, 1996.
- HORNBORG, A. Ethnogenesis, regional integration, and ecology in prehistoric Amazonia. **Current Anthropology**, v. 46, p. 589-620, 2005.
- IBAMA. **Relatório da oficina de comunidade na terra indígena Kaiabi: Aldeia Kururuzinho, Municípios de Jacareacanga–PA e Apicás–MT**. MMA/IBAMA/Escritório Regional de Alta Floresta/MT, 2004.
- IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: FIBGE, n. 1, 1992. (Manuais Técnicos de Geociências).
- ICV; FFI; FEC; IOV. Corredor de conservação Teles Pires/Tapajós. **Oficina de Planejamento: diagnóstico preliminar das áreas protegidas e da região de entorno**. Brasília, 2006.

- ICV & WWF. **Reserva biológica nascentes da Serra do Cachimbo**: caracterização biótica, física, socioeconômica e avaliação ecológica rápida. [Relatório final]. Alta Floresta. Brasil, 2006.
- _____. **3º Relatório Técnico da Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena**. CPS133-2007/PAP. Alta Floresta. Brasil, 2008.
- ISA. **Nossas matas**: livro Kaiabi. Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu, Instituto Socioambiental/The Norwegian Rainforest Foundation. São Paulo, 1998. [Versão preliminar].
- ISAACSON, K.; Ford, S. In: SMITH, C.; WOBST, M.W. (Eds.). **Indigenous Archaeologies**. Londres: Routledge, 2005. p. 354-368.
- JACKSON, G.; SMITH, C. Living and learning on Aboriginal lands: decolonizing archaeology. In: SMITH, C.; WOBST, M. (Eds.). **Indigenous archaeologies**. Londres: Routledge, 2005. p. 328-351.
- JONES, S. **The archaeology of ethnicity**: construting identities in the past and the present. Londres: Rotledge, 1997.
- JOYCE, A.A.; JOHANNESSEN, S. Abandonment and the production of archaeological variability at domestic sites. In: CAMERON, C.M.; TOMKA, S.A. **Abandonement of settlements and regions**: ethnoarchaeological and archaeological approaches. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 138-153.
- KASHIMOTO, E. **Variáveis ambientais e arqueologia no Alto Paraná**. 1998. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- KENT, S. **Method and theory for activity area research**: an ethnoarchaeological approach. Nova York: Columbia University Press, 1987.
- KERN, G.D. et al. Distribution of Amazonian Dark Earths in the Brazilian Amazon. In: _____. **Amazonian Dark Earth**: origin, properties, manegement. Academic Publishers, 2003. p. 51-77.
- KERN, D.; KÄMPF, N. Antigos assentamentos indígenas na formação de solos com terra preta na região de Oriximina. **Revista Brasileira de Ciências de Solos**. 13, 219-225. 1989.
- KOJAN, D. & ANGELO, D. Dominant narratives, social violence and the practice of bolivian archaeology. **Journal of Social Archaeology**, 5(3):383-408. 2005.
- KUZNAR, L. A. 1992.
- LANLY, J. P. **Tropical Forest Resources**. Rome: FAO, 1982. (FAO Forestry Paper, 30)

- LAS-CASAS, R. D. Índios e brasileiros no Vale do rio Tapajós. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova série Antropologia. Belém, 1964. n. 23.
- LATHRAP, D. **The Upper Amazon**. Londres: Thames and Hudson, 1970.
- LAYTON, R. The cultural context of hunter-gatherer rock art. **Man**, n. 20, p. 434-453, 1985.
- LEAVESLEY, M.G. et al. Cross-cultural concepts of archaeology. Kastom community, education and cultural heritage management in Papua New Guinea. **Public Archaeology**, v. 4, n. 2/3, p. 3-13, 2005.
- LECLAIR, J. Of grizzlies and landslides: the use of archaeological evidence in Canadian aboriginal rights cases. **Public Archaeology**, v. 4, p. 109-19, 2005.
- LEOPOLDI, J.S. **O contato do índio brasileiro: o caso Munduruku**. 1979. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Oxford, 1979. [Manuscrito traduzido à disposição no CIMI-Norte].
- LOPES da SILVA, A. Dois séculos e meio de história xavante. In: CARNEIRO da CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 357-80.
- LUI, G.H; MOLINA, S. M. G. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. 2009. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 1, n 1.
- MAGALHÃES, M.P.A. Evolução e seleção cultural na Amazônia Neotropical. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 3, n. 5, jul./dez. 2007.
- MARTINS, G. R., KASHIMOTO, E. M. Arqueologia do contexto do rio Jaurú (MT) impactado pelo gasoduto Bolívia-Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 10. 2000.
- MARTIUS, Carl F.P. von. **Beiträge zur ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens**. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.
- MELIÁ, Bartomé. Os Caiabis não-xinguanos. In: COELHO, Vera Penteadó (Org.). **Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993. p. 485-509.
- MENDES, G.L.S. A presença de muiraquitãs no Norte do Mato Grosso: uma análise de contexto e área de distribuição. In: **Resumos do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. São Paulo, 2003. p. 123.
- MENDONÇA, P.R. **Laudo antropológico de identificação e delimitação das terras indígenas Munduruku e Kayabi Gleba sul**. Brasília: FUNAI, 1994.
- MENÉNDES, A. M. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, nova série, n. 28, p. 289-388, 1981.

- MENSE, HUGO. 1937. Parintingisch. Lose Blätter vom Cururu. Santo Antonio, Provinzzeitung der Franziskaner in NordBrasilien, 15, **Jahrgang**, Bahia, v. 2, p. 81-82, 1937.
- MIGLIACIO, M.C. A ocupação indígena do Pantanal de Cáceres: do período pré-colonial aos dias atuais. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, v. 5/6, n. 1, p. 213-50, 2001-2002.
- _____. **O doméstico e o ritual: cotidiano Xaray no alto Paraguai até o séc. XVI**. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MILLER, E.T. **História da cultura indígena do alto-médio Guaporé**. Dissertação (Mestrado) – PUCRS, Porto Alegre, 1983.
- MILLIKEN, W; SASAKI, D; ZAPPI, D. **Vegetação do Parque Estadual Cristalino**. Novo Mundo – MT, 2009. (Relatório Final).
- MILLION, T. Developing an Aboriginal archaeology: receiving gifts from White Buffalo. In: SMITH, C.; WOBST, M. (Eds.). **Indigenous archaeologies**. Londres, Routledge, 2005. p. 43-55.
- MIRANDA, O. Resumo da conferência feita pelo Sr. Capitão... sobre o rio Paranatinga ou S. Manoel. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, v. 6, p. 135-151, 1890.
- MORA, S.; HERRERA, L. F.; CAVALIER, I. Cultivars, anthropic soils and stability. A preliminary report of archaeological research in Araracuara Colombian Amazonia. Pittsburgh: Univ. Pittsburgh (**Latin American Archaeology Reports**, 1991. n. 2).
- MORAN, E.F. **La ecologia humana de los pueblos de la Amazônia**. México: Fondo de Cultura Económica, Sección de Obras de Ciência y Tecnologia, 1993.
- MURPHY, Robert F. **Headhunter's heritage: social and economic change among the Mundurucu indians**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1960.
- NASSANEY, M.S. Na epistemological enquiry into some archaeological and historical interpretations of 17th century Native American-European relations. In: SHENNAN, S.J. (Org.). **Archaeological approaches to cultural identity**. Londres: Routledge, 1994.
- NEIFF, J.J. Planícies de inundação – São Ecótonos? In: HENRY, R. (Org.). **Ecótonos nas interfaces dos ecossistemas aquáticos**. São Carlos: RIMA, 2003. p. 32-47.
- NELSON, M. Abandonment: conceptualization, representation, and social change. In: SCHIFFER, M. **Social theory in archaeology**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2000.

- NELSON, M.V.; HEGMON, M. Abandonment is not as it seems: an approach to the relationship between site and regional abandonment. **American Antiquity**, v. 66, n. 2, p. 213-235, 2001.
- NEVES, E.G. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, A.L.; GRUPIONI, L.D.B. (Orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- _____. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, Suplemento 3, p. 319-330, 1999.
- _____. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- NEVES, E.G. et al. Historical and socio-cultural origins of Amazonian dark earths. In: LECHMAN, D.; KERN, B.C.; WOODS, W. (Eds.). **Amazonian Dark Earths**: origins, properties, management. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 29-50.
- NEVES, E.G. et al. The timing of Terra Preta formation in the Central Amazon: archaeological data from three sites. In: GLASER, B., WOODS, W. I. **Amazonia Dark Earth**: exploration in space and time. Berlin Heidelberg: Springer Verlag, 2004. p. 125-134.
- NEVES, E.G.; PETERSON, J.B. Political economy and pre-columbian landscape transformations in Central Amazonia. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C. (Eds.). **Time and complexity in historical ecology**: studies from the neotropical lowlands. Nova York: Columbia University Press, 2006. p. 279-309.
- NIMUENDAJU, C. Os índios Parintintin. **Jornal de la Société des Américanistes**, Paris, [n.s.], n. XVI, p. 201-278, 1924.
- _____. The Cayabi, Tapanyuna, and Apiacá. In: STEWARD, Julian (Ed.). **Handbook of South American Indians**. v. 3. Smithsonian Institution, 1948 / 1963.
- _____. **Mapa etno-histórico**. IBGE, 1981.
- NOELLI, F. S. As hipóteses sobre os centros de origem e as rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.
- OAKDALE, S. History and forgetting in an indigenous amazonian community. **Ethnohistory**, v. 48, p. 381-401, 2001.
- OLIVEIRA, J.B. Relatório do estado da catechese e civilização dos índios de Matto-Grosso, apresentado ao presidente da Provincia em data de 31 de Dezembro de 1858. **O Archivo**, Cuiabá, v. 1, n. 3, p. 131-138, 1905.
- OLIVER, J. The archaeology of forest foraging and agricultural production in Amazonia. In:

- MCEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E.G. (Eds.). **Unknown Amazon, culture in nature in ancient Brazil**. Londres: British Museum Press, 2001. p. 50-85.
- OSWALT, W.H. Ethnoarchaeology. In: DONNAN, C.B.; CLEWLOW, C.M. **Ethnoarchaeology**. Monograph IV – Inst. de Arqueologia, Universidade da California. Los Angeles, 1974.
- PAGLIARO, H. 2005. A mudança dos Kaiabi para o Parque do Xingu: uma história de sucesso demográfico. In: BARUZZI, R.G.; JUNQUEIRA, C. (Org.). **Parque Indígena do Xingu: saúde, cultura e história**. Baruzzi. Terra Livre, 2005. p. 201-226.
- PANJA, S. Mobility strategies and site structure: a case study of Inamgaon. **Journal of anthropological archaeology**, v. 22, n. 2, p. 105-25, 2003.
- PARDI, M.L.F. **Frentes de expansão**. Seu potencial e impacto sobre o patrimônio arqueológico: o caso da Amazônia Mato-grossense e a partir de um reconhecimento de 14 “CR/IPHAN”. Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 1, n. 1, p. 289-306, 1995-1996. [Coleção Arqueologia].
- PARKER, L.O. Indigenous peoples’ rights to their cultural heritage. **Public Archaeology**, v. 4, p. 127-40, 2005.
- PENTEADO, V. (Org.). **Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993.
- PEREIRA, A.H. A pacificação dos Tapayuna. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 15/16, p. 216, 1967-1968.
- PETERSEN, J. et al. Gift from the past: Terra Preta and prehistoric occupation in Amazônia. In: McEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E.G. (Eds.). **Unknown Amazon: culture and nature in ancient Brazil**. Londres: British Museum Press, 2001.
- POLITES, G. **Nukak**. Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Culturales Sinchi, 1996.
- _____. Moving to produce: Nukak mobility and settlement patterns in Amazonia. **World Archaeology**, v. 27, p. 492-511, 1996.
- POLITIS, G. G. **Tendencias de la Etnoarqueología en América Latina**. Revista Horizontes Antropológicos. V 8, Nº- 8. Porto Alegre, 2002.
- POSEY, D.A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, n. 3, p. 139-158, 1985.
- _____. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, D. (Ed.). **Suma etnológica brasileira**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 173-185. [Etnobiologia].

- POSEY, D.A.; BALÉE, W. (Eds.). Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies. **Advances in Economic Botany**, v. 7, 1989.
- POSEY, D.A. Diachronic Ecotones and Anthropogenic Landscapes in Amazonia. Contesting the Consciousness of Conservation. In: BALÉE, W. (Ed.). **Advances in Historical Ecology**. Nova York: Columbia University Press, 1998. p. 104-118.
- PRODÊNCIO, J.B. Informações ministradas ao Presidente da Província de Matto-Grosso. Augusto Leverger... sobre o município de Alto Paraguay Diamantino. **O Archivo**, Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 3-11, 1904.
- PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Belo Horizonte: UnB, 1992.
- RADAMBRASIL, Folha S. C. 21 Juruena. **Geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra**. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília: Ministério das Minas e Energia, 1997.
- RAMOS, A. **Os índios Munduruku**. 2003. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku>>.
- RIBEIRO, B.G. **Diário do Xingu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 265 p.
- RIVAL, L. Domestication as a historical and symbolic process: wild gardens and cultivated forest in the Ecuadorian Amazon. In: BALÉE, W. (Ed.). **Advances in Historical Ecology**. Nova York: Columbia University Press, 1998. p. 232-250.
- RIZINI, C.T. **Tratado de fitogeografia do Brasil**: aspectos sociológicos e florísticos. v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, M.E. **Ocupação ceramista do Brasil Central**: Origens e desenvolvimento. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- RODRIGUES, A.D. **Línguas brasileiras para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.
- RODRIGUES, A.J. **The ecology of the Kayabi indians of Xingu, Brazil**: soil and agroforestry management. Tese (Doutorado) – Darwin College, Cambridge University, 1993. 260 p.
- RODRIGUES, N. **Relação entre sítios arqueológicos e a disponibilidade de recursos bióticos na Amazônia Legal**. Trabalho (Conclusão de Curso) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Alta Floresta, 2006.
- RODRIGUES, R.A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista**: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do rio Feio/Aguapeí. 2007. Tese (Doutorado) – Museu de

Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RONDON, C.M.S. **Conferências realizadas pelo Sr. Coronel... nos dias 5, 7 e 9 de Outubro de 1915 no Theatro Phenix do Rio de Janeiro e referentes a trabalhos executados sob sua chefia pela expedição Científica Roosevelt-Rondon e pela Comissão Telegraphica.** CLTE n. 42. 1916.

ROOSEVELT, A.C. **Moundbuilders of the Amazon:** geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil. San Diego: Academic Press, 1991.

ROOSEVELT et al., Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. *Science*, 272: 373-384. 1996.

RUBERTONE, P.E. Archaeology, colonialism and 17th century Native America: towards an alternative interpretation. In: LAYTON, R. (Ed.). **Conflict in the archaeology of living traditions.** Londres: Routledge, 1994. p. 32-45.

RUIBAL, A. González. **La experiencia del otro. Una introducción a la etnoarqueología,** Akal, Madrid. 2003.

_____. The past is tomorrow. Towards an archaeology of the vanishing present. **Norwegian Archaeological Review**, t. 39, n. 2, p. 110-125, 2006.

_____. De la etnoarqueología a la arqueología Del presente. In: SALAZER, J. et al. (Coords.). **Mundos tribales:** una visión etnoarqueológica. Museu de Prehistória de Valência, 2009. p. 16-27.

SALICK, J. Ecological basis of Amuesha agriculture, Peruvian upper Amazon. *Advances in Economic Botany* 7: 189-212, 1989.

SALVIO, V.L. **Paisagens dos sítios arqueológicos de pintura rupestre da região de Diamantina-MG.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SAO JOSÉ, João de (O.S.B.). Viagem de visita ao sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 43, 179-227, 328-375, 476-527, 1847.

SCHAAN, D.P. São tartarugas até lá embaixo! Cultura, simbolismo e espacialidade na Amazônia pré-Colombiana. **Revista de Arqueologia Americana**, v. 24, p. 99-124, 2006.

SCHAAN, D.P.; PÄRSSINEN, M.; RANZI, R. **Arqueologia da Amazônia Ocidental:** os geoglifos do Acre. Belém/Rio Branco: EDUFPA, 2008. [Biblioteca da Floresta Marina Silva].

- SCHIAVETTO, S.N.O. **A arqueologia guarani**: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume, 2003. 138 p.
- SCHIER, R.A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **R.RA'E GA**, Curitiba: UFPR, n. 7, p. 79-85, 2003.
- SCHIFFER, M.B. **Formation process of the archaeological record**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.
- SCHMIDT, M. Ergebnisse meiner zweijährigen Forschungsreise in Matto Grosso. September 1926 bis August 1928. **ZfE**, v. 60, p. 85-124, 1929.
- _____. Los Kayabi en Matto (Brasil). **Revista de la Sociedad Científica del Paraguay**, Assunção, v. 5, n. 6, p. 1-34, 1942.
- SCHMIDT, Marcos V.C. **Etnosilvicultura Kaibai no Parque Indígena do Xingu**: subsídios ao manejo de recursos florestais. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2001.
- SCHMITZ, P.I. Arqueologia de Goiás. Sequência cultural e datações de C14. In: **Anuário de Divulgação Científica**, UCG, Goiânia, n. 3/4, p. 1-15, 1976-1977.
- _____. Arqueologia em Mato Grosso do Sul: dois projetos, dois resultados. **Fronteiras**, Campo Grande: UFMS, 1998.
- _____. Caçadores-coletores-pescadores do Pantanal de Mato Grosso do Sul. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-história da terra brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 149-57.
- SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A. S.; RIBEIRO, M.B. Os cultivadores do planalto e do litoral. **Anuário de Divulgação Científica**, UCG, Goiânia, v. 9, n. 5, p. 33-34, 1978/79/80. [Temas de arqueologia brasileira].
- SCHMITZ, P.I. et al. Arqueologia do centro-sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, Inst. Anchieta de Pesquisa, São Leopoldo, n. 32, p. 85-106, 1982.
- SEEGER, A. **Os índios e nós**: estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 1980. (Contribuições em Ciências Sociais 6).
- SENRA, k. V. **Os índios Kaiabi**. 1999. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaiabi>>.
- SENRA, K.V. et al. Posfácio: Os Kaiabi hoje: aspectos culturais e ambientais. In: GRÜNBERG, G. **Os Kaiabi do Brasil Central**: história e etnografia. São Paulo: ISA, 2004.
- SEPLAN/MT. **Geomorfologia**. Zoneamento Socioeconômico Ecológico. PRODEAGRO.

Ministério de Integração Nacional, 1997.

_____. **Distribuição da Pluviosidade Média Anual (1983-1994)**. Zoneamento Socioeconômico Ecológico. PRODEAGRO. Ministério de Integração Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>.

_____. **Mapa geológico do Estado de Mato Grosso**. Zoneamento Socioeconômico Ecológico. PRODEAGRO. Ministério de Integração Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>.

_____. **Mapa de solos**. Zoneamento Socioeconômico Ecológico. PRODEAGRO. Ministério de Integração Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>.

_____. **Mapa de vegetação**. Zoneamento Socioeconômico Ecológico. PRODEAGRO. Ministério de Integração Nacional, 2002. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>.

SHEPHERD, N. When the hand that holds the trowel is black... Disciplinary practices of self-representation and issue of 'native' labor in archaeology. **Journal of Social Archaeology**, v. 3, n. 3, p. 334-352, 2003.

SILLIMAN, S.W. Culture contact or colonialism? Challenges in the Archaeology of Native North America. **American Antiquity**, v. 70, n. 1, p. 54-74, 2005.

SILVA, F.A. **As tecnologias e seus significados**: um estudo da cerâmica dos Assurini do Xingu e da cestaria dos Kaiapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatinemu – Pará. **Revista Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 175-187, dez. 2002.

SILVA, G.M. O sistema agrícola Kaiabi. In: **Os Kaiabi do Brasil Central**: história e etnografia. São Paulo: ISA, 2004. p. 265-272.

_____. Uso e conservação da agrobiodiversidade pelos índios Kayabi do Xingu. In: BENSUSAN, Nurit. (Org.). **Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade – como, para que e por quê. 2 ed. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 317-336.

SILVA, G.M.; ATHAYDE, S.F. (Orgs.). **Bases socioambientais para o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis na região norte do Parque Indígena do Xingu – MT**. [Relatório técnico]. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

- SILVA, G.M. et al. **Relatório técnico da viagem histórica do povo Kaiabi ao seu território ancestral no rio dos Peixes, MT.** São Paulo: ISA/ATIX, 2000.
- SIMÕES, M.F. Fases arqueológicas brasileiras 1950-1971. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 18, p. 13-75.
- SIMÕES, M.F.; ARAUJO COSTA, F. Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n. 1, p. 11-28, 1987.
- SIMÕES, M.F.; GENTIL CORREIA, C. Pesquisas arqueológicas no baixo Uatamã-Jatapu (Amazonas). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n. 1, p. 29-48, 1987.
- SIMÕES, M.F.; MACHADO, A.L. Pesquisas arqueológicas no lado de Silves (Amazonas). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n. 1, p. 49-82, 1987.
- SIMONSEN, I.; OLIVEIRA, A.P. **Cerâmica da Lagoa Miararré.** Notas prévias. Museu Antropológico, UFGO, Goiânia, 1976.
- SIOLI, H. **The Amazon: Limnology and Landscape Ecology of a Mighty Tropical River and its Basin.** Dordrecht: Junk, 1984.
- SMITH, C.; WOBST, M. Decolonizing archaeological theory and practice. In: _____. **Indigenous archaeologies.** Londres: Routledge, 2005. p. 17-32.
- SOARES, A. L. R. **Guarani. Organização Social e Arqueologia.** Porto Alegre: EDIPUCRS. 1997.
- SOUSA, A. Pyrineus. **Exploração do rio Paranatinga.** In: CLTE n. 34, 1916.
- SPONSEL, L.E. Amazon ecology and adaptation. **Ann. Rev. Anthropol.** v. 15, p. 67-97, 1986.
- STAHL, P. Holocene biodiversity: an archaeological perspective from the Americas. *Annual Review of Anthropology*, 1996, 25: 105-126.
- STAPP, D.C.; LONGENECKER, J.G. Reclaiming the Ancient One: addressing the conflicts between American Indians and archaeologists over protection of cultural places. In: SMITH, C.; WOBST, M.W. (Eds.). **Indigenous archaeologies.** Londres: Routledge, 2005. p. 171-184.
- STARK, M. Re-fitting the “cracked and broked façade”: the case for empiricism in post-processual ethnoarchaeology. In: N. Yoffee & A. Sherrat (Eds.). **Archaeological theory: who sets the agenda?** Cambridge: Cambridge University Press. 1993. Pp.93-100.
- STEINEN, K. Von Den. Entre os Aborígenes do Brasil Central. Separata renumerada da **Revista do Arquivo**, n. XXXIV a LVIII. Departamento de Cultura, São Paulo, 1940.
- STEWART, J. Culture Areas of the Tropical Forests. In: STEWARD, J. (Ed.). **Handbook of South American Indians.** v. 3. Washington D.C.: Boreal of American Ethnology, Smithsonian

- Institution, Boletim 143, p. 883-903, 1948.
- STEWART, A.M. et al. Caribou crossings and cultural meanings: placing traditional knowledge and archaeology in context in an Inuit landscape. **Journal of archaeological method and theory**, v. 11, n. 2, p. 183-212, 2004.
- STUCHI, F.F. Levantamento sistemático de ocorrências arqueológicas em comunidades rurais no Município de Alta Floresta Mato Grosso. In: **Resumos do II Seminário de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Mato-grossense**. Alta Floresta-MT, 2004.
- SUSNIK, B. **Los Aborígenes del Paraguay. Etnohistoria de los guaraníes (época colonial)**. Assunción: Museu Etnográfico “Andres Barbeto”. Tomo II, 1979-1980.
- SUTTON, P. Social scientists and native title cases in Austrália. **Public Archaeology**, v. 4, p. 121-26, 2005.
- TAVEIRO, E.L.M. Análise do material de fibras e palhas vegetais trabalhadas. In: VILHENA VIALOU, A. (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. v. 1: Santa Elina. São Paulo: Edusp 2005. p. 215-239.
- TEMPESTA, Giovana Acácia. **Travessia de Banzeiros**. Historicidade e organização sociopolítica Apiaká. Tese (Doutorado) – DAn, UnB, 2009.
- TOCANTINS, A. M. Gonçalves. Estudos sobre a tribo Mundurucu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 40, 2º parte, p. 73-161, 1877.
- TOMKA, S.A. Site abandonment behavior among transhumant agro-pastoralists: the effects of delayed curation on assemblage composition. . In: CAMERON, C. M.; TOMKA, S.A. **Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 11-24.
- TRAVASSOS, E. A tradição guerreira nas narrativas e nos cantos Caiabis. In: COELHO, Vera Pentado (Org.). **Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu**. São Paulo: Edusp, 1993. p. 445-483.
- TRIGGER, B. **Historia do pensamento arqueológico**. São Paulo: Editora Odysseus. Silva, 2004. p. 11.
- TURNER, M.G. et al. **Landscape ecology: in theory and practice**. Nova York: Springer, 2001.
- URBAN, G. On the geographical origins and dispersion of Tupian Languages. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 2, p. 61-104, 1996.

- VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. **Os Kayabi do rio São Manuel**. Porto Alegre: Kuarup, 1989. 116 p.
- VILHENA-VIALOU, A. **Pré-história do Mato Grosso**. v. I (Santa Elina) e II (Cidade de Pedras). São Paulo: EDUSP, 2005.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **From the enemy's point of view: humanity and divinity in Amazonian society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- _____. Comentário ao artigo de Francisco Noelli. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 2, p. 55-60, 1996.
- WATKINS, J. Artifacts, archaeologists and American Indians. **Public archaeology**, v. 4, p.187-91, 2005.
- WEISS, H.E. **Para um dicionário da língua Kayabi**. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- WENZEL, E.G. **Reserva Indígena Kayabi**. Brasília: Departamento de Documentação da Funai, 1983.
- _____. **Laudo Antropológico**. Processo n. 2004.2130-5/9200. Justiça Federal, 3ª Vara Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, 2004.
- WHARTON, G. Indigenous claims and heritage conservation: an opportunity for critical dialogue. **Public Archaeology**, v. 4, n. 2/3, p. 199-204, 2005.
- WHITRIDGE, P. Landscapes, houses, bodies, things: place and the archaeology of Inuit imaginaries. **Journal of archaeological method and theory**, v. 11, n. 2, p. 213-50, 2004.
- WIYNJORROC, P. et al. We just have to show you: research ethics blekbalawei. In: SMITH, C.; WOBST, M.W. (Eds.). **Indigenous archaeologies**. Londres: Routledge, 2005. p. 316-327.
- WOODS, W.I.; McCANN, J.M. The antropogenic origin and persistence of Amazonian Dark Earths. In: **Anuais da Conferência dos Geógrafos Latino-americanos**. Tucson/Londres: The University of Arizona Press, p. 315-342, 1999.
- WOBST, M. Power to the (Indigenous) past and present! Or: the theory and method behind archaeological theory and method. In: SMITH, C.; WOBST, M.W. (Eds.). **Indigenous archaeologies**. Londres: Routledge, 2005. p.17-32.
- WÜST, I. **A cerâmica Karajá de Arauanã**. Anuário de Divulgação Científica, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 95-166, 1975.
- _____. **Continuidade e mudança: para interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso**. 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

_____. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil central: o caso Bororo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: MAE, Universidade de São Paulo, n. 2, p. 13-26, 1992.

_____. Etnicidade e tradições ceramistas: Algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo: MAE, Universidade de São Paulo, Suplemento 3, p. 303-317, 1999.

_____. As aldeias dos agricultores ceramistas do Centro-Oeste Brasileiro In: TENÓRIO, C. Maria (Coord.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 321-337.

WÜST, I.; VAZ, L.J. de M. Grafismos de ação no alto São Francisco, sudeste do Mato Grosso. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 47-88, 1998.

YELLEN, J. **Archaeological approaches to the present**. Models for reconstructing the past. Nova York: Academic Press. 1977.

ZEDEÑO, M.I. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from puebloan southwest. **Journal of archaeological method and theory**, v. 4, n. 1, p. 63-103, 1997.

ZENT, E.L.; ZENT, S. Amazonian Indians as ecological disturbance agents: the Hotí of the Sierra de Maigulaida Venezuelan Guayana. In: MAFFI, Luisa; CARLSON, Thomas J.S. (Eds.). **Ethnobotany and conservation of biocultural diversity**. Bronx: New York Botanical Garden, 2004. p. 79-111.

ZIMMERMAN, L.J. Human bones as symbols of power: aboriginal American belief systems toward bones and grave-robbing archaeologists. In: LAYTON, R. (Ed.). **Conflict in the archaeology of living traditions**. Londres: Routledge, 1994. p. 211-216.

CARTA DE APOIO A PROTEÇÃO LEGAL DA TERRA INDÍGENA KAYABI

DA: COMUNIDADE INDÍGENA KAYABI (ALDEIA KURURUZINHO)
TERRA INDÍGENA KAYABI (APIACÁS – MT e JACAREACANGA – PA)

Vimos por meio desta carta solicitar apoio de quem possa interessar à Comunidade Indígena Kayabi, que passa por momentos de dificuldades quanto à demarcação de sua Terra.

Nós, Kaiabi da Terra Indígena Kaiabi, localizada no baixo curso do rio Teles Pires, estamos muito preocupados com a atual situação de nossa Terra. O processo que visa a Demarcação da Terra Indígena Kayabi encontra-se suspenso devido a um Agravo de Instrumento emitido pelo TRF – Tribunal Regional Federal da 1ª Região/Brasília – DF, e também na 3ª Vara da Justiça Federal de Cuiabá - MT, que desconsidera o reconhecimento da Terra Indígena Kayabi e suspende temporariamente o início dos trabalhos de demarcação, até que a Procuradoria da Justiça da FUNAI demande recursos junto ao Poder Judiciário para que possamos retomar o processo de demarcação.

A Terra Indígena Kayabi, tal como reconhecida e declarada pela Portaria Declaratória/MJ nº.1.149 de 02 de Outubro de 2002, encontra – se em vigor. Destina-se à posse permanente das comunidades indígenas com usufruto exclusivo das riquezas naturais, no entanto fomos informados, que será realizada uma terceira perícia antropológica na área, para tramitação do referido processo. As injustiças cometidas contra o povo Kaiabi e ao nosso direito à terra, onde estão enterrados nosso ancestrais, remontam há quase 70 anos atrás. Fomos empurrados pelos projetos do governo para o desenvolvimento e a ocupação da Amazônia, e hoje estamos encurralados em um dos últimos pedaços de terra ainda com floresta na fronteira entre Mato Grosso e Pará. Precisamos de ajuda da sociedade civil brasileira para que a nossa terra juntamente com nosso modo de vida não sejam devastados antes da demarcação. Quantas perícias mais serão necessárias para comprovar o nosso direito a essa terra? Enquanto uma decisão precisa ser tomada urgentemente, nossa terra está sendo ocupada e devastada de forma irregular, afetando diretamente o futuro da comunidade indígena, bem como a conservação da biodiversidade da área em questão.

Em outubro de 2004 uma liminar da Justiça Federal¹ suspendeu a demarcação da T.I. Kayabi, bem como toda e qualquer intervenção na área, devendo ser mantida intacta, contudo sua exploração por parte dos não índios não parou. Diversas denúncias foram encaminhadas pela FUNAI e pelas lideranças, apontando a aceleração do processo de desmatamento e ameaças sofridas pelos índios, mesmo com a vigência da liminar (Em anexo encaminhamos um mapa com a evolução do desmatamento nos últimos anos). Vários confrontos vêm ocorrendo entre posseiros e indígenas, desde 2002 e tememos que algo de pior possa acontecer.

Será que o ESTADO, realmente está interessado em conservar a nossa Amazônia!?!...

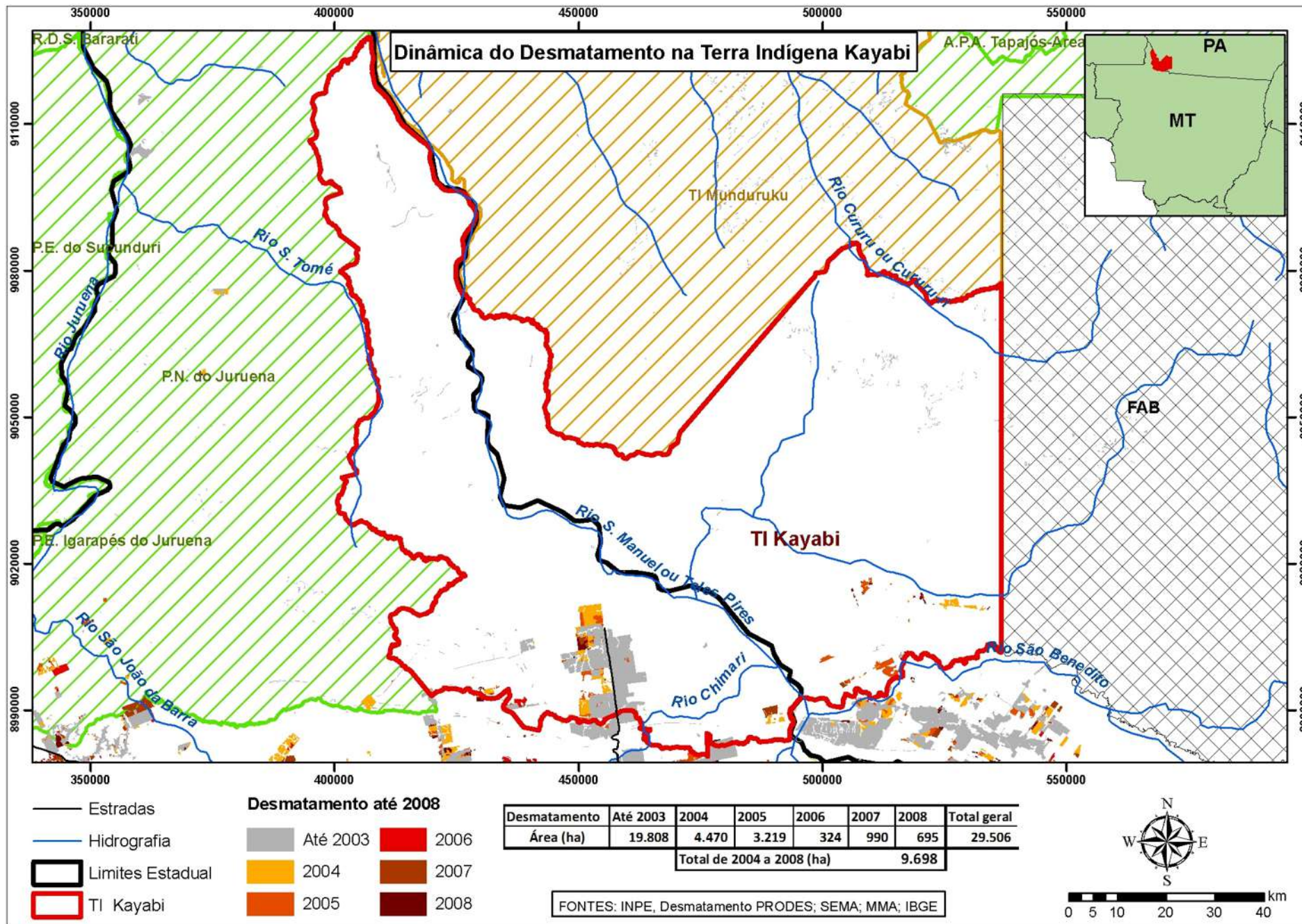
Uma vez comprovada em estudo antropológico que determinada área constitui terra indígena, medidas eficazes devem ser tomadas para que a comunidade indígena detentora desse direito tenha sua situação restabelecida. Portanto, ainda que discutido em juízo o procedimento administrativo que demarca a terra, nenhum ato administrativo ou legislativo de quaisquer das esferas federativas pode ignorar a devida proteção à Terra Indígena Kayabi e seus recursos naturais, sob pena de violar o direito constitucional indígena., que consta na Constituição de 1988 Art. 231 que segue:

1988, Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Atenciosamente,

Taravy Kayabi (Presidente da Associação Indígena Kawaip Kayabi)

¹ Justiça Federal - Seção Judiciário de Mato Grosso 3 Vara Federal (Processo n- 2004.36.00.002130-5)



ERRATA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPBELL, K. F. et al. The feral forest of the Eastern Petén. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C. (Ed.). **Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands**. New York: Columbia University Press, 2006. Cap. 55. P. 21.
- CAVALIER, I. et al. No solo de caza vive el hombre. En Ocupación del Bolque Amazónico, Holoceno Temprano. En **Ambito y Ocupaciones Tempranas de la América Tropical**. I. Cavalier y S. Mora, eds. Pp 27-44. Bogotá: Fundación Erigaie-Instituto Colombiano de Antropología. 1995.
- DELCOURT, H.R. **The impact of prehistoric agriculture and land occupation on natural vegetation**. TREE. 2(2): 39–44. 1987
- HECKENBERGER, M. J. Archaeology as Indigenous Advocacy in Amazonia. **Practicing Anthropology** 26(3): 35-39. 2004.
- HUSTON, M. A. Biological Diversity:**The coexistence of species on changing landscapes**. Cambridge, Great Britain: Cambridge University Press. 1994.
- MACCANN, j. M. Before 1942: The making of the pré-columbian landscape, Part II: The vegetation, and implications for restoration for 2000 and beyond. **Ecological Restoration** (S.I), v. 17, n. 3, p. 107, 1999.
- MELATI, J. C. Populações indígenas. **Série Antropologia**, n. 345. Brasília, 2004.
- RAFFLES, H. **In Amanzonia: a natural history**. Princeton: Princeton Universtity Press, 2002.
- PRANCE, G. T. A terminologia dos tipos de florestas amazônicas sujeitas a inundação. **Acta Amazônica** 10(3): 495-504. 1980.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)